



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS - PPGPS

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO
ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, CAMPOS DOS
GOYTACAZES (RJ)**

VIVIANE RAMIRO DA SILVA MARTINS

Campos dos Goytacazes, RJ
dezembro, 2023

**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO ASSENTAMENTO
ZUMBI DOS PALMARES, CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

VIVIANE RAMIRO DA SILVA MARTINS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de doutora em Políticas Sociais.

Área de Concentração: Participação e Regulação
Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza
Coorientadora: Prof. Dr. Maria Clareth Gonçalves Reis

Campos dos Goytacazes, RJ
dezembro, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

M386

Martins, Viviane Ramiro da Silva.

Organização política de mulheres negras no contexto da luta pela terra no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes (RJ) / Viviane Ramiro da Silva Martins. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

309 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Paulo Marcelo de Souza.

1. Mulheres negras. 2. Organização política. 3. Assentamento Zumbi dos Palmares. 4. Campos dos Goytacazes. 5. Rio de Janeiro. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61


**ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS NO ASSENTAMENTO
ZUMBI DOS PALMARES, EOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

VIVIANE RAMIRO DA SILVA MARTINS

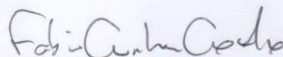
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do
título de doutora em Políticas Sociais.
Área de Concentração: Participação e Regulação

Aprovado em: 19 de dezembro de 2023


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 ANA MARIA ALMEIDA DA COSTA
Data: 30/01/2024 21:25:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


Profa. Dra. Ana Maria Almeida da Costa (Doutorado em Serviço Social - UERJ)
Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos)




Profa. Dr. Fábio Cunha Coelho (Doutorado em Fitotecnia - UFV)
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Documento assinado digitalmente
 JULIANA DESIDERIO LOBO PRUDENCIO
Data: 29/01/2024 16:56:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

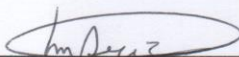
Profa. Dra. Juliana Desiderio Lobo Prudencio (Doutorado em Política Social - UFF)
Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos)

Documento assinado digitalmente
 MARIA RAIMUNDA PENHA SOARES
Data: 25/01/2024 10:45:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Maria Raimunda Penha Soares (Doutorado em Serviço Social - UFRJ)
Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras)

Documento assinado digitalmente
 MARIA CLARETH GONCALVES REIS
Data: 25/01/2024 10:50:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis (Doutorado em Educação - UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)



Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza (Doutorado em Economia Rural - UFV)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)

Em memória da minha querida amiga Elizabeth da Cruz Marins, que ancestralizou em meio ao caos da pandemia de Covid 19. A flor mais bela do nosso “jardim sagrado”! a quem aprendi a nutrir sentimento de admiração e orgulho. Da sua política da generosidade, brotou amorosidade, irmandades em rede, desejos de aquilombamento, maternar mentes e corações, sonhos coletivos, artesanizar devires.

AGRADECIMENTOS

Da Baixada Fluminense para o Norte Fluminense, foi um percurso repleto de crescimento, aprendizados, sobretudo descobertas e afirmação da minha intelectualidade. Águas Pretas, igarapés, nutriram a minha caminhada na realização desta pesquisa. Por isso, agradeço as águas primevas da lagoa de Nanã, que habitam todas as mulheres negras, irrigam a terra e formam o ser, águas aparentemente paradas, mas repletas de mistérios e convulsões, no dizer de Cidinha da Silva. Nesse trajeto formativo, referencio-me no pensamento de mulheres que estão na linha de frente com canetas, microfones, pinceis, tambores, celulares, como daquelas que estão na retaguarda, que exercem o ofício do cuidado: lavam, passam, cosem, cozinham. Mulheres trabalhadoras, como minhas avós Maria Aparecida da Silva e Mariana Purcina da Silva. Oferendas aos meus pais, Maria Aparecida da Silva e Sinesio Ramiro da Silva, meus alicerces, sobretudo minha mãe, que sempre me incentivou a estudar e me iniciou na escrita criativa. Às minhas tias-velhas, Darci Rosário da Silva e Zilá Rodrigues da Silva, que, com suas afronarrativas, ninaram-me e sedimentaram meu sentir-pensar o mundo.

Agradeço ainda, imensamente, às mulheres camponesas, com as quais aprendo que construir solidariedade política é uma forma de restituir nossa humanidade amefricana. Às interlocutoras da pesquisa, que se disponibilizaram a participar como sujeitas da investigação do tema aqui proposto, e, neste percurso, compartilharam seus anseios, medos, suas dores, suas formas de pensar e agir. Choramos, rimos, cantamos, rezamos, foram ricos e intensos (re)encontros, minha eterna gratidão. Às minhas queridas amigas, Tarianne Bertoza, Rutinéia Guedes e Valéria Barros, que fazem parte dessa trajetória política e acadêmica, e que me inspiram a construir políticas de (auto)cuidado antirracistas e antissexistas. A todas, todos e todes que fazem parte desta pesquisa e me ajudaram a construí-la, deixando suas marcas, como o meu fraterno amigo Leo, com quem compartilho desejos poéticos, pela arte do bem-viver. Àse! Ao meu amado esposo, Alcimaro Honorio Martins, pelas escutas pacientes, cuidado, dedicação e aconselhamentos nos momentos mais assoberbados deste percurso formativo, Lààyè Ifé! Em particular, agradeço a CPT e ao MST, organizações com as quais diálogo, por meio de referências políticas, sem as quais a realização deste trabalho certamente não teria alcançado os resultados aqui apresentados.

Agradeço também o apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense,

pelas oportunidades concedidas a partir da minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, o que permitiu acesso à qualificação profissional e a garantia de condições materiais que possibilitam a permanência no curso para a produção de conhecimentos baseados em princípios democráticos e da justiça social. Aos colegas do curso pelos conhecimentos e afetos compartilhados. Aos professores à banca examinadora pelas férteis contribuições e provações que me permitiram aprofundar a análise das questões teóricas neste estudo. Enfim, agradeço à FAPERJ, instituição que me apoiou inicialmente, e à CAPES, pela bolsa concedida durante a realização do curso, o que contribuiu para minha efetiva permanência e participação nas disciplinas e demais atividades acadêmicas. *Mo Dupé!* Aos meus orientadores, o professor dr. Paulo Marcelo de Souza, que aceitou o desafio da orientação quando este trabalho começava a germinar, grata pelos diálogos estabelecidos e pela liberdade proporcionada, quando optei por mudar os rumos teóricos no decorrer deste estudo. À professora dra. Maria Clareth Gonçalves Reis, que, apesar de ter entrado nesta embarcação em movimento, muito contribuiu com o meu desenvolvimento intelectual. Agradeço à disponibilidade e acolhida em seu grupo de orientação coletiva, em especial ao Neabi, espaço de ricas trocas, no qual experienciei um denso exercício reflexivo, dinâmica que me forneceu referências teóricas para confrontar as estruturas racistas que conformam a produção do saber científico. Esse esforço coletivo, aquilombamento epistêmico, visa sobretudo à produção de conhecimentos comprometidos com a transformação de relações sociais e acadêmicas ainda fundadas em sistemas de dominação, como o racismo, o elitismo e o sexismo.

Mulher na luta pela Terra tombou! Porque sua voz ecoou seu sangue não foi derramado em vão! Irriga os sonhos dos que se atrevem a sonhar, a sorrir e cantar... Cantos de liberdade que embalam desejos fraternos, carregam sementes que em seu florescer geram frutos: Dandaras, Reginas, Suelis, Assis... Flores que portam a força do querer: vida vivida intensamente, profundamente, repleta de cores, cheiros e sabores. Que cresçam juntas, amando e sendo amadas e que a fonte que alimenta o espírito de luta movimente, transporte e resplandeça com sinceros encontros, abraços aconchegantes, reflexões apaixonantes! Saberes inquietantes nos motivam a conhecer a se reconhecer nos olhares insaciáveis da criança atrevida, da juventude transgressora, da maturidade compartilhada em raízes fincadas em solos férteis que sustentam os caminhos de mulheres que ousam sonhar juntas, sonhando sempre mais. DIVERSO! ECOLÓGICO! EMANCIPADOR! (MARTINS, 2019).

RESUMO

O presente texto faz parte da pesquisa de tese intitulada *Organização política de mulheres negras no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes (RJ)*, inserida no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), em diálogo com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) dessa Instituição de Ensino e apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência de fomento deste estudo. Esse processo organizativo é fruto da política de gênero, adotada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), visando incentivar a participação de mulheres nas instâncias desse Movimento e nos espaços de decisão dos acampamentos e dos assentamentos rurais, com a mediação de organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Neste trabalho, enfocamos a trajetória organizativa de mulheres negras que integram o Coletivo Regina Pinho com base na seguinte questão: quais ideias têm orientado as concepções e as práticas políticas desse grupo? Dessa forma, interessa-nos compreender as contribuições dessa experiência organizativa para a conformação de ferramentas políticas das mulheres camponesas na região. Para o alcance dos objetivos propostos, utilizamos a abordagem qualitativa por meio da aplicação de entrevistas de história de vida, sendo priorizadas as narrativas e as experiências de mulheres negras que atuaram nesse grupo, no período delimitado por esta pesquisa. Também analisamos fontes documentais produzidas por integrantes desse grupo e de outras organizações que atuam nesse assentamento. O estudo aponta que esse processo organizativo se constitui numa rede de trocas e sociabilidade, que visa a construção de estratégias políticas para o empoderamento delas. Destacamos que esse grupo, enquanto “comunidade de aprendizagens” (HOOKS, 2013), atua de forma a criar canais de diálogo entre atores diversos dentro e fora do Zumbi. O engajamento político delas aponta para os desafios da consolidação dos direitos de cidadania no campo, uma vez que as imbricações entre classe, gênero e raça impactam as condições de vida dessas mulheres, alimentando ciclos de pobreza e de exclusão social em seus territórios.

Palavras-chaves: Mulheres Negras; Organização Política; Assentamento Zumbi dos Palmares; Campos dos Goytacazes; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This thesis research, entitled "Political organization of black women in the Zumbi dos Palmares settlement, in Campos dos Goytacazes (RJ)", is part of the Postgraduate Program in Social Policies (PPGPS) of the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), in dialogue with the Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) of this Educational Institution and supported by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), the funding agency of this study. This organizational process is the result of the gender policy adopted by the Landless Rural Workers' Movement (MST) to encourage the participation of women into the movement and in decision-making spaces in the camps and rural settlements, with the mediation of organizations such as the Comissão Pastoral da Terra (CPT). This research focus on the organizational trajectory of black women who are part of the Coletivo Regina Pinho based on the following question: what ideas have guided the political conceptions and practices of this group? In this way, we are interested in understanding the contributions of this organizational experience to the shaping of political tools of peasant women in the region. To achieve the proposed objectives, we used a qualitative approach through the application of life history interviews, prioritizing the narratives and experiences of black women who worked in this group during the period delimited by this research. We also analyzed documentary sources produced by members of this group and other organizations working in this settlement. The study points out that this organizational process constitutes a network of exchanges and sociability, which aims to build political strategies for their empowerment. We highlight that this group, as a "learning community" (HOOKS, 2013), acts to create channels of dialog between diverse actors inside and outside Zumbi. Their political engagement points to the challenges of consolidating citizenship rights in rural areas, since the imbrications between class, gender and race impact the living conditions of these women, fueling cycles of poverty and social exclusion in their territories.

Keywords: Black Women; Political Organization; Zumbi dos Palmares Settlement; Campos dos Goytacazes; Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do P.A. Zumbi dos Palmares – Campos dos Goytacazes (RJ)	
.....	40
Figura 2 – Assentamentos do MST na região norte do estado do Rio de Janeiro criados entre 1998 e 2008	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil social das integrantes do Coletivo, de 2009 a 2019	185
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Dados acerca dos conflitos no campo por categoria mulher, de 2009 a 2018	95
Tabela 2 – Dados referentes ao número de estabelecimentos agropecuários	190
Tabela 3 – Números de estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais	190
Tabela 4 – percentual cor/raça	229

LISTA DE SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AMQCM	Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu
Amutres	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCH	Centro de Ciências do Homem
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEM/Fetagro	Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNMTR	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Ensp	Escola Nacional de Saúde Pública
Falerj	Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Fetag/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Funai	Fundação Nacional do Índio
IAA	Instituto de Açúcar e Alcool
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFluminense	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional
Iterj	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
Leea	Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
Master	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu
MMA	Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPMP	Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MST	Movimento Sem Terra
Neabi	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Projeto de Assentamento de Cooperação
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGPS	Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais
Pronaf	Programa Nacional da Agricultura Familiar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
Resex	Reserva Extrativista
Sesma	Setor de Estudos sobre a Sociedade e Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STRC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos
TL	Teologia da Libertação
Uenf	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Uesb	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

SOBRE NARRATIVAS DE SI: A CONSTRUÇÃO DO MEU LUGAR NA PESQUISA	19
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	25
1 O DEBATE SOBRE A “QUESTÃO AGRÁRIA”	45
1.1 Modernização “sem reforma”	48
1.1.1 Movimentos sindicais em contexto de repressão política	53
1.1.2 Qual desenvolvimento?	58
1.1.3 Desenvolvimento territorial rural, paradigmas em debate	64
1.2 Conflitos agrários no território fluminense	67
1.2.1 MST: um novo ator das lutas camponesas	72
1.2.2 Assentamentos rurais no campo fluminense	75
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO	84
2.1 Decolonizando os estudos de gênero	87
2.1.1 Violência colonial de gênero	92
2.1.2 A resistência político-cultural das amefricanas	99
2.2 Interseccionalidade e feminismos negros	104
2.2.1 A crítica feminista decolonial	114
2.2.2 Mulheres negras entre o trabalho rural e o trabalho doméstico	116
2.2.3 Gênero e raça na questão agrária	131
2.2.4 A questão racial no MST	135
3 TECENDO REDES DE DIÁLOGOS: REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO ORGANIZATIVO DO COLETIVO REGINA PINHO	141
3.1 Mulheres, campesinato e feminismos	141
3.2 Configurações do feminismo camponês popular	149
3.2.1 A política de gênero das mulheres sem terra	152
3.3 Caminhos da pesquisa, como artesanaria de afetos	171
3.3.2 Autodefinição, contradições e possibilidade política	187
3.3.3 Percepções de raça e racismo nas narrativas das entrevistadas	223
3.3.4 O Coletivo como percursos de aprendizagens	234
3.3.5 Derrubando muros, construindo pontes: o Coletivo em movimento	241

3.4 Políticas sociais para as mulheres rurais	247
<i>3.4.1 Inclusão produtiva e desenvolvimento territorial rural</i>	<i>253</i>
ENFIM, UM RECOMEÇO.....	261
REFERÊNCIAS.....	265
DOCUMENTOS CONSULTADOS	295
APÊNDICES	299

SOBRE NARRATIVAS DE SI: A CONSTRUÇÃO DO MEU LUGAR NA PESQUISA

Nasci no subúrbio do Rio de Janeiro e fui criada na Baixada Fluminense, território constituído por uma população com origens em vários estados brasileiros. Minha família migrou do sul de Minas, em busca de melhores condições de vida, na década de 1970. Meus avós maternos eram camponeses, e os paternos trabalhavam para fazendeiros da região, muitos deles na produção de queijo, em uma agroindústria da localidade. Na capital fluminense, o trabalho doméstico remunerado ainda é a única opção de renda encontrada pela maioria das mulheres da minha família.

Minha mãe sempre gostou de estudar, mas ela teve de interromper os estudos, aos 8 anos de idade, para trabalhar como doméstica, quando meu avô adoeceu. Na época, não havia aposentadoria para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, e a venda de hortaliças e outros cultivos agrícolas não era o suficiente para arcar com os gastos familiares. Desde muito pequena, ouvi ela falar: “estuda pra ser alguém na vida, minha filha”, e eu pensava comigo mesma: não sou ninguém? Ela fez questão de que eu e meus irmãos estudássemos. Teve de lavar muita roupa para fora para garantir nossa permanência na escola. A pedido dela, comecei a ensaiar meus primeiros escritos autorais, cartas que escrevia para minha avó, mas, em minha trajetória escolar, não recebi incentivos que despertassem minha veia artística.

A vontade de fazer graduação surgiu quando estava concluindo o ensino médio. Uma professora de Biologia estimulou minha turma a fazer o vestibular. Lembro que me inscrevi para o curso de nutrição na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), mas não realizei a prova, pois não teria condições de arcar com os custos do deslocamento cotidiano caso fosse aprovada. Logo depois, realizei o curso de Fisioterapia em uma instituição privada, com um perfil formativo extremamente tecnicista e baseado em um modelo de atenção à saúde de viés hospitalocêntrico.

Na prática profissional, defrontei-me com a precarização das condições de trabalho nos sistemas de saúde público e privado. Muitas questões me inquietavam naquele momento, e queria compreender o porquê das altas taxas de morbidade e mortalidade que afetam a população mais pobre, que é, em sua maioria, negra. Durante o curso de especialização em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), encontrei algumas respostas para essas indagações, permitindo que a paixão pelo debate sobre Educação em Saúde me aproximasse dos movimentos sociais.

Por meio deles, conheci mulheres negras que desenvolvem ações educativas no campo da saúde comunitária, com destaque para Sonia Ferreira Martins, que faz parte do Movimento de Mulheres Negras em Queimados, RJ, e coordena a equipe da CPT, em Nova Iguaçu, RJ. Juntamente a ela, havia Elizabeth da Cruz Martins, falecida em consequências da covid-19, em 2021, e uma das principais idealizadoras e gestoras da proposta de inventário dos saberes e das práticas de cura dos agentes ligados à Rede Fitovida, organização formada por grupos comunitários de saúde que estão localizados em várias regiões do estado do Rio de Janeiro. Com elas e outras mulheres do movimento de saúde, compartilhei e compartilho sonhos e desejos expressos em projetos e pesquisas colaborativas que resultaram na produção de um acervo sobre os usos e as práticas medicinais de agentes e grupos ligados a essa organização (REDE FITOVIDA, 2007). Elas atuam em um movimento de resistência frente a diferentes formas de violência impostas a seus territórios e promovem espaços de aprendizagem que põem em contato pessoas que mobilizam recursos diversos, para que as mulheres empreendam uma luta política contra diferentes formas de opressão.

Mesmo diante dessas barreiras, as mulheres desse movimento vêm construindo conexões de proteção e cuidados em seus territórios. Por meio dessa Rede, fiz contatos e construí relações com agentes e ativistas do Movimento Popular de Saúde na região Norte Fluminense, no final do ano de 2006, quando passei a residir na cidade de Campos dos Goytacazes, RJ. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pude contribuir com o debate sobre saúde em algumas comunidades rurais e periféricas dessa região. Na época, fazia parte da equipe que coordenou o inventário dos saberes e das práticas de cura dos agentes associados à Rede Fitovida, realizado em parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹. Durante a execução desse projeto, acompanhei o registro e a sistematização dos saberes de referências culturais que detêm conhecimentos em relação à identificação, ao manejo e ao uso de plantas medicinais e prestam serviços comunitários de saúde por meio da confecção e da distribuição de remédios artesanais nesses territórios.

Nesse contexto, insiro-me no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Uenf, em 2010, no qual defendi a dissertação intitulada *Da*

¹ Sobre o termo de colaboração entre a Rede Fitovida e o Iphan, ver o portal desta instituição. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/editais/detalhes/249/termo-de-colaboracao-%E2%80%93-associacao-de-amigos-da-rede-fitovida>. Acesso em: 10 mai. 2022.

medicalização a patrimonialização: As ações de reconhecimento da medicina popular engendradas por agentes associados a Rede Fitovida. O interesse pelo tema foi, em parte, fruto do meu engajamento no Movimento Popular de Saúde Alternativa do Rio de Janeiro, também conhecido por Rede Fitovida; como também da busca pela melhor compreensão dos limites da minha atuação profissional como educadora.

À época da minha defesa de dissertação, Fátima Regina Cecchetto, doutora em Saúde Coletiva e componente da minha banca avaliadora, questionou-me por que as questões de gênero e as relações de cuidado não terem sido tratadas em meu trabalho, pois historicamente essas tarefas são atribuídas às mulheres, que compõem, de forma majoritária, meu campo de pesquisa.

Tais colocações me provocaram a fazer novas reflexões e repensar minhas práticas como intelectual e ativista que apoia as ações de educação em saúde de mulheres em contextos rurais. Nesse momento, as questões raciais emergem como expressões diversas do racismo, principalmente de modo a desvalorizar e negar saberes e práticas culturais das populações negra e indígena. Entre algumas narrativas que registrei durante a pesquisa de dissertação, figuram identidades construídas pela negação: “Sou ex-rezadeira, agora eu oro em nome de Jesus” ou “o que eu faço não é macumba!”.

Devido à formação excessivamente técnica, tive dificuldades de me apropriar das leituras feitas ao longo do mestrado. O curso também não me possibilitou aprofundar as leituras sobre as problemáticas referentes às questões de gênero e racismo, mesmo com ambos os pontos sendo pujantes na minha própria trajetória de vida e nas vivências das mulheres do campo de pesquisa que eu investigava. Tal impossibilidade ocorreu tanto pelo tempo curto para estudo quanto pelas poucas referências a que tive acesso na época. Ainda assim, decidi tentar o curso de doutorado no PPGSP da Uenf, no mesmo programa em que eu havia concluído o mestrado, no ano de 2012.

A proposta de estudo apresentada por mim buscava tratar das questões raciais que emergiram durante o trabalho de campo, mas o projeto foi reprovado, por uma banca, composta por dois homens e uma mulher, todos brancos². Lembro que tentei defender minha tese, mas fui cortada, de forma enfática, pela avalista, que alegava, segurando uma cópia do meu projeto em suas mãos: “seu projeto não tem

² A ideia de brancura, não se reduz à cor da pele, trata-se fundamentalmente de um lugar de vantagens e privilégios estruturais das pessoas brancas em sociedades estruturadas pelo racismo. Sobre o assunto (BENTO, 2022).

originalidade”. O silêncio dos demais membros da banca de avaliação foi curioso. Nada de questionamento sobre o objeto, a metodologia, as razões do meu interesse pelo tema.... Retirei-me da sala com uma vontade imensa de nunca mais retornar, tentando entender o que havia ocorrido ali. Apesar da invisibilidade há muitos relatos de estudantes que passam por situações de assédio e ameaças no contexto universitário. Esse tipo de situação informa, em muitos casos, uma lógica que reproduzem práticas violentas nos processos avaliativos nessa instituição. Para a intelectual Bárbara Carine S. Pinheiro, a academia brancocêntrica ocidental³ é adoecida e adoecedora, impõem processos avaliativos dolorosos, com exames de qualificação e defesa egóicas (PINHEIRO, 2021).

Segundo a pesquisadora Carla Akotirene, as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que precarizam a educação pública no Brasil dificultam o acesso da população negra aos cursos de nível superior em universidades públicas. Na pós-graduação, os entraves são ainda maiores, tanto no que se refere aos processos seletivos dos projetos quanto na permanência de estudantes negros/as, sobretudo daqueles/as que desenvolvem temáticas raciais em seus projetos de pesquisa (AKOTIRENE, 2017). Ainda segundo essa estudiosa, “[...] o racismo boicota o desenvolvimento intelectual e a autoestima de pessoas negras inscritas em processos acadêmicos”. O Censo da Educação Superior 2016, apontou a baixa representatividade feminina negra na docência da pós-graduação, com menos 3% de doutoras negras. Na graduação, as mulheres pretas são 6% das alunas entre 20 e 24 anos, enquanto as mulheres brancas na mesma faixa etária são 40% (INEP, 2016).

Para bell hooks⁴, a desvalorização das intelectuais negras ocorre em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizada. O reflexo disso se encontra no fato de a maioria das mulheres negras não escolherem o trabalho intelectual como sua vocação (HOOKS, 1995). No Brasil, grande parte delas ocupa a base da pirâmide social, o que lhes impõe condições de vida, trabalho e saúde precarizadas. Somos minorias em espaços de poder e representação política⁵. Além

³ Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/uma-intelectual-diferentona/> Acesso em: 10/06/2022.

⁴ Gloria Jean Watkins é o nome de batismo de bell hooks. O pseudônimo, uma homenagem à sua bisavó Bell Blair Hooks, é grafado em minúscula é um posicionamento político da autora. Sobre assunto ver: <https://diretorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vao-ou-perdemos-bell-hooks>. Acesso em: 19 de jan. 2024.

⁵ Mesmo sendo mais da metade da população e do eleitorado, as mulheres ainda tem baixa representação na política institucional. Contudo, a sub-representação das mulheres na política é maior entre as indígenas, quilombolas, negras e trans. Disponível em:

disso, enfrentamos mais dificuldades para acessar o ensino superior e permanecer nele, assim como ter nossos projetos de pesquisa financiados; e nossos escritos, publicados.

No âmbito de atuação política, passei por momentos conturbados, com a perda de dois amigos do MST que conquistei por meio da minha inserção na Pastoral da Terra, contexto no qual comecei a apoiar as ações de mulheres organizadas no Setor de Saúde do MST. Regina dos Santos Pinho e Cícero Guedes, ambos do assentamento Zumbi dos Palmares, foram assassinados brutalmente. Apesar de ambos terem lutado pela terra na região, a trajetória política de Regina e a importância do papel de mulheres como ela continuam sendo desconsideradas.

Durante as investigações de sua morte, recebi o telefonema de uma jornalista do Setor de Comunicação do MST que indagou se a morte de Regina ocorreu por razões de conflitos agrários, e, em um determinado momento da conversa, ela perguntou se Regina era mesmo uma “liderança”. Diferentemente de Cícero, que adquiriu visibilidade política nas ocupações e em outras ações desse Movimento na região, Regina atuava nos bastidores, contribuindo com a realização de atividades de menor prestígio social, consideradas femininas em nossa sociedade. Nas ocupações de terra e nos encontros do Movimento, a maior parte das mulheres estão inseridas nos setores de educação e saúde, apesar de também contribuírem em outras esferas, como a produção e a comercialização de produtos agrícolas e artesanais.

Na caminhada com as mulheres negras sem-terra⁶, pude perceber que construir solidariedade entre nós é uma forma de restituir nossa humanidade. As contribuições delas, no entanto, são desconsideradas em termos políticos e epistêmicos. De fato, pouco sabemos sobre elas, suas histórias de vida, de que forma elas percebem e constroem saídas para os problemas que enfrentam e como elaboram estratégias, pensam o mundo e intervêm nele. Além disso, muitas leituras sobre elas são distorcidas e preconceituosas, com afirmações que indicam que “elas não participam” ou “não têm consciência política”. São vistas ou representadas, muitas vezes, apenas pelo ponto de vista da falta, da escassez e da negação.

Na tentativa de sistematizar a experiência organizativa dessas mulheres, encontrei dificuldades não apenas pela falta de registro sobre elas, mas também pelos

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica> Acesso em: 01/08/2022.

⁶ Nesta pesquisa, utilizo o termo “sem-terra” para me referir a pessoas que residem e/ou atuam nos acampamentos e assentamentos, assim como nas instâncias políticas do MST.

limites conceituais das abordagens teóricas e metodológicas tradicionais⁷. Ter acesso a ferramentas epistêmicas que me permitissem revelar a dinâmica e a complexidade da história de mulheres negras é um movimento cheio de tensões, um percurso que está por se fazer. Nele, me reconheci, reencontrei-me com a minha própria história, a das minhas ancestrais e a de muitas mulheres que me formam. Essa é uma história não só de dor e feridas abertas, mas também de alegrias, sonhos e muitas conquistas. São histórias de mulheres que fazem história, que mais sofrem com as opressões sociais, mas que, sobretudo, constroem ferramentas de lutas contra o sexismo e o racismo em seus cotidianos.

Essas são algumas das questões que orientaram a elaboração deste projeto de tese, um percurso formativo que é fruto também do apoio e do estímulo que recebi de familiares e amigos, os quais insistentemente me motivaram a tentar novamente a seleção para o doutorado, em 2018. A aprovação no curso trouxe-me muita alegria, mas também preocupações. Por medo de não dar conta, autossabotava-me e pensei muitas vezes em desistir, pois conciliar agenda de estudos com o autocuidado/cuidado coletivo, o trabalho profissional e o ativismo permanece sendo um desafio, sobretudo para nós, mulheres negras. Mas, a despeito de tudo isso, como afirma a cantora paulistana Jup do Bairro,⁸ protagonizamos um movimento de (des)construção de teorias, estéticas e culturas, que propõe outras formas de ser e produzir conhecimento, arte e mundos; descolonizar mentes e corpos; sentir, pensar e (re)criar contranarrativas de poder, saber e ser.

Ao longo dessa trajetória política e acadêmica, (re)encontrei pessoas, grupos e *espaços seguros* com os quais pude compartilhar as angústias e os avanços da pesquisa. Esse apoio foi fundamental para que eu pudesse continuar nessa jornada de produção de conhecimentos comprometidos com os projetos de grupos historicamente subalternizados. Aprendi a “erguer a voz”, como nos ensina bell hooks; não me calar diante de posturas racistas e sexistas nos espaços familiares, nos movimentos sociais e nas instituições de ensino nas quais atuo. Por meio da insígnia “nossos passos vêm de longe!”, eternizada por Jurema Werneck, compreendo que, como intelectual negra, produzo conhecimentos a partir de mulheres negras e por elas, parafraseando Joselina da Silva.

⁷ Sobre o assunto ver Martins (2015).

⁸ Trecho da entrevista concedida pela artista. Disponível em: https://www.facebook.com/DeezerBrasil/videos/ic%C3%B4nicasjupdobairro/711853996553887/?local_e=hi_IN Acesso em: 10/06/2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, a década de 1980 é apontada como marco da participação das mulheres camponesas em espaços de participação política (DEERE, 2004; MEDEIROS, 2010). Nesse período surgem novas formas de organização política, tais como:

O Movimento de Mulheres Agricultura (MMC-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, a Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO) em 1985, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Sergipe (MMTR-SE), a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu (AMQCM) em 1989, atualmente Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB) e finalmente a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR-CONTAG) em 1995. (NOVARRO, 1996 *apud* BARDALO, 2011, p. 58-9).

Posteriormente, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) passou a reunir mulheres ligadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do Movimento Atingidos por Barragem (MAB) e da CPT (MEDEIROS, 2010). Em 2004, essa articulação passou a se autodenominar Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

De acordo com Renata Gonçalves (2009), as mulheres do MST passam a forjar espaços coletivos visando propiciar a busca de soluções para os problemas que enfrentam em seus cotidianos. O trabalho realizado por Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008) aborda a atuação política de mulheres no contexto da luta pela terra para destacar que

As mulheres mobilizadas pelo MST que chegam aos acampamentos e aos assentamentos com uma experiência de militância geralmente atuam em trabalho de organização de grupos [e estabelecem] redes com outros espaços de militância. Já as mulheres não engajadas em espaços de militância abrem-se a possibilidade de investimentos na militância [...]. (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 225).

No assentamento Zumbi dos Palmares, a participação de mulheres em

instâncias políticas foi registrada em estudos distintos (MANHÃES; PEDLOWSKI; 2002; LEWIN, 2005). Segundo Manuela Manhães e Marcos Pedlowski (2002), elas possuíam um perfil singular, pois são “[...] mulheres separadas, viúvas que se encontravam em ascensão política e econômica dentro do assentamento, construindo seu papel como agricultoras e trabalhadoras rurais [...]” (MANHÃES; PEDLOWSKI, 2002, p. 565).

Dados da pesquisa de campo nesse assentamento, realizada por Helena Lewin (2005), apontam que o engajamento dessas mulheres nessas instâncias estaria relacionado ao processo de ampliação de sua consciência política impulsionado pelos debates dos sindicatos rurais e pelos movimentos sociais. Mas, para a autora, essa força mobilizadora ocorre de forma mais efetiva durante as ocupações quando se reivindica o direito à posse da terra (LEWIN, 2005). Nesta pesquisa, consideramos o processo organizativo das mulheres nesse assentamento como ação do movimento de mulheres camponesas⁹ na região, que fomentou a incorporação do debate sobre questões de gênero nos programas de reforma agrária, contudo ao negligenciar a problemática da raça e do racismo no contexto da luta pela terra, essa política acaba por invisibilizar estruturas de dominação que subalternizam e desvalorizam as contribuições políticas de mulheres negras nesses territórios.

Ao propormos o estudo da trajetória de vida de mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho no Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, RJ, partimos das seguintes questões: que ideias têm orientado as concepções e as práticas políticas desse grupo? Qual é o entendimento dessas mulheres sobre suas trajetórias nesse processo organizativo? Enfim, buscamos compreender os sentidos das ações desenvolvidas por elas nesse movimento e suas implicações nas redes familiares e de vizinhança nesse território, especialmente no que se refere à formulação de políticas públicas.

O interesse em analisar a trajetória organizativa de mulheres inseridas em coletivos sociais passa pela compreensão da forma pela qual essa experiência se conformou em ferramenta de mobilização e plataforma política em torno de demandas específicas de movimento de mulheres/feministas. Nesse sentido, a abordagem da dinâmica organizativa desse Coletivo tem como objetivo compreender os sentidos desse fazer político enquanto ferramenta de formação de mulheres negras sem-terra

⁹ Utilizamos “movimento de mulheres camponesas” para se referir a rede de articulação entre grupos e organizações de mulheres que apoiam ou atuam em parceria com as mulheres sem-terra na região.

na região.

A produção de literatura sobre as mulheres que vivem em contextos rurais surge em decorrência de estudos que apontam para a invisibilidade das contribuições econômicas das mulheres, ressaltando a reprodução de mecanismos hierárquicos entre os gêneros e gerações (MELO *et al.*, 2008). Outra perspectiva analítica refere ao “[...] enfoque da trajetória de mulheres que percorrem os caminhos da participação sindical e associativa, aderindo e atuando no interior dos movimentos sociais.” (CAPPELIN, 1987, p. 91). A partir dos anos de 1990, as análises sobre gênero influenciaram a produção de pesquisas referentes a problemáticas como o direito à posse da terra pelas mulheres, a divisão do trabalho no campo, a participação política nos movimentos camponeses, as políticas públicas para a geração de trabalho e renda para as mulheres rurais, entre outras (DEERE, 2004).

Para Delma P. Neves (2013), às transformações políticas e econômicas ocorridas nas últimas décadas influenciaram a dinâmica de organização e as formas sociabilidade no campesinato, em especial, a vida das mulheres. O que coloca novos desafios para os estudos nesse campo de pesquisa. Dessa forma, o estudo das trajetórias de vida das mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho e das formas como esse grupo repercute no cotidiano das famílias assentadas se torna uma reflexão fértil. Associado a isso, a investigação desse tema pode qualificar o debate em torno das políticas públicas voltadas para os territórios rurais.

A relevância desta proposta está na possibilidade de o trabalho fornecer aporte teórico para se pensar a questão da organização das mulheres em suas particularidades, principalmente no que diz respeito às implicações desse processo na conformação de uma cultura política com vistas à garantia de direitos para grupos historicamente subalternizados, submetidos a diferentes formas de desigualdades sociais. Essa situação foi agravada diante da crise política instaurada com o golpe político-jurídico-midiático que resultou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Houve como consequências a destituição de secretarias e ministérios e o congelamento de gastos públicos nas áreas sociais¹⁰, ações que afetaram sobremaneira a classe trabalhadora e os territórios periféricos onde moro e atuo como educadora.

Além disso, a pandemia da covid-19¹¹ impactou sobremaneira as condições de

¹⁰ Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 55.

¹¹ A covid-19 é uma doença infecciosa grave causada pelo coronavírus Sars-CoV-2, que tem alto potencial de transmissibilidade e distribuição global. Trata-se de uma nova cepa de coronavírus que

vida da população mais pobre, pois o desemprego e a informalidade no âmbito do trabalho cresceram absurdamente nos últimos anos. Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre os primeiros casos da doença na China. No Brasil, a pandemia dessa doença resultou no aumento dos níveis de pobreza, tendo forte impacto nas desigualdades sociais e na geração de emprego. Com a pandemia causada por essa doença, vivemos um luto coletivo com milhares de vidas perdidas, de modo que essa enfermidade tem impactado sobremaneira a vida das pessoas negras e pobres. A pobreza e a extrema pobreza alcançaram índices alarmantes. Em 2019, dados sobre desigualdades sociais por cor ou raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 75% da população mais pobre brasileira era formada por pretos e pardos. Essa parcela é desproporcional, já que esse grupo representa 55,8% do total de brasileiros. A pandemia expõe as desigualdades estruturais que caracterizam nosso país, sobretudo, no que se refere aos níveis de informalidade e desproteção social, bem como a injusta organização social do cuidado, que compromete o pleno exercício dos direitos de cidadania das mulheres.

Segundo Lucelia L. Pereira (2020), essas desigualdades sociais e raciais foram agravadas com as reformas de cunho regressivo com a Emenda Constitucional 95, o desinvestimento nas políticas sociais, a flexibilização da legislação trabalhista e a contrarreforma previdenciária. Além de determinantes como condições de trabalho precárias e acúmulo de tarefas domésticas, a pesquisa de Laetícia M. Jalil (2021) destaca o aumento da violência de gênero no contexto da pandemia da covid-19. Segundo esse estudo, o contexto gerado por essa doença reforçou a violência estrutural contra as mulheres que vivem em áreas rurais, ampliando ainda mais a situação de precariedade e vulnerabilidade vivida por elas (JALIL *et al.*, 2021).

As mulheres camponesas compõem um movimento de luta por igualdade e justiça social. Sob essa ótica, as experiências de “raça”, classe, gênero, sexualidades, entre outras categorias, também definem as lutas e as trajetórias políticas dessas participantes. Nesse sentido, partimos do entendimento de que a luta das mulheres camponesas envolve questões como relações de (re)produção e diversos tipos de violência e discriminações que se interconectam de modo a provocar vulnerabilidade e vivências distintas (XAVIER, 2019).

Para identificar a forma como esses eixos de opressão se articulam, Kimberlé

não havia sido identificada antes em seres humanos.

Crenshaw criou o conceito de interseccionalidade. Esse conceito surge como um projeto epistemológico e metodológico do feminismo negro, que torna visíveis as interações de opressões estruturais, como a raça, a classe social e o gênero, elementos que sustentam as desigualdades e os privilégios sociais (COLLINS, 2019). De acordo com Sirma Bilge (2009), o enfoque interseccional supera a ideia de reconhecimento das múltiplas formas de opressão para operar a partir de categorias e propõe a intersecção das formas de (re)produção das desigualdades sociais. No dizer da autora, “[...] a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado.” (BILGE, 2009, p. 70).

Segundo a historiadora Giovana Xavier (2019, p. 44), essa categoria nos possibilita “[...] compreender que classe é definida pelas experiências de raça, raça pelas experiências de gênero, gênero pelas experiências de sexualidade e vice-versa, sucessivamente”. Desse modo, a trajetória política das mulheres camponesas porta não apenas opressões, mas também diversas formas de luta que expressam a urgência em romper com as lógicas dominantes em todos os campos sociais, inclusive na construção de saberes. A produção de conhecimento sobre as experiências das mulheres negras sem-terra pode, nessa direção, contribuir para “[...] sustentar projetos de democracia e justiça social [...]”, pois “[...] através do estudo de um indivíduo podemos compreender a trajetória de grupos sociais.” (XAVIER, 2019, p. 168).

Sendo assim, os estudos feministas na perspectiva interseccional propõem um enfoque que envolve questões, como “[...] desigualdades, hierarquias sociais e privilégios ou situações de abjeções que impactam a realidade de sujeitos e grupos sociais”. Ainda que a dominação de gênero atravesse todas as camadas sociais, esse fenômeno tende a se manifestar “[...] de maneira mais abrupta e decisiva [nas] mulheres indígenas, negras, lésbicas ou trans que vivem na linha da pobreza, ou abaixo dela, experimentando todos os limites da exclusão social.” (CRESCÊNCIO *et al.*, 2017, p. 37).

Este estudo se insere na linha de pesquisa Estado, Sociedade, Meio Ambiente e Território do PPGPS. A natureza interdisciplinar do campo das Políticas Sociais favorece a superação das fronteiras entre os saberes científicos. Nesse sentido, a associação de métodos pode contribuir com o diálogo entre saberes e práticas diversas, assim como fomentar pesquisas comprometidas com a produção de conhecimentos emancipatórios. A investigação aqui pretendida se localiza

especialmente no Norte Fluminense, onde predomina, de modo histórico, um quadro de grandes desigualdades socioeconômicas. Com isso, os impactos da crise econômica, política e sanitária, sobretudo nos territórios campestres, complexificam os problemas contemporâneos e propõem novos desafios para o campo científico.

Desse modo, este projeto de pesquisa dialoga com os desafios sociais e políticos da vida contemporânea, buscando contribuir para a construção de conhecimentos sobre a trajetória organizativa das mulheres sem-terra no território fluminense. Essa experiência revela a lógica perversa da economia do petróleo e do alto índice de concentração de riquezas, já que contrasta com indicadores sociais, como os educacionais, os de distribuição de renda e os de violência, que evidenciam desigualdades sociais alarmantes agravadas pela covid-19.

Para a análise do processo organizativo do Coletivo Regina Pinho como ação política do movimento de mulheres camponesas no território fluminense, especificamente no município de Campos dos Goytacazes, RJ, definimos os seguintes objetivos específicos: 1. estudar as ideias que orientaram as concepções e as práticas políticas do Coletivo Regina Pinho no período de 2009 a 2019; 2. analisar as formas de atuação desse grupo nas redes familiares do assentamento Zumbi dos Palmares; e 3. discutir os sentidos que esse grupo adquire como ferramenta organizativa das mulheres negras sem-terra na região delimitada e as implicações para o debate das políticas públicas de enfoque territorial.

Partimos do pressuposto que o Coletivo Regina Pinho se constitui como espaço de formação e articulação de mulheres negras sem-terra na região Norte Fluminense. Esse processo organizativo nos permite pensar ferramentas políticas e educativas que contribuam com a problematização de posições hierárquicas que foram historicamente naturalizadas em todas as dimensões da vida social. A análise da trajetória organizativa de mulheres mobilizadas em torno de projetos coletivos exige o entendimento de que as construções sociais de gênero ocorrem nas interfaces com outros eixos de poder, como classe, raça, sexualidade e geração.

A escolha pelo recorte temporal se desenhou após a defesa do projeto de tese. Inicialmente, a ideia era abordar o período de 2009 a 2016, quando esse grupo surge e se consolida, enquanto estratégia de mobilização das mulheres no Zumbi. Com a ampliação do período analisado, para 2019, buscamos destacar também os principais desdobramentos desse processo organizativo, um movimento dinâmico e complexo, ainda muito compreendido. Desse modo, dialogamos também com o contexto político

e econômico mais amplo, uma vez que o mesmo produziu impactos singulares nos territórios rurais, em especial, sobre a vida das mulheres assentadas.

A revisão de literatura¹² foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática “organização de mulheres camponesas”. Os temas mais recorrentes identificados envolvem questões como “protagonismo das mulheres camponesas” (DELBONI, 2017; REFETI, 2015). Essa abordagem considera o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como sujeito político, que desenvolve novas formas de organização, mobilização e luta feminista em favor dos direitos humanos (TABOAS, 2004). Nesse sentido, as experiências de auto-organização das mulheres camponesas, em grupos, associações e/ou redes de movimentos, têm sido interpretadas como uma construção feminista (FUNARI, 2016), assim o protagonismo delas na luta pelo direito e pela igualdade de gênero emergiria como necessidade de transformar estruturas de dominação como o patriarcado (SILVA, I., 2016).

Mais recentemente, o movimento de mulheres camponesas tem sido caracterizado pelo termo *feminismo camponês*, por ter como base a criação de relações mais igualitárias (BARBOSA, 2016). Esse “novo feminismo” se estrutura como um movimento cotidiano de luta pela soberania alimentar; pela manutenção dos laços de solidariedade; pela socialização do trabalho, mediado pelo ser/fazer das mulheres camponesas; pela defesa de bens materiais; pelo reconhecimento da natureza como portadora de direitos; pela defesa da diversidade; e pela dinâmica produtiva como bens comuns (SILVA, 2014). Com isso, as mulheres constroem alternativas para sair da situação de exploração capitalista/opressão patriarcal, pois elas assumem o protagonismo de uma história de luta/organização/formação por meio do “feminismo camponês popular” (CINELLI, 2016).

Uma outra linha de pesquisa enfoca a produção de conhecimentos socioambientais em área de assentamentos rurais (SOUZA, 2015), a exemplo do uso de plantas medicinais e de outros recursos naturais por integrantes do MMC, especificamente na região sul do país (BETTANI, 2013). Para tanto, investigam as práticas de produção agrícola para compreender as conexões entre a noção de sustentabilidade e os modos de vida das mulheres camponesas. Nesse sentido, a participação das mulheres em grupos produtivos com enfoque agroecológico é vista como uma estratégia de desenvolvimento local e de promoção da igualdade de gênero

¹² Realizada a partir do sistema de busca de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) trabalhos publicados no período de 2013 a 2017.

(SILVA, F., 2016). A análise de questões relacionadas às questões de saúde e educação são centrais nesse tipo de abordagem (BOCCHINI, 2013). Desse ponto de vista, o MMC seria um espaço que possibilita às mulheres resgatar e construir novos significados de integralidade à saúde e fortalecer as identidades delas, assim como construir ferramentas organizativas para a garantia de direitos frente às recentes e frágeis políticas públicas de saúde nos territórios camponeses (PULGA, 2014).

De modo geral, há um consenso nos trabalhos analisados: as mulheres vivenciam práticas e experiências sustentáveis fundadas em um projeto de agricultura camponesa agroecológica e feminista. A mesma colocação não pode ser feita quanto às interpretações dos resultados das ações desses movimentos, havendo posições mais otimistas, que defendem que essas vivências possibilitam papéis mais igualitários entre homens e mulheres (SILVA, F., 2016); como também visões mais pessimistas, que afirmam que a participação das mulheres em grupos e movimentos agroecológicos não resulta necessariamente em maior visibilidade delas e do trabalho realizado por elas (RAMOS, 2016). Isso tende a ser explicado pelo acesso limitado a recursos pelas mulheres camponesas (comparando-as a seus companheiros), mesmo que estas atuem, cada vez mais, em espaços de participação política. Além disso, há o fato de os movimentos agroecológicos não enfatizarem a questão de gênero como princípio orientador de suas ações (VILLOTA, 2014). Outra dimensão problematizada nos estudos que tratam das questões ambientais no campo se refere às repercussões do processo de modernização agrícola no modo de vida e produção das mulheres camponesas, visando compreender como essas transformações impactam nas condições do trabalho delas no agronegócio, na agricultura familiar e no trabalho doméstico (SILVA, 2014).

Por último, a perspectiva do *trabalho feminino* tem sido abordada para evidenciar o uso singular dessa denominação como “ajuda”, situação que reflete a invisibilidade e a falta de reconhecimento da mulher no meio rural (HERRERA, 2015). Assim, a marginalização do trabalho feminino no setor agrícola seria consequência da divisão sexual do trabalho, que resulta no estabelecimento de estruturas desiguais na organização da produção, nas relações de poder e nas formas de uso da terra (YUSUKA, 2016). Nesse caminho, algumas pesquisas destacam também que as dificuldades de sobrevivência das famílias assentadas, de modo geral, resultam na venda de seus lotes e/ou no acesso a postos de trabalhos precarizados, o que tende a afetar principalmente as mulheres (SOUZA, 2015). Assim, os aprendizados do

universo de trabalho e luta das mulheres camponesas diante da cultura patriarcal tendem a ser lidos como estratégias de (re)produção do campesinato sob o enfoque de gênero (CONTE, 2014).

Nesse enfoque, a ideia da multifuncionalidade é utilizada como forma de valorização do papel das mulheres no campo. Essa leitura tem sido apresentada como uma ferramenta que permite evidenciar tanto as atividades de cunho produtivo quanto às atividades de caráter não produtivo. Com isso, haveria a possibilidade de reinterpretar o papel das mulheres no meio rural (HERRERA, 2015). Esse tipo de análise, entretanto, desconsidera o fato de que a organização produtiva obedece à lógica patriarcal (espaços em que mães/filhos se inserem de forma subalternizada), já que as tarefas exercidas pelas mulheres são consideradas mais “leves” e exigem mais cuidados do que as desenvolvidas pelos homens. Além disso, elas são sobrecarregadas pelo fato de serem única e exclusivamente responsabilizadas pelos afazeres domésticos e pelas ações de cuidado. Com isso, essa abordagem costuma reduzir suas análises às relações de poder no grupo familiar, o que cria um falso dualismo entre as esferas pública e privada (MESQUITA, 2016).

Esses estudos contribuíram para a compreensão das condições de vida das mulheres camponesas, no sentido de problematizar as formas de reprodução de relações desiguais entre homens e mulheres em diferentes contextos socioculturais e históricos. Ainda são, contudo, poucas as pesquisas que problematizam a questão da violência doméstica e os impactos referentes à conjuntura de desmonte de políticas sociais, como a assistência técnica, o crédito e os serviços de proteção e enfrentamento à violência doméstica no âmbito da reforma agrária. Além disso, faltam análises que considerem a problemática da “raça” e do racismo em contextos rurais, no sentido de abordar as intersecções entre distintos marcadores sociais, como classe, sexualidade, raça e território.

Ademais, esses estudos ao privilegiar a dimensão de gênero e/ou de classe desconsideram as intersecções das opressões sociais. Isso tende a dificultar a compreensão dos efeitos dessas estruturas de poder nas condições de vida das mulheres camponesas, que, em sua maioria, são negras (IBGE, 2017) e estão submetidas às opressões baseadas na tríade gênero, raça e classe. No que diz respeito ao papel do Estado e das políticas públicas para o campo nas últimas décadas, enquanto alguns estudos apontam para os benefícios que algumas políticas para as mulheres trouxeram para o fortalecimento das atividades femininas no campo

(BECHER, 2015); outros realçam os limites da “construção democrática participativa” ao esclarecer que a gestão das políticas públicas de cunho neoliberal pouco contribuiu com a transformação dos territórios marginalizados (CRUZ, 2015).

Ressaltamos que este referencial foi publicado no contexto político do governo da presidenta Dilma Rousseff¹³, período em que foram fortalecidos programas e ações governamentais visando à igualdade de gênero. Não por acaso, essa gestão é reconhecida pelo maior número de nomeações de ministras da história do país. Verifica-se, no entanto, que essa mesma gestão foi criticada por movimentos e organizações feministas por não avançar em pautas como os direitos reprodutivos (WOORTMAM, 2010). A publicação desses estudos foi precedida pela consolidação de iniciativas a exemplo do Prêmio Margarida Alves¹⁴ de Estudos Rurais e Gênero, criado pelo MDA, em 2005. Essa premiação visou promover o registro de relatos de experiências e memórias de mulheres rurais (WOORTMAM, 2010).

Em 2008, ocorreu a publicação do livro intitulado *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*¹⁵, que reuniu diversos artigos acadêmicos que problematizam a presença das mulheres no âmbito da luta pela terra. Esses trabalhos abordam aspectos fundiários, de produção e reprodução, das relações familiares, das lutas dos movimentos sociais do campo e das políticas públicas (LOPES; BUTTO, 2008). Assim, esse movimento teórico e político seria expressão da construção de diálogos entre distintas organizações de mulheres e camponesas, orientados por um conjunto de políticas públicas¹⁶ dirigidas à promoção da autonomia econômica, no sentido de superação das desigualdades que marcam profundamente a vida das mulheres assentadas (LOPES; BUTTO, 2008).

A coletânea intitulada *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento político*, publicada em 2013, compreende uma série de artigos que versam sobre as formas de participação de mulheres em projetos diversos cujo objetivo é a reprodução da família camponesa, tanto em relação às dimensões econômica e cultural quanto pelo exercício da mediação política em movimentos

¹³ O primeiro mandato foi exercido no período de 2011 a 2014. A ex-presidenta Dilma foi reeleita para o segundo mandato em 2015 e sofreu *impeachment* em 2016.

¹⁴ Tendo como inspiração a líder sindical assassinada em 1983, em Alagoa Grande, na Paraíba.

¹⁵ Publicação organizada por Adriana L. Lopes e Andrea Butto, à época, coordenadora executiva do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural e coordenadora geral do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, respectivamente.

¹⁶ Como o II Plano Nacional de Reforma Agrária e as duas primeiras edições do Plano de Políticas para Mulheres (LOPES; BUTTO, 2008).

sociais e/ou como quadros institucionais (NEVES; MEDEIROS, 2013).

Os estudos sobre a trajetória das mulheres camponesas nos movimentos sociais ou em espaços políticos dos acampamentos e assentamentos rurais costumam abordar questões relacionadas ao protagonismo dessas participantes e tendem a focar os desafios e os limites da participação política dessas mulheres em suas relações com outras esferas sociais, como a família e o trabalho. Nesse escopo, destacamos a seguir quatro trabalhos que portam relações com a questão de estudo desta pesquisa. O trabalho de Gema L. Esmeraldo (2013) investiga o protagonismo e a trajetória de mulheres camponesas por reconhecimento econômico e social. Esse artigo aborda o processo de exclusão social, política e econômica das mulheres no contexto rural. Com isso, evidencia a experiência de mulheres na luta camponesa como estratégia que possibilitou a invenção de novos campos políticos, a exemplo do Movimento de Mulheres Autônomas, que contribuiu para inserir o debate sobre gênero nos projetos de ação dos movimentos sociais rurais.

Neiva Furlin (2013) estuda *o discurso e as práticas de participação das mulheres sem-terra*. A pesquisa registra aspectos inerentes ao presente trabalho, pois problematiza a forma como as mulheres tomaram a frente nas reflexões sobre os problemas relacionados tanto à sua participação nos movimentos quanto à incorporação da luta de gênero no debate sobre a reforma agrária. Segundo Furlin (2013), isso ocorreu devido à abertura de espaços de participação para as mulheres, tanto nas instâncias desse Movimento quanto nos acampamentos e nos assentamentos rurais. Segundo a autora, esses canais, no entanto, não se materializam sem conflitos, dada a hierarquia de poder, em grande parte, exercida pelo sexo masculino, mas esse poder não é absoluto, uma vez que uma pequena parcela delas também participa dessas estruturas.

Vera Lúcia Ferrante (2013) trata das questões de gênero no âmbito dos assentamentos rurais. Essa pesquisa registra histórias de mulheres marcadas por discriminações e preconceitos fundados por visões patriarcais e pelo histórico processo de exclusão das trabalhadoras rurais, em termos de acesso a direitos, em vários assentamentos rurais do estado de São Paulo. Por meio desse enfoque, a autora problematiza a relação entre produção e reprodução social no cotidiano dos assentamentos rurais. Nessa análise, a autora relaciona as experiências de diversificação da produção a mecanismos alternativos de geração de renda. Nesse caminho, Ferrante (2013) evidencia as relações estabelecidas entre mulheres

assentadas com diferentes mediadores. O trabalho aponta que a prática das assentadas reside em uma racionalidade que transita em relações complexas entre resistências e acomodações. Assim, o fato de as mulheres desempenharem papéis centrais nessas experiências se contrapõe aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e os papéis sociais baseados no sexo historicamente estabelecidos, pois, se, de um lado, elas estão em uma posição de subalternidade social; de outro lado, suas estratégias políticas portam aspectos inovadores que interferem no cotidiano no qual estão inseridas, uma vez que suas experiências geram aprendizados coletivos e fomentam projetos individuais e coletivos.

A pesquisa designada *Razões da participação das mulheres em grupos produtivos*, da professora Regina Bruno (2011), com a colaboração de uma equipe do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)¹⁷ da UFRRJ, oferece um olhar abrangente sobre as experiências produtivas de organização de mulheres em assentamentos rurais. Esse estudo mapeou grupos produtivos de mulheres rurais, em diferentes regiões do país, a saber, o Grupo Rio Fábrica, na região Norte; o Grupo Liberdade, na região Nordeste; o Grupo Fibra e Arte, na região Sudeste; o Grupo Anescha, na região Sul; e o Grupo Pé da Serra, na região Centro-Oeste. Esses grupos surgem, segundo a autora, a partir dos anos 2000, em meio a uma conjuntura de incentivo à organização e à implementação de programas voltados para as mulheres e de políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e de populações tradicionais do campo.

Essa análise revela que as narrativas dessas mulheres expressam uma cultura política que aciona o associativismo diante das dificuldades vivenciadas nos assentamentos rurais. Esse processo, porém, é marcado pela “[...] informalidade e padece de certa dificuldade para se adequar à lógica de produção que supõe alto grau de racionalidade na ação econômica.” (BRUNO, 2011, p. 188). Isso implica, diversas vezes, saídas de algumas mulheres e entrada de outras, indicando certa instabilidade, elemento constitutivo desse processo. Outro aspecto discutido por essa pesquisa se refere ao perfil das integrantes de grupos produtivos de mulheres rurais. Segundo dados levantados nesse estudo, “[...] as mulheres são, de modo geral, de origem rural, assentadas da reforma agrária e da agricultura familiar, casadas e com filhos [...]” e “[...] realizam atividades extras para aumentar a renda pessoal ou familiar, por meio

¹⁷ A sigla refere-se ao nome de surgimento do programa, “Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento e Agricultura”. Mesmo após a modificação, ela foi mantida porque é conhecida nacional e internacionalmente.

de trabalhos informais desenvolvidos dentro e fora do assentamento.” (BRUNO *et al.*, 2013, p. 221). Além disso,

A maior parte delas se autodenominam “não brancas”. Trata-se de mulheres com idade média de 46 anos, no final do ciclo reprodutivo, [que] possuem rica experiência em grupos associativos, instâncias representativas, partidos políticos e movimentos sociais. [E] estão inseridas em instâncias políticas dos assentamentos, parte delas em cooperativas de produção e integram sindicatos de trabalhadores rurais, sendo a filiação menor. (BRUNO, 2013, p. 222).

Nesse sentido, o surgimento desses grupos estaria relacionado às expectativas de melhoria das condições de vida tanto do ponto de vista econômico quanto do social e do político. A literatura consultada aponta que essas experiências não expressam uma igualdade de condições entre homens e mulheres. Tal abordagem se insere nos estudos de gênero, que tendem a ser entendidos no âmbito da cultura, designando papéis sociais para homens e mulheres em uma dada sociedade.

A incorporação da análise de gênero nos estudos sobre os assentamentos de reforma agrária tem ressaltado o papel das mulheres no contexto da luta pela terra. Esses escritos também contribuíram com a visibilização da ação das assentadas em diferentes contextos sociopolíticos. Desse modo, sinalizam para a construção de um olhar mais crítico em relação à experiência das mulheres na reforma agrária e para o reconhecimento das desigualdades de gênero no meio rural brasileiro. Percebe-se, no entanto, em sua grande maioria, que tendem a negligenciar as opressões interseccionais, sobretudo nos aspectos de raça e do racismo.

O campo dos estudos de gênero envolve discussões promovidas pelos movimentos feministas, que desenvolveram distintas abordagens sobre as experiências vivenciadas por mulheres, abordagens essas que estão relacionadas a questões como sexualidade, participação política, relações de trabalho, entre outras temáticas. Pensadoras negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis e bell hooks, criticam categorias consideradas universais, a exemplo do termo *mulher*, tomado de forma homogênea. Assim, a ideia de uma *mulher universal*, representada por expressões estanques e polarizadas, desconsidera as relações de poder desiguais entre as mulheres.

A antropóloga Lélia Gonzalez acrescentou contribuições nesse campo de discussão ao denunciar o racismo e o sexismo que subalterniza as mulheres negras. O pensamento de Gonzalez enfatiza o protagonismo negro, especialmente das

mulheres negras, na formação sociocultural do país, materializando-se em textos essenciais para a consolidação do feminismo negro e para o pensamento social brasileiro. Para a filósofa Djamila Ribeiro (2017), a obra de Gonzalez reflete também a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo hegemônico brasileiro e a consequente reprodução do feminismo europeu por esse movimento, que não dava a devida importância à realidade das mulheres dos países colonizados (RIBEIRO, 2017).

Na América Latina, esse movimento teórico envolve discussões sobre colonialidade e poder realizadas pelo peruano Aníbal Quijano, o giro decolonial do final dos anos 1990 (AKOTIRENE, 2019). Nota-se, porém, que a filósofa argentina María Lugones chama atenção para a pouca atenção dada aos aspectos de gênero e raça, tanto em temas econômicos quanto históricos sobre colonialidade. Buscando superar tais limitações, a autora sugere o conceito de colonialidade de gênero, relacionando-o às formas de colonialidade do ser, do poder e do saber (AKOTIRENE, 2019). Por meio da noção de sistema colonial/moderno de gênero e da intersecção das categorias *raça*, *gênero* e *colonialidade*, os autores latino-americanos formulam críticas ao colonialismo, ao imperialismo e ao monopólio epistêmico ocidental do Norte Global (AKOTIRENE, 2019).

Com isso, abre-se um campo de pesquisa interdisciplinar que busca compreender como se constituem as representações sociais dos sexos em termos histórico e culturais, já que, associadas aos estudos de gênero e dos processos de poder e dominação, estabelecem-se discussões que consideram a classe, a raça/a etnia e a sexualidade, que complexificam os estudos nessa área temática.

A escolha das obras das autoras referenciadas nesta proposta de pesquisa justifica-se pela potencialidade expressa no entendimento de que as diferenças entre as mulheres (distinções de classe, raça, etnia e sexualidade) conformam suas experiências de vida. Sob essa ótica, visibilizar as múltiplas estruturas de poder que operam em articulação com a desigualdade de gênero pode contribuir com a melhor compreensão dos limites da emancipação das mulheres nas sociedades capitalistas, em especial, das implicações dessas estruturas na vida das mulheres camponesas (ROSSO, 2006).

As questões que buscamos compreender por meio desta pesquisa nos instiga a propor um caminho de investigação que valorize as experiências cotidianas e as trajetórias de vida das mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho. Nesse sentido,

objetivamos compreender os sentidos que essa experiência adquire como ferramenta política de mulheres que vivem e atuam em contextos rurais.

Esta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, que permite o estudo do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes que os sujeitos possuem a respeito do que vivem e de si mesmo (MINAYO, 2013). Para o alcance dos objetivos da pesquisa, optamos pelo uso da história oral como ferramenta de apreensão de fatos vividos no passado-presente, no sentido de reconstrução sócio-histórica, para registrar informações sobre a trajetória de mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho.

Para a pedagoga e doutora em Educação Maria Clareth G. Reis, a história oral é uma ferramenta utilizada nas ciências humanas e justifica-se por seu caráter multidisciplinar (REIS, 2017). Assim, buscaremos sistematizar a experiência organizativa das mulheres, “[...] a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina, mas sobretudo papéis informais, improvisações e resistências.” (DIAS, 1994, p. 374). Essa literatura tem ressaltado as possibilidades dessa técnica, no sentido de permitir aos sujeitos elaborarem suas próprias narrativas. Ricoeur (1997) chama atenção para os limites desse instrumento de pesquisa, uma vez que essas narrativas são constituídas de recordações e esquecimentos. Desse modo, essa ferramenta proporciona

[...] o acesso às histórias ocultas de grupos marginalizados, trabalhadores, mulheres, indígenas e permite explorar aspectos da experiência histórica em seus significados subjetivos. Sendo as narrativas de vida tratadas como um objeto de análise, torna-se um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da memória histórica, ou seja, as representações construídas e reelaboradas pelo narrador. (KUHN, 2001, p. 8).

Nessa perspectiva, o registro de narrativas da experiência humana, de acordo com Thompson (1992), ocorre com fins de captar o que as pessoas vivenciam, uma vez que privilegia agentes que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas e visões de mundo, sendo uma forma de aproximar-se do objeto de estudo (FREITAS, 2002). Lançar mão de narrativas de vida para analisar a trajetória organizativa de mulheres inseridas em coletivos sociais possibilita, portanto, “[...] verificar a liberdade que os agentes dispõem, [assim como] observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos não isentos de contradições.” (GIOVANNI, 1999, p. 24).

Para Jaqueline Conceição da Silva (2021), não se trata apenas de falar de

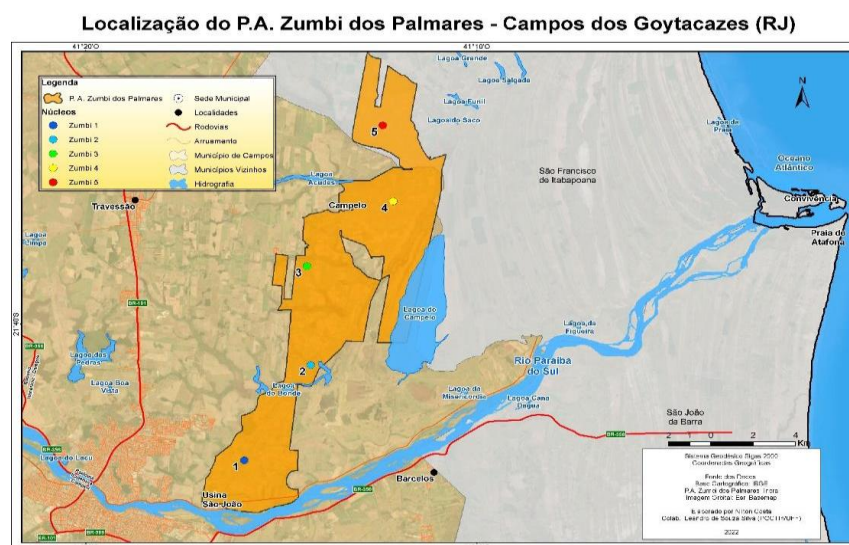
experiências de vida, mas de pensá-las como algo que nos atravessa, porém esse atravessamento não define aquilo que se vê, mas dialoga com ele. Nesse sentido, a narrativa é aqui entendida “[...] como uma forma de interpretação das experiências individuais e coletivas como veículo de sentido.” (SILVA, 2021, p. 7–8). Segundo a antropóloga, é na construção cotidiana das ações que as mulheres negras têm buscado outras formas de inscrever a memória negra partilhada. Nesse sentido, ela chama atenção para o fazer político que tais mulheres têm produzido no enfrentamento do racismo e do sexismo a partir da experiência nas mais diversas formas de expressão, como a literatura, a música, os partidos políticos, os coletivos universitários, os terreiros de candomblé, os grupos de mulheres, entre outros. Sendo assim, os relatos de vida das integrantes do Coletivo Regina Pinho são elementos essenciais para a compreensão da dinâmica organizativa das mulheres negras sem-terra no território fluminense, no sentido de realçar a atuação política desse grupo no Zumbi dos Palmares.

O assentamento¹⁸ Zumbi dos Palmares, foi criado em 1997, pode ser considerado uma das principais conquistas do MST. Resultado de uma ocupação de terras pertencentes ao complexo de fazendas da antiga Usina São João, área de 8.000 hectares que haviam sido usadas quase exclusivamente para o plantio de cana de açúcar. Nesse território, vivem mais de 500 famílias¹⁹ que possuem ocupações diversas e origens rurais e urbanas. Esse assentamento compreende as fazendas que faziam parte do conjunto da antiga usina sucroalcooleira São João: Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, conforme a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Localização do P.A. Zumbi dos Palmares – Campos dos Goytacazes (RJ)

¹⁸ O termo assentamento surge em meados da década de 60, e implica situações em que ocorrem transferência e/ou alocação de famílias. Essa concepção foi criada pelo Banco Mundial para orientar programas agrários visando a produção de alimentos e a redução da pobreza em países latino-americanos (BARCELOS, 2014).

¹⁹ Com uma composição social formada por ex-trabalhadoras e trabalhadores da usina oriundos de diferentes bairros e favelas da Região de Campos, assim como de outras regiões do estado do Rio de Janeiro mobilizados pelo MST, além de membros de sindicatos dos trabalhadores rurais de São Francisco de Itabapoana.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Fisicamente, essa área se estende da margem esquerda do rio Paraíba do Sul, a leste da cidade de Campos dos Goytacazes até o distrito de Floresta, em São Francisco de Itabapoana, que foi dividida em 506 lotes, distribuídos em cinco núcleos. Conforme Esmeraldo (2008), a gestão política e produtiva dos assentamentos se dá por meio de canais associativos, modelo de organização definido pelo INCRA.

Essa estrutura política visa proporcionar uma interlocução formal das entidades externas, órgão governamental e não governamentais; permitir a realização de convênios entre as mesmas; garantir um espaço de debate, planejamento e avaliação coletiva; potencializar a partir de toda (o)s assentada (o)s a gestão política, produtiva, e financeira dos projetos para os assentamentos, regido por um estatuto que explicita os direitos e deveres de cada associado, que passam a ter voz e voto nas reuniões e assembleias da associação. (ESMERALDO, 2008, p. 191).

De modo geral, os representantes eleitos pelos associados de cada assentamento, pessoa cadastrada no INCRA como titular do lote, passam a representar e dialogar com órgãos governamentais e não governamentais diversos para “[...] a definição dos lugares da produção agrícola de uso familiar, área de reserva legal e a construção das moradias, geralmente organizadas em pequenas vilas” (ESMERALDO, 2008, p. 191).

A organização política das famílias assentadas apresenta um histórico conflituoso, pois muitas delas têm dificuldades de se sentirem representadas por essa forma de associação (GOMES JÚNIOR, 2018). Zinga (2002) constatou que apesar da maioria dos assentados participarem das agendas das organizações a que são filiados, as visões sobre o papel dessa instância e de suas lideranças é conflituosa.

A maior parte dos associados esperava obter apoio, por parte destas organizações e seus líderes, para resolução de dificuldades encontradas na implementação de suas atividades. Essa percepção tende a provocar divergências entre líderes e associados. Outros ainda discordam da dinâmica dos líderes das associações e preferem agir por conta própria. O que indicaria a influência direta do INCRA (e talvez por causa disto) na orientação das decisões individualizadas tomadas dentro do núcleo familiar. (ZINGA, 2002, p. 42).

Assim, para esse autor, o surgimento desses canais, no Zumbi, não refletiria um maior nível de organização interna nesse assentamento. Assim, essas lideranças teriam dificuldades para encaminhar “as demandas de seus representados juntos aos organismos institucionais e influenciar na dinâmica interna desse assentamento” (ZINGA, 2002). Esses conflitos geravam a percepção de que não havia grandes vantagens na participação das assentadas e assentados nessas instâncias.

Com a distribuição dos lotes de terra para as famílias acampadas, cinco lideranças foram eleitas, para as respectivas Associações dos núcleos que compreende o assentamento Zumbi dos Palmares. Destas, quatro lideranças eram mulheres²⁰. No núcleo IV²¹, também foi criada uma cooperativa, considerando o modelo proposto pelo MST, inicialmente dirigida por uma mulher.

Ainda que tomemos como referência esse território, também consideramos as redes de relações estabelecidas pelo Coletivo no sentido de identificar a dimensão e os contornos regionais e, até mesmo, estaduais que essa experiência organizativa adquire à medida que as integrantes desse grupo dialogam com as instâncias políticas do MST no estado do Rio de Janeiro e estabelecem interações com outros movimentos e organizações sociais²².

O período analisado nos permitiu reunir elementos inerentes a fatores de emergência do fenômeno investigado e seus possíveis desdobramentos. Assim, a análise dessa dinâmica social pretende considerar também “[...] o modo pelo qual estas narrativas se relacionam com eventos macrosociais.” (LEVI, 1932 *apud* GUÉRIOS, 2011, p. 15). Para tanto, serão realizadas entrevistas de história de vida com as integrantes do coletivo.

Baseada em um estudo de Verena Alberti, Reis (2017) acrescenta que a entrevista de história de vida permite gerar dados para a investigação, pois essa

²⁰ Esse perfil permanece, pois não houve renovação dos quadros políticos desde então. Durante a realização do trabalho de campo, essas organizações não realizaram atividades.

²¹ O único núcleo que adotou o sistema de agrovila, defendido pelo MST.

²² A exemplo do GT Mulheres da AARJ.

técnica se centra no interesse da pessoa entrevistada, na sua história e nos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou e vivenciou (REIS, 2017).

Ainda segundo essa última autora, a entrevista de história de vida apresenta, em seu interior, diversas entrevistas temáticas (aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido). Ao longo da narração das trajetórias de vida, os aspectos mais importantes para o estudo serão aprofundados (REIS, 2017). As entrevistas de história de vida auxiliam, portanto, na compreensão dos aspectos que marcam a trajetória de vida das interlocutoras da pesquisa, especialmente em relação “[...] à construção de suas identidades raciais, de gênero e de classe.” (REIS, 2017, p. 49).

Durante o trabalho de campo foram identificadas 8 integrantes que tiveram uma participação mais sistemática nas atividades desenvolvidas pelo Coletivo Regina Pinho. Durante a pandemia de Covid, e exigência de distanciamento social, mantivemos contato com elas por meio de plataformas digitais e pelas redes sociais. Assim, ajustamos a metodologia de pesquisa, incluindo a produção e a aplicação de questionário online, com base nas questões surgidas no trabalho de campo ao longo do ano de 2019. Esse questionário foi enviado via aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* para as integrantes desse grupo que tinham celular com acesso à internet. Dentre os 8 questionários enviados, 9 foram respondidos, sendo 1 descartado por ter sido respondido pela mesma participante. Uma delas, apesar de possuir equipamento de celular com internet, não soube utilizar a ferramenta Formulários do Google. Não conseguimos identificar o não retorno da jovem que participou das ações do Coletivo entre 2013 e 2015, estando afastada desde então. Com base na análise desses dados definimos o roteiro da entrevista de história de vida das participantes. Das 6 integrantes do Coletivo Regina Pinho que responderam ao questionário, selecionamos 3 para realizar as entrevistas de história de vida.

A escolha das entrevistadas ocorreu por dois critérios. O primeiro refere-se ao envolvimento e à participação delas nas ações do Coletivo Regina Pinho e/ou em outros espaços de participação no assentamento ou nas instâncias de política do MST, ou seja, elas fazem parte ou já contribuíram, de alguma forma, com o processo organizativo das mulheres no Zumbi. O segundo critério considerou o retorno pelas participantes da pesquisa dos questionários online enviados. Na pesquisa, o uso do termo *mulheres negras* se baseia no critério de autodeclaração, uma vez que consideramos o marcador de cor/raça um aspecto relevante para o entendimento da

compreensão das formas como as intersecções de gênero, raça e classe operam.

O texto está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresentamos o cenário político e social em que se inserem as questões que nos propomos a investigar no presente trabalho. Para tanto, delimitamos alguns aspectos do debate sobre a questão agrária e seus reflexos nas formas de reprodução do campesinato, com o objetivo de focar os contornos da política agrária e seus principais desdobramentos nas últimas décadas. Em seguida, contextualizamos os conflitos agrários no território fluminense por meio da ação de atores sociais que adquiriram visibilidade política, como o MST, de modo a realçar as configurações da política de assentamento rurais. No segundo capítulo, realizamos uma discussão teórica tendo como referência o pensamento feminista negro e o conceito de interseccionalidade. Desse modo, buscamos evidenciar a contribuição dessa abordagem para a compreensão da forma pela qual operam os marcadores de gênero e raça e suas implicações na vida das mulheres negras. Também apresentamos dados do Censo Agropecuário de 2017, produzido pelo IBGE, de modo a ilustrar as convergências entre diferentes sistemas de opressão, como o sexismo e o racismo na questão agrária. Por fim, no último capítulo, evidenciamos as múltiplas faces do feminismo e suas expressões no campesinato com objetivo de discutir a conformação da política de gênero do MST no território fluminense. Abordamos como o processo organizativo do Coletivo Regina Pinho enquanto comunidade de aprendizagem resulta numa rede de saberes e solidariedade política entre as mulheres. Com isso, buscamos evidenciar as possibilidades de construção de identidades políticas que rompam com padrões de poder hierárquicos e excludentes. Também, destacamos que, a partir dessa ferramenta organizativa, elas formulam ideias que contribuem com o desenvolvimento de projetos que visam garantir melhores condições de vida nesse território. Assim, a análise de suas trajetórias coloca desafios para o fortalecimento dos direitos de cidadania no campo. Os sistemas de opressão, entretanto, interagem e operam de modo a desvalorizar/invisibilizar as ações dessas mulheres e, conseqüentemente, garantir o não reconhecimento delas, em termos sociais e políticos.

1 O DEBATE SOBRE A “QUESTÃO AGRÁRIA”

Os estudos sobre a questão agrária abordam temas como o uso, a posse e a propriedade da terra em tempos/espços determinados. Segundo Bernardo M. Fernandes (2004), as análises desenvolvidas por Karl Marx influenciaram as reflexões dessa temática. No Brasil, essa problemática tem sido objeto de estudos variados. Apesar das especificidades e das divergências, a maior parte deles considera ter predominado a *plantation*²³ como forma de organização capitalista na agricultura brasileira no período colonial (ENF, 2017).

A economia colonial de base escravista, sustentada, sobretudo, por povos de origem africana, fomentou as capitanias hereditárias e sesmarias²⁴, resultando numa estrutura fundiária desigual²⁵. Entre 1822 e 1850, não havia qualquer regulação legal de acesso à terra, por isso esse período é conhecido como Regime das Posses. Nesse regime, o principal meio de acesso à terra pelos pequenos proprietários “[...] se caracteriza pela apropriação de um pedaço de terra para o seu cultivo, sem qualquer título jurídico a legitimar a ocupação de um terreno.” (LEITE *et al.*, 2021, p. 234).

A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, estabelece um novo regime de acesso à terra, processo que passa a ser regulado pela propriedade privada capitalista. A aprovação dessa legislação ocorre no contexto da transição do modo de produção escravista para o de produção baseada no trabalho assalariado. Essa mudança está relacionada à proibição do comércio internacional²⁶ de pessoas africanas escravizadas (LEITE *et al.*, 2021). Sobre isso, observa-se que

[Esse mecanismo jurídico garantiu] a continuidade da concentração da propriedade da terra na pequena oligarquia agrária existente no país, formada primordialmente por homens brancos detentores de capital, [assim como financiou] a política imigratória [...] de pessoas pobres de origem europeia para garantir mão de obra assalariada. (LEITE, 2021, p. 245).

Por meio desse mecanismo discriminatório o Estado brasileiro estabeleceu obstáculos que impediram a população negra do acesso à terra, com condições

²³ Esse sistema jurídico de exploração colonial perdurou de 1530 a 1822.

²⁴ Nesse regime, as terras são consideradas bens públicos pertencentes à Coroa Portuguesa, e a exploração delas dependia de autorização do Poder Público, concedida mediante a expedição das Cartas de Sesmarias (LEITE *et al.*, 2021).

²⁵ Entre 1975 e 2017, o padrão de desigualdade fundiária manteve-se estável, com um pequeno aumento no período de 2006 a 2017 (IBGE, 2017).

²⁶ A Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, proibiu a continuidade do tráfico internacional de pessoas escravizadas da África para o Brasil.

dignas de inserção na sociedade. Segundo Dagoberto J. Fonseca (2022), a Lei de Terras foi um dos mais importantes instrumentos que deram início às causas cumulativas que originaram a segregação e a desigualdade racial do Brasil, pois mecanismos racistas como estes deram continuidade às ações e omissões para que a situação de inferioridade socioeconômica de grande parte da população negra persista ainda hoje.

Com isso, estabeleceu-se um mercado formal de direitos sobre as terras, que restringiu o acesso a elas a partir de operações de compra e venda, além de transmissão por herança, situação que permitiu a venda das terras devolutas, que não eram cultivadas por particulares. A opção política pelo latifúndio eliminou a possibilidade de democratização do acesso à terra para o conjunto da população que vive no campo, sobretudo a população negra (FURTADO *et al.*, 2022). Apesar disso, são constantes as lutas negras por emancipação, especialmente no que se refere ao uso social da terra para proveito, sustento próprio e na garantia da segurança alimentar em seus territórios.

A abolição formal da escravidão, em 1888, não foi acompanhada por políticas de reparações nem de medidas de inclusão social dessas populações, como as propostas de realização ampla da reforma agrária. Trata-se de uma situação expressa na “[...] exclusão da população negra liberta do mercado de trabalho, na falta de acesso das mesmas ao ensino básico, e de outros mecanismos de mobilidade social [...]” (COSTA, 2017, p. 228). Dessa forma, a natureza extremamente desigual da estrutura fundiária brasileira seguiu intocável, pois eventos como a Proclamação da República e a industrialização econômica do país não refletiram positivamente nas condições de vida da população negra. Tanto o acesso aos recursos e aos espaços de poder quanto os modos de vida das comunidades negras continuam sendo subalternizados na nova ordem social (LEITE *et al.*, 2021).

Com o processo de industrialização do país, na última metade do século XX, e consequente transformações na base técnica da agricultura brasileira, o debate sobre a questão agrária assume diferentes posições. De um lado, movimentos políticos mais progressistas, entre os quais figuram, de um lado, organizações como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Igreja Católica; e, de outro lado, grupos conservadores que ocupavam posições diversas, como intelectuais, agentes públicos e políticos (DELGADO, 2001). Na elaboração de Caio Prado Jr. (1963 *apud* DELGADO, 2001), a resolução do

problema agrário visava à melhoria da qualidade de vida da população rural. De modo contrário, Delfim Neto (1963 *apud* DELGADO, 2001) a modernização agrícola bastaria para garantir o papel da agricultura no desenvolvimento econômico.

Já a Cepal propunha mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo (DELGADO, 2001). Por sua vez, o pensamento católico sobre a questão agrária contribuiu para legitimar em sua doutrina social o princípio da função social²⁷ (DELGADO, 2001). A postura dessa instituição religiosa em relação a essa temática representaria “[...] uma disputa de espaço com a esquerda protagonizada pelo PCB, cujas estratégias de organização dos trabalhadores rurais e defesa da Reforma Agrária foram assumidas competitivamente pelo episcopado.” (DELGADO, 2001, p. 160).

Em síntese, as distintas proposições sobre a questão agrária refletem o posicionamento de movimentos mais “à esquerda” preocupados com as chamadas relações internas de produção — o papel da estrutura de propriedade fundiária e das relações de trabalho predominantes e de movimentos conservadores que defendiam um tipo de política agrária voltada a atender as demandas daquilo que denominaram como “funções agrícolas”, a saber: a liberação de mão de obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; a criação de mercado para os produtos da indústria; a expansão das exportações; e o financiamento de parte da capitalização da economia (DELGADO, 2001). As discussões sobre a necessidade da reforma agrária foram ampliadas e ganharam muita força nas décadas de 1950 e 1960, seja como instrumento de desenvolvimento do capitalismo e/ou como princípio democrático e de justiça social.

A partir dessa literatura, é possível verificar que a possibilidade de implantação de um programa de reforma agrária pelo Estado brasileiro foi reconhecida, pela primeira vez, no Artigo 147 da Constituição Federal do Brasil de 1946. Mas, apenas com o Estatuto da Terra, que a reforma agrária é institucionalizada como estratégia política, no sentido de “[...] promover a justiça social, o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país [...]” (BRASIL, 1964, s/p). Entretanto, mesmo que o Estatuto da Terra tenha estabelecido a função social da propriedade da terra e instituído a reforma agrária como uma medida de redistribuição de terra, o acesso a esse direito permaneceu sendo mais difícil para as populações negras e

²⁷ Esse princípio foi incorporado nas normas do Estatuto da Terra de 1964 e, posteriormente, na Constituição Federal de 1988, substituindo a perspectiva de direito de propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850 (DELGADO, 2001).

empobrecidas, em especial, para as mulheres, dado que a política do Governo Militar, ao privilegiar a economia agroexportadora, reforçou a estrutura fundiária desigual, tensionando a permanência de povos tradicionais e famílias camponesas em seus territórios (FURTADO *et al.*, 2022). Como demonstraremos a seguir, essa política favoreceu a estruturação de um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas e excludente em termos sociais, já que foram essencialmente as grandes propriedades, geridas por homens brancos e de classes sociais privilegiadas, que foram as mais beneficiadas pelas políticas econômicas desse período.

1.1 Modernização “sem reforma”

O golpe civil-empresarial-militar²⁸ de 1964 encerrou o debate sobre a questão agrária na esfera pública. Os investimentos públicos possibilitaram um processo de integração da agricultura com vários ramos industriais. Com isso, ocorreram mudanças “técnicas” no modo de produção agrícola, com a introdução de insumos e maquinários industriais.

Esse processo foi viabilizado com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), aprovado em 1965. Esse recurso financiou, a juros negativos, a produção de produtos para exportação, a concessão de incentivos fiscais e um mercado de terras desregulado (DAL MORO, 2020), sendo considerado um instrumento estratégico na reconfiguração do papel da agricultura no desenvolvimento econômico, sobretudo por ter resultado no “[...] aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo.” (DELGADO, 2001, p. 164). Wanderley (2015) explica que o processo de modernização da agricultura resultou em graves consequências sobre os espaços de reprodução do campesinato. Ademais, essas mudanças alteraram significativamente o mercado de trabalho no setor agropecuário, como explica Lauro Mattei (2015).

A partir dessas transformações estruturais, gerou-se uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro, as quais alteraram a

²⁸ Há posições divergentes sobre como nominar o fenômeno do Golpe de 1964. Pedro Campos caracteriza-o como *empresarial-militar* para ressaltar a participação dos empresários com a ditadura. Já a estudiosa Beatriz Kusnir chama atenção para a existência da relação entre a mídia e a ditadura, além de considerar que o termo *civil-militar* é mais amplo, pois indica que não apenas setores do empresariado apoiaram o Golpe, mas também agentes ligados ao campo do jornalismo brasileiro. Para o historiador Aloysio Castelo, apesar de setores da sociedade civil colaborarem com a ditadura, apenas os militares tinham o poder de decisão. Por isso, ele defende o termo *militar* para qualificar a ditadura (COSTA, 2014).

estrutura e a composição do trabalho rural. Por um lado, a expansão desse novo padrão produtivo conduziu a um processo crescente de integração da agricultura aos demais setores econômicos, fazendo que o ritmo e a dinâmica da produção estejam cada vez mais subordinados aos movimentos gerais da economia do país. Por outro, a integração vertical da produção naquilo que ficou conhecido como complexos agroindustriais alterou o mercado de trabalho agrícola e o poder de decisão sobre o processo produtivo. (MATTEI, 2015, p. 35).

Somada às medidas históricas que limitaram o acesso à terra pelas famílias de pequenos posseiros, camponeses sem terra, a modernização da agricultura brasileira se deu em detrimento de quaisquer outras medidas políticas que permitissem à população negra rural participar da sociedade em igualdade de condições. A terra e a riqueza produzida socialmente são usurpadas por poucos homens brancos, gerando uma massa de pessoas excluídas e marginalizadas, situação que atinge em sua maioria pessoas negras (FONSECA, 2022).

No município de Campos dos Goytacazes, na mesorregião do Norte Fluminense, Iamamoto e Costa (2018) sinalizam que a concentração fundiária, apoiada em processos ilegais de grilagem, afetou posseiros e pequenos proprietários, por meio da apropriação privada de terras públicas. Além disso, houve também pressão para a saída de moradores do interior das fazendas. Essas ações contavam com a ação de “milícias privadas”, remonta os anos 1920 e foi persistente até a década de 1980 (IAMAMOTO; COSTA, 2018, p. 574). Esse processo de expropriação do campesinato se expressa no impacto sobre as condições de vida desse grupo social, pois nesse período ocorreu um forte movimento migratório para as cidades, reforçando, também pelas mudanças nas relações de trabalho, pela redução das atividades de colonato e parceria, pela perda da moradia e gradativo predomínio e generalização das relações assalariadas (CRUZ, 1992).

A modernização da agricultura resultou também na especialização da produção agrícola, o que permitiu, segundo Rosane Balsan (2006), que a lide agrícola fosse crescentemente individualizada, liberando os demais membros familiares, em especial, mulheres e jovens desse setor produtivo. Nessa situação, eles passam a buscar ocupação em atividades fora da agricultura. Uma parte desse grupo, como explica Balsan (2006, p. 137), tende a “[...] vender sazonalmente sua força de trabalho em outros estabelecimentos agrícolas ou buscar alternativas de emprego na cidade [ou ainda se submetem à] [...] extensa jornada de trabalho na produção familiar para permanecerem no campo.” (BALSAN, 2006, p. 137).

Vera Lucia S. Botta (1982) acrescenta que a característica sazonal da atividade

agrícola e a instabilidade das garantias trabalhistas reforçaram a situação de fragilidade do trabalho feminino no campo, já que “a mulher não chega a ser contratada seu trabalho é circunstancial e entra subsidiariamente para aumentar a produção e/ou ganho [familiar]”. Tal fragilidade ocorre devido à natureza circunstancial de seu trabalho. Nesse sentido, o fato de a mulher estar engajada em formas de produção capitalistas, não rompe, mas ao contrário reforça a presença de componentes não capitalistas na sua relação de trabalho (BOTTA, 1982, p. 102).

A redução do emprego estritamente agrícola no meio rural brasileiro ocorreu no final do século XX, quando o setor agropecuário deixou de absorver grande parte do contingente populacional demandante de emprego. Não por acaso, houve um aumento do fluxo em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida na área urbana (MATTEI, 2015). Dessa maneira, a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural²⁹ representou um grande avanço no mundo rural. Esse mecanismo, no entanto, não foi suficiente para impedir que fossem impostas condições mais duras aos trabalhadores rurais (além de arrendatários, posseiros e agregados) expulsos do interior da grande propriedade, pois, com o êxodo rural, intensificou-se a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e a taxa de autoexploração nas pequenas propriedades, realidades que impuseram condições de vida ainda mais precarizadas para população trabalhadora no campo (MATTEI, 2015).

Contudo, Balsan (2006) pontua que essas mudanças ocorreram de forma distinta, afetando algumas regiões mais do que outras, pois a instabilidade e a exploração no trabalho distinguem-se conforme as áreas mais capitalizadas e as menos capitalizadas. Somado a isso, o emprego de mão de obra varia de uma cultura para outra, devido aos diferentes ciclos do ano agrícola, assim como ao fato de o processo de modernização não atingir todas as fases do ciclo produtivo. Ainda assim, a redução do nível de qualidade de vida rural reflete tanto o fato de as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios, não terem sido beneficiadas pela política de modernização; quanto a política de redução dos preços dos alimentos básicos, produzidos, em grande parte, pelos camponeses (BALSAN, 2006).

O favorecimento dos grandes e médios proprietários rurais pelo Estado além de aprofundar as desigualdades e privilégios sociais, também geraram problemas ambientais, tais como a destruição da biodiversidade genética, a erosão dos solos e

²⁹ Aprovado em 1963, após mais de dez anos de debates intermitentes no Congresso Nacional.

a contaminação dos recursos naturais (BALSAN, 2006). Segundo Dagoberto J. Fonseca (2022) essa perspectiva política se pauta numa lógica racista expressa “na ideia exploratória, predatória e expansionista de como lidar com a terra, do que fazer com ela e qual a tecnologia usar visando uma maior produção.” (FONSECA, 2022, p. 10).

Nota-se também que o modelo agrícola adotado na década de 1960 a 1970 “[...] baseou-se no consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passaram a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes” (BALSAN, 2006, p. 126). Com isso,

[...] as mudanças na estrutura de produção agrícola propiciaram o favorecimento de culturas para exportação, secundarizando produtos considerados de primeira necessidade. A dependência de sistemas econômicos não-rurais [se expressa na compra] dos insumos no mercado oligopolizado (multinacional) e, [por meio da venda de] produtos em um mercado de poucos compradores ou de baixa demanda, [que] dita os preços de compra. A capacidade dos pequenos produtores passa a ser determinada pela competição intercapitalista dos mercados de produtos e insumos. (BALSAN, 2006, p. 135).

Percebe-se, no entanto, que a modernização da agricultura não foi acompanhada de melhorias nas condições de vida da maioria da população trabalhadora no meio rural (GONÇALVES; CRUZ, 2018), no Norte Fluminense.

As novas condições técnicas alteraram significativamente as relações de trabalho na cultura da cana, contribuindo para eliminar as formas tradicionais de trabalho, caracterizadas pelos “*colonos*” e “*moradores*”³⁰. A possibilidade de expansão das atividades agrícolas levou usineiros e grandes fazendeiros a incorporar toda a área de terra disponível com a cultura de cana, iniciando um movimento de expulsão das famílias camponesas, movimento intensificado durante a década de 1960, sobretudo em função da qualificação do trabalho na usina enquanto industrial, que passa a ser regido pela CLT, em virtude da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural [ETR]. (ALMEIDA, 2000, p. 28, grifos da autora).

Nessa região, entre as décadas de 1960 e 1970, com a implantação do Proálcool, a expulsão dos trabalhadores rurais acentuou-se ainda mais, chegando a atingir em torno de 50.000 pessoas (ALMEIDA, 2000). Isso ocorreu, segundo Gonçalves e Cruz (2018), devido ao fortalecimento dos empreendimentos

³⁰ A origem do *colono-lavrador-canavieiro* advém de dois polos: o “[...] pequeno arrendatário do período escravista e o homem livre e pobre ou seus descendentes, declarantes de pequenas porções de terras, na década de 1880, por exemplo, o trabalhador recém-liberto do cativo.” (CASTRO FARIA, 1998, p. 279).

agroindustriais, que transformaram os engenhos em usinas agroindústrias. Sobre isso, explica-se que,

No primeiro caso, não havia predominância de terras próprias cultivadas pela unidade de transformação, cabendo aos engenhos apenas o beneficiamento da produção agrícola. Já as usinas, além de beneficiarem, eram detentoras de terras cultiváveis, o que garantia o fornecimento de matéria-prima própria, bem como maior agilidade na produção de açúcar. Isso fez com que na região os usineiros passassem a exercer grande controle, não só econômico, como também social. (GONÇALVES; CRUZ, 2018, p. 528).

Esse modelo permitiu ao usineiro o controle de toda a cadeia produtiva açucareira, desde o plantio até a comercialização. As usinas incorporaram grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e, em consequência, a mão de obra rural. No início do século XX, a produção de açúcar na região chegou ao auge, havendo 27 usinas em funcionamento. Destas, cinco destacavam-se: Cupim, Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos (AQUINO, 2006 *apud* GONÇALVES; CRUZ, 2018).

O fechamento delas caracteriza, no entanto, a perda de expressão econômica da produção sucroalcooleira na região e, conseqüentemente, uma ampliação na redução do número de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nessa cadeia produtiva. Com base em dados do Censo Agropecuário sobre pessoal ocupado e distribuído pela categoria sexo, no período de 1960 a 1985, os autores identificam duas formas de permanência no trabalho da lavoura canavieira — permanente e temporário —, sendo as mulheres sempre minoritárias em ambas as situações (GONÇALVES; CRUZ, 2018).

Parte desses trabalhadores, em especial, os mais antigos e, portanto, os trabalhadores fichados/efetivos³¹ residiam nas propriedades das usinas com toda a sua família. Nessa situação, o usineiro permitia aos “fichados” e aos familiares destes a permanência nas casas de alvenaria, com cerca de seis cômodos. Em torno dessas moradias, havia o “terreiro”, mas havia tentativas recorrentes de impedir a criação de animais e de lavoura para subsistência (CRUZ, 2014).

Com a redução da necessidade de mão de obra permanente na área rural³², surge o trabalho sazonal na figura do “boia-fria”: trabalhador assalariado, expulso do campo, morador da periferia urbana, em regime de trabalho intermitente e com

³¹ Sobre a terminologia, ver Gonçalves e Cruz (2018).

³² A progressiva diminuição do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários foi de cerca de 40%, em 1940, para cerca de 13%, em 1980. (MATTEI, 2015).

vínculos trabalhistas precários — o que nada mais é que uma ocupação precarizada que possibilitou uma maior lucratividade ao proprietário, comparado à manutenção de parceiros ou arrendatários, em razão de dispensar os investimentos com instalações e legislação trabalhista (MATTEI, 2015). As generalizações desse tipo de trabalho incluindo “[...] mulheres e crianças se davam sob a condição de clandestinidade nas tarefas da lavoura, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar, na periculosidade do trabalho, particularmente no uso do agrotóxico [...]” (CRUZ, 1995, p. 53).

Assim, de forma fragilizada, ocorreu a extensão, no meio rural, de uma série de direitos trabalhistas vigentes no meio urbano desde a década de 1930. O contexto de repressão, tanto por parte do Estado quanto pelos grandes proprietários de terra, dificultava a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras e, conseqüentemente, a garantia desses direitos (MEDEIROS, 1989). Tais tensões marcaram a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC). Consideramos essa organização relevante tanto na pauta dos direitos dos trabalhadores rurais assalariados quanto em relação à participação desse órgão no que se refere à luta pela terra na região. Nesse sentido, a configuração desse sindicato aponta para as formas de exclusão e marginalização a que foram submetidas as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais que residiam no interior das fazendas pertencentes aos complexos agroindustriais na região.

1.1.1 Movimentos sindicais em contexto de repressão política

O sindicalismo brasileiro surge no contexto de fortes mobilizações populares, tendo sido institucionalizado por intervenções políticas e por atos governamentais. No campo, com a regulamentação da estrutura sindical, em 1962, a instituição dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras e de patrões ocorreu nos moldes do sindicalismo corporativista (LEWIN, 2005).

Desde 1903, no plano legal, registram-se, no entanto, tentativas de limitar a organização sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais³³. Na década de 1940, a regulamentação amparou a possibilidade de organização de quatro categorias distintas: “[...] trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária e similares, trabalhadores na produção extrativista e produtores autônomos.” (MEDEIROS, 1990, p. 2).

³³ Conforme Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903.

Durante o governo do presidente Getúlio Vargas, foi instituído o Decreto n.º 7.038/1944, que autorizou a organização rural. Esse processo de institucionalização resultou no corporativismo e no aparelhamento desse mecanismo organizativo. Ainda assim, a força política dos movimentos grevistas entre os anos 1955 e 1960 explica, em parte, o surgimento de organizações paralelas de base, como comissões sindicais e intersindicais, pactos e comissões regionais, na tentativa de criar canais de mobilização para além da estrutura sindical (MATTOS, 2009). Percebe-se, no entanto, que, com a repressão militar, as lideranças sindicais mais ativas foram perseguidas, sendo muitas delas assassinadas.

A formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais³⁴ em Campos dos Goytacazes envolveu divergências entre os trabalhadores de usina e os funcionários de fazendas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Indústria do Açúcar e Classes Anexas. Em 1938, Antônio João de Faria fundou o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos para representação dos trabalhadores rurais de fazenda. Esse sindicato foi regularizado com base no Decreto-Lei n.º 7.038, de novembro de 1944, sob o nome de Sindicato dos Empregados Rurais de Campos. Com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, essa organização passou a ser chamada de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (NEVES, 1988).

Segundo Gonçalves e Cruz (2018), o não reconhecimento, pelo patronato, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras agrícolas e a existência de dois sindicatos refletiam-se nas disputas políticas pela base sindical. Mesmo assim, a adesão dos sindicalizados não foi prejudicada, pois, “[...] entre os anos de 1943 e 1949, havia 1.030 queixas, acordos e processos jurídicos de trabalhadores rurais de fazendas de usinas que procuram o sindicato para resolução de suas demandas” (SOARES, 2015, p. 48 *apud* GONÇALVES; CRUZ, 2018, p. 537).

A luta sindical por direitos trabalhistas ocorria em um contexto de transformações sociais e políticas. Não por acaso, as greves e as paralisações em usinas e fazendas marcaram o decorrer das décadas de 1950 e 1960, mobilizando, inclusive, centenas de trabalhadores industriais e rurais (NEVES, 1988). Nota-se que

A legislação trabalhista vigente e os direitos correspondentes apresentavam-se como instrumento legítimo para avaliar e definir as relações de trabalho. [Um] recurso para denunciar a ilegitimidade dos mecanismos acionados pelo

³⁴ Sobre as associações de classe, ver Gonçalves e Cruz (2018).

patrão e explicar a consciência da ruptura das relações e das pautas de conduta, que justamente implicavam certa reciprocidade (NEVES, 1988, p. 266).

Esse movimento gerou um importante processo de mobilização dos trabalhadores rurais, o que se reflete em um cenário de fortalecimento da luta camponesa por direitos sociais. Desse modo, a identidade coletiva entre os trabalhadores e as trabalhadoras expressou-se na construção de um espaço de representação. (GONÇALVES; CRUZ, 2018, p. 543).

A regulamentação do sindicalismo rural possibilitou o reconhecimento de diversas federações sindicais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) que, posteriormente, se estruturou em ampla rede de sindicatos, denominada de Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Durante o período militar, com a intensificação da repressão estatal, os sindicatos sofreram intervenções, e lideranças foram perseguidas, aprisionadas e executadas. As pautas e conquistas retrocederam, já que foi imposta maior dificuldade de os trabalhadores se mobilizarem em torno dos seus direitos. O aparelho repressivo do Estado Ditatorial Militar, respaldado por leis e decretos e apoiado pela ação de milícias e jagunços contratados por fazendeiros, não só reprimiu as reivindicações camponesas como também estabeleceu o medo e o silêncio (GONÇALVES; CRUZ, 2018).

Nesse contexto, emergem espaços alternativos, como as Pastorais Rurais. Com isso, muitas lideranças sindicais passam a usufruir das informações e dos espaços oferecidos por essas instituições (NOVAES, 2002). Verifica-se, ainda, que

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contribuiu com a fundação de instituições “autônomas”, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. A nascente “Igreja Popular” alterou a concepção de “leigo” por parte desta instituição, ao lhe atribuir um papel mais ativo e destacado na realização de “serviços pastorais” e até mesmo de “ministérios laicais”. Como fruto dessa concepção de igreja entraram em declínio os tradicionais apostolados leigos, enquanto cresciam novas modalidades de reflexão teológica como, por exemplo, a Teologia da Libertação (TL); e de organização como, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB³⁵), que fomentou a formação de Pastorais Sociais e posteriormente a constituição de Organizações não governamentais (ONGs). (DOIMO, 1995, p. 30).

³⁵ Organismos ligados à Igreja Católica que surgiram inspirados pelas reflexões sobre Teologia da Libertação, a partir da década de 70, na América Latina.

Nesse cenário, a CPT, criada em 1975, teve um papel significativo na formação de diversas experiências de organização das lutas no campo (PY; PEDLOWSKI, 2018). Inicialmente, a CPT tornou-se presença ativa em áreas de conflitos agrários na região amazônica e na região Centro-Oeste. Um ano após a sua fundação, essa entidade já havia sido implantada em mais da metade dos estados brasileiros (VIEIRA JR., 2016).

No estado do Rio de Janeiro, a formação dessa entidade contou com a participação do Bispo Dom Vital, que acompanhava os conflitos por terra no sul do estado, especificamente na cidade de Paraty. De acordo com Sonia Martins³⁶, agente da equipe da CPT na Baixada Fluminense, à época, os trabalhadores e as trabalhadoras ligados ao sindicato rural, que viviam nesses territórios posteriormente reconhecidos como quilombos, a exemplo do Quilombo de Campinho, apoiaram a articulação do núcleo da CPT nessa região. Vieira Jr. (2016) destaca que as ocupações de terra no estado em questão não contaram com o apoio unânime do bispado fluminense, pois, de um total de 10 dioceses, somente uma parte delas³⁷ apoiava a luta pela terra (MACEDO, 2009 *apud* VIEIRA JR., 2016). Nesse período, as ações da CPT limitaram-se à região Sul e à Baixada Fluminense.

Diante desse contexto repressivo, os sindicatos passaram a reunir várias categorias sob a designação genérica de *trabalhador rural*, mas, “[...] apesar de intervir em algumas diretorias de sindicatos, o regime preservou o sindicalismo, estabelecido por meio de uma organização de base municipal, que corresponde à necessidade legalista de enquadrar as lutas às leis.” (NOVAES, 2002, p. 221). Especificamente em Campos dos Goytacazes, nota-se que

[...] os termos de Contrato Coletivo de Trabalho realizado através da mediação e controle do Estado tendiam a favorecer os patrões. [Além disso,] o não reconhecimento, pelos patrões, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-Campos) dividia a categoria e neutralizava a capacidade de união e de mobilização de classe. (CRUZ, 1995, p. 52).

A atuação do STRC, em fins dos anos de 1970, intensifica-se, sobretudo, a partir da ampliação de ações individuais, indenizações obtidas e denúncias na imprensa sobre a exploração do trabalho clandestino, inclusive de mulheres e

³⁶ Por meio de entrevista concedida à autora desta tese, em setembro de 2021.

³⁷ Sobre o assunto, ver Vieira Jr. (2018).

crianças, em especial, na lavoura de cana-de-açúcar; outrossim, em relação à periculosidade do trabalho, particularmente no uso do agrotóxico; e à precarização dos vínculos empregatícios, por meio da proliferação dos empreiteiros que mascaravam o vínculo direto com os fazendeiros (CRUZ, 1995). Percebe-se também que

O acirramento da luta sindical por meio de confronto direto expressa de um lado, o aperfeiçoamento de métodos de intimidação dos trabalhadores [por meio] de represálias individuais e perseguições políticas pelos patrões. E de outro, a organização do STR-Campos, estabelecida em uma ampla rede de delegados sindicais, deu visibilidade às violações trabalhistas na lavoura de cana, assim como fortaleceu as ações coletivas de Acordos e/ou Dissídios. (CRUZ, 1995, p. 52).

Entre as reclamações feitas pelos trabalhadores, algumas são recorrentes, tais como o direito a férias, o pagamento de hora extra e 13º salário, a quebra de contrato, a demissão sem aviso prévio, a ausência de registro na carteira profissional, a licença-maternidade, entre outras (GONÇALVES; CRUZ, 2018).

Nesse período, entre as conquistas adquiridas por essa organização, Cruz (1995) cita as medidas de segurança sobre os veículos de transporte, o fornecimento gratuito de ferramentas e equipamentos de proteção, o estabelecimento de licença-maternidade, assim como a definição de normas de segurança para aplicação de agrotóxicos, exceto para crianças, adolescentes, gestantes e idosos.

Para Macedo (2009, p. 32), “[...] as reivindicações dos trabalhadores rurais sempre estiveram mais voltadas para as melhorias das condições de produção, financiamento e comercialização do que para obtenção de terras”, pois, na visão do autor, essa entidade sindical se manteve afastada da questão da terra³⁸, todavia, com o aumento da contribuição dos sem-terra, teria ocorrido um movimento de aproximação com tal questão, em fins da década de 1990.

De acordo com Almeida (2000), a ação do STRC também favoreceu a compreensão da situação de não cumprimento da função social da terra, devido à crise econômica expressa na falência do setor canavieiro. Explica-se, sobre isso, que

As medidas governamentais que resultaram no aumento da produtividade da cana-de-açúcar não foram suficientes para diminuir a concorrência e permitir a permanência do mesmo número de unidades industriais na Região, sobretudo daquelas com menor capacidade produtiva. Com o fim dos subsídios estatais, várias usinas decretaram falência, o que fez crescer a

³⁸ Com exceção da ocupação do Imbé, em 1963 (MACEDO, 2009).

descrença no potencial da modernização da agricultura como forma de melhoria das condições de vida no campo. (ALMEIDA, 2000, p. 30).

O aprofundamento da crise do complexo açucareiro, no final da década de 1980, voltou a impactar negativamente nas condições de vida das trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados sobremaneira. As contradições dos ciclos de modernização colocaram a cidade de Campos dos Goytacazes entre um dos municípios brasileiros detentores de maior potencial de desenvolvimento, em função de sua economia petrolífera e dos indicadores sociais, situando-o entre uma das áreas mais problemáticas do país, em termos de pobreza, indigência e exclusão social.

A combinação da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira local foi decisiva para o agravamento do desemprego no campo e na cidade. [...] Este processo, tem início na metade dos anos 1980, vai se estender durante toda a década de 1990, com a liberação da economia por intermédio da adoção do receituário neoliberal, da reestruturação no mundo do trabalho e da política de ajuste fiscal, promovendo uma drástica redução dos postos de trabalho no País e, por conseguinte, no município. No caso de Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores pauperizados e de menor escolaridade. (ALMEIDA, 2017, p. 221).

A desapropriação das terras da Usina Novo Horizonte, por exemplo, que foram distribuídas a antigos trabalhadores como contrapartida de parte dos direitos trabalhistas, insere-se nesse contexto. O processo de desapropriação desse território, que teve início em 1984, contou com a participação da Fetag. Essa ação resultou na criação do assentamento Novo Horizonte.

A crise econômica e suas consequências para a população empobrecida, seja ela do campo ou da cidade, revelam as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo Estado ditador. Nesse aspecto, consideramos necessário discutir as estratégias políticas que visam ao “desenvolvimento” dos países latino-americanos, as teses decorrentes desse processo e as implicações desse projeto sobre os territórios camponeses.

1.1.2 Qual desenvolvimento?

O argentino Raúl Prebisch (1962) abordou os problemas econômicos enfrentados pela América Latina. Na visão desse autor, os países localizados no centro do sistema capitalista, assumiram o papel de produtores de bens

manufaturados; enquanto os países periféricos cumpririam a função de produtores de bens primários nesse sistema (PREBISCH, 1962). Esse modelo de desenvolvimento, segundo esse estudioso, posiciona os países latino-americanos na condição de periferia e os países euro-americanos na condição de centro, tal como únicos geradores de progresso tecnológico. Diante desse “diagnóstico”, o economista passou a defender a industrialização da região periférica do mundo como estratégia de desenvolvimento (PREBISCH, 1962).

Ele acreditava, com efeito, que a adoção desse projeto desenvolvimentista poderia resultar na diversificação da matriz produtiva dos países periféricos, o que significa romper com a deterioração dos termos de trocas dos bens primários que mantinham essa região na condição de “subdesenvolvimento”. A compreensão da situação dos países periféricos no sistema econômico mundial inspirou políticas e programas com vistas ao desenvolvimento econômico da América Latina.

Por meio de uma abordagem crítica, a teoria da dependência³⁹ explica o caráter do desenvolvimento econômico, por meio das relações estabelecidas entre as diferentes nações que compõem o sistema centro-periferia. Sua principal tese é de que existe uma relação de subordinação entre os países no sistema capitalista.

Ruy M. Marini (2017) fez parte de um grupo de intelectuais brasileiros que, nesse período, elaborou novas interpretações para as causas do “subdesenvolvimento” e da exploração da América Latina. Segundo ele, a dinâmica histórico-estrutural do sistema capitalista nessa região reflete um “sistema mundial” hierarquizado e desigual, pois este reproduz um padrão de acumulação que gera realidades distintas, mas interdependentes. O referido autor destaca a dependência como a marca do capitalismo latino-americano, o que significa dizer que existe uma relação de subordinação entre nações. Nesse esquema, os países periféricos interagem com os centros capitalistas por meio da divisão internacional do trabalho, na qual “[...] as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2017, p. 327). Nesse sentido, a dependência é definida como

[...] uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, à qual a própria está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (dominantes), podem se expandir e auto

³⁹ Desenvolvida por Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros.

impulsionar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão que pode agir de forma mais ou menos sobre o seu desenvolvimento imediato. [...] a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob exploração dos países dominantes. [...] Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países, e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzindo pelos centros de dominação mundial. A divisão internacional do trabalho entre os produtores de matéria-prima e produtos agrícolas e os produtos de manufaturas é o resultado típico do desenvolvimento capitalista, que assume a forma de desigualdade combinada entre os vários países. Essa forma desigual é uma consequência do caráter de acumulação do capital em que o crescimento da economia baseia-se na exploração de muitos por poucos e na concentração de recursos do desenvolvimento econômico em mão desta minoria. Grupos minoritários nacionais com alta concentração de capital, domínio do mercado mundial, monopólio das possibilidades de poupança e investimentos são elementos complementares no estabelecimento de um sistema internacional desigual e combinado. (SANTOS, 2006, p. 397).

O desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos realiza-se com base na maior exploração do trabalho (MARINI, 2017). Para Marini, esse é o caráter contraditório da dependência que determina as relações de poder no sistema capitalista. Assim, nos países de centro, o modo de produção capitalista, assim como a sua base tecnológica industrial, tende a garantir a mais-valia relativa⁴⁰, enquanto os padrões de acumulação dos países dependentes se fundamentam, em diferentes mecanismos de exploração do trabalho, como a ampliação da jornada e a intensificação do ritmo de atuação (MARINI, 2017).

Marini (2017) explica que a acumulação nos países dependentes implica na superexploração do trabalho, uma vez que esses mecanismos são utilizados para diminuir os custos de produção e compensar as pressões competitivas no mercado externo. Assim, os altos níveis de desigualdade e a fragilidade da democracia nos países dependentes seriam parte constitutiva e necessária do capitalismo na América Latina.

No Brasil, a formulação de uma “estratégia nacional de desenvolvimento” envolveu mecanismos de incentivo à formação de uma indústria nacional por meio do modelo de substituição de importações, mas, a partir da década de 1970, o país passou a recorrer a empréstimos e investimentos externos. Essa estratégia de desenvolvimento do Governo Militar teria levado a nação à crise dos anos 1980,

⁴⁰ A mais-valia relativa relaciona-se à produtividade do trabalhador, o quanto ele produz em um determinado intervalo de tempo. Já a mais-valia absoluta está ligada ao lucro gerado pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista.

conforme afirma Bresser-Pereira (2006). Esse autor compreende o desenvolvimento como um processo histórico de acumulação do capital, dinâmica que resultaria no aumento da produtividade e da renda, além de melhoria nos padrões de vida da população em contextos nacionais.

Percebe-se, entretanto, que, conforme discutido anteriormente, no setor agrícola, as mudanças na estrutura produtiva impuseram ao setor o funcionamento de uma cultura para exportação que, doravante, secundariza os produtos considerados de primeira necessidade. Por outro lado, a dependência dos sistemas econômicos não rurais se refletiu na configuração de mercados oligopolizados e multinacionais, ditadores das condições e dos preços de compra dos produtos. Com efeito, os pequenos produtores foram submetidos à lógica da competição intercapitalista dos mercados de produtos e insumos (BALSAN, 2006). Além disso,

As políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista. A produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do capital, expropriando o campesinato, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitualidade. (FERNANDES, 2004, p. 38).

Esse padrão de desenvolvimento rural é baseado em *commodities* agrícolas. O fortalecimento da produção delas privilegia o capital financeiro e industrial, constituindo o que se denomina de agronegócio, que, segundo Fernandes (2004), é um sistema que se estrutura em um modelo de desenvolvimento hegemônico mundial. Para esse autor, trata-se de um novo tipo de latifúndio, ainda mais amplo, não com concentração de terra, mas, sim, com o domínio dela, assim como da tecnologia de produção e das políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais.

Para Maristela Dal Moro (2020), essa nova configuração da agricultura e sua integração ao grande capital se tornaram uma das bases do padrão de desenvolvimento no Brasil. Essa autora detalha que

O fenômeno do agronegócio é a expressão da estratégia neoliberal para o campo, se consolida rápida e eficientemente a partir dos anos 90 e estabelece uma linha de continuidade com a Modernização Conservadora, mas incorpora novas características que vão se delimitando com forte suporte do Estado no decorrer das últimas décadas e que demarcam a derrota da reforma agrária, constituindo uma verdadeira contrarreforma agrária. (DAL MORO, 2020, p. 149).

Ainda segundo essa pesquisadora, o governo militar reprimiu as forças democráticas e a luta pela reforma agrária. Assim, a instituição do Estatuto da Terra tornou-se uma estratégia para conter os conflitos no campo, pois “[...] seu objetivo foi garantir a expansão da agricultura capitalista. A hegemonia desse projeto foi possível em função de uma profunda modernização técnica no campo, que se deu através da associação entre a indústria e o setor agrícola.” (DAL MORO, 2020, p. 151). No entanto, essas “[...] mudanças técnicas resultaram em alterações nas relações de trabalho, mas deixaram intactas as relações de propriedade.” (DAL MORO, 2020, p. 151). Assim, o processo de integração de capitais ocorreu por meio da centralização de capitais industriais, bancários, agrários e outros, além da constituição de sociedades anônimas e cooperativas agrícolas, a exemplo dos Complexos Agroindustriais, que resultaram na organização de conglomerados empresariais (MATOS; PESSÔA, 2011 *apud* DAL MORO, 2020).

Isso posto, faz-se omitir, por meio do discurso do desenvolvimento, o caráter seletivo do mercado e das políticas agrárias adotadas historicamente que reforçam padrões excludentes na sociedade capitalista. Assim, “[...] a capacidade de competição no mercado é colocada como centro das preocupações que impõe um viés mercadocêntrico de desenvolvimento numa ótica produtivista excludente.” (ALENTEJANO, 2000, p. 90).

Rodrigo S. Camacho (2011) analisa o movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, de modo a ressaltar que o proprietário agroindustrial toma parte da produção dos camponeses, ou seja, estes são obrigados a vender o produto do próprio trabalho para os capitalistas, para que, assim, consigam continuar reproduzindo-se como camponeses. Nesse sentido, os capitalistas transformam o produto do trabalho camponês em mercadoria. Sendo assim, a sujeição do trabalho camponês ao capital ocorre quando o campesinato, como classe social, utiliza o trabalho familiar para se reproduzir e controlar seus territórios, o que dá origem à sujeição da renda da terra ao capital (CAMACHO, 2011). Detalha-se também que,

Além das agroindústrias outras formas de subtrair a renda camponesa pelo capital são: por meio de créditos bancários, ou seja, o camponês necessita de empréstimos para produzir, nesse caso sua renda é transferida para o *capital financeiro*; pela compra de insumos agrícolas, também necessários para garantir a sua produção onde o *capital industrial* se apropria da sua renda. E na venda de alimentos baratos para grandes redes de

supermercados, nesse caso é o *capital comercial* que extrai parte da renda camponesa. (CAMACHO, 2011, p. 29, grifos do autor).

Sendo assim, a renda camponesa pode ser usada para produzir/reproduzir o capital industrial, financeiro e comercial. Em todos os casos, a renda camponesa “[...] estaria oculta na circulação das mercadorias, no crédito bancário, na transferência de renda para as empresas urbanas, por meio da produção de alimentos a baixo custo.” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 122 *apud* CAMACHO, 2011, p. 30).

Nesse sentido, o capitalismo, contraditoriamente, ao mesmo tempo que expropria o trabalhador e a trabalhadora rurais, também permite a própria reprodução para explorar a renda camponesa da terra. Esse é o pressuposto contido na ideia de desenvolvimento contraditório e desigual do capital,

[...] duas relações que ainda que contraditórias, uma expropriação do campesinato e produção de trabalhadores assalariados e outra que depende da reprodução do campesinato sem expropriá-lo, fazem parte da mesma lógica combinada de produção e reprodução do capital. (CAMACHO, 2011, p. 30).

Dado o movimento simultâneo de concentração de riqueza, do aumento da pobreza e da miséria, o capital reproduz-se não apenas pela destruição do campesinato, mas também por meio da criação e recriação deste. Nessa condição, a formação do campesinato acontece, em parte, por meio da subalternidade dirigida pela lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo (MARTINS, 1981 *apud* FERNANDES, 2004).

Dias e Martins (2021) ampliam esse debate ao articular a questão agrária ao processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos. Fundamentados em estudos de Otávio Ianni (1996), eles afirmam que o desenvolvimento desigual e combinado é a base da formação social brasileira. Nesse sentido, “[...] a pobreza e a desigualdade resultam do próprio sistema capitalista e de sua ‘modernização’ correspondente.” (IANNI, 1996, p. 59). Havendo, portanto, a apropriação privada da riqueza gerada socialmente pela classe dominante (majoritariamente branca), sendo a parcela mais explorada e oprimida da classe trabalhadora, em sua grande maioria negra.

A falência do “milagre econômico” colocou em questão o projeto de modernização conservadora na agricultura. Com a derrota do regime militar, o debate sobre reforma agrária ganha novos contornos. Nesse contexto, emergem novas

propostas sobre a questão agrária e disputas políticas em torno de possíveis caminhos para a produção agrícola de base familiar.

Em termos ideológicos, o paradigma do Capitalismo Agrário⁴¹, tal como colocado por Abramovay (1992), influenciou fortemente as pesquisas acadêmicas, inclusive os movimentos camponeses⁴². No âmbito das políticas públicas, inspirou a formulação de diversas políticas, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que emergem em contextos de consolidação das políticas neoliberais. Por isso, consideramos ser necessário discutir os fatores políticos e econômicos que garantiram a reprodução de mecanismos e fundamentos da acumulação e do modelo capitalista de desenvolvimento no Brasil.

1.1.3 Desenvolvimento territorial rural, paradigmas em debate

Em *Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão*, publicado em 1992, Ricardo Abramovay (1992) argumenta que o desenvolvimento da agricultura nos países de capitalismo central se materializou e se consolidou com base no trabalho familiar. Sob esse ponto de vista, a sobrevivência do campesinato ocorreria

[Nas] estruturas nacionais de mercado, [...] em que se reproduzem e metamorfoseiam-se em uma nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. [...] o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-127).

Com isso, a capacidade de competição no mercado é colocada como centro das preocupações, que tem como proposições a modernização técnica e o desenvolvimento da capacidade de gestão como aspectos mais enfatizados. Essa perspectiva reflete uma “[...] visão mercadocêntrica do desenvolvimento, baseada numa ótica produtivista excludente.” (ALENTEJANO, 2000, p. 90). Ademais, esse

⁴¹ Assim como as demais interpretações da questão agrária contribuíram para a elaboração de distintas políticas referentes às leis trabalhistas e à reforma agrária (FERNANDES, 2004).

⁴² A categoria *agricultura familiar* foi incorporada pela Contag, enquanto os movimentos ligados à via camponesa, como o MST e o MMC, defendem a utilização da categoria *agricultura camponesa/familiar* (FERNANDES, 2004).

enfoque desconsidera a natureza seletiva do mercado e das políticas econômicas adotadas, que acentuam o caráter excludente da sociedade, ao tomar o mercado como elemento neutro (ALENTEJANO, 2000).

Esse autor detalha que

[...] o mercado aparece como o espaço da ação racional, da atômidade, da homogeneidade das mercadorias, da fluidez e da transparência dos preços. [Além disso,] essa concepção não incorpora as críticas à noção liberal de mercado que destacam o caráter parcial da autonomia econômica, a capacidade diferenciada dos atores e as diferenças de qualidade e valor das mercadorias. (ALENTEJANO, 2000, p. 92).

Essa concepção está fundada numa visão liberal que estimula um padrão de desenvolvimento que tende à concentração da propriedade, ao aumento crescente dos custos de produção, à diminuição da produtividade ao longo prazo e à redução do volume de obra empregada. Desse modo a inserção das famílias de pequenos agricultores só poderia ocorrer sob a mediação do mercado, na qual o critério de competitividade orienta a proposta de profissionalização dos agricultores. Alentejano (2000) também critica o viés discriminatório desse pensamento que tem orientado a formulação de várias políticas e programas governamentais, pois, essas partem do pressuposto da incompetência e da ignorância dos agricultores, tomados como incapazes de aproveitar as oportunidades de ascensão social (ALENTEJANO, 2000).

Nesse sentido, Abramovay (1992) inverte a problemática colocada pelo paradigma da Questão Agrária, pois, no modelo do Capitalismo Agrário, o problema não está no capitalismo, mas, sim, no campesinato. Assim, essa análise se centra não no capital, que expropria, mas, sim, no campesinato como uma “sociedade parcial” (ABRAMOVAY, 1992 *apud* FERNANDES, 2004). Desse ponto de vista, o desenvolvimento da agricultura reflete um movimento de metamorfose do campesinato, pois a “integração parcial e a integração plena [ao mercado] representam diferentes formas de subordinação do campesinato ao capital.” (FERNANDES, 2004, p. 17). Desse modo, seria por meio da integração plena a um mercado completo que o camponês pode adentrar o mundo moderno do capital.

O estudo de Abramovay (1992) contribuiu com a valorização da agricultura familiar e a superação da suposta hegemonia do assalariamento proposto por correntes do marxismo. Contudo, a tese da diferenciação do campesinato em agricultor familiar é uma forma de análise que limita o entendimento de reprodução desse grupo social, pois “[...] da mesma forma que o capital incorpora expropriando, destruindo, recriando, encontramos camponeses viabilizados, remediados,

empobrecidos e excluídos nestas duas realidades.” (FERNANDES, 2004, p. 18). Sendo assim, as formas de recriação do campesinato sob o modo de produção capitalista ocorrem tanto por meio do movimento desigual e contraditório do capital — que produz capital por meio de relações não capitalistas, como as relações de trabalho familiar camponesa — quanto por meio da luta, quando movimentos camponeses batalham pela conquista de seus territórios, disputando-os com o capital na forma de agronegócio (MARTINS, 1981 *apud* FERNANDES, 2004).

Visto que há tanto a destruição do campesinato por meio da expropriação quanto a recriação do trabalho familiar por meio do arrendamento e da compra da terra, o capital, como relação social dominante, torna sempre subalterno o campesinato, ao recriá-lo no interior de suas relações, com arrendamento, compra e venda de terras (FERNANDES, 2004). Nesse movimento contraditório, segundo Fernandes (2004), os camponeses destroem e constroem o capitalismo, evidentemente, em uma proporção menor do que a capacidade deste em destruir e recriar o campesinato. Observa-se, ainda, que

[tanto] a agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamento rurais, resultantes de políticas de reforma agrária [...]; [quanto], a agricultura capitalista, denominada de agronegócio, ao se territorializar expropria o campesinato, promovem conflito e desenvolvimento. (FERNANDES, 2004, p. 6).

Para Fernandes (2004), a luta pela terra é uma estratégia de criação política do campesinato. Sua existência fora da lógica do capital seria, no entanto, limitada, dado que o campesinato não possui o controle político das relações econômicas. Por isso, parte desse grupo social, em sua luta por autonomia política e econômica, ocupa terra, no sentido de romper com a relação dominante, mas não supera a subalternidade, porque, “[...] após a conquista da terra, os novos camponeses são dominados pelos capitalistas por meio da sujeição da renda da terra.” (FERNANDES, 2004, p. 9).

Ainda conforme Fernandes (2004), esses movimentos dependem da conjuntura econômica e política e refletem disputas que geram modelos distintos de desenvolvimento. Esse autor afirma que

O tensionamento da questão agrária é gerado por um modelo de desenvolvimento que aumenta a conflitualidade por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas. Quem perde com isso são os camponeses. A distensão da questão agrária é gerada por um modelo de desenvolvimento que diminui a conflitualidade, desconcentrando terra e riquezas. A luta pela terra, a reforma agrária e a formação da agricultura

camponesa são políticas desse modelo. Quem ganha com essa distensão é toda a sociedade. (FERNANDES, 2004, p. 10).

Contudo, Fernandes desconsidera nesse estudo que as relações sociais são moldadas não somente pelo regime de classe. O racismo molda os mecanismos de exploração da classe dominante em contexto do capitalismo, fragilizando e impondo barreiras diversas ao fortalecimento da classe trabalhadora, enquanto sujeito político. A questão racial associada as contradições de classe geram contradições raciais, uma vez que “[...] em muitos casos, o camponês é também negro, mulato, índio ou caboclo [...]” (IANNI, 1994, p. 88 *apud* MORAES, 2016, p. 7). As distorções no processo de mercantilização do trabalho levam a segmentação da classe trabalhadora em setores extremamente heterogêneos (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 146). Dado essa heterogeneidade a consciência de classe pode se manifestar sob diferentes formas.

O camponês, operário rural, operário urbano, empregado, funcionário e outras categorias de trabalho continuam a defrontar-se com as diferenças raciais além das classes. Mas frequentemente, as desigualdades sociais compreendem e mesclam com a diversidade raciais e de classes sociais. Sem as quais as diversidades de cunho regional, religiosas, culturais e outras presentes nas condições de trabalho e vida de todos. (IANNI, 1994, p. 137).

Sendo assim, a frágil integração da classe trabalhadora, majoritariamente negra, se dá em função da persistência das estruturas de opressão e exploração, assim junto a desigualdade fundada na subordinação social e sexual do trabalho ao capital, estão imbricadas discriminações baseadas em critérios raciais, que reforçam os mecanismos de exploração (PINHO, 2006; MORAIS, 2016), que reproduzem lógicas de dominação que determinam espaços, estereótipos e hierarquias sociais.

A luta pela terra e a defesa dos territórios resultam de conflitos socioterritoriais de movimentos, constituídos majoritariamente por pessoas negras, a exemplo do MST. Para o entendimento dessa organização, será importante resgatar alguns elementos históricos desse sujeito político, de modo a visibilizar a configuração do movimento de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de redemocratização do país.

1.2 Conflitos agrários no território fluminense

Nas últimas décadas de 1940, o contexto de disputas entre posseiros e

grileiros⁴³ marcou o perfil dos conflitos agrários na Baixada Fluminense (MACEDO, 2009), que logo em seguida se estenderia para a região canavieira de Campos. Com isso, grande parte da população rural, identificada pela literatura especializada por meio de diferentes categorias, como *posseiros*, *lavradores* e/ou *pequenos proprietários* (NEVES, 1995; ALENTEJANO, 2000; MACEDO, 2009). Diante desses conflitos, esses trabalhadores passaram a se reunir para realizar manifestações públicas, fazer denunciar à imprensa, acessar meios jurídicos, além de realizar ações armadas, como tentativas de se protegerem contra a violência a que estavam sendo submetidos.

Nesse cenário, o principal ator político da luta pela terra nesse período é a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). Essa estrutura organizativa contava com núcleos associativos, que reuniam trabalhadores e trabalhadoras diversos. Dentre as figuras femininas que se sobressaíram nesse movimento, destaca-se Josefa Paulino da Silva. Sobre ela, informa-se que é

Nascida em [São] Miguel dos Campos, Alagoas, em 1924, de origem familiar de trabalhadores rurais. Começou sua trajetória como empregada doméstica ainda na infância. [Na juventude] casou-se com o agricultor José Pureza e mudou-se para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. O casal ocupou terras públicas abandonadas numa área rural da cidade, seu marido passou a ocupar-se da agricultura e ela [costurava para uma] confecção. A fábrica faliu em 1949, tais circunstâncias levaram Josefa a trabalhar com o marido na roça e a se engajar em lutas comunitárias pela posse da terra, o que [resultou] na filiação de ambos ao PCB. Na década de 1950, passou a militar em ações organizadas pelo movimento de mulheres e participou da campanha "O Petróleo é Nosso!". Em 1954 esteve presente no [Conferência Latino-Americana] de Mulheres no Rio de Janeiro, e em 1955, no Congresso Estadual e Nacional das Mães patrocinado pela Federação Brasileira de Mulheres no Rio. Nessa ocasião, foi escolhida para representar as trabalhadoras rurais brasileiras no Congresso Mundial de Mulheres Trabalhadoras na Hungria, oportunidade em que visitou a União Soviética. Em 1958, engajada num Sindicato de Trabalhadores Agrícolas, Josefa participou de congressos nacionais e internacionais, junto com outras lideranças e associações de mulheres no campo para reivindicar a posse da terra e defender os maridos presos. [...] Josefa e Pureza também foram vítimas da perseguição após o Golpe Militar. Josefa foi presa, mas logo solta e Pureza conseguiu fugir. Os dois decidiram retornar a Alagoas, onde permaneceram por 3 anos, ela trabalhando como costureira e ele como pescador. Já no Recife foram presos, 1973, sob acusação de tentarem reorganizar o PCB, em 1973. Libertados voltaram para o Rio de Janeiro, onde reiniciaram o trabalho político, novamente no movimento de luta pela terra, agora com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e com os sindicatos rurais na Região dos Lagos Fluminense. Em 1986, já viúva, Josefa se candidatou a deputada federal pelo PCB. Não se elegeu, mas prosseguiu sua militância sindical e em associações de moradores até sua morte em

⁴³ O termo *posseiros* refere-se a diversos tipos de lavradores que lutavam pela terra. Já a categoria *grileiros* designa indivíduos que se apoderam de terras alheias por meio de documentos falsificados (GRYNZPAN, 1987).

1999. (SHUMAER, 2004, p. 113-114).

Em sua biografia, Josefa relata as constantes pressões às quais estavam expostas essas comunidades, sob a forma de ameaças, despejos, perseguições e prisões exercidos por meio da força policial e de grileiros na Baixada Fluminense. Em função das opressões ocorridas durante os despejos das famílias, as mulheres fundaram “comissões femininas”. Estas estavam ligadas à Associação de Lavradores Fluminenses e eram constituídas de núcleos associativos em diversas localidades⁴⁴, os quais exerciam a função de encaminhar as reivindicações definidas em assembleias e negociar, com a polícia, tanto a permanência nos próprios territórios quanto a liberdade de familiares (GHELLER, 1996).

Josefa também descreve que essas comissões arrecadavam recursos financeiros para confeccionar materiais de comunicação, a exemplo do jornal *Imprensa Popular*, de Xerém, RJ. Com isso, elas adquiriram um nível de organização no sentido de garantir o direito de posse da terra e reivindicar o direito à liberdade de militantes (maridos, filhos, entre outros) frequentemente presos pela força policial. Verifica-se, no entanto, que, em razão dos despejos, que passaram a se tornar mais frequentes, essas organizações de mulheres sofreram dispersão, o que, segundo Josefa, não significou a paralisação das participantes, já que muitas delas se inseriram na luta sindical e, posteriormente, aderiram às ocupações de terra.

De acordo com a médica Suzana Nogueira, que participou das ações de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, com o apoio da CPT, Josefa “[...] viveu e morreu muito pobre..., mas [todas as vezes que a] chamasse para um encontro, ela falava: é claro [...] vamos!... onde tem mulher camponesa reunida este é o meu lugar...” (em entrevista concedida à autora deste projeto, em 2020).

Já a ocupação de terras no Imbé⁴⁵, região serrana de Campos dos Goytacazes, contou com a participação de José Pureza, que apoiou a mobilização de cerca de 200 trabalhadores rurais desempregados. Trata-se de um momento que, de acordo com Gomes (2000), o PCB contribuiu com a organização de trabalhadores em várias usinas de açúcar. Em 1963, essa organização apoiou a ocupação de terras devolutas do Imbé pertencentes ao Estado que estavam sendo griladas por fazendeiros e

⁴⁴ A Associação Feminina de Papa Folha, criada em 1954; a Associação Feminina de Barro Branco, de 1954; a Associação Feminina de Parque Estoril e a Comissão de Mulheres de Piranema, criadas entre 1954 e 1955; e a Comissão Feminina ou Departamento Feminino do Km 41, de Xerém (GHELLER, 1996).

⁴⁵ Área desapropriada mediante Decreto Federal n. 52.108/1963.

usineiros da região. Segundo Gomes (2000, p. 198), a vinda de José Pureza para a ocupação do Imbé ocorreu “[...] a partir da demanda de posseiros, com objetivo de fomentar a articulação de núcleos da Liga na região”.

A família de Roseli Borges, neta de Satiro Borges, inseriu-se nessa ocupação, junto a outras famílias⁴⁶, devido a conflitos por terra na fazenda do Largo⁴⁷. Parte desta foi concedida aos “escravos”⁴⁸ pela proprietária, à época da abolição da escravidão. Com o passar do tempo, essas famílias passaram a sofrer constantemente com intimidações e ações violentas de despejo, operadas por meio de uma rede de atores composta de jagunços a serviço de grileiros, entre os quais figuravam políticos locais (NEVES, 2018). Detalha-se, ainda, que,

[Na década de 1960, essa fazenda foi desapropriada] para assentar 300 famílias de agricultores. [Contudo,] os órgãos do governo estadual não puderam decretar a imissão de posse [pela] demora no pagamento das parcelas ao desapropriado. Essa situação facilitou a continuidade dos atos agressivos dos grileiros. Ações violentas, como destruição de roças, cercas e casas, bem como impedimento de circulação dos posseiros na área tradicionalmente ocupada, eram patrocinadas por capangas amparados por policiais militares. Dentre os grileiros acusados figuravam nomes de deputados e vereadores. Reagindo, às inúmeras agressões, o Sr. Satiro Borges, em defesa própria, terminou por baleiar um dos capangas do grileiro e viu-se obrigado a se refugiar em matas circundantes para evitar o próprio massacre. Por ocasião da ocupação do Imbé, ele foi integrado como liderança no acampamento, ali permanecendo até o golpe militar, quando foi preso. Os familiares do Sr. Satiro Borges permaneceram no acampamento do Imbé, até que foram transferidos para a gleba Vecchi [Projeto de colonização em Conceição de Macabu]. Tal como na fazenda Ponta do Largo, o Sr. Satiro agregava uma família extensa, composta por irmãos e filhos e respectivas unidades conjugais, bem como outros grupos domésticos violentamente expulsos da fazenda do Largo. Esse segmento de lavradores contribuiu decisivamente para os desdobramentos e conquistas alcançadas na ocupação do Imbé. (NEVES, 2018, p. 310).

No cotidiano dessa ocupação, as mulheres realizavam atividades consideradas femininas. Essa situação, segundo Delma P. Neves (2018), colocava essas participantes em situação de proximidade com as lideranças. Para essa autora, a posição delas demarca uma divisão de trabalho sexual, pois a elas eram atribuídas funções como “[...] preparar o café para visitas e pessoas em reunião, como também [separar os] alimentos [doados] que lá chegavam para redistribuição.” (NEVES, 2018,

⁴⁶ A maior parte composta por “ex-colonos” na cafeicultura, assalariados da cana, campeiros e diaristas nas fazendas próximas ao local da ocupação (NEVES, 2018).

⁴⁷ Localizada, à época, no município de São João da Barra, área atualmente pertencente a São Francisco de Itabapoana (NEVES, 2018).

⁴⁸ Grifo nosso. O uso do termo “escravo” tende a naturalizar uma condição construída socialmente.

p. 322). A autora também faz referência ao papel das mulheres no controle de comportamentos das famílias acampadas, como conflitos conjugais e uso de bebidas alcoólicas na ocupação.

O estudo realizado por Teló e Brito (2019) analisou a trajetória de vida de Roseli Borges. Sobre o significado da luta frente às condições de vida no campo, ela comenta: “[...] a única coisa que eu entendo é a exploração. A única coisa que eu entendo é o despejo, a covardia.” (TELÓ; BRITO, 2019, p. 10). Nesse estudo, os autores abordam a trajetória de vida de Roseli e realçam a invisibilidade da história de “pessoas comuns” — a exemplo de Rosa, como a mulher prefere ser chamada, à época da entrevista, com 56 anos —, uma vez que o estudo das lutas camponesas tem privilegiado as pessoas que se destacaram nos embates (TELÓ; BRITO, 2019). As mulheres camponesas fluminenses, com exceção de Josefa Paulino, que teve sua biografia registrada, não adquiriram visibilidade política, inclusive no âmbito dos movimentos sociais. Mas, mesmo ela tendo uma atuação significativa na luta pela terra, inclusive no processo de redemocratização do país, não costuma ser reconhecida na região. O que levanta questões sobre o lugar das mulheres negras no contexto da luta pela terra no território fluminense. O estudo de Teló e Brito (2019) levanta questões relevantes nesse sentido ao analisarem a história de uma camponesa negra.

Os autores ressaltam que, ao longo de sua trajetória de vida, Roseli Borges não ocupou papéis de liderança, sendo sua vida marcada por deslocamentos forçados, desde o despejo na fazenda do Largo, em São João da Barra; passando pela sua breve estadia na ocupação do Imbé, até sua remoção com os demais parentes (e outras famílias que continuaram no Imbé após o despejo) pelo governo militar, para o projeto de Colonização, em Cachoeira de Macabu. Durante a realização desta pesquisa, a comunidade local lutava contra o risco de um novo despejo⁴⁹, principalmente em razão da proposta de construção da Barragem do Guapiaçu, apontada pelo governo do estado como solução para a crise de abastecimento de energia elétrica na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Além de perseguir e impor restrições ao exercício político das lideranças sindicais, o governo militar devolveu diversas áreas desapropriadas no Estado àqueles que considerava seus legítimos donos, sob o argumento de que essas áreas seriam urbanas e, portanto, inadequadas para projetos de assentamentos rurais. Essa

⁴⁹ Devido à construção da barragem do Rio Guapiaçu (Processo: E-07/508365/2012).

situação favoreceu a continuidade dos conflitos, por conseguinte permaneceu sendo o principal palco dos conflitos agrários⁵⁰, como os que ocorreram na baía de Ilha Grande e na Região dos Lagos, ambos em decorrência da especulação imobiliária, em grande medida, devido à expansão da indústria de turismo e das casas de veraneio. Nesse período, a acelerada urbanização gerada pela intensificação da especulação imobiliária resultou no fenômeno da *desruralização*⁵¹. Mesmo assim, não houve um esgotamento da demanda pela reforma agrária (ALENTEJANO, 2003).

No contexto de abertura democrática, a luta pela terra no estado do Rio de Janeiro intensificou-se, contando com a participação de antigos personagens e a atuação de novos mediadores, como a CPT e o Partido dos Trabalhadores (PT), cujo debate se colocou em torno da reforma agrária (MEDEIROS, 1989). Com isso, ocorre um crescimento das mobilizações para a reivindicação de terras, e “[...] algumas áreas que haviam sido desapropriadas durante o regime militar, voltaram a ser ocupadas [...]” na Baixada Fluminense⁵² (MACEDO, 2009, p. 15), nesse cenário emerge um novo personagem, o MST.

O processo de consolidação do MST no estado do Rio de Janeiro reflete um movimento de interiorização da luta pela terra, que resultou na criação de vários assentamentos rurais, a exemplo do Zumbi dos Palmares. Esse processo de mobilização política não ocorreu sem conflitos, dadas as tensões entre os diferentes atores sociais que possuíam lógicas organizativas distintas.

1.2.1 MST: um novo ator das lutas camponesas

O MST é um dos movimentos sociais brasileiros que tem gerado maior atenção nos últimos 30 anos. Surgido no sul do país no início dos anos 1980, em meio a violentos confrontos por terras, momento em que a resistência camponesa adquire novas expressões políticas. Magrini (2015, p. 97), ao realizar um estudo sobre o MST, destaca que

[...] a luta camponesa no Brasil não nasce com o MST, suas raízes são mais

⁵⁰ Em decorrência da especulação imobiliária para a construção de casas de veraneio (ALENTEJANO, 2003).

⁵¹ A categoria descreve o esvaziamento econômico e demográfico no interior do estado entre 1940 e 2000 (ALENTEJANO, 2003).

⁵² Das quais surgem as ocupações de Campo Alegre, em 1984; Boa Esperança, em 1985 (Nova Iguaçu); Vitória da Conquista, em 1985; em Paracambi e Sol da Manhã, em 1986; e em Itaguaí.

profundas e se iniciam logo após a invasão portuguesa, há mais de 500 anos, quando a estrutura agrária inicia sua consolidação como um sistema mais concentrado do mundo. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários foi um sustentáculo da concentração de poder no país, seja no Brasil “descoberto”, no Brasil Colônia, no Brasil monarquia, no Brasil república, no Brasil ditatorial ou no Brasil democrático. Todas as mudanças ao longo da história não foram capazes de destruir esse pilar cravado na estrutura social brasileira.

Sob essa perspectiva, as lutas camponesas abrangem os movimentos de resistência indígena e negra, como os quilombos, uma forma de resistência negra ao estado colonial; e a Revolta de Canudos, movimento de resistência camponesa liderado por Antônio Conselheiro, na fazenda Canudos, na cidade de Belo Monte, no sertão da Bahia. Posteriormente, emergem os movimentos das Ligas Camponesas, na região Nordeste, na década de 1950; e, mais recentemente, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) criado na década de 1960, na região Sul⁵³ (MAGRINI, 2015). Segundo Magrini (2015, p. 108), a concepção política do MST

[...] tem por base a luta de classes, apoiado em corpo teórico que alia os princípios da Teologia da Libertação e um arcabouço teórico mais amplo, formado majoritariamente por autores marxistas. [...] Esse Movimento conta com simpatizantes e admiradores que defendem e apoiam suas ações, assim como opositores que discordam e criminalizam suas ações. (MAGRINI, 2015, p. 108).

Nesse sentido, o MST incorpora a luta contra o modelo econômico vigente, que tende a conduzir a vida e a produção por meio dos interesses do capital, porquanto esse grupo busca a realização da reforma agrária pelo Estado, por meio de ocupações de terra e da criação de assentamentos rurais em terras improdutivas. Assim, a concepção política desse Movimento expressa não só mobilização social, como também o ideal de transformação social (MAGRINI, 2015).

Atualmente, o MST está organizado em todos os estados brasileiros, nas cinco regiões do país (MST, 2014). No Rio de Janeiro, a consolidação desse Movimento não ocorreu sem tensões. Como registra Macedo (2009), inicialmente o papel do MST se limitou a enviar representantes de outros estados, da região sul do país, para as ocupações de terra no Rio de Janeiro. Segundo Fernandes (2000), a implantação do MST/RJ teria ocorrido em 1984, quando militantes paranaenses e gaúchos visitaram o mutirão Campo Alegre, na Baixada Fluminense, no intuito de mobilizar lideranças

⁵³ Por ocasião da expulsão, realizada por índios, de posseiros que viviam na reserva indígena de Nanoai, no norte do estado do Rio Grande do Sul. Esse grupo ocupou uma área historicamente conflituosa, a granja Macali, na Fazenda Sarando, em Ronda Alta.

para participarem do I Congresso do MST. Posteriormente, essas lideranças assumiram a tarefa de implantar o MST no estado (FERNANDES, 2000 *apud* MACEDO, 2009).

Verifica-se, no entanto, que a articulação política do MST/RJ passou por um processo de dissolução, devido a conflitos entre mediadores e as relações das lideranças assentadas com representantes do governo estadual em relação à condução política das ocupações de terra e da gestão dos assentamentos. Isso teria ocorrido devido à cooptação de algumas lideranças assentadas pela gestão governamental, o que resultou na desmobilização do movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nesse período, o MST tentava organizar suas bases no Rio de Janeiro, com o apoio da CPT. Ambos já haviam contribuído com várias ocupações no estado, mas essas mediações resultaram em tensões, pois a autonomia do MST era limitada, sobretudo, em razão das distintas dinâmicas organizativas dos mediadores presentes nas mobilizações (UEMA, 2005).

Segundo Alentejano (s/d), três fatores dificultaram a consolidação do MST: a visão “sulista” da questão da terra predominante no MST, que interpretava a situação agrária como um reflexo da realidade do sul do país, o que dificultava a atuação do Movimento; o confronto entre as antigas e as novas lideranças; e a concorrência com o aparato estatal (ALENTEJANO *apud* MACEDO, 2009). Em 1993, o MST retomou suas atividades de mobilização, com a ocupação da fazenda Capelinha, em Conceição de Macabu, na região Norte Fluminense. Posteriormente, foram realizadas várias ocupações na região, principalmente no município de Campos dos Goytacazes. Em abril de 1997, o MST mobilizou centenas de famílias para ocupar as terras da Usina São João, formando o acampamento Zumbi dos Palmares. Segundo a agente Ines Polidoro, que coordenou a equipe da CPT no município, o nome de uma das referências simbólicas do Movimento Negro foi escolhido, devido à cidade de Campos dos Goytacazes possuir uma população formada, em sua maioria, por pessoas negras⁵⁴. Retomamos essa discussão mais adiante para abordar a forma como a questão racial tem sido incorporada pelo MST nos últimos anos.

O perfil étnico-racial da população dos acampamentos e assentamentos rurais

⁵⁴ O Rio de Janeiro, mais da metade da população se declaram como pretas e pardas (negras). Campos é cidade do estado que possui o maior percentual de população negra em relação ao número de habitantes, conforme dados do IBGE (2015) 66% dessa população viviam em condições de vulnerabilidade social. Disponível: <https://globoplay.globo.com/v/4624305/> Acesso em: 20/09/2021.

na região não distinta, sendo constituída em sua maioria por pessoas negras⁵⁵. O fato de a reforma agrária não ter se constituído como uma estratégia de desenvolvimento é um indicativo que aponta para o caráter não só classista, como também racista da omissão do Estado brasileiro frente às demandas desse grupo social. A política de criação dos assentamentos rurais não rompe com mecanismos que mantêm grande a população negra em condições de subalternidade social, econômica e política.

1.2.2 Assentamentos rurais no campo fluminense

Os assentamentos rurais⁵⁶ são criados por meio da intervenção do Estado, sendo a materialização das conquistas obtidas pelas lutas das famílias de camponeses sem terra (FERNANDES, 2004). Borges *et al.* (2021) apresenta o panorama dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, com base em dados do Incra. Segundo esse estudo, consta que, em terras fluminenses, existem 80 assentamentos rurais: 9 foram criados entre 1930 e 1981 como Projetos Integrados de Colonização (PICs); 14 foram formados por políticas estaduais de regularização, entre 1997 e 2010; 1 configurou-se como Projeto de Assentamento de Cooperação (PAC) entre o Incra e o Iterj, regularizado em 2010; 1 estruturou-se como Projeto de Assentamento Municipal (PAM), regularizado em 2009; 1 formou-se como Projeto de Assentamento Casulo (PCA); e há 50 Projetos de Assentamento (PA), 1 Reserva Extrativista (Resex) e 2 Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Esses últimos foram criados pelo Incra, entre 1982 e 2015 (INCRA, 2019 *apud* BORGES *et al.*, 2021).

No norte fluminense, a política de criação de assentamentos rurais reflete, em parte, o contexto de decadência das usinas, quando várias áreas passaram a ser consideradas improdutivas. A distribuição condensada dos assentamentos no Norte Fluminense insere-se em um quadro histórico de concentração fundiária em áreas voltadas para grandes plantações de cana-de-açúcar, sendo o município de Campos dos Goytacazes o que acumula um maior número desses assentamentos

⁵⁵ De acordo com dados do Programa de Saúde da Família (PSF), a composição étnico-racial no assentamento Zumbi dos Palmares também é formada por pessoas negras em grande parte (UBSF-Campelo, 2022).

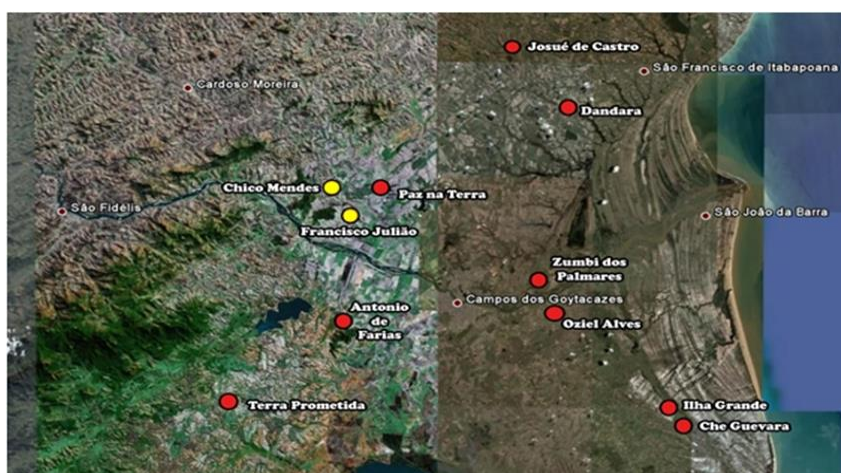
⁵⁶ De acordo com o Incra, o assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de *parcelas* ou *lotes*, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural por meio de critérios de elegibilidade, a exemplo da renda (BRASIL, 2020).

(PEDLOWSKI, 2011). As desapropriações realizadas e os assentamentos criados, ao longo dos últimos anos, representam a formação de algumas ilhas entre enormes latifúndios (BORGES *et al.*, 2021), uma vez que essa política não alterou a estrutura concentrada da terra na região.

Segundo Borges *et al.* (2021), a política de reforma agrária prevê que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de promover o processo de desapropriação, também orienta os beneficiários dessa reforma. Essa política tem como orientação a produção e a permanência no campo, objetivando um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural e adotando como estratégia a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. Em termos práticos, o que se percebe, entretanto, é uma ausência de financiamento adequado para o desenvolvimento da infraestrutura dos assentamentos (BORGES, 2021).

A maioria dos assentamentos criados no país tem sua institucionalização a partir das ocupações de terras organizadas de forma coletiva. O MST está envolvido na criação de vários assentamentos rurais, inclusive o assentamento Zumbi dos Palmares, no qual atuam as integrantes do Coletivo Regina Pinho. Em 2001, dos 9 acampamentos coordenados pelo MST/RJ, 5 estavam localizados na região Norte Fluminense; e, dos 14 assentamentos criados no estado entre 1995 e 2003, 1/3 localizava-se em Campos dos Goytacazes (ALENTEJANO, 2003). A seguir, a Figura 2 apresenta uma ilustração com a localização espacial dos assentamentos do MST criados no período de 1998 a 2008, nessa região.

Figura 2 – Assentamentos do MST na região norte do estado do Rio de Janeiro criados entre 1998 e 2008



Fonte: Sesma/Leea/CCH/Uenf (s/d).

Macedo (2009) chama atenção o viés assistencialista da política agrária do governo do Estado do Rio de Janeiro, que se limitava a atendimentos emergenciais para as famílias acampadas⁵⁷ e assentadas, com distribuição de cestas básicas e assistência técnica (MACEDO, 2009). Baseado em pesquisa realizada com 15.113 famílias assentadas, Borges (2021) afirma que entre os anos 2000 e 2001 apenas 8% dessas famílias conseguiram acessar o crédito de fomento em 39 municípios da federação, situação agravada pela morosidade no tempo de liberação desse recurso. Os dados da época sobre infraestrutura revelam que 70% dos assentamentos não possuíam estrada adequada, apenas 27% tinham energia elétrica, e 46% sofriam com problemas de abastecimento de água (LEITE *et al.*, 2004 *apud* BORGES, 2021).

Esse estudo também identificou melhorias na qualidade de vida das famílias assentadas, mas aponta a necessidade de mais investimentos para o desenvolvimento dos assentamentos. Apesar disso, com a redução brutal do orçamento para a participação e o estímulo à emancipação dos assentamentos, sem a infraestrutura adequada, vem ocorrendo o esvaziamento da política de reforma agrária (BORGES, 2021).

Além disso, a ausência de registro de novos assentamentos rurais criados no estado, conforme Alentejano (2000), reflete um processo de contrarreforma agrária no país. Borges evidencia esse argumento ao traçar um panorama da política de reforma agrária nas últimas décadas. De acordo com esse estudo, entre 1985 e 2011, o total de áreas desapropriadas, em termos percentuais, foram estes: 11% no governo Sarney⁵⁸; 1% no governo Collor; 4% no governo Itamar; 53% no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC); 30% no governo Lula; e 1% no governo Dilma Rousseff — tendência que se manteve no segundo governo da presidenta (BORGES, 2021).

Comparativamente, conforme é possível observar nos dados apresentados no parágrafo anterior, a gestão do governo FHC foi a que criou o maior número de assentamentos. Esses índices, todavia, refletem a política de reforma agrária assentada no modelo conhecido como “reforma agrária de mercado”, baseado na compra de terras por meio de políticas do tipo Banco da Terra⁵⁹ (DAL MORO, 2020,

⁵⁷ O termo *acampado* designa aqueles que mantêm barraca para reivindicar uma parcela de terra. Já a palavra “[...] *ocupação* refere-se a entrada de um grupo numeroso de famílias numa área para reivindicar ao Estado a sua desapropriação (MACEDO, 2009, p. 14, grifos nossos).

⁵⁸ O I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) visou atender 1 milhão e 500 mil famílias em uma área de 130 milhões de hectares. Ao final do governo Sarney, em 1989, somente 6% do PNRA fora executado, em um total de 84.852 famílias dentro da quantidade prevista (DAL MORO, 2020).

⁵⁹ O programa previa a concessão de financiamento para trabalhadores rurais pobres comprarem terras negociadas diretamente com os proprietários.

p. 175). Explica-se, sobre isso, que

As formulações neoliberais preconizam apenas a adoção de medidas compensatórias no enfrentamento às desigualdades sociais e à miséria. Não há nada de inovador nessa proposta pautada não apenas nos perversos resultados sociais e ambientais, mas também econômicos, já que os índices de produtividade têm se mostrado decrescente e os custos, pelo contrário, tem sido cada vez maiores, aumentando assim a dependência de financiamento que torna os agricultores cada vez mais vulneráveis. (ALENTEJANO, 2000, p. 101).

O Censo Agropecuário de 2017 revela que o acesso à terra e recursos públicos no país possui barreiras de raça e gênero. A privatização clientelista e concentradora continua sendo a regra. Havendo com prejuízo a população empobrecida, majoritariamente negra uma vez que, “a terra foi usurpada por poucos homens brancos, e isso gerou uma massa de excluídos [...] (FONSECA, 2022, p.11). Sendo assim, as políticas agrárias historicamente instituídas impedem a formação de um campesinato negro, com condições dignas e autonomia política e financeira, já que como afirma o autor, em vários momentos da história a classe dominante, majoritariamente branca, teve a mesma oportunidade de revolucionar a sociedade e a economia com uma formação agrária mais equânime, com a promoção de uma reforma agrária, mas tem optado sistematicamente pelas mesmas vias conservadoras e autoritárias (FONSECA, 2022). Com isso, o Estado brasileiro cria mecanismo de impedimento da democratização do acesso à terra pela população negra e indígena.

Segundo Fonseca, a política de assentamentos rurais possui aspectos positivos, mas não houve em termos estruturais mudanças a ponto de alterar a concentração de terras, nas mãos de pequeno grupo de pessoas brancas detentoras de poder econômico e político, e favorecer um amplo acesso à terra para a população negra rural demandante, permitindo-lhes melhores condições de vida e inserção socioeconômica. Com isso, no dizer do autor, “a política de assentamentos rurais e titulação das terras dos quilombos tem funcionado como instrumentos de controle social” pelas classes dominantes (FONSECA, 2022, p. 58) para desmobilizar a luta da população negra no campo pela democratização da estrutura fundiária.

[...] embora tenha havido a conformação de grandes movimentos e demandas pela reforma agrária, as ações dos movimentos socioterritoriais camponeses [esses] acabam por aceitar ações pontuais, especificamente a criação de assentamentos (e outros elementos relacionados como crédito, infraestrutura, educação etc.), sejam respostas suficientes; a luta é estabelecida para conseguir aquilo que é possível pela Constituição, o que é muito pouco e restrito. (FONSECA, 2022, p. 58).

Para o autor, uma reforma agrária ampla precisa desvincular a criação de assentamentos ao pagamento das terras desapropriadas, o que torna a política de assentamentos rurais morosa e só avança lentamente mediante a luta dos movimentos sociais, atendendo apenas parte daqueles que lutam pela terra. Além disso, a criação de assentamentos rurais possui fortes restrições com entraves nos serviços de assistência às famílias assentadas. Ainda assim, Fonseca enfatiza que a luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais do campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram imprescindíveis para vários avanços sociais adquiridos no campo brasileiro. Contudo, as políticas adotadas por pressões desses movimentos não resultaram em uma mudança estrutural.

O que demonstra a manutenção das imbricações entre racismo, sexismo e classismo na estrutura fundiária do nosso país, já que é a população negra, especialmente as mulheres negras, que têm o menor acesso à terra e piores condições de produção e vida no campo (IBGE, 2017). Contudo, os dados apresentados contradizem o discurso da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento, associada às alterações das regras políticas de obtenção de terras e financiamento da produção. Ademais, ocorre também a criminalização das ações do MST, com a perseguição de suas lideranças. Durante a gestão petista, esse quadro não sofreu alterações.

No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, houve uma grande expectativa em relação à reforma agrária, especialmente no ambiente dos movimentos populares do campo. A primeira versão do *II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)*⁶⁰ estava fundamentada no entendimento da reforma agrária como uma política de desenvolvimento territorial e, portanto, um instrumento de descontração fundiária. A proposta, no entanto, sofreu alterações, ganhando, inclusive, outra denominação: *II PNRA: paz, produção e qualidade de vida no meio rural* (MDA, 2003).

Destarte, houve uma nova inflexão da trajetória das políticas públicas em relação ao atendimento dos agricultores economicamente mais fragilizados, com a implantação de programa territorial no âmbito do MDA, que adotou como foco a redução da pobreza e da desigualdade. A substituição de termos como *periféricos*,

⁶⁰ Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

desvalidos e marginais por pobres do campo expressa a mudança nas orientações da política agrária pelo governo petista (WANDERLEY, 2015). Verifica-se, com isso, que

[...] a mudança de linguagem passa a definir o público-alvo dos projetos territoriais a quem se reconhece como agricultor familiar e se destina o apoio às atividades produtivas agrícolas. Segundo, apesar de manter a categoria de renda como elemento distintivo dos grupos de beneficiários do PRONAF, os projetos territoriais levam em consideração a diversidade de situação que os caracteriza: assentados, comunidades tradicionais, agricultores familiares, etc. E, o crédito rural está associado a outras políticas, que procuram apreender a complexidade da situação dos agricultores pobres. (WANDERLEY, 2015, p. 38).

Essas orientações se baseiam na ideia de inclusão produtiva como processo econômico e social; visam proporcionar autonomia às pessoas em condições mais digna e sustentável; estão fundamentadas na articulação das esferas de acesso a mercado de bens e serviços e de inclusão social via políticas públicas; e seriam voltadas a processos de construção de novas formas de organização produtiva (MATTEI, 2015). Esse discurso tem sido incorporado por diferentes organizações, inclusive, pelas feministas que atuam em projetos de produção e geração de renda de mulheres assentadas.

De acordo com o autor, os programas de microcrédito rural, criado no ano 2000, tiveram por objetivo o combate à pobreza rural, sendo uma estratégia de inclusão dos agricultores pobres, pois objetivava valorizar o potencial produtivo destes e permitir a estruturação e diversificação da unidade produtiva em questão (PRONAF, 1999). Contudo, o principal entrave desta política refere-se a dificuldade de acesso à terra e as condições de produção das famílias de agricultores assentados, quilombolas e indígenas.

Benedetti (2020) destaca que as entidades de representação da agricultura patronal exercem pressão sobre os territórios negros, pois as famílias agricultoras negras se localizam em ampla desvantagem no acesso a bens e recursos públicos⁶¹. Dado que a política governamental de crédito rural, dentre outras que, em tese, deveria funcionar como um instrumento equalizador das desigualdades, tem desempenhado efeito contrário, ao aumentar e cristalizar a concentração produtiva no

⁶¹ Na safra de 1999, os agricultores que dispunham de melhores níveis de renda detinham, juntos, 74% do total de crédito disponível pelo programa; agricultores assentados respondia por 21%; e quilombolas e indígenas, por apenas 1%. Em 2004, esse último grupo passou a responder por 7% do total, ao mesmo tempo que os grupos com maior renda reduziram sua participação em 5% (MATTEI, 2005 *apud* WANDERLEY, 2015).

meio rural. O acesso desigual entre agricultores patronais, majoritariamente brancos, em comparação aos agricultores familiares, em grande maioria mulheres negras evidencia as imbricações de classe com hierarquias raciais e de gênero.

Diante desse quadro, a proposta de ampliação dos beneficiários das ações e programas de desenvolvimento rural buscou atender a demanda das famílias agricultoras excluídas historicamente dessas políticas. O governo Dilma Rousseff optou pelo investimento nos assentamentos existentes para garantir as condições de reprodução dessas áreas. Nesse momento, o Incra passa a se concentrar na assistência técnica aos assentamentos, em detrimento da política de reforma agrária. Com isso, o número de famílias assentadas por esse governo foi insignificante, comparado à demanda dos movimentos sociais. De acordo com dados da CPT, de 2011 a 2014, de um total de 103.746 famílias acampadas, somente 28.313 mil (27%) foram assentadas pelo governo Dilma (DAL MORO, 2020). Nota-se, com isso, que

Grande parte dos investimentos desse governo foram direcionados para a erradicação da pobreza⁶². Para isso, os assentados são inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, o qual possibilita às famílias assentadas serem atendidas pelo programa Bolsa Família. Segundo dados do Incra, em 2015, havia 665,6 mil famílias assentadas inseridas no Cadastro Único, dentre essas 414,6 famílias [...] eram beneficiárias do programa Bolsa Família. (DAL MORO, 2020, p. 179).

A crise política instaurada com o golpe político-jurídico-midiático que resultou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, precarizou ainda mais as condições de vida nesses territórios. A destituição de secretarias e ministérios, como a dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial; e o congelamento de gastos públicos nas áreas sociais, como a saúde e a educação, agravaram essas formas de existência. Associados a isso, os setores vinculados ao agronegócio passaram a ter maior influência na política agrária. A promulgação da Lei n.º 13.465 converteu a Medida Provisória n.º 759/2016, que trata da regularização fundiária em áreas urbanas e rurais visando à promoção de mudanças relativas à obtenção de terras e a critérios de seleção das famílias assentadas pelo Incra, o que facilita o estímulo à emancipação dos assentamentos com a titulação das famílias que os habitam, desobrigando o Incra de agir com as políticas de desenvolvimento desses espaços (DAL MORO, 2020; BORGES, 2021).

⁶² A inserção das famílias assentadas no Cadastro Único, em 2011, por meio do Plano Brasil sem Miséria, possibilita que as famílias assentadas contem com uma rede de proteção social, como o Bolsa Família.

A intensificação da reconcentração fundiária, segundo Borges (2021) expressa um contexto de grandes desafios para a efetivação da reforma agrária diante de um cenário político refratário aos movimentos sociais que lutam pelo acesso democrático à terra. A ofensiva contra a desapropriação e o assentamento de famílias sem-terra intensificou-se no governo Temer. A extinção do MDA, em 2016, reflete uma série de alterações na política institucional, que inviabilizou a desapropriação de terras e a manutenção dos assentamentos existentes. Em 2015, foram assentadas apenas 1.686 famílias, e, em 2017, nenhuma família passou por esse processo. Por outro lado, a legalização de terras públicas, via Programa Terra Legal, a partir de 2009, conhecida como MP da Grilagem, fortalece-se em 2017 com a aprovação pelo governo Temer, que possibilitou a regularização de áreas já ocupadas, de forma ilegal, pelo agronegócio (DAL MORO, 2020).

As principais políticas agrárias implementadas nos últimos governos não adotaram a reforma agrária como centro de atenção. A função social da terra instituída pela Constituição de 1988 obscurece-se diante dos incentivos dados à expansão da exportação de *commodities*, incentivos esses que atendem a necessidade de formação de amplas reservas internacionais, condição para a conservação da política de internacionalização da economia (DAL MORO, 2020). Esse cenário, segundo Borges (2021), agravou-se com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, uma vez que órgãos como o Incra, que opera as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária, foram fragilizados com a diminuição do orçamento. Com isso, vários processos administrativos de desapropriação foram paralisados, e a autarquia federal tem se limitado a promover a titulação dos assentamentos de reforma agrária. A Contag e outras organizações camponesas apontam a paralisação de 413 processos de desapropriação e suspensão de vistorias em imóveis rurais como política de governos, bem como indicam a redução drástica do valor concedido à pasta — de R\$ 21,1 milhões, em 2019; para 2,1 milhões até outubro de 2020 (BORGES, 2021).

Essa política tem inviabilizado o desenvolvimento dos assentamentos rurais e a realização de uma ampla reforma agrária, orientada por uma política social e econômica de caráter popular. Mesmo assim, as lutas travadas no campo pelas famílias assentadas têm buscado criar estratégias para criar alternativas de produção e comercialização. Contudo, o sistema capitalista tende anular as conquistas desses movimentos. Essa estrutura de poder associada às intersecções das opressões de gênero e de raça colocam a maioria das mulheres negras à margem do poder e da

representação, invisibilizando-as em diferentes contextos. Sendo assim, consideramos o feminismo negro uma ferramenta teórica fundamental para a compreensão da temática de estudo abordada nesta pesquisa.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora de ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negros) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem — desde que eu tivesse oportunidade para isso — e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer. (SOJOURNER, 2014, s/p.).

Iniciar este capítulo com o potente discurso⁶³ *Não sou eu uma mulher?*, de Sojourner Truth, justifica-se pela crítica que ela elaborou contra as ideologias racistas e sexistas durante a Campanha pelos Direitos das Mulheres, em 1851, na cidade de Akron, Ohio, nos Estados Unidos. Truth tornou-se pregadora pentecostal, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Na ocasião do discurso, ela tinha 54 anos (SOJOURNER, 2014).

Para a filósofa estadunidense Angela Davis (2016), mulheres como Truth não são mulheres negras excepcionais, na medida em que são epítomes da condição da mulher negra, devido à invisibilidade à qual nós, mulheres negras, temos sido relegadas, tanto na teoria como na prática, no interior de amplos setores sociais, inclusive no de movimento de mulheres (DAVIS, 2016).

Davis (2016) explica que a presença e os discursos de Truth, em encontros

⁶³ Esse discurso foi registrado pela abolicionista e feminista branca Frances Gage e publicado em 1863. A versão aqui utilizada foi publicada em *The New York Independent* por Frances Gage, intitulada *Ain't I a woman*. O discurso de Sojourner Truth também foi transcrito e publicado no jornal *Anti-Slavery Bugle* pelo jornalista Marius Robinson (JESUS, 2018).

subsequentes, pelos direitos das mulheres simbolizavam a solidariedade das mulheres negras com o novo movimento que emergia à época, uma vez que elas aspiravam ser livres não apenas da opressão racista, mas também da dominação sexista. Desse modo, o discurso de Sojourner Truth permanece sendo uma das questões centrais para o movimento de mulheres no século XXI. Por isso, consideramos relevante, para este trabalho, inserir alguns aspectos de sua biografia, especialmente no que se refere às suas contribuições para o pensamento feminista negro.

Para Jaqueline G. de Jesus (2018), pesquisadora brasileira que estudou a vida de Truth, o pensamento dessa mulher produz uma força viva e pulsante que nos permite refletir sobre grupos discriminados, como é o caso das mulheres negras. Essa pesquisadora detalha que,

Nascida em 1797, na cidade de Swart Kill, Condado de Ulster, Estado de Nova Iorque, filha de Elizabeth e James Baumfree. Sojourner Truth foi nomeada Isabela Baumfree, em referência ao sobrenome anglicizado do seu senhorio holandês (Van Wagenen) hábito da hedionda tradição escravocrata nas Américas. Como propriedade, Truth foi vendida aos 9 anos de idade, por 100 dólares e algumas ovelhas. Até chegar aos 12 anos de idade foi vendida mais duas vezes. Em 1826 fugiu para o Canadá, com a ajuda dos abolicionistas Quaker. Teve que deixar um filho. Tornou-se missionária e fundou um abrigo para mulheres sem moradia. Ela tinha muitas visões. (JESUS, 2018, p. 51–52).

Ainda segundo os estudos de Jesus (2018), com o fim da escravidão, Truth retorna aos Estados Unidos, entra com processo contra seu antigo dono para reaver seu filho e consegue. Aderiu à Igreja Afro-Metodista Episcopal de Sião, em 1829. Em 1843, adota o nome Sojourner Truth, que significa “verdade viajante”. Conhecida como pregadora, profetisa e Miriam do Último Êxodo, declarou que o Espírito lhe chamava e que ela devia viajar para discursar como abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Sua principal fonte de renda era como empregada doméstica. O custeio de suas viagens era mantido com a venda de cartões postais com a sua imagem e a mensagem “Eu vendo a sombra para alimentar a substância.” (JESUS, 2018, p. 52).

Em seu discurso mais conhecido, Truth criticou os argumentos baseados em ideologias de supremacia masculina, ao derrubar as alegações sexistas que desacreditaram as reivindicações das participantes da Convenção de Akron, que tinham como pauta o direito das mulheres. Os homens lá presentes, que se posicionaram contrários ao direito delas ao sufrágio, alegavam que elas não eram

capazes de atravessar uma poça de lama sozinhas. Desse ponto de vista, a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio. Truth, no entanto, revela a mistificação dessa ideologia, ao afirmar que nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. Seu discurso revela a condição das escravizadas no interior da *plantation* no sul dos Estados Unidos. Sobre isso, Truth declarou:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem — quando eu conseguia comida — e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! (SOJOURNER, 2014, s/p).

No contexto das sociedades coloniais, as escravizadas não eram vistas nem tratadas como “mulheres”, inclusive por mulheres brancas. Para Jesus (2018), Truth antecipa, nesse Congresso, a crítica que o feminismo negro irá fundamentar posteriormente⁶⁴, já que a estadunidense refuta o discurso hegemônico ao afirmar que nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Com isso, Truth questiona as hierarquias de raça e gênero, oferecendo sua própria história como argumento para confrontar o discurso patriarcal sobre feminilidade. O essencialismo de gênero e o racismo, entretanto, continuam a influenciar, ainda hoje, grande parte das perspectivas feministas sobre a ideia de mulher.

No dizer de Jesus (2018), ainda não superamos questões como os direitos das mulheres e o significado do ser mulher, por isso Truth é uma referência para o combate contra o patriarcado capitalista e racista (JESUS, 2018). Isso reflete uma luta política e epistêmica, um projeto de conhecimento comprometido com as demandas de grupos sociais que são historicamente alijados do acesso a bens e riquezas sociais produzidos coletivamente, como é o caso das populações negras. Nesse caminho, Davis (2016) defende que o pensamento de Truth expressa que sua existência racializada e sua situação econômica distintas não anulavam sua condição de mulher, enfim, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média.

Por meio desse posicionamento político, Truth coloca em questão a noção de gênero, pois, tendo por base a sua experiência como mulher, marcada pela dupla

⁶⁴ O pensamento de Sojourner Truth foi recuperado por bell hooks, Angela Davis e Patricia Hill Collins.

condição de raça e classe, chama a atenção para o fato da condição privilegiada das mulheres do movimento sufragista, que eram brancas e burguesas. Assim, o discurso de Sojourner Truth contribui para revelar o viés de classe e o racismo desse movimento, o que dificulta o avanço das reivindicações das mulheres, em sua diversidade, dada a desconsideração das experiências distintas do gênero pelo feminismo hegemônico.

O Feminismo Negro, como corrente teórica e metodológica, vem proporcionando reflexões e contribuições a fim de romper com as opressões impostas às mulheres negras em diáspora. Como veremos mais adiante, no Brasil, as pesquisas de Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2003), entre outras pensadoras negras, sedimentaram o campo de estudos de gênero a partir da perspectiva feminista negra. Nesse sentido, consideramos necessário discorrer brevemente sobre os principais pressupostos que alicerçam a produção de conhecimento nesse campo de pesquisa. Para tanto, partimos das formulações teóricas da socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí sobre os estudos de gênero que contribuem para pensarmos as possibilidades e os desafios da teoria feminista.

2.1 Decolonizando os estudos de gênero

O pensamento de Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2004) oferece uma outra forma de compreender o papel social da mulher a partir de referências africanas, especificamente da cultura yorubá. Na obra *A invenção das mulheres: Construindo sentido africano para os discursos de gênero*, a intelectual discute como a ideologia do determinismo biológico está no cerne das categorias sociais ocidentais, isto é, a ideia de que a biologia fornece a base lógica para organizar o mundo social. Em oposição a essa lógica de pensamento, a estudiosa defende que os conceitos baseados no corpo não eram centrais na organização das sociedades iorubás antes da colonização europeia. Dessa maneira, sua análise acaba por destacar a natureza contraditória de dois pressupostos fundamentais da teoria feminista: que o gênero é socialmente construído e que a subordinação das mulheres é universal.

Com base nesses argumentos, o estudo de Oyěwùmí (2004) explica que, antes da colonização britânica, a sociedade yoruba⁶⁵ não organizava os papéis sociais a

⁶⁵ Região da África Ocidental ocupada pelos iorubás, localizada, em sua maior parte, no território atual da Nigéria.

partir de hierarquias sexuais, corporais e de gênero, e, sim, pela senioridade; e que, apesar dos processos coloniais e da contínua colonialidade da vida, o lugar da senioridade permanece um princípio valorizado nas sociedades africanas.

Segundo Aline M. da Rocha (2020), nesse estudo, a ideia de senioridade refere-se à (dis)posição das pessoas com base em suas idades cronológicas, porém relativas, pois expressa relações geracionais, sendo um princípio situacional, dinâmico e fluído. Nesse contexto, a pessoa mais velha, independentemente do seu sexo anatômico, assume a posição de poder em/com relação à pessoa mais nova, cuja posição variará em função da faixa etária com quem se relaciona, dado o aspecto fluído e transitório das relações etárias (ROCHA, 2020). Com isso, o estudo de Oyěwùmí (2004) contribuiu para demonstrar que, nas cosmologias e nas instituições africanas, haveria distinção anatômica dos corpos sem diferença social. Esta seria conferida pela estrutura da linhagem familiar, tanto pela posição etária quanto pela origem social.

Diante dessas evidências, Oyěwùmí (2004) formula os conceitos de anafêmea e anamacho para se referir à anatomia sexual do corpo, no sentido de romper com termos que portam lógicas de oposições binárias, pois, nas sociedades africanas, especialmente na pré-colonização, o fato de uma pessoa possuir pênis não a coloca automaticamente em lugares de regalias, *status* e posições de poder, porquanto a genitália não definia privilégios hierárquicos e lugares de subordinação.

Assim, a autora explica os equívocos de tradução praticados pelas pessoas que pesquisam o pensamento iorubá a partir da ótica do Ocidente, a exemplo da tradução das categorias iorubás *obìnrin* e *òkùnrin*, por *mulher/fêmea* e *homem/macho*, respectivamente. Para Oyěwùmí, isso ocorre também com a tradução de *aya* e *òkọ* para *esposa* e *marido*, respectivamente, além de *obìnrin* e *òkùnrin* não serem categorias que se opõem nem tampouco se hierarquizam de modo fixo nas relações que estabelecem. Dessa forma, uma possível tradução para essas categorias poderia ser *fêmea anatômica* e *macho anatômico*, como modos de diferenciá-las fisiologicamente, sem, contudo, estabelecer, em si mesmas, classificações sociais primárias e secundárias (ROCHA, 2020).

Nesse sentido, a visão ocidental reflete modos de organização social baseados em uma lógica cultural de gênero, imposta durante o processo de colonização, que atribui lugares sociais a determinados tipos de corpos, pois o olhar ocidental e, consequentemente, suas formas de organização social naturalizam os discursos

sociais e produzem paradigmas etnocêntricos segundo critérios de hierarquia e subordinação.

Segundo Rocha (2020), a crítica feminista elaborada por Oyěwùmí (2004) não deslegitima a categoria *gênero*, que se mantém como um conceito legítimo e importante para se refletir sobre as relações patriarcais; mas busca chamar a atenção para o gênero como uma categoria colonial, cujas noções de família, casamento, maternidade, linhagem e parentesco carregam o peso ocidentocêntrico⁶⁶ e devem ser constantemente analisadas e colocadas em seus contextos ocidentais quando aplicadas em sociedades africanas.

A política de conhecimento feminista, segundo Oyěwùmí (2004), usa o gênero como modelo explicativo para compreender a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo. Assim, elas assumem, de uma só vez, a categoria *mulher* e sua subordinação como universais. A autora defende, no entanto, que gênero é, antes de tudo, uma construção sociocultural, por isso a estudiosa sinaliza que não podemos tomar essa categoria como dado. O que, de fato, precisamos fazer é investigá-la (OYĚWÙMÍ, 2004).

Desse modo, a pesquisadora rompe com a imposição de categorias coloniais que interpretam as sociedades africanas por meio das lentes ocidentais. Esse movimento teórico-hegemônico coloca o corpo generificado como fundo comum para a (de)limitação de papéis sociais, posições e hierarquias, relegando às “mulheres” africanas existências secundárias, que insinuem, na própria carne, uma base bio-lógica, isto é, o determinismo biológico como um elemento essencial na constituição e na permanência do segundo sexo⁶⁷ (ROCHA, 2020), já que as categorias de raça e gênero, como ferramentas coloniais, foram utilizadas em proveito do Ocidente, como meios de hierarquizar, dominar e explorar pessoas.

Sendo assim, a incorporação de formas generificadas de pensar e organizar a sociedade modificou profundamente todas as instituições iorubás e criou outras instituições, mais substancialmente o Estado, com todo o seu aparato de poder, a sua superioridade masculina e a sua desigual distribuição de recursos.

Nas Américas, um dos traços marcantes desse processo é a

⁶⁶ O conceito é uma proposta ao propalado eurocêntrico (OYĚWÙMÍ, 2004).

⁶⁷ Se, para Simone de Beauvoir (1949), a mulher é o outro, dado não haver reciprocidade do olhar do homem; para Grada Kilomba (2019), a mulher negra seria o outro do outro, por não ser nem branca nem homem. A mulher negra ocupa uma posição muito mais difícil, em termos de reciprocidade, nas sociedades racistas.

modernidade/colonialidade. Para Quijano (2005), modernidade e colonialidade são faces da mesma moeda, de modo que não existe uma sem a outra, mas, enquanto a modernidade aparece como lado visível, com a salvação, o progresso, a civilização e o desenvolvimento; a colonialidade seria a face invisível, uma vez que ela emerge como meio de manter o sistema-mundo moderno/colonial capitalista implantado com o sistema colonial (QUIJANO, 2005).

O grupo formado por modernidade, colonialidade e decolonialidade lançou as bases críticas de um padrão de dominação ainda presente nas relações sociais, políticas, ecológicas, nacionais e internacionais, configurando o sistema-mundo moderno⁶⁸. Nessa perspectiva, modernidade e colonialidade estão ligadas, portanto são interdependentes, mas, enquanto o fenômeno da modernidade colonial reflete padrões de poder fundados pela dominação colonial, o termo colonialidade refere-se à representação de que esses padrões não foram superados e continuam sendo perpetuados pelo apagamento que a universalização de práticas e conceitos feita pela modernidade traz.

Para Quijano (2005), a colonialidade expressa-se a partir de três formas complementares. A primeira, a colonialidade do poder, é constituída na realidade sistema-mundo colonial moderno construída a partir da colonização das Américas. Para o autor, esse sistema expressa a dominação baseada na exploração racial do trabalho, assim como em seus recursos e seus produtos. Há também a colonialidade do saber, que é exercida sobre o conhecimento e resulta na apropriação, no ocultamento e/ou na destruição da cultura e dos conhecimentos que fogem ao que é dado como verdadeiro e universal. Por fim, existe a colonialidade do ser, expressão da colonialidade vivenciada cotidianamente. Trata-se da experiência vivida de sujeitos subalternizados, a experiência física, material (QUIJANO, 2005).

Catherine Walsh (2013) acrescenta que a matriz colonial/moderna avança por diferentes frentes, controlando os sujeitos nos diversos espaços de convivência social e de experiências relacionadas ao trabalho, ao sexo, à subjetividade/intersubjetividade, à autoridade coletiva e à natureza. Diante disso, a autora afirma que

[...] não existe um estado nulo da colonialidade, senão posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir,

⁶⁸ O termo “sistema-mundo” diz respeito à organização sistêmica do mundo, e não apenas da economia, pelo capitalismo. Para a compreensão do termo, consultar Immanuel Wallerstein (2005).

insurgir, criar e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta, contínuo, no qual identificar, visibilizar e alentar “lugares” de exterioridades e construções alter-(n)ativas. (WALSH, 2013, p. 23-24).

Em *Heterossexualismo e o Sistema Colonial/Moderno de Gênero*, Maria Lugones (2008) aborda as categorias de *raça*, *gênero* e *colonialidade* para criar o conceito de sistema colonial/moderno de gênero, inserindo-o como parte da colonialidade do poder. Lugones (2008) reconhece as contribuições de Quijano para o entendimento sobre colonialidade, mas considera problemática a formulação de gênero proposta pelo autor. Segundo Lugones, essa formulação se baseia em ideias biologizantes, que não correspondem à realidade colonial, porquanto a concepção adotada por ele apenas permite que sejam vistos aqueles personagens do sistema capitalista eurocêntrico, em que a diferença de gênero é “[...] constituída nas disputas sobre o controle do sexo, seus recursos e produtos.” (LUGONES, 2008, p. 193).

Lugones (2008) explica que, nesse modelo, há uma fundação capitalista da diferença de gênero, na qual as mulheres negras⁶⁹ não são percebidas, pois as categorias *raça* e *gênero* se mantêm isoladas uma da outra. Isso significa, de acordo com a autora, que Quijano (2005) exclui a intersecção da categoria *gênero* com todas as outras categorias, como *território*, *organização do trabalho* e *economia*. Além disso, no esquema interpretativo proposto por Quijano (2005), o sistema colonial/moderno considera apenas os gêneros homens e mulheres. No entendimento da autora, essas categorias são extremamente limitadas, uma vez que as mulheres negras e os transgêneros não são considerados nesse sistema.

A pesquisadora propõe a intersecção das categorias *raça* e *gênero* para que as mulheres de cor tenham visibilidade, e suas lutas sejam reconhecidas. A crítica de Lugones (2008) às definições binárias de gênero adota como referência o pensamento de Oyèrónkẹ Oyěwùmí sobre a sociedade africana yoruba, que não contava com relações de gênero binárias nem hierárquicas antes da colonização; além do trabalho de Paula Gunn Allen, que estudou as especificidades culturais dos nativos americanos gineocráticos, que tinham suas crenças em torno da espiritualidade e valorizavam o feminino e a mulher, estabelecendo equidade de gêneros em contraposição à dominação colonial homem/mulher.

Partindo dessas estudiosas, Lugones (2008) explica as consequências geradas

⁶⁹ Neste trabalho, optamos por usar o termo *mulheres negras*, ao invés da categoria *mulheres de cor*, utilizada por Lugones e comum no contexto da sociedade estadunidense.

pela hierarquização e patriarcalização dessas sociedades. Além disso, a autora relaciona aspectos importantes da intersecção de raça e gênero para revelar “[...] o apagamento da mulher colonizada da maioria das áreas da vida social.” (LUGONES, 2008, p. 198).

Ao estabelecer reflexões sobre as implicações entre a política de gênero e a colonialidade, a autora denuncia a imposição do sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero, no qual as relações sociais passam a figurar entre os “humanos”: o homem branco, detentor da razão e inteligência; a mulher branca, reprodutora da dominação colonial e da mentalidade dominante; e os não humanos, como as pessoas negras e indígenas.

Por meio desse enfoque interpretativo, a autora também questiona as concepções feministas que foram construídas baseadas na ideia de “mulher” universal, como se todas elas fossem brancas, tivessem as mesmas necessidades e sofressem as mesmas opressões. Para Lugones (2008), as teorias feministas generalizantes excluem aquelas com especificidades relativas à raça e à classe. Para superar essa dominação colonial, é preciso construir um feminismo decolonial, capaz de construir categorias representativas dos não ditos da modernidade e da colonialidade no tocante ao gênero (LUGONES, 2008).

Lugones (2008) demonstra que as mulheres colonizadas tinham *status* muito diferente do das mulheres brancas, antes e depois da colonização. A autora defende a seguinte tese: nenhuma mulher é colonizada, nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, para essa pesquisadora, o gênero se caracterizaria como uma ficção que sustenta a colonialidade do poder e a dominação racial e de gênero, já que esse padrão de poder se mantém utilizando a racialização e generificação tanto para assegurar a subalternidade de determinadas pessoas quanto para excluir seus conhecimentos, a fim de mantê-las dominadas e exploradas. Dessa forma, *raça* e *gênero* são categorias impostas por padrões de poder/saber coloniais (ROCHA, 2020).

2.1.1 Violência colonial de gênero

Na obra *E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo*, publicada em 1981, bell hooks discute como a socialização racista e sexista condicionou a desvalorização da mulher negra. Nesse trabalho, a autora evidencia a experiência de

exploração sexual e física das mulheres negras, no período escravocrata, quando métodos de tortura e castigos eram utilizados pelos colonizadores para “domesticar” o comportamento das pessoas sequestradas na África. A autora demonstra como o tratamento e as marcas desse período foram diferenciados para homens e mulheres, pois a escravidão afetou, de forma brutal, sobretudo, estas (HOOKS, 1995).

No discurso colonial, o corpo colonizado deveria estar pronto para servir e era visto como destituído de vontade, subjetividade e voz — “Corpos destituídos de alma, em que o homem colonizado foi reduzido a mão de obra, enquanto a mulher colonizada tornou-se objeto de uma economia de prazer e do desejo.” (HOOKS, 1995, p. 19). Nessa realidade,

[...] o estupro era um método comum de tortura usado pelos escravizadores para subjugar as mulheres negras escravizadas. A ameaça de estupro e de outras violências físicas causava terror psíquico nas africanas que haviam sido deslocadas [...] eram bem-sucedidos no propósito de forçar as pessoas africanas a reprimir a consciência de sua liberdade e adotar a identidade de escravizado que lhe era imposta. (HOOKS, 2019, p. 41–43).

Ao contestar a construção homogeneizante da categoria *mulher*, Angela Davis afirma que, durante a escravidão, as mulheres negras foram, acima de tudo, trabalhadoras. Davis também critica a associação direta entre o significado de maternidade como elemento definidor da categoria mulher. Remetendo-se à experiência das *plantations*, a autora descreve o modo como a maternidade entre as mulheres escravizadas não se constituiu em nenhum tipo de “privilégio” ou fragilidade, visto que as mulheres negras exploradas, independentemente de estarem grávidas ou amamentando, trabalhavam da mesma forma que os homens nas lavouras (DAVIS, 2017 *apud* FIGUEIREDO, 2020).

Para Sandra Maria Giacomini (1998), a negação da maternidade às mulheres negras pelo colonialismo brasileiro constitui-se como processo de desumanização, pois, apesar de a maternidade estar vinculada às características consideradas femininas, é necessário destacar que a mulher negra foi coisificada, logo a sua maternidade foi mercantilizada, e foram proibidos a ela a escolha e o direito de ser mãe. Desse modo, no contexto colonial, “[...] a palavra mãe refere-se exclusivamente a uma relação entre uma mulher branca e seus filhos. Quando a escrava é mãe, ela é a mãe-preta, ou seja, a ama-de-leite da criança branca.” (GIACOMINI, 1998, p. 34).

Consequentemente, foram impostas às mulheres negras o lugar do “servir”, inclusive em termos sexuais. A violência patriarcal, como estupro colonial, adotou

como principal objetivo obter absoluta submissão e obediência à ordem imperialista branca. Nesse sentido, a exploração sexual das mulheres negras objetivou desmoralizá-las e desumanizá-las. Esse processo de desvalorização da mulher negra se manteve no pós-abolição, pois a vida da grande maioria mulheres é constituída historicamente por múltiplas opressões que lhes impõe os piores índices sociais e as invisibilizam. No Brasil o racismo atua na produção da subordinação violência e inferiorização da população negra (WERNECK; SILVA, 2016). Essa forma de opressão articulada ao sexismo e a pobreza produz lugares sociais⁷⁰, para as mulheres negras, que são atualizados e ganham materialidade na pobreza, desemprego, emprego informal, morte materna, barreiras de acesso à saúde, insegurança alimentar, na hipersexualização de seus corpos, marginalização dela das esferas políticas, no controle da sua sexualidade e construção de imagens de controle que visam reificar representações negativas de sua imagem. Sendo assim, o racismo como sistema de opressão específico produz desigualdades e injustiças, que atingem de forma diferenciada as mulheres negras. Porquanto, o racismo e patriarcais atuam de forma imbricada sendo fomentados pelo capitalismo periférico (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2003).

Quando considerado o contexto rural brasileiro, estudos demonstram a violência sistemática contra os territórios camponeses e de populações tradicionais, como os povos indígenas. Essas são as “[...] formas mais violentas de coerção extraeconômica [...]” (MOURA, 2000, p. 88). A violência contra o campesinato é expressão da lógica de penetração do capitalismo no campo, já que as classes dominantes necessitam da violência para manter seus privilégios e a concentração da riqueza no país (MOURA, 2000).

A raiz desse tipo de violência atravessa a história brasileira dado a manutenção da uma estrutura fundiária que permanece altamente concentrada fomentando ciclos de extrema pobreza e a violência alarmante no campo. De acordo com Gonçalves e Milanez (2019), a expansão do neoextrativismo, assim como a produção de commodities agrícolas está fundamentada na apropriação da natureza e na integração em redes produtivas transnacionais. A imposição desse modelo de desenvolvimento intensificou as ações de violência e criminalização do Estado e das empresas contra os territórios das populações camponesas e indígenas.

⁷⁰ As mulheres negras representam 39,8% extrema pobreza e 38.1% da pobreza, além disso lideram as taxas de desemprego e de subutilização, 18,2% e 40,5% respectivamente, representam 68% das mortes maternas e 47,9% das internações por aborto (CRIOLA, 2021).

Na concepção da CPT, o Estado tem sido “displicente”, “omisso” e “promíscuo” em relação à atuação criminosa de grileiros e outros agentes públicos e privados que promovem essa violência no campo. A Comissão chama a atenção para a impunidade que reproduz historicamente a violência no campo. Nesse sentido, “[...] o sistema judicial brasileiro tende a criminalizar os movimentos sociais do campo, ao passo que imuniza as ações de grileiros e empresários rurais, o que reforça estruturas sociais de desigualdade, apoiada pelo Estado e suas instituições” (CPT, 2020, p. 13).

O indicador mais agudo dessa estrutura desigual é a permanência dos conflitos e violências no campo, os quais indicam que há um conjunto de problemas que não foram solucionados. Esses conflitos e violências constituem a conflitualidade da questão agrária (FERNANDES, 2004). Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020), no ano de 2019 ocorreram no Brasil 1.833 conflitos no campo envolvendo 859.023 pessoas. Esses conflitos ocorreram em disputas por terras e por água e por conflitos trabalhistas. Os conflitos por terra são os mais numerosos e somaram 1.254, com o envolvimento de 578.968 pessoas. Também em 2019 foram libertados 745 trabalhadores escravizados no campo. Parte desses conflitos resultam violência contra a pessoa. Nesse período, foram registrados 32 assassinatos, 30 tentativas de assassinatos, 32 mortos em consequência, 201 ameaças de morte, 24 torturados, 107 presos e 82 agredidos. Esse tipo de violência é cometido por grandes proprietários de terra (posseiros, grileiros, fazendeiros, empresários rurais) e pelo próprio Estado, durante o cumprimento de ordens judiciais de despejo pela polícia. Os alvos das violências são os pobres do campo (camponeses, sem-terra, indígenas, quilombolas, pequenos posseiros, entre outros (CPT, 2020).

Essa publicação também registrou, pela primeira vez, os dados sobre a violência no campo com enfoque nos aspectos de gênero, sendo a categoria cor/raça desconsiderada. Na Tabela 1, disposta a seguir, apresentamos uma síntese com os dados dos conflitos dos últimos anos organizados pela categoria *mulher*.

Tabela 1 — Dados acerca dos conflitos no campo por categoria *mulher*, de 2009 a 2018

Tipos de violência	Número de ocorrências
Assassinatos	38
Tentativas de assassinato	80
Ameaças de morte	409

Mortes em decorrência de conflitos	22
Prisões	111
Detenções	410
Estupros	37

Fonte: Caderno Conflitos no Campo (2019).

Esses dados são reveladores do alto grau de violência a que estão expostas as mulheres camponesas. Em relação ao ano de 2018, os dados registrados apontam que:

[...] 486 mulheres sofreram algum tipo de violência (tortura, agressão, tentativa de assassinato, aborto, intimidação etc.) em conflitos no campo. Desse total, 2 mulheres sem-terra morreram em decorrência de situação de conflitos nos acampamentos em que moravam, outras 6 sofreram tentativas de assassinato, 37 sofreram ameaças de morte e 16 foram presas injustamente. (CPT, 2019, p. 89).

Segundo a jornalista Raquel Baster, esses dados indicam a existência de um silenciamento das mulheres em situação de violência no campo, em especial, nos conflitos por terra e água, situação composta por um cenário de desigualdades que contribuem para uma série de violações de direitos dos camponeses (CPT, 2019). A inclusão dos aspectos de gênero na sistematização dos dados do *Caderno de Conflitos* reflete a consolidação de um debate provocado pelas mulheres que atuam na CPT sobre as relações hierárquicas e a reprodução da cultura sexista, inclusive dentro dessa instituição.

Anteriormente, esse levantamento considerava apenas a identidade social de luta, como sem-terra, quilombolas e indígenas. A incorporação da perspectiva de gênero nesse documento representou, portanto, avanços analíticos, mas a não contemplação da categoria *cor/raça*, acaba por privilegiar uma ideia de *mulher universal*, uma vez que oculta a condição da subalternização da população negra e, de modo particular, da mulher negra. Como demonstraremos adiante, esse processo de invisibilização da questão racial se reflete também no MST e, por sua vez, nos grupos de base, nos assentamentos e nos acampamentos, como o Coletivo Regina Pinho. Voltaremos a isso em outro momento.

A violência doméstica é outra faceta da violência enfrentada pelas mulheres camponesas. Devido à falta de dados oficiais sobre a violência contra mulher em contextos rurais, as organizações de mulheres camponesas denunciam a invisibilização social desse problema e a omissão por parte do Estado diante desse quadro crônico de violência. Além disso, elas encontram muitas dificuldades em seu processo organizativo dadas as diversas formas de discriminações e violências a que estão submetidas. As campanhas de enfrentamento a violência doméstica organizadas pelos movimentos de mulheres camponesas e a inserção dessa pauta na agenda política de diversas organizações camponesas evidencia a relevância desse debate e a necessidade do enfrentamento dessa problemática (MMC, 2009; MMC, 2013). A moção de repúdio publicada pelo Coletivo de Mulheres Regina Pinho denuncia as formas de violência a que estavam sendo submetidas as trabalhadoras do campo e da cidade. Segundo esse documento,

Nós, Mulheres do Coletivo Regina Pinho de assentamentos rurais da reforma agrária do Norte Fluminense, denunciemos todas as formas de violência que estão submetidas as trabalhadoras do campo e da cidade. Apesar da Lei 11.340/2006, popular Lei Maria da Penha, ser reconhecida pela ONU, como umas das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres, ainda sofremos vários tipos de violência, como o feminicídio. Entre os anos de 2013 e 2014, três mulheres foram assassinadas somente no assentamento Zumbi dos Palmares, entre elas uma criança de 10 anos. (COLETIVO REGINA PINHO, 2015).

A Lei Maria da Penha promulgada com intuito de inibir atos de violência domésticas contra as mulheres é considerada um dos principais marcos em termos legislativo⁷¹. Porém, esse mecanismo legal mostra-se mais eficaz em dar maior proteção para as mulheres brancas de classe média que resistem nos grandes centros urbanos. O que não acontece com as mulheres negras que residem nas periferias e em áreas rurais. Segundo o Atlas da Violência 2021, 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras. De acordo com esse relatório, elas são as maiores vítimas de violência, nos últimos anos. Os dados produzidos abrangem o período de 2009 a 2019, quando o total de mulheres negras vítimas de homicídio teve um aumento de 2%, passando de 2.419 vítimas, em 2009; para 2.468, em 2019; enquanto o número de mulheres brancas assassinadas reduziu no mesmo período analisado, passando

⁷¹No Brasil, dois institutos legais regulam a proteção contra violência doméstica e familiar contra as mulheres: a denominada Lei Maria da Penha, nº. 11.340/2006 e a Lei de Feminicídio, n.13.104/2015.

de 1.636 para 1.196, nos respectivos anos (IPEA, 2021). Porém, não há dados oficiais que analisem em termos comparativos a expressão dessa violência, considerando o enfoque nos territórios, a exemplo da expressão desse fenômeno no contexto rural e suas configurações (COLETIVO REGINA PINHO, 2021).

Passados mais de dezessete anos da promulgação dessa legislação, o Brasil se encontra entre os dez primeiros países no ranking de países que mais matam mulheres, que em sua maioria são negras. A taxa de feminicídio tem se mostrado crescente nos últimos anos. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2020 registram que em 2019, a cada 2 minutos uma mulher foi vítima de agressão física e a cada oito minutos ocorreu um estupro no país. Em relação aos crimes de feminicídio, houve um crescimento de 7,1%, sendo as mulheres negras as mais atingidas. Combater a violência contra as mulheres tem sido um dos grandes desafios para a sociedade. Estes dados evidenciam que o racismo interseccionado a pobreza, nas periferias e áreas rurais, dificultam o acesso aos serviços de proteção, como as delegacias especiais. Sendo assim, a violência não atinge de forma homogênea as mulheres, havendo especificidades conforme o contexto territorial, pois a violência contra as mulheres precisa considerar a problemática do racismo, uma vez que as condições de vida impostam a maioria das mulheres negras as torna mais vulneráveis as violências tanto em espaços públicos ou privados.

Assim, a violência contra as mulheres é resultante da manutenção de um sistema imbricado de classe, gênero e raça que se perpetua ao longo dos séculos da história brasileira gerando hierarquias e violências e submetendo a população negra a situações precárias de vida. Portanto, o critério de gênero apenas mostra-se insuficiente para a proteção das mulheres negras sendo, portanto, leituras que interseccionam gênero e raça, o racismo genderizado (KILOMBA, 2008) que tende a apresentar configurações distintas a depender das dinâmicas socioterritoriais.

O pesquisador Filipe Freitas (2020) utiliza a ideia de “violência racial” como legado colonial, legitimado pelo poder de Estado. Esse mecanismo discriminatório tem sido útil na proteção da supremacia branca. A violência racial expressa-se de múltiplas formas e está refletida nas sobretaxas de mortalidade materna, feminicídio e empobrecimento das famílias negras, sobretudo as chefiadas por mulheres. Para a professora de Direito Thula Pires (2020), esse fenômeno institui um mundo compartimentalizado em duas zonas: a “zona do ser” e a “zona do não ser”. Segundo essa autora, na zona do não ser,

[...] nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. Somos invadidas/os em sua intimidade, desintegradas/os de nossa natureza. É um mundo sem intervalo, interrompido, esfomeado ao mesmo tempo em que tudo se enfia goela abaixo. É o espaço onde a norma é a violência. (PIRES, 2020, s/p).

Desse modo, o exercício da humanidade plena é atributo exclusivo dos brancos, especialmente se ainda forem homens, cisgêneros, heterossexuais, cristãos, proprietários e sem deficiência. Assim, segundo ela, não importa o regime político e o modelo econômico, é a violência permanente sobre a “zona do não-ser” que sustenta e garante o exercício da humanidade pela “zona do ser” (PIRES, 2020). Essa estrutura racista, portanto, opera de forma a responsabilizar as mulheres negras “[...] pelos estupros, pela morte prematura de nossos filhos, pelos assassinatos, espancamentos, abandonos e silenciamentos. E ainda por não sermos suficiente de responder as violências que sofremos com civilidade, racionalidade e organização.” (PIRES, 2020), já que são múltiplos os processos de desumanização a que estamos expostas como povo negro. Nesse tipo de violência, a “[...] pobreza, o extermínio e diversos modelos de aprisionamento [...] fomentam distintas práticas de destruição interna das comunidades negras.” (PIRES, 2020).

2.1.2 A resistência político-cultural das amefricanas

O uso recorrente de expressões como: *minha avó foi pega a laço e tá pensando que sou sua Nigrinha?* indicam a formas de linguagens racistas e sexistas expressam o grau de violência em diferentes situações cotidianas no campo de pesquisa. Para a filósofa Sueli Carneiro (2003), a miscigenação resultante da violência colonial racista está na origem da construção de nossa identidade nacional. A violência sexual colonial perpetrada contra as mulheres indígenas e negras é o cimento das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade (CARNEIRO, 2003). Lélia Gonzalez (1984) abordou esse processo histórico a partir de três figuras emblemáticas: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Segundo Cláudia P. Cardoso (2014), esses estereótipos são decorrentes da articulação entre o racismo e o sexismo que se manifestam de diversas maneiras. Esses mecanismos visam negar o agenciamento das mulheres negras, ou seja, a sua existência histórica (CARDOSO, 2014). Sobre isso, detalha-se que

A mulata, a mucama, a mãe preta, a empregada doméstica são representações racializadas resultantes de construções racializadas de gênero. Esses estereótipos inferiorizam as mulheres negras que foram e ainda são amplamente ratificados através de diferentes práticas de representação: da literatura, da pintura e da música etc. (CARDOSO, 2014, p. 978).

Desse ponto de vista, a racialização dos corpos femininos é expressão de mecanismos coloniais para sustentar o modelo de exploração e opressão, que regula não apenas as relações de produção, mas também as relações sociais, afetivas e sexuais (CARDOSO, 2014). Ao reinterpretar a figura da “mãe-preta”, Gonzalez (1984) desloca as mulheres negras do plano da estigmatização de “[...] exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos [...]” ou de “[...] traidora da raça”, como querem alguns negros muito apressados em seus julgamentos, para o lugar de destaque no processo de formação da cultura brasileira. Recupera a “mãe-preta” como sujeito político, mostrando como essa desenvolveu as suas formas de resistência, cuja importância foi fundamental na formação dos valores e das crenças do povo brasileiro (BAIROS, 2006; CARDOSO, 2014). Nesse sentido, interessa-nos também compreender as contranarrativas, os movimentos de resistência e a forma como essas mulheres têm produzido caminhos alternativos frente a diversas formas de opressão que impactam suas vidas.

Para Lélia Gonzalez (1988), a resistência política desenvolvida pela “mãe-preta”, no período escravista, ocorreu, na maioria das vezes, por meio de negociações. Estas são ações que garantiram a sua sobrevivência, a de sua prole e a de seus companheiros. Em um movimento de sujeito, elas resistiram à objetificação que lhes era imposta. Assim, a autora visibiliza “[...] as estratégias desenvolvidas pelas mulheres negras escravizadas para enfrentar o processo de dominação/exploração que procurava mantê-las como outro/escravo/objeto.” (CARDOSO, 2014, p. 976).

Ao cunhar a categoria político cultural da “Amefricanidade”, Lélia Gonzalez (1988) também questiona a ciência moderna como padrão exclusivo para a produção de conhecimento. Segundo essa estudiosa, a hierarquização de saberes é produto da classificação racial da população, pois o modelo valorizado e universal de produção conhecimento é branco, portanto, essa categoria é uma crítica ao modelo racista e colonialista. A autora detalha, ainda, que:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico. Abrindo

novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA [...]. Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural que é afrocentrada [...]. Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. (GONZALEZ, 1988, p. 76-77).

A noção de amefricanidade diz respeito à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. Para Cardoso (2014), essa categoria nos oferece “[...] outra forma de pensar e produzir conhecimento, a partir dos grupos subalternizados, excluídos, marginalizados [...]” (CARDOSO, 2014, p. 972), além de deslocar “[...] mulheres e homens negras/os e indígenas da margem para o centro da investigação, fazendo os sujeitos do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo.” (CARDOSO, 2014, p. 972).

Ademais, como crítica à formação colonial, essa categoria possibilita nomear a opressão e a exploração colonial, assim como lançar bases para uma solidariedade cultural e política considerando as dimensões de gênero e os elementos étnicos e raciais da chamada Améfrica Ladina, conforme assinala Gonzalez (1984), justamente para dar visibilidade aos agentes econômicos, políticos e culturais não brancos da formação desse extenso e diverso território. Explica-se, ainda, que

A amefricanidade é epistêmica, busca desaprender a narrativa hegemônica e a desprender do conhecimento branco colonizador, para pensar e elaborar novos critérios epistemológicos e categorias de análise que promovam contranarrativas decoloniais, nascidas das trajetórias dos sujeitos situados nas periferias, nos lugares marginalizados, subvertendo o polo de enunciação e validação do discurso do lado do colonizador para o do colonizado. [...] Com essa categoria Lélia Gonzalez nos instiga a interpretar pedagogicamente as histórias daquelas que nos antecederam, aprender seus métodos e práticas transgressoras das relações de poder assimétricas como processos pedagógicos. Ensina a valorização de múltiplos saberes e experiências diversas e concretas dos sujeitos para produzir novas estratégias epistemológicas para a geração de conhecimentos relevantes para a emancipação social coletiva, que façam frente e ajudem a projetar respostas ao racismo patriarcal heteronormativo. (CARDOSO, 2014, p. 48).

Desse ponto de vista, o pensamento de Lélia Gonzalez está comprometido com a recuperação dos processos de resistência e insurgência contra os poderes estabelecidos e serve como fonte de inspiração para ações políticas feministas, já que suas reflexões, ainda hoje,

[...] integram debates de mulheres latino-americanas e caribenhas que têm como proposta pensar o feminismo desde o Sul, um feminismo descolonizado que atenda e inclua as mulheres que estão atuando desde as margens, com o intuito de construir modelos alternativos de sociedade. (CARDOSO, 2014, p. 979).

Ainda sobre amefricanidade, esclarece-se que,

Enquanto categoria de resistência, a amefricanidade nasce como uma tentativa de oferecer caminhos para pensar e intervir de forma imbricada sobre todas as formas de opressão. Congrega disputas que decorrem dos atravessamentos que o racismo, sexismo, cisheterossexualidade compulsória, capitalismo, cristianismo, capacitismo e imperialismo impõe aos corpos e experiências moídos pela colonialidade. (PIRES, 2021, p. 71).

Estudos como os realizados pelos historiadores Marcelo Paixão e Flávio Gomes (2008) visibilizam a agência política de mulheres negras. Ao mergulharem nas lógicas do mercado de trabalho no Brasil e de seus impactos sobre as condições de vida das mulheres negras, os autores estabeleceram um diálogo entre passado e presente, para levantar algumas reflexões sobre o papel da mulher negra na história e na sociedade brasileira. Sobre isso, os pesquisadores comentam que,

Ao contrário do Caribe e dos EUA, ainda são poucos os estudos no Brasil, que tratem das sociabilidades e do cotidiano de escravas, libertas, africanas e crioulas. Tanto nas sociedades africanas como na diáspora, mulheres eram conhecidas por sua força e poder espiritual. Elaboraram formas de enfrentamentos, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade. Uma das bases de poder verifica-se na luta pela manutenção da família negra. Agiam na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, assim como de toda a comunidade da qual faziam parte. Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com suicídio e o infanticídio. Fazendeiros temiam especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado de opressão, construíram ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis. Providenciando suprimentos, muitas delas prestavam auxílio providencial aos escravos em fuga ou àqueles interessados em escapar. Ajudando a manter a integridade dos arranjos familiares, assim como a riqueza e a originalidade da cultura forjada em torno deles, elas foram as primeiras agentes da emancipação das comunidades afrodescendentes na diáspora. (PAIXÃO; GOMES, 2008, p. 950-951).

Com base em estudos sobre a experiência das mulheres escravas nas Américas, Paixão e Gomes (2008) realçam a resistência delas no interior das *plantations*. Muitas não cooperavam com o trabalho diário e, por isso, eram castigadas severamente. Nas áreas rurais, onde grande parte era empregada nas plantações, era por meio da linguagem e da música que educavam seus filhos, reinventando

sentidos culturais⁷². Nas áreas urbanas, ocuparam importantes espaços, fazendo deles territórios dos mercados de trabalho, na figura das quitandeiras, das prostitutas e das escravas de ganho (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Para Nilza Iraci (2019), a utilização da insígnia “nossos passos vêm de longe”, registrada pela escrita de Jurema Werneck (2016), reflete a longa caminhada de mulheres que fizeram de suas vidas exemplo de luta e resistência e que pavimentaram os caminhos para o movimento de mulheres negras contemporâneo (IRACI, 2019). A obra *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*, organizada por Jurema Werneck *et al.* (2006), oferece pistas para análises da trajetória das mulheres negras no Brasil, a partir de leituras que restituem a elas suas capacidades propositivas e de ação política.

Nesse sentido, a recuperação do pensamento dessas mulheres tem sido uma importante ferramenta na reinterpretação da história delas, um caminho que aponta para a necessidade de rupturas com os paradigmas tradicionais. Assim, esse movimento teórico tem contribuído para revelar as contribuições das mulheres negras em diferentes áreas de conhecimento, em especial, na luta política contra o racismo, o sexismo e o heterossexismo.

Ao considerar as diferentes faces da formação das feministas negras brasileiras, a socióloga Núbia R. Moreira (2007) aborda as formas de representação sociais e políticas de mulheres negras militantes no feminismo, nos partidos políticos e/ou nas ONGs. Essa autora analisou o feminismo negro como movimento social, destacando o cenário das organizações feministas negras no país, sua institucionalização e os impactos da emergência desse sujeito político.

Nesse estudo, Moreira (2007) produz uma crítica sobre a idealização e a consequente homogeneização da identidade feminina negra, afirmando que

A nossa atenção se volta para compreender o contexto de afirmação de uma representação política que fosse legítima para negociar as demandas específicas referentes às experiências das mulheres negras, em que se assiste a uma crise identitária, impulsionada com o desvelar ou a quebra da abstração universal da mulher negra. É um acerto de contas entre mulheres negras, que se encaminha para a constituição de organizações de mulheres negras que serão definidas e agrupadas pelas afinidades, não puramente étnicas, mas, principalmente, políticas. (MOREIRA, 2007, p. 17).

Desse modo, a autora chama atenção para a necessidade de abordar as

⁷² Na região Norte Fluminense, a tradição do jongo é uma expressão cultural mantida ainda hoje originada na cultura rural. Sobre o assunto (SILVA,

práticas de mulheres feministas e de mulheres negras militantes, sem homogeneizar as organizações destas. Ela também questiona a abstração “mulher negra”, que encobre diferenças sociais, econômicas, religiosas, geracionais, de sexualidade, entre outras (BRITO, 2012). Para Sueli Carneiro (2003), o olhar feminista e antirracista integra, em si, as tradições de luta tanto do movimento negro como do movimento de mulheres para afirmar uma nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra.

Considerando a contribuição do feminismo negro para a crítica do sistema-mundo capitalista moderno, Alef Monteiro (2021, p. 32) pontua:

São elas: 1) a ruptura com a epistemologia eurocêntrica e a busca de uma nova episteme, baseada na experiência de mulheres negras (COLLINS, 2019). 2) a práxis descolonial, como observa Audre Lorde (2014, p. 21) “as ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa grande”, ou seja, é impossível vencer o racismo, o sexismo, a homofobia e os problemas de classe com as mesmas estratégias dos colonizadores (preconceitos, divisão, individualismo, hierarquização, ódio à diferença, etc.), por isso, a condição de uma atitude revolucionária se apresenta como a conduta ética que contraria o modo de ser do colonizador; 3) a interseccionalidade, isto é, a compreensão de que todos os problemas sociais no sistema-mundo capitalista estão interligados. Sendo assim, raça não pode ser pensada separada de classe e ambas de lugar e de etnia, ao contrário, todas essas dimensões de vida estão sistematicamente interligadas e têm sido articuladas inseparavelmente pelo capitalismo na construção das desigualdades. (MONTEIRO, 2021, p. 32).

A discussão sobre a interseccionalidade como ferramenta de análise no campo das ciências sociais guarda relações intrínsecas com o feminismo negro, sendo essa ferramenta uma das bases do pensamento feminista negro na contemporaneidade.

2.2 Interseccionalidade e feminismos negros

De modo geral, o conceito de interseccionalidade baseia-se em três categorias: *raça*, *gênero* e *classe*. A interseccionalidade como método de análise foi forjada no seio do feminismo negro⁷³. Entre as precursoras desse debate, estão a filósofa estadunidense Angela Davis e a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez. Os aportes teóricos dessas estudiosas fundamentam a conceituação elaborada posteriormente pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002).

No Brasil, a obra intitulada “*A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*”,

⁷³ No campo dos movimentos sociais, o *Combahee River Collective* exerceu influência sobre as feministas intelectuais, atentando-se à conexão estabelecida entre as estruturas de opressão.

de Heleieth Saffioti (1978), discute a condição da mulher na sociedade capitalista brasileira. Nesse trabalho, a socióloga marxista toma a opressão patriarcal como intrinsecamente relacionada à opressão de classe. Com isso, a autora denuncia as condições precárias de funcionamento da instituição familiar nas sociedades de classe, em decorrência de uma opressão que atinge exclusivamente a mulher.

Pioneira nas discussões sobre relações entre gênero e raça na formação social brasileira, Lélia Gonzalez (1984) propôs o entendimento do racismo como ideologia para demonstrar como essa estrutura de poder privilegia social e economicamente o sujeito branco. Sua visão de feminismo considera o caráter multirracial e pluricultural da América Latina ao mesmo tempo que questiona a ordem econômica e o pensamento dominante. Com isso, suas pesquisas contribuíram para revelar as desigualdades de raça e classe na sociedade brasileira (GONZALEZ, 1988; 1984). Para a socióloga Flávia Rios e o antropólogo Alex Ratts (2014), o pensamento de Lélia Gonzalez está sedimentado em uma abordagem interseccional, pois para Gonzalez, “[...] na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplex discriminação sofrido pela mulher negra, assim como seu lugar na força de trabalho.” (GONZALEZ, 1982, p. 96). Assim, Gonzalez chama atenção para a forma como o capitalismo estruturou as opressões sexistas e racistas. Por isso, ela critica as análises das questões de gênero, raça e classe abordadas de forma fragmentada, já que essa perspectiva tende a desconsiderar a condição específica da população negra, em especial, das mulheres negras.

No trabalho *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia denuncia as representações submissas e sexualizadas das mulheres negras, reveladas por meio de três figuras emblemáticas na cultura brasileira: a mãe preta, a mulata e a trabalhadora doméstica. Essas representações contribuem para estabelecer, no imaginário cotidiano, relações pautadas no desrespeito e na exploração das mulheres negras, ainda hoje. Essa perspectiva envolve a análise de “[...] múltiplas formas de opressão e dominação de [modo a analisar efeitos do] processo colonial, persistente, que naturalizam as hierarquias sociais.” (RIOS; SOTERO, 2019, p. 4).

O enfoque interseccional das opressões de raça, gênero e classe passa a ser considerado por feministas negras, a exemplo de Lélia Gonzalez (1984), a qual desenvolve o que chama de opressões de *classe, raça e sexo*, considerando ser a primeira categoria o princípio organizativo da nossa estrutura social; as duas últimas, partes fundantes de estruturas que são apropriadas pelo capitalismo. Além disso, as

articulações entre raça, classe, gênero e sexualidade são originadas nos movimentos de mulheres negras (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018 *apud* TEIXEIRA, 2021). Dessa forma, percebe-se que a relação entre as categorias *raça* e *classe* está nas bases epistêmicas do pensamento feminista brasileiro.

Angela Davis (2016) também formulou contribuições significativas ao termo *interseccionalidade*. Essa filósofa problematizou como o racismo se constitui a partir das estruturas existentes no contexto estadunidense. Partindo do enfoque das relações de produção, ela aborda os aspectos de gênero e raça para compreender os efeitos de opressões baseadas em ambos na vida das mulheres negras, ao mesmo tempo que ressalta as lutas sociais negras norte-americanas, identificadas como parte de um movimento de resistência dos trabalhadores frente ao capitalismo e ao imperialismo (DAVIS, 2016).

Ainda para Davis (2018, p. 99), entretanto, o feminismo negro vai além da análise interseccional das categorias de gênero, raça e classe,

[...] [pois] ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, [há] mais gêneros do que jamais imaginamos, [há] mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo nos ajudou a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendem a ser examinadas separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistêmicas locais e de organização que nos levam além da categoria 'mulher' e 'gênero'.

Na visão dela, não é possível dissociar a luta e as reflexões sobre o racismo do cisheteropatriarcado, ou seja, não é possível ser feminista sem reconhecer que o racismo e o capitalismo moldaram o patriarcado. Em *Mulher, Raça e Classe*, obra publicada em 1981, a estudiosa aborda a intersecção entre as dimensões da violência existente entre ser mulher negra e periférica. Nesse estudo, ela elabora uma crítica aos movimentos operário e feminista, por eles não considerarem a perspectiva racial; e ao movimento abolicionista, por não contemplar as questões de gênero. A estudiosa situa as mulheres negras estadunidenses no contexto da escravidão e, com isso, problematiza como se desenvolvem os sistemas de opressão que afetam sobremaneira a vida das mulheres negras em contextos atuais. Nesse sentido, o pensamento de Davis é precursor na abordagem interseccional entre as categorias de *gênero*, *raça* e *classe*.

Apesar de partirem de enfoques teóricos e realidades distintas, tanto Angela Davis quanto Lélia Gonzalez destacaram a vivência das mulheres negras no contexto

de sociedades colonizadas para compreender como a questão de gênero afeta, de forma singular, determinados grupos de mulheres. A interseccionalidade, portanto, é fruto de movimentos teóricos e geopolíticos de mulheres negras que contribuíram para consolidar o feminismo negro.

A professora Angela Figueiredo (2016) afirma que o conceito interseccionalidade reflete uma longa história de formulação teórica, resultante da busca e da formulação de conceitos que expressam as experiências das mulheres negras, a exemplo de Sojourner Truth, em seu famoso discurso *Eu não sou uma mulher?*, uma tradição continuada por Anna Julia Cooper (1892), que identificou as mulheres negras como importantes agentes de mudança social, assim como destaca as feministas negras brasileiras na produção de ferramentas teóricas e políticas nesse campo discursivo (FIGUEIREDO, 2016).

Nesse caminho, estão as pensadoras Lélia Gonzalez e Angela Davis, devido às suas contribuições teóricas para os estudos de gênero e raça em contextos diaspóricos. Trata-se, portanto, de revelar as particularidades ignoradas por preceitos pretensamente universalistas (PEREIRA; BERSANI, 2020).

A jurista Kimberlé W. Crenshaw (2002), defensora dos direitos humanos, norte-americana e especialista nos estudos sobre questões de gênero e raça, ficou conhecida por ter desenvolvido a teoria interseccional. Segundo essa autora,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Desse modo, o cruzamento entre as diversas opressões evidencia como as mulheres negras são atingidas por várias formas desse problema. Segundo essa autora, tal problemática não pode ser compreendida sob o enfoque de uma categoria pretensamente universal. Nesse sentido, para Crenshaw (2002), a compreensão da forma pela qual as opressões impactam a vida das mulheres negras ocorre no sentido da identificação do lugar social que elas ocupam na sociedade.

Nessa perspectiva, o conceito de interseccionalidade é usado para denotar as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas

dimensões das experiências das mulheres negras no mercado de trabalho. Para Crenshaw (2002), muitas das vivências que as mulheres negras enfrentam são desconsideradas em estudos acadêmicos e por organizações sociais, pois a intersecção do racismo e do sexismo afeta as vidas delas de maneiras distintas. Com isso, as dimensões de raça e/ou gênero dessas ocorrências não devem ser analisadas separadamente.

Crenshaw (1991) trata a interseccionalidade como uma orientação teórica e metodológica, tipificando-a de três maneiras: (a) interseccionalidade estrutural, que se refere à maneira como as estruturas de opressão de raça e de gênero posicionam as mulheres negras como vítimas de violência; (b) interseccionalidade política, que se refere ao modo de engajamento dos movimentos políticos e sociais, evidenciando o quanto as políticas feministas e antirracistas atuam de modo isolado, corroboram a negligência acerca da violência contra as mulheres negras; e (c) interseccionalidade representativa, que se refere ao entendimento das construções culturais que envolvem as mulheres negras (CRENSHAW, 1991 *apud* TEIXEIRA, 2021, p. 86).

Em síntese, a interseccionalidade refere-se à posição das mulheres negras na intersecção entre raça e gênero e as implicações dessa experiência violenta e das formas de resistência sobre essas mulheres. Assim, a formulação proposta por Crenshaw (2002) reflete uma crítica às políticas feministas e antirracistas que tendem a marginalizar a realidade vivida pelas mulheres negras, pois ela questiona a hierarquização dos eixos de opressão social e/ou tratados isoladamente.

Verifica-se, entretanto, que o conceito de interseccionalidade tem recebido críticas. Danièle Kergoat (2010), socióloga francesa, considera que a perspectiva defendida por Crenshaw (2002) reflete uma posição fixa, que naturaliza as categorias analíticas. Ressalta que as relações sociais são dinâmicas, estando em constante negociação e evolução, indicando que

[...] a ideia de interseccionalidade, dificulta pensar relações de dominação móvel e historicamente determinadas. Em outros termos, a interseccionalidade é um instrumento de análise que coloca as relações em posições fixas, que dividem as mobilizações em setores, exatamente da mesma maneira pela qual o discurso dominante naturaliza e enquadra os sujeitos em identidades previamente definidas. (KERGOAT, 2010, p. 93 *apud* FIGUEIREDO, 2016, p. 911).

Para Angela Figueiredo e Patrícia G. Gomes (2016), a crítica de Kergoat dirige-se, inclusive, à imagem visual do conceito, pois considera a metáfora de “círculo” e

“espiral” mais eficaz na compreensão dos fenômenos sociais. Ao propor as noções de consubstancialidade e coextensividade, em substituição do conceito de interseccionalidade elaborado por Crenshaw, Kergoat (2010) defende que as relações sociais são consubstanciadas, pois formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva analítica. Desse modo, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010 *apud* FIGUEIREDO; GOMES, 2016). Verifica-se, entretanto, que,

Do ponto de vista da visualização do conceito, a imagem do entrecruzamento de avenidas proposto por Crenshaw (2002) é muito mais próximo do nosso referencial, pois uma interação é também uma encruzilhada — espaço de referência significativo para as religiões afro-brasileiras. A encruzilhada é um lugar de encontro, também um espaço de múltiplas saídas, lugares, caminhos, ruas e estradas. A encruzilhada é um dos importantes locais onde se coloca oferenda para Exu, o mensageiro entre os mundos no candomblé. (FIGUEIREDO; GOMES, 2016, p. 912).

Ao observar a recepção dos termos “consubstancialidade”, de Danièle Kergoat; e “interseccionalidade”, definido por Kimberlé Crenshaw, Helena Hirata (2018) analisa a natureza das tensões entre as tradições norte-americana e francesa. Segundo Hirata (2018), enquanto, em suas investigações sobre o mundo do trabalho, a socióloga francesa teria concebido seu conceito no imbricamento entre as categorias de *classe* e *sexo*, respondendo ao marxismo e às novas demandas intelectuais feministas de segunda onda; a jurista norte-americana teria ancorado seu conceito na raça e no gênero, levando em consideração o contexto de ações afirmativas e de discriminação persistente nos EUA. Além disso,

É interessante notar que a problemática da “consubstancialidade” de Danièle Kergoat foi elaborada a partir do final dos anos setenta em termos de articulação entre sexo e classe social, para ser desenvolvida, mais tarde, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça. Embora ambas partam da intersecção, ou da consubstancialidade, a intersecção, mais visada por Crenshaw no ponto de partida da sua conceptualização é aquela entre sexo e raça, enquanto a de Kergoat é aquela entre sexo e classe o que fatalmente terá implicações teóricas e políticas significativamente diferentes. Um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização dos tipos de opressão. (HIRATA, 2018, p. 21).

Assim, trata-se de escolhas políticas, pois, segundo Hirata (2018), se as categorias de *classe* e *sexualidade* seriam mais marginais na produção intelectual de Crenshaw, Kergoat teria incluído apenas recentemente a abordagem racial à sua análise. No caso brasileiro, as mulheres negras, inclusive as que vivem em áreas

rurais, estão sobrerrepresentadas no trabalho doméstico cada vez mais precarizado, atuando como diaristas, e no desemprego. Além da imposição de ocupações mal remuneradas, elas vivenciam também as responsabilidades do trabalho sem pagamentos.

Para Carla Akotirene (2018), o conceito de interseccionalidade tem sido uma ferramenta teórica e política útil de análise. Crenshaw (2002) entende a interseccionalidade como um sistema de opressão interligado, ou seja, como um método que possibilita identificar as dinâmicas de opressão, tais como as relacionadas a gênero e raça. De acordo com Akotirene (2018), assim como na teoria marxista, a classe é constituída como sujeito, e emprega-se o materialismo dialético como método. A interseccionalidade, então, é um método que tem como marco teórico as realidades das múltiplas desigualdades e que visa apreender a interação destas de uma maneira dinâmica e multidimensional (CRENSHAW, 1989 *apud* AKOTIRENE, 2018).

O que Crenshaw (2002) defende é que todas as mulheres estão sujeitas à discriminação de gênero, no entanto, dadas as intersecções com outras formas de opressão, tais como a raça, as mulheres negras vivenciam essa opressão de forma distinta (CRENSHAW, 2002). Essa perspectiva analítica, portanto, possibilita-nos compreender que as desigualdades relacionadas à classe, ao gênero ou à raça não são passíveis de hierarquização, pois é a interação desses fatores que atuam na produção das desigualdades sociais.

Para Patricia H. Collins e Sirma Bilge (2021), por meio da interseccionalidade, é possível descrever a maneira como as múltiplas formas de opressão são experienciadas por diferentes sujeitos políticos. As autoras apresentam esse conceito como uma “[...] ferramenta analítica que dá às pessoas um melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas.” (COLLIN; BILGE, 2021, p. 2). Além disso, para essas pesquisadoras, os eventos e as condições de vida das pessoas não “[...] podem ser entendidos como moldados por um fator. Eles são geralmente moldados por muitos fatores de maneiras diversas e que se influenciam mutuamente.” (COLLIN; BILGE, 2021, p. 2).

Tendo por base a análise da obra dessas autoras, Gabriela M. Kyrillos (2020) ressalta três elementos potenciais para a aplicação da interseccionalidade, a partir do sul global. São estes:

[...] (1) a importância de uma análise historicizada do termo interseccionalidade, (2) o reconhecimento de que a interseccionalidade implica em uma análise e práxis crítica e; (3) um olhar global sobre a interseccionalidade no sentido de reconhecer sua origem não tributária apenas às mulheres do norte global, bem como suas amplas possibilidades no campo dos movimentos sociais transnacionais e dos direitos humanos. (KYRILLOS, 2020, p. 226).

Assim, ao historicizar o termo *interseccionalidade*, Collins e Bilge (2021) demonstram que as ideias contidas nele estão presentes nos movimentos sociais de mulheres negras, indígenas e latinas. Nessa perspectiva, investigação crítica e práxis compõem a interseccionalidade, e exige-se uma atitude de oposição e busca de soluções para os problemas sociais que surgem das desigualdades sociais (COLLINS; BILGE, 2021).

Para Kyrillos (2020), esse posicionamento epistêmico e político reflete uma crítica à visão unidimensional da interseccionalidade como sendo um novo campo acadêmico ou uma nova teoria, pois, ao romper com a lógica da linearidade narrativa e de binarismos entre saber científico e práxis, Collins e Bilge (2021, p. 42) questionam “[...] visões que entendem a teoria como superior à prática”. Ademais, a “[...] interseccionalidade não é apenas um método para se fazer pesquisa, mas também uma ferramenta para empoderar pessoas.” (COLLIN; BILGE, 2021, p. 37).

Outro aspecto discutido por Collins e Bilge (2021) e ressaltado por Kyrillos (2020) refere-se ao caráter plural, complexo e geograficamente diverso das formas como a interseccionalidade surgiu ao redor do mundo. A última autora sinaliza que as duas primeiras defendem o uso da interseccionalidade como recurso estratégico no campo dos direitos humanos e nas lutas transnacionais dos movimentos sociais contra o avanço da agenda neoliberal. Nesse aspecto, o uso da interseccionalidade deve estar conectado às reivindicações por justiça social, ou seja, precisa estar implicado em uma dada realidade, como estratégia crítica de superação das desigualdades estruturais que ainda moldam a realidade brasileira e latino-americana (KYRILLOS, 2020).

Em *Gênero em perspectiva interseccional*, Flavia Rios e Edilza Sotero (2019) abordam a forma como o paradigma da interseccionalidade se consolidou nas Ciências Sociais, no contexto brasileiro. As autoras destacam que, mesmo com as tensões e as disputas no mundo acadêmico, a interseccionalidade ganhou um amplo espaço em pesquisas realizadas, recentemente, no Brasil. Isso se explica, segundo elas, devido à tradição dos estudos sobre gênero e relações raciais no país e pela

presença do movimento social feminista negro, fortemente ativo no debate público, que se reflete, inclusive, no vertiginoso aumento da tradução de obras de intelectuais estadunidenses, nos últimos anos. Ainda segundo essas autoras, no debate nacional, as categorias *classe*, *gênero* e *raça* têm sido as mais comuns, especialmente quando se trata de discutir a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais (RIOS; SOTERO, 2019).

Para Rios e Sotero (2019), embora seja recente o uso do termo *interseccionalidade*, os conceitos de classe, gênero e raça, em articulação, são centrais na teoria feminista negra para a explicação das desigualdades sociais em nosso país. Além disso, a popularização desse termo diz respeito “[...] tanto a influência do marxismo nas academias brasileiras como a tradição nacional dos estudos de relações raciais que quase sempre articulou o tema da raça ao da classe, porém raramente tratou do tema do gênero.” (RIOS; SOTERO, 2019, p. 3). No mais,

[...] a inserção da interseccionalidade no mundo acadêmico é um processo de tradução de ideias forjadas nos movimentos sociais. Interseccionalidade é, portanto, uma abordagem crítica às formas analíticas tradicionais de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que se apresenta como instrumento de emancipação política (RIOS; SOTERO, 2019, p. 2).

Carla Akotirene (2018), em contrapartida, chama a atenção para as relações entre o processo de institucionalização dessa ferramenta analítica e o esvaziamento político desse projeto epistêmico. Segundo essa autora, isso ocorre por meio da apropriação do termo por instituições, movimentos sociais e correntes teóricas que, muitas vezes, negam a autoria feminista negra. A estudiosa também critica a criação da vertente denominada “feminismo interseccional”, pois essa corrente representaria, segundo a estudiosa, uma substituição do feminismo negro, invisibilizando as contribuições do pensamento negro, assim como possibilitando a apropriação do termo pelos neoliberalistas.

A centralidade do feminismo negro⁷⁴ na formulação da abordagem interseccional, como conceito e metodologia, é enfatizada na obra *Interseccionalidade*, de Patrícia H. Collins e Sirma Bilge (2021). Segundo as autoras, o potencial da análise interseccional está no fato de essa abordagem contribuir com a compreensão das desigualdades sociais e apontar mudanças no sentido da justiça social. Akotirene (2019) relaciona as críticas de mulheres negras em contextos

⁷⁴ Sobre as diferentes vertentes do feminismo negro, ver Figueiredo (2016).

afrodiaspóricos e africanos ao conceito de interseccionalidade, em especial, o ponto de vista mulherista⁷⁵ em relação ao feminismo hegemônico e ao feminismo negro, que tem como ponto de partida o pensamento de Oyěwùmí, uma vez que, “[...] as mulheristas reivindicam a construção de narrativas longe do que consideram o lugar da dominação ocidental.” (AKOTIRENE, 2019, p. 81).

Apesar de não desconsiderar tais críticas, Akotirene ressalta que a interseccionalidade é uma das bases epistêmicas do feminismo negro “[...] enquanto ferramenta analítica com efeitos práticos, como é o caso da reivindicação de direitos. Torna-se ativistas da sociedade civil, pleitear políticas, proposição de secretarias de igualdade racial [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 112). Mesmo que o conceito tenha sido apropriado por diferentes forças e recebido inúmeras críticas, inclusive de mulheres negras, Akotirene (2019, p. 2) reafirma o uso dessa ferramenta analítica,

[...] [pois] a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado e as articulações daí decorrentes. Essas imbricações, colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. A autora critica o fato do uso dessa ferramenta desconectado da perspectiva afrocentrada e das proposições epistêmicas das feministas negras. (AKOTIRENE, 2019, p. 2).

Desse ponto de vista,

[...] racismo, capitalismo e hetero-patriarcal devem ser tratados pela interseccionalidade, observados os contornos identitários da luta antirracista diaspórica, [...] [pois a interseccionalidade] instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e projetos de direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras. (AKOTIRENE, 2019, p. 3-4).

Assim, dependendo do lugar social que se ocupa, o gênero é vivenciado de maneira diferente, isso porque a situação das mulheres, especialmente das mulheres negras e de classes populares, possui desafios adicionais para o acesso a direitos.

Ainda segundo Akotirene (2019), o termo *interseccionalidade* tem como objetivo dar sustentabilidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado. Essa perspectiva teórica é uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e sociais. Trata-se, portanto, de pensar não as múltiplas identidades, mas de que forma e quando as mulheres negras são discriminadas ou estão mais posicionadas em avenidas

⁷⁵ Ver Collins (2017).

identitárias que lhes impõem situações de vida mais vulneráveis na contemporaneidade (AKOTIRENE, 2019).

2.2.1 A crítica feminista decolonial

O feminismo decolonial propõe-se a articular a produção teórica e as práticas políticas de uma perspectiva pensada desde os atravessamentos do racismo, do sexismo, do capitalismo, da heteronormatividade e da colonialidade (PIRES, 2018). A afro-dominicana Ochy Curiel (2017) é uma das referências desse movimento teórico, que tem por base distintas experiências de opressão e emancipação das mulheres latino-americanas. Curiel (2017) recupera o pensamento feminista negro para questionar as intersecções entre as hierarquias sociais, raciais, geopolíticas, de gênero e de classe.

O pensamento feminista decolonial possui interfaces com a ideia de interseccionalidade. Para a professora de direito Thula Pires (2018), em suas pesquisas, a intelectual afro-dominicana interroga os processos de produção das estruturas de opressão do sistema-mundo colonial para pontuar os limites da interseccionalidade como método, pois, para Curiel (2017), essa ferramenta analítica não rompe com a ideologia liberal, porquanto suas proposições estão focadas antes em demandas por reconhecimento do que em um projeto de emancipação social (CURIEL, 2017 *apud* PIRES, 2018).

Nesse sentido, a interseccionalidade desconsidera o sistema-mundo colonial de gênero como articulador das experiências intercruzadas, nas quais o racismo compõe, sem centralidade, o problema da estrutura. Assim, a crítica de Curiel envolve também o lugar das produções feministas localizadas em sociedades com histórico de colonização e a consequente desvalorização, pelo norte global, da potência metodológica das epistemes afro-latino-caribenhas no projeto feminista negro (AKOTIRENE, 2019).

Thula Pires (2018) destaca que o projeto epistêmico proposto por Ochy Curiel reflete sua prática política, tendo ancoragem no feminismo negro, no feminismo autônomo, no lesbianismo radical e nas críticas à colonialidade do poder/ser/saber/gênero. Os principais aspectos do feminismo decolonial proposto por Curiel são estes:

1) A produção de uma releitura histórica do projeto moderno/colonial/ocidental, colocando em negrito o etnocídio histórico que se iniciou em 1492 e que estruturou os projetos nacionais que se constituíram em Abya Yala; 2) a valorização dos conhecimentos produzidos por sujeitas e sujeitos políticos, independentemente do fato de passarem pelo crivo de “neutralidade”, “objetividade” e “universalidade” impostos pelas instituições acadêmicas; 3) o desenvolvimento de uma produção teórica necessariamente articulada com práticas políticas coletivas; e 4) a crítica a categorias estáveis moderna/ocidentais e produção de outras categorias que reflitam, de forma imbricada, os processos de resistência aos modelos de opressão que as primeiras naturalizam. (PIRES, 2018, p. 177).

Desse processo analítico, decorrem os desafios de evidenciar a mobilização de raça e gênero como epistemes centrais para o sucesso da expansão capitalista por meio do colonialismo. O olhar retrospectivo sobre os processos políticos e as determinações de hierarquias, empreendidas pelo sistema-mundo moderno colonial ocidental, buscam evidenciar suas expressões contemporâneas, principalmente em relação à divisão internacional e nacional do trabalho, uma separação de caráter sexual, heterossexual, racial e social, que afeta desproporcionalmente mulheres negras, indígenas, lésbicas e migrantes (CURIEL, 2016 *apud* PIRES, 2018).

Além disso, Pires (2018) acrescenta que, por meio desse ponto de vista, pode-se entender a relação intrínseca entre a acumulação capitalista, os processos de deslocamento/remoções forçadas (notadamente produzidas em territórios habitados por negros, indígenas e pessoas campesinas) e a precarização do trabalho; entre o feminicídio, a violência contra mulheres e a militarização da vida; entre os discursos liberais de “reconhecimento” da diversidade cultural, racial e étnica e suas cumplicidades com as hierarquias de humanidade em Abya Yala⁷⁶; assim como as limitações das políticas de identidade, que, apesar de fundamentais em determinados momento de luta, não devem ser consideradas como um fim em si mesmas (PIRES, 2018). Nas palavras de Curiel,

La descolonización para nosotras se trata de una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo y que crea una especie de “cimarronaje” intelectual, de prácticas sociales y de la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas. Se trata del cuestionamiento del sujeto

⁷⁶ Abya Yala, na língua do povo Kuna, significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento. O povo Kuna é originário da Serra Nevada no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na Costa caribenha do Panamá, na Comarca de Kuna Yala. Esse termo vem sendo utilizado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto à denominação América (PORTO-GONÇALVES, 2019). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/estudoslatinoamericanos/wp-content/uploads/2019/04/ELA8%C2%BA-Texto9-1.pdf> Acesso em: 06/06/2023.

único, al eurocentrismo, al occidentalismo, a la colonialidad del poder, al tiempo que reconoce propuestas como la hibridación la polisemia, el pensamiento outro, subalterno y fronterizo. (CURIEL, 2009, p. 3 *apud* PIRES, 2018, p. 178).

Sendo assim, o feminismo decolonial é uma possibilidade de desenvolver pensamento crítico a partir de uma prática política coletiva e por meio desta, colocando em revisão a historiografia da dominação colonial escravista em Abya Yala, de modo a revelar as cumplicidades que o modelo capitalista e o Estado moderno constituíram (mantêm e/ou reproduzem) com o racismo, o sexismo e a cisheteronormatividade. Para Curriel, o processo de descolonização proporciona a superação do pensamento eurocêntrico característica fundamental da modernidade ocidental que desumaniza grupos historicamente marginalizados. Essa proposta epistêmica visa reconstituir as experiências latino-americanas e caribenhas por meio do desenvolvimento de um modelo teórico geopolítico e histórico descentrado sobre nosso continente, no sentido de fomentar perspectivas teóricas e políticas descolonizadoras (PIRES, 2018).

Nesse sentido, os feminismos negros, interseccionais, decoloniais e indígenas rompem com uma lógica cisheteropatriarcal e guardam aquilo que as discussões sobre desigualdade de gênero evidenciam como importantes, mas fazem isso trazendo reparações históricas dos apagamentos produzidos pela lógica ainda patriarcalista, que reproduz as dinâmicas colonialistas de poder (TEIXEIRA, 2021). Em sua diversidade, guardadas as divergências internas, o pensamento feminista negro visa, portanto, contribuir com a compreensão das desigualdades sociais e estruturais que incidem sobre as mulheres negras.

2.2.2 Mulheres negras entre o trabalho rural e o trabalho doméstico

No início dos estudos de gênero, as diferenças entre homens e mulheres foram privilegiadas nas análises empreendidas. Nas discussões anteriores, entretanto, buscamos demonstrar que a maneira de pensar o gênero como diferença entre homens e mulheres não é suficiente para interpretar a complexidade da realidade social. Sendo assim, a introdução da categoria *raça* nos estudos de gênero contribuiu para uma melhor compreensão das formas como as desigualdades impactam a vida das mulheres negras.

Mesmo diante de tais dados, grande parte dos estudos de gênero continuava a pensar as diferenças e as desigualdades entre homens e mulheres sem considerar a

indissociabilidade das opressões sociais. A ideia de opressão é aqui entendida no sentido proposto por Patrícia H. Collins (2019), que descreve esse fenômeno como

[...] qualquer situação injusta, em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, constituem as principais formas de opressão [nas sociedades colonizadas]. (COLLINS, 2019, p. 33).

Pensar as opressões de forma interseccional reflete a ideia de que o gênero precisa ser abordado juntamente a outras formas de opressão, como a raça e a classe social. Nesse sentido, a convergência das opressões de raça, classe e gênero caracteriza todas as relações subsequentes que as mulheres de descendência africana vivenciaram nas famílias e nas comunidades negras, com empregadores e umas com as outras. Para Collins (2019), a opressão compartilhada coletivamente pelas mulheres negras, historicamente, estruturou-se a partir das dimensões política, econômica e ideológica.

Nesse ponto, buscamos demonstrar a forma pela qual as opressões interseccionadas atingem a vida das mulheres negras sem-terra. Para Davis (2016), a partir das conexões de gênero com outros marcadores sociais, podemos desvendar a forma como determinadas discriminações, como as sexistas e as racistas, atingem as mulheres em contextos distintos. Nesse sentido, não existem lugares puramente raciais ou puramente de gênero. Estamos todos e todas situados em uma tríade de relações que nos privilegiam ou nos penalizam, dependendo da posição social. A estudiosa explica que

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe". "Raça é a maneira como a classe é vivida. Precisamos refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2016, p. 8).

Nesta pesquisa, a *raça* é entendida como marcador de distinção social e de discriminação. Interconecta-se com *gênero* e *classe*, criando um sistema complexo de dominação, que coloca homens e mulheres (brancos e negros) em posições sociais desiguais. Davis (2016) chama a atenção para dois aspectos do racismo e do sexismo. O primeiro é o fato de o capitalismo industrial ter recriado formas análogas à escravidão, sustentando a exploração e a opressão da população negra; e o segundo

reflete a manutenção de dispositivos ideológicos que sustentam práticas racistas que tendem a inferiorizar e marginalizar a população negra (DAVIS, 2016).

Tais estudos refletem sobre a coexistência e as conexões dos sistemas de poder e opressões sociais, em termos históricos, contribuindo, desse modo, para o entendimento das sociedades capitalistas contemporâneas. Desse modo, essas análises demonstram que as condições de vida das mulheres negras não sofreram alterações substanciais no período pós-abolição.

O estudo realizado por Maria Odila Silva Dias (1985), em *Quotidiano e poder*, registrou a diversidade das ocupações em que as mulheres negras se inserem no período colonial, na sociedade paulistana. Por meio dessa pesquisa, a autora investigou o dia a dia de mulheres pobres e suas lutas por sobrevivência à margem do sistema de produção. Elas viviam de serviços e do comércio de excedente de produção caseira de produtos advindos de pequenas roças e da criação de animais domésticos (DIAS, 1985).

Percebe-se que a dinâmica de participação das mulheres negras em atividades agrícolas, no comércio, na criação de pequenos animais e no processamento de alimentos ganha dimensões significativas quando consideradas a região e o contexto econômico de um determinado período histórico:

Teríamos aí contornos imprecisos de mulheres criando gado, aves, plantando gêneros alimentícios para o abastecimento local, produzindo queijos, aguardente e pão. Essa participação feminina seria ainda acentuada a partir da crise da mineração em fins do século XVIII e início do século XIX, quando alguns indicadores revelam surpreendente predomínio de mulheres. Se examinarmos Vila Rica, nos primeiros anos do século XIX, do total de roceiros, lavradores e hortelões registrados pelo censo, encontramos 51 mulheres para 27 homens. (FIGUEIREDO, 2004, p. 143 *apud* SANTANA, 2016, p. 66).

Nesse contexto, conforme apresenta Dias (1985), o papel exercido pelas mulheres na reconstituição das famílias negras⁷⁷ e na construção de redes de sociabilidade lhes garantiu autonomia. Segundo essa autora, mulheres escravizadas e livres controlavam o mercado interno até o início da urbanização e da higienização dos espaços públicos nas capitais brasileiras. Assim, essas organizações foram a base da sobrevivência das mulheres pobres (DIAS, 1985).

O controle da produção e a comercialização do mercado interno ocorriam em

⁷⁷ Núcleo familiar ampliado, formado por filhas e filhos, parentes próximos e distantes, alforriados, agregados e foros (DIAS, 1995).

razão dos contatos que elas mantinham com os trabalhadores de engenho, os quilombolas, os pescadores, os ferreiros, os pastores, entre outros agentes sociais (SANTANA, 2016). O impacto político e econômico das escravas de ganho na Bahia foi abordado no estudo realizado por Cecília Moreira Soares (2006). Para essa autora, foi a partir da produção e da circulação de bens materiais (como frutas, verduras, pescados e venda de alimentos diversos) e de bens simbólicos (religiosidade e a cultura de matriz africana) que as escravas de ganho contribuíram com a reprodução das condições de vida da população negra (SANTOS, 2006 *apud* SANTANA, 2016). Percebe-se que,

No entanto, a desenvoltura das negras nesse setor preocupava as autoridades pela facilidade com que podiam estabelecer redes de atravessamento e outras atividades [...]. Avaliava-se, por exemplo, o vai-e-vem das mulheres e algum tipo de tráfico proibido e/ou comunicação com negros aquilombados. (SOARES, 2006, p. 77 *apud* SANTANA, 2016, p. 68).

Com a abolição, a população negra foi marginalizada, sendo reintegrado de forma “residual e marginalmente na nova economia capitalista”. Nesse período, ela dedicava em sua grande maioria às atividades rurais, uma vez que o trabalho livre não significou sua inclusão no regime assalariado. No interior das fazendas, ocorre a ampliação da massa de trabalhadores livres submetidos a condições de trabalho degradantes e excluídos do processo de participação nos setores dinâmicos da economia (MARTINS, 2010, p.35 *apud* FONSECA, 2019, p. 44). Nesse período, a introdução de práticas higienistas racistas e sexistas são a face da política industrialização e urbanização que resultaram na (re)organização dos espaços públicos, especialmente nos grandes centros urbanos das capitais brasileiras. Nesse processo, as mulheres negras perderam espaço no mercado interno (SANTANA, 2016).

Em *Classe trabalhadora negra entre o rural e o urbano (1920-1930)*, período de transformações políticas em âmbito nacional, Thompson Clímaco (2021) observa, com base em entrevistas e periódicos locais, que os processos de urbanização e industrialização da cidade Barra Mansa, na região Sul Fluminense, tem como marca as distinções raciais no mundo do trabalho. Esse autor indica que

A população negra, descendente de escravizados de Barra Mansa, permaneceu majoritariamente no trabalho rural e nas regiões mais afastadas do centro urbano em crescimento. Ademais, os códigos municipais se modificaram com o advento da industrialização e afetaram diretamente a

população rural — consequentemente boa parte da população negra. Por exemplo, em 1923 ficou proibida a circulação de carros de bois, bem como a conservação e venda de porcos no perímetro urbano. Ainda que a vereança barramansense afirmasse que essas medidas visavam a manutenção da higiene local, tais posturas afetaram os pequenos vendedores de animais ou de leite, pois dependiam do carro de bois para o transporte da mercadoria ou da venda dos animais ainda vivos. (CLÍMACO, 2021, s/p).

Para vincular fatores sobre classe e raça, esse autor aciona as pautas do movimento operário de Barra Mansa, em cujas demandas figuram preocupações, como a família, a alimentação e a educação, assim como a incorporação dos trabalhadores rurais em instituições sindicais e suas lutas por direitos de cidadania. Para ele, os debates sobre a classe trabalhadora devem envolver a experiência e a exploração do trabalho de negros e negras, bem como a racialização e o racismo. O autor desconsidera, no entanto, os aspectos de gênero em suas análises (CLÍMACO, 2021, s/p).

Apesar disso, os impactos do processo de sujeição e dominação política e econômica das mulheres em contextos rurais passaram a receber atenção acadêmica no final dos anos 1960. O estudo de Fernanda F. de Paula (2020) enfoca as transformações da agricultura brasileira e as relações de gênero no oeste catarinense, entre as décadas de 1970 e 1990. Sua hipótese é que a subalternização dos modos de produção do campesinato pela agricultura capitalista concorre para naturalizar uma generificação do trabalho produtivo e reprodutivo, gerando

[...] (i) uma consolidação da generificação dos trabalho produtivo e reprodutivo, na qual o segundo, sendo um trabalho não remunerado, é cada vez mais atribuído exclusivamente às mulheres, e tal distinção concorre para a legitimidade dos homens no controle da produção e da renda — ainda que as mulheres continuem participando também, de modo invisibilizado, do trabalho produtivo; (ii) um constrangimento dos tempos e da autonomia das mulheres sobre o trabalho reprodutivo, dadas as exigências feitas no âmbito produtivo pela modernização da produção. Ambas as tendências concorrem para o aumento da carga de trabalho das mulheres, para a desvalorização econômica e invisibilização de seus trabalhos, acirrando assimetrias de gênero no interior do campesinato. (PAULA, 2020, p. 395).

Assim, a consolidação dos complexos agroindustriais limitou os espaços de reprodução do campesinato e o submeteu à lógica de produção capitalista. A redução da autonomia política e financeira das mulheres camponesas reflete, em parte, a marginalização e a exclusão delas da esfera produtiva, conforme demonstram pesquisas mais recentes (SILVA, 2011).

Com base em dados sistematizados pelos Censos Agrícolas do IBGE, o artigo

de Rayanne de Medeiros Gonçalves e Rodrigo Pennutt da Cruz (2018) evidencia o perfil de gênero da população campista ocupada na lavoura canavieira. Em 1960, dentre os 4.910 postos de trabalho permanente na lavoura canavieira em Campos dos Goytacazes, apenas 312 foram ocupados por mulheres; desse total, apenas 193 eram maiores de 14 anos de idade. Isso significa, em termos percentuais, um quantitativo de 6,3% de mulheres na condição de trabalho permanente. Acerca do total de 8.262 postos de trabalho temporário, apenas 525 mulheres os ocuparam, sendo que 412 delas eram maiores de 14 anos. Duas décadas depois, há um aumento significativo no patamar em relação aos anos anteriores, com cerca de 7.000 empregos, sendo as mulheres que mantiveram a proporção equivalente a 1.004 ocupações no trabalho permanente e 426 no trabalho temporário (GONÇALVES; CRUZ, 2018).

Segundo Gonçalves e Cruz (2018), os trabalhadores e as trabalhadoras, em especial, os mais antigos e, portanto, fichados/efetivos residiam nas propriedades das usinas com toda a família. Essa situação se torna instável a partir do final dos anos 1960, pois, como discutido anteriormente, o surgimento da figura do boia-fria é, em grande parte, resultado do movimento de expulsão dos trabalhadores e das trabalhadoras habitantes do interior das fazendas pertencentes ao complexo agroindustrial.

Além disso, conquistas como os direitos trabalhistas não se efetivaram na prática, especialmente para as mulheres, já que, nos anos 1980, entre as denúncias feitas pelas organizações sindicais, está o desrespeito à legislação trabalhista da época. Segundo relatos de lideranças sindicais, esses trabalhadores e essas trabalhadoras estavam submetidos a um tipo de atividade diária baseada em tarefas, em que não podiam prever o tempo que gastariam para cumpri-las, assim como havia o desrespeito a direitos como a licença médica e a licença-maternidade. As “[...] reclamações feitas pelos trabalhadores são recorrentes, tais como acesso a férias, pagamento hora extra e 13º salário, diferença salarial referente à categoria laboral, quebra de contrato, demissão sem aviso prévio, não registro na carteira profissional [...]” (GONÇALVES; CRUZ, 2018, p. 552).

O trabalho de pesquisa de Rosa Ester Rossini (1993) aborda a mulher como força de trabalho no campo, no contexto da agricultura paulista. Segundo essa autora, enquanto, no colonato, a mão de obra era contratada em unidades familiares, com o processo de modernização agrícola, parte desses trabalhadores passou a vender sua força de forma individualizada. Ainda segundo a estudiosa, enquanto, no colonato,

reforçava-se uma organização familiar na qual estava clara a cooperação, havia, no assalariamento, um conjunto de rendimentos de todos os membros da família, mas esta deixou de ser uma unidade de trabalho.

Nessa perspectiva, “[...] a unificação do mercado de trabalho urbano-rural e a formação do exército de reserva vinculam-se à transformação do residente rural-urbano em assalariado temporário, mediante a conversão das atividades acessórias da agricultura em ramos da indústria.” (ROSSINI, 1993, p. 2). Assim, segundo a autora, a unificação do mercado de trabalho agrícola leva os trabalhadores e as trabalhadoras volantes à alternância de atividades ditas rurais e urbanas. Esclarece-se que

As mulheres passam a se constituir como força de trabalho, e não apenas como mão-de-obra disponível e remanejável no grupo doméstico, através do trabalho assalariado. Acrescente-se, ainda, que a relação entre a reprodução do trabalhador e sua família e as condições de reprodução da força de trabalho fazem com que os padrões de consumo familiar dependem do salário que deveria garantir essa reprodução, o que leva o grupo familiar a se organizar como unidade de consumo. (ROSSINI, 1993, p. 5).

A autora acrescenta que o fracionamento da pequena propriedade implica diminuição da capacidade de reter a força de trabalho dessa unidade, havendo tendência maior de migração dos jovens e das mulheres para o assalariamento como empregadas domésticas urbanas. A expulsão dos trabalhadores-moradores e das trabalhadoras-moradoras e de seus familiares das grandes propriedades rurais, em função das formas capitalistas de produção no campo, mesmo com a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, garantiu, de forma precarizada, o assalariamento desse grupo social, pois, em grande parte, esses sujeitos são submetidos ao trabalho informal e sem vínculo trabalhistas, conforme denúncias do Comitê Popular de Erradicação de Trabalho Escravo e Degradante do Norte Fluminense⁷⁸.

As condições de trabalho em que se inserem as trabalhadoras rurais sinalizam para as opressões interseccionais que afetam a vida dessas mulheres, pois estas suportam o peso de um trabalho desvalorizado socialmente e estão expostas a diferentes formas de discriminações, sendo, de modo geral, o grupo que tem sofrido exclusão, ao longo das últimas décadas, do mercado de trabalho agrícola, em consequência do modelo de desenvolvimento econômico que vigora em nosso país

⁷⁸ De 2008 a 2012, houve uma série de denúncias que deram visibilidade à permanência dessa problemática na região.

atualmente.

Lauro Mattei (2015) analisa a composição do trabalho rural na perspectiva de gênero tendo como base dados do Censo Agropecuário. Nesse estudo, o autor demonstra que a ocupação “assalariado agrícola” representava apenas 29% do emprego agrícola, no período de 2002 a 2013. Nessa categoria ocupacional, os homens respondiam por 71% do emprego agrícola, ao passo que as mulheres reduziram sua participação de 33% para 29%. Assim, houve alterações substantivas na realidade rural, visualizadas, particularmente, no pronunciado aumento da sazonalidade do emprego, que impôs barreiras à construção da identidade profissional das trabalhadoras rurais. Não por acaso, essa questão foi uma das principais reivindicações da agenda política do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) na década de 1980.

Na produção familiar, as categorias “conta própria” e “não remunerados” passam a representar quase 40% de todo o emprego agrícola; somada a esse índice, a categoria *produção para o próprio consumo* passa a corresponder a aproximadamente 70% de todo o emprego agrícola do país. Percebe-se, no entanto, que, quando se avalia o quesito *gênero*, ocorrem situações bem distintas:

De um lado, a categoria dos conta própria é majoritariamente composta por pessoas do sexo masculino, representando quase 90% do total. Por outro, a categoria dos não remunerados tem comportamento oposto, ou seja, as mulheres são amplamente majoritárias nessa posição na ocupação [...]. [Além disso, elas também] são majoritárias na categoria de trabalhadores na produção para o próprio consumo, o que corresponde ao trabalho vinculado às atividades de subsistência básica do sistema de produção agrícola familiar e que geralmente está mais relacionado aos estabelecimentos com área agrícola extremamente reduzida. (MATTEI, 2015, p. 45).

Tais pesquisas reafirmam a ocorrência de um processo de especialização das atividades agrícolas, em que a nucleação das unidades de produção familiar como estratégia de reprodução social na agricultura tende a se desestruturar. Diante dessa situação, os demais membros familiares passam a buscar outras formas de inserção produtiva, geralmente fora da agricultura. As possibilidades de inserção produtiva das mulheres camponesas foram reduzidas, e, com isso, elas foram relegadas a ocupações precárias, como serviços domésticos, postos de trabalhos mal remunerados ou mercados informais, acumulando, muitas vezes, atividades domésticas, manuais e agrícolas, na tentativa de aumentar a renda familiar.

No assentamento Zumbi dos Palmares, dados da Estrutura, cooperativa de

assistência técnica que atendia as famílias assentadas na região, à época, registram que, no Zumbi IV, um pouco mais da metade das famílias residia em área rural antes de ser assentada, sendo que uma significativa parcela dos assentados e das assentadas se identifica como agricultores e agricultoras. A ocupação “trabalhador rural” ou “trabalhadora rural” compõe quase a metade das ocupações anteriores dos homens, com 44,1%; e apenas 20,9% para as mulheres. Esse núcleo possui a maior quantidade de mulheres que se denominam “donas de casa” no assentamento (35,0%) e uma grande presença de trabalhadoras domésticas (ESTRUTURAR, 2006).

Kelem Rosso (2006) explica que o processo de masculinização das atividades agrícolas resultou “[...] na invisibilidade do trabalho feminino, falta de autonomia financeira das mulheres, exclusão da mulher na partilha da herança e a maior oferta de empregos para elas fora das propriedades rurais.” (ROSSO, 2006, p. 126). Rosso (2006) ressalta, ainda, que a inserção das mulheres em ocupações mal remuneradas gera ainda mais sobrecarga para elas, pois acabam por acumular atividades manuais e empregos domésticos com as atividades agrícolas. Sob esse ponto de vista, o não reconhecimento do trabalho das mulheres e a desvalorização de sua capacidade produtiva no meio rural ocorreu em função da sua progressiva marginalização do sistema de produção (ROSSO, 2006). Contudo, o estudo não questiona a conformação desse sistema, dado que as experiências produtivas gestadas por grande parte das mulheres assentadas apontam para outros modos de produção agrícola.

Mattei (2015) associa a distribuição diferenciada da mão de obra feminina na agricultura, em particular, no sistema de produção agrícola familiar à lógica predominante no seio das famílias rurais, cuja chefia é historicamente exercida pelo homem. Esse argumento reflete uma leitura limitada da problemática da condição das mulheres camponesas, pois tende a explicar essa questão apenas pelo viés da permanência da cultura patriarcal. Essa explicação é uma leitura parcial dessa problemática, pois reduz a divisão social e sexual do trabalho apenas a questão da lógica sexista acaba por ocultar os efeitos dessa estrutura nas condições de vida das mulheres racializadas.

Em *Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial*⁷⁹, Rachel G. Passos (2020) afirma que as maneiras de prover e viabilizar o cuidado são transformadas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução social. Nesse sentido,

⁷⁹ Diferentemente do sentido ontológico do cuidado (PASSOS, 2020).

a divisão social e sexual do trabalho, no modo de produção capitalista, deixou a cargo das mulheres a atribuição e a responsabilidade de realizar e executar o trabalho de cuidado. Detalha-se, ainda, que

A distribuição das tarefas é determinada a partir do gênero e se aprofunda com a raça e a classe, promovendo a naturalização de supostas habilidades como parte componente de determinado sexo biológico definindo, inclusive, com relação a comportamentos. Para Biroli (2018), é nesse processo que se constitui a associação entre mulher e domesticidade, o que não pode ser homogeneizado devido às relações raciais e de classe que atravessam e diferenciam a experiência do ser mulher. (PASSO, 2020, p. 118).

No caso das mulheres negras, a intersecção entre gênero, raça e classe vai levá-las a permanecer na execução do trabalho doméstico e de cuidados, não só como uma relação de extensão da esfera reprodutiva, mas estabelecida e demarcada pela colonialidade. Na divisão social, sexual e racial do trabalho, são as negras (pretas e pardas) que ocupam os trabalhos mais subalternos e com menor remuneração, permanecendo na base da pirâmide social⁸⁰ (PASSOS, 2020).

Nesse aspecto, o estudo de Juliana Teixeira denominado *Trabalho doméstico*⁸¹ é potente, pois permite-nos visualizar e desnudar ideologias sobre papéis de gênero que são tomados como universais em muitos estudos acadêmicos, inclusive os feministas e de gênero. Sobre o trabalho doméstico, a autora afirma que

Ele é quase que em sua totalidade desempenhado por mulheres (97%), sendo que a maior parte dos homens nessa ocupação desenvolve atividades fora do âmbito doméstico fechado, como as de caseiro e jardineiro. Essa maioria feminina é resultado da construção social que estabelece que as atividades domésticas são biologicamente ligadas às mulheres. Essa, que é uma construção de poder, também teve como pressuposto que os homens seriam mais aptos para funções produtivas fora do espaço da casa, e mais aptos para construir a vida política e pública. No entanto, as mulheres negras no Brasil tiveram que se submeter a diversos tipos de trabalho, desde a escravização, dentro das casas ou fora delas. Ao longo da história, e mesmo após a abolição formal da escravidão, o trabalho doméstico tornou-se um dos principais meios de sobrevivência dessas mulheres. (TEIXEIRA, 2021, p. 20-21).

Teixeira (2021) menciona que as mensalistas não residentes migraram do meio rural para o urbano. Ainda conforme esse estudo, entre os anos 1970 e 1980, quando ocorreu uma entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho formal, a demanda por trabalhadoras domésticas também cresceu (TEIXEIRA, 2021). Segundo

⁸⁰ Conforme Pnad (2018).

⁸¹ Sobre as categorias diaristas e mensalistas no trabalho doméstico ver o trabalho de Teixeira (2021).

a autora, a combinação de precárias qualificações para o mercado de trabalho formal dessas mulheres com a insuficiência de vagas nos locais de destino para absorver as demandas migratórias por ocupação contribuiu para que o trabalho doméstico se tornasse uma das opções mais contundentes para as mulheres. Sobre isso, detalha-se que

Esse cenário migratório e de crescimento da demanda por trabalho doméstico acabou tornando mais diversificado o grupo de trabalhadoras domésticas. Do ponto de vista racial, várias mulheres não negras também se inseriram. Do ponto de vista regional, houve uma diversidade de origens das trabalhadoras, muitas do meio rural, do interior ou de outros estados. No entanto, a raça seguiu e segue sendo uma categoria intrínseca à própria constituição do trabalho doméstico e da estruturação de suas relações que, apesar de terem ido se alterando conforme tempo e espaço, é o produto de intersecções importantes entre raça-etnia, gênero e classe. (TEIXEIRA, 2021, p. 51).

O gênero interseccionado com classe leva, portanto, essas mulheres ao trabalho doméstico como destino compulsório. Essa ocupação retira as possibilidades de essas mulheres se dedicarem aos estudos. Nesse sentido, as novas composições da força de trabalho contribuem para o entendimento do processo organizativo da classe trabalhadora.

Sobre a força de trabalho das mulheres no campo, Saffioti (1978) explica que há uma inter-relação entre as formas de produção capitalista e não capitalistas, já que existe “[...] uma mobilidade de parcela da mão-de-obra que se desloca das atividades não capitalistas para as capitalistas em momentos de expansão e crise do capitalismo e das últimas para as primeiras em momentos de retração deste sistema produtivo.” (SAFFIOTI, 1978, p. 184). Desse ponto de vista, as mulheres seriam o “exército de reserva” do capital. Em meados dos anos 1980, quando o país passou por uma fase de estagnação econômica, houve queda da renda agrícola e familiar, redução do emprego no setor agrícola e nas atividades dos complexos agroindustriais. Os altos índices de desemprego e da precarização da força de trabalho registrados revelam que 81,3% das mulheres não recebiam qualquer pagamento pelo trabalho que efetivam na agricultura, e, entre as que eram remuneradas, os níveis salariais encontram-se nos extratos mais baixos (MATTEI, 2015). Esse modelo de desenvolvimento serve tanto para manter os privilégios da classe dominante, quanto como mecanismo de inviabilização dos meios políticos pelos quais a classe trabalhadora busca romper com essas estruturas de poder. Nessa lógica, o “moderno” tende a refletir um modo de individualização e de integração subordinada (PINHO,

2006, p. 180).

Em *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, Lélia Gonzalez (1979) analisa a formação do capitalismo de forma integrada com a problemática do racismo e do gênero. Para ela, em países de capitalismo periférico, há limitações para o crescimento equilibrado das forças produtivas, ocorrendo um tipo de desenvolvimento desigual e combinado que concorre para a manutenção de forças produtivas anteriores e, conseqüentemente, para a formação de uma massa marginal (GONZALEZ, 1979).

Gonzalez (1979) demonstra que o desemprego e o subemprego incidem sobre essa população marginalizada e chama a atenção para a maneira como o gênero e a etnicidade são manipulados, pois, no Brasil, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho pertencem exatamente às mulheres e à população negra. Desse modo, o racismo é um dos principais critérios na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social. Não por acaso, a população negra e, especialmente, as mulheres negras constituem, em sua grande maioria, a massa marginal crescente (GONZALEZ, 1979).

Contudo, o racismo atravessa as barreiras das classes sociais, ao favorecer não apenas a burguesia branca, mas também os trabalhadores brancos por meio do preenchimento de posições que implicam em recompensas materiais e simbólicas. O que Gonzalez (1979) denomina como “privilégio branco” faz parte da exploração do racismo pelo capital, na medida em que reproduz relações de alienação e dificulta a organização da classe trabalhadora, já que há competição por recursos e posições escassos no capitalismo (ARAÚJO, 2020). Sobre isso, esclarece-se que,

Em termos históricos, sabemos que o regime escravista teve sua ação mais ampla e profunda nas regiões brasileiras onde a *plantation* e as atividades mineradoras se desenvolveram. E foi nessas regiões que se iniciaram os processos de mestiçagem e da emergência de uma população de cor livre. Ora, na medida em que a população escrava sofreu deslocamentos geográficos que obedeciam às exigências da produção econômica (ciclos do açúcar, da mineração, etc.), a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem e reverteu para as atividades de subsistência ou mesmo de desvinculação econômica e social. Na verdade, não só a população de cor livre, assim como os poucos escravos libertos⁸², em 1888, nessas regiões, vieram a constituir a grande massa marginalizada no momento de emergência do capitalismo industrial, postos que foram “fixados” a formas de produção pré-capitalistas (como parceiros, lavradores, moradores assalariados rurais, trabalhadores de mineração, etc.). (GONZALEZ, 1979, p. 10).

⁸² O “13 de maio” libertou apenas 10% da população negra do Brasil, pois os demais já viviam em estado de liberdade (GONZALEZ, 1979).

Gonzalez (1979) explica que esse sistema reforça a alienação entre os sujeitos da classe trabalhadora, colaborando para a reprodução do sistema como um todo. Ainda que as mais prejudicadas sejam as pessoas negras, o racismo fragiliza a organização da classe trabalhadora como um todo. A autora chama atenção para o lugar ocupado pela população negra no mercado de trabalho brasileiro, no qual impera o desemprego e o trabalho condição típica da “massa marginal⁸³” (GONZALEZ, 1979). As mulheres negras, nessa composição, apareciam em atividades específicas como consequência das relações de gênero, além das de raça:

[Elas atuavam] na prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta e na prestação de serviços de baixa remuneração nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “serventes”. Embora Lélia tenha escrito em 1981, essa configuração mostra-se atual em uma observação a olho nu das realidades brasileiras em zonas urbanas (ARAUJO, 2020, s/p).

Gonzalez (1979) contribui para as discussões de classe quando pensa a formação do capitalismo brasileiro associado ao racismo e ao sexismo. Para essa intelectual, a raça é uma das categorias que estruturam os lugares de classe dentro das relações de trabalho e produção. Nesse sentido, a classe é o princípio organizativo fundamental da nossa estrutura social (GONZÁLEZ, 2018 *apud* TEIXEIRA, 2021).

As condições atuais das trabalhadoras, nas últimas décadas, envolvem alterações na divisão internacional do trabalho, deterioração das condições de vida e trabalho da maioria dos brasileiros, questões de migração e mudanças na legislação, entre outros pontos. Ressalta-se que, de acordo com Hirata (2018), a persistência das desigualdades baseadas em discriminações de gênero e raça se refletem no mercado de trabalho, pois

[...] os empregos criados são vulneráveis e precários, coexistência do “mercado formal de trabalho” com o informal que absorve mais mulheres do que homens, mais negros do que brancos. (CARNEIRO ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 473 *apud* HIRATA, 2018, p. 17).

A pesquisa *O retrato das desigualdades de gênero e raça*, publicada pelo Ipea, reafirma as análises feitas pelos movimentos de mulheres negras sobre os níveis de

⁸³ A autora diferencia marginalidade funcional, “exército industrial de reservas”, do não funcional, “massa marginal” (GONZALEZ, 1979, p. 3).

subalternização e exploração que se perpetuam atualmente, tais como:

A taxa de desocupação dos homens passou de cerca de 5%, em 1995, para, aproximadamente, 6%, em 2009, ao passo que para as mulheres, o resultado variou de cerca de 7% para 11% em relação aos mesmos intervalos considerados. O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%). (IPEA, 2011, p. 27).

O trabalho precarizado, sem proteção social e sem direitos, é ocupado por mulheres, em sua maioria, negras, como é o emprego doméstico, sobretudo das diaristas. Quando combinadas as desigualdades de gênero e raça, percebe-se, portanto, que as diferenças se acentuam. Os dados também evidenciam uma segmentação ocupacional quando observados marcadores de raça e gênero, já que, enquanto as mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços (educação, saúde e atividades domésticas); os homens, sobretudo os negros, estão sobrerrepresentados na construção civil. Tendo o mercado de trabalho agrícola apresentado queda generalizada, segue sendo uma ocupação relevante para os homens (IPEA, 2011).

Nesse sentido, Ana Paula Procópio da Silva (2017, s/p) explica que

[...] as classes sociais não nascem prontas, se constituem relacionalmente pela interação e pela luta por seus interesses comuns. No caso brasileiro, a exemplo de outros países latino-americanos, os processos coloniais, o escravismo, as relações de escravidão e os abolicionismos sem direitos são condicionantes estruturais e incidem na constituição" da classe trabalhadora.

Na teoria marxista, as classes sociais são definidas a partir do modelo de produção capitalista, que se organiza a partir de uma desigualdade fundamentada na apropriação que a burguesia dominante faz da riqueza produzida na sociedade por meio da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Como resultado desse modo de organização social e econômica, a riqueza gerada pelo trabalho de uma maioria é apropriada por uma minoria (MARX, 2002 *apud* TEIXEIRA, 2021).

Em *Estado racista e crise do capitalismo*, Silvio Almeida (2020) ensina-nos, entretanto, que o conflito social entre capital e trabalho assalariado não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que se articulam com as relações de dominação e exploração e que não se originam nas relações de classe nem desaparecem com ela: “[...] conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e

regionais que remontam períodos anteriores ao capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual." (ALMEIDA, 2020, s/p). Sendo assim,

[...] a classe social não é apenas resultado do lugar que se ocupa no modo de produção capitalista, se detentor dos meios de produção ou se possuidor de sua força de trabalho. [é preciso levar em conta também] a processualidade conflitiva que lhe é constituinte, pois é no antagonismo da luta que a classe trabalhadora se forja a si mesma. (PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p. 434).

As contradições internas das classes sociais compreendemos que a classe social não é homogênea. Nesse sentido, em conformidade com Teixeira (2021) partimos do entendimento desde uma perspectiva interseccional que não se limita à medida de riqueza ou de capacidade de acesso a bens de consumo. Para a professora, reduzir a categoria de classe apenas à dimensão de pobreza é uma forma de afirmação de valores liberais. Dessa forma,

Na perspectiva interseccional de análise tal processo é analisado levando em consideração que também outras estruturas de poder afetam essa divisão de classes, e não somente a relação direta com a maneira pela qual se é posicionado no modo de produção capitalista, entendendo que esse posicionamento foi afetado, e, também, se valeu, de outras configurações de poder na sociedade. (TEIXEIRA, 2021, p. 145-146).

As mulheres estão submetidas a hierarquias sociais reprodutoras das estruturas de dominação social, econômica e política vigentes em sociedades colonizadas e constituídas em contextos de capitalismo patriarcais e racistas. Esses sistemas de opressão interagem e operam de modo a desvalorizar/invisibilizar as atividades realizadas pelas mulheres negras e, conseqüentemente, garantir o não reconhecimento delas, em termos sociais e políticos.

2.2.3 Gênero e raça na questão agrária

A desigualdade fundiária brasileira⁸⁴ tem origens na economia colonial de base escravista. A abolição formal da escravidão, em 1888, não foi acompanhada por políticas de reparações nem de medidas de inclusão social dessas populações, como as propostas de realização ampla da reforma agrária. A natureza extremamente desigual da estrutura fundiária brasileira segue intocável, pois eventos como a Proclamação da República e a industrialização econômica do país não refletiram positivamente nas condições de vida da população negra, pois, tanto o acesso aos recursos e aos espaços de poder quanto os modos de vida das comunidades negras continuam sendo subalternizados (LEITE *et al.*, 2021). Ao privilegiar a economia agroexportadora⁸⁶, o Estado brasileiro reforçou a estrutura fundiária desigual, tensionando a permanência de povos tradicionais e famílias camponesas em seus territórios (FURTADO *et al.*, 2022).

Esse processo histórico tem sido negligenciado nos estudos acadêmicos sobre os movimentos de luta pela terra no país, já que as pesquisas têm privilegiado “[...] quase que exclusivamente as relações de classes existentes no campo e na formação/constituição dos movimentos de luta pela terra.” (FERREIRA, 2013, p. 59), portanto tendem “[...] a desconsiderar a multiplicidade de relações estabelecidas entre os sujeitos que compõem os movimentos, como, por exemplo, as relações raciais” (FERREIRA, 2013, p. 59).

O fortalecimento do Movimento Negro, na década de 1990, possibilitou a visibilidade às discussões sobre políticas afirmativas para a população negra. Nesse percurso, a instituição do Estatuto da Igualdade Racial² representa uma grande conquista, pois visa garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos e o combate à discriminação racial, o que exige o estabelecimento de políticas públicas para diminuir a desigualdade social entre os diferentes grupos étnico-raciais no Brasil. Assim, a introdução recente da

⁸⁴ O grau de concentração fundiária é medido pelo índice de Gini, medida que varia de 0 a 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade; e 1, à completa desigualdade. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios>. Acesso em: 5 jan. 2023.

⁸⁵ Entre 1975 e 2017, o padrão de desigualdade fundiária manteve-se estável, com um pequeno aumento no período de 2006 a 2017 (IBGE, 2017).

⁸⁶ Política econômica que privilegiou os segmentos da agricultura voltados para o mercado internacional (DELGADO, 2000).

categoria *cor/raça* pelo IBGE no Censo Agropecuário expressa a força política dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro brasileiro.

Isso se reflete, por exemplo, no sistema de classificação racial adotado pelo IBGE. No processo de redemocratização do país, momento de fortalecimento da agenda antirracista do Movimento Negro, esse sistema passou a ser composto por cinco categorias, a saber: branco, preto, pardo, amarelo e indígena (OSÓRIO, 2003). Com base nos levantamentos feitos pelo IBGE, orienta-se a realização de pesquisas e diagnósticos sobre o perfil da população brasileira, considerando os aspectos de *cor/raça*, o que instrui programas e políticas públicas direcionados para enfrentamento das desigualdades fundadas em marcadores raciais, a exemplo das ações afirmativas, como as Leis de Cotas nas universidades públicas do país. Assim, a consolidação da perspectiva antirracista tem influenciado as linhas de ações dos movimentos sociais urbanos e rurais no país, nos últimos anos. Recentemente, o MST buscou “[...] fazer uma leitura política da realidade étnico racial em seu interior, mesmo não abandonando as clássicas leituras que dicotomizam classe e raça, no Brasil.” (FERNANDES *et al.*, p. 147, 2007 *apud* FERREIRA, 2013, p. 59). Para o militante do MST Raoni de Souza, a composição atual da posse de terras no Brasil ainda é influenciada pela diferenciação racial (SOUZA, 2017).

Em *Terra Preta: raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, Fred Aganju (2020) realiza uma pesquisa amostral sobre a composição étnico-racial do assentamento Nova Suíça, no estado da Bahia. Assim, esse autor dimensiona a expressiva população negra presente nas fileiras do MST, uma vez que a organização política da luta pela terra é constituída majoritariamente por uma população de negros e negras (SOUZA, 2009 *apud* AGANJU, 2020). Tais argumentos se expressam nos dados do Censo Agropecuário, divulgados pelo IBGE em 2017, o primeiro da história a levantar informações sobre a raça no setor da agricultura brasileira. Para Dagoberto J. Fonseca (2022), trata-se de um grande avanço em relação aos censos agropecuários anteriores, pois por meio desses dados é possível analisar ampla a situação atual do negro no campo. Com isso, esse estudo chama atenção para a discriminação racial no acesso à terra ressaltando os aspectos da relação entre a questão agrária e os aspectos de raça.

A população negra da zona rural brasileira⁸⁷ é de 18,2 milhões de habitantes

⁸⁷ A população rural negra do Nordeste (10.492.214 hab.) é maior do que a população rural negra das outras quatro regiões somadas (7.713.687 hab.) e representa pouco mais de um terço dos 29,8 milhões de habitantes do campo brasileiro. A porcentagem de negros na população rural nordestina é de 73,6%.

(61%) e os brancos são 10,8 milhões (36,3%). O Censo Agropecuário mostra que os produtores brancos ocupam quase 60% de toda a área das propriedades rurais registradas por esse Instituto (IBGE, 2014). Um retrato atual da situação do negro no campo que expressa a atualidade do racismo conformado pelas relações de classe.

A indissociabilidade entre essas questões ocorre por duas razões: i) pelo fato de que a situação atual de segregação em que se encontram os negros no Brasil, no campo e na cidade, tem origem histórica no racismo, na escravidão e na questão agrária do período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país; ii) porque, desde o início tolhidos de um justo acesso à terra e aos meios adequados para explorá-la e submetidos ao racismo sistêmico que caracteriza a sociedade brasileira, os negros ainda hoje continuam em situação de inferioridade socioeconômica em relação aos brancos no campo, o que faz com que a questão racial seja uma importante dimensão da questão agrária contemporânea. (FONSECA, 2022, p. 13).

Assim, a população negra rural⁸⁸, mesmo sendo a maioria entre os produtores e as produtoras rurais, está presente em menos da metade da área ocupada por brancos; em termos percentuais. Segundo o IBGE, os negros controlam apenas 28,3% (99.494.655 ha) da área total dos estabelecimentos agropecuários (menos da metade da proporção de negros na população rural – 61%) e os brancos controlam 59,4% (208.785.743 ha), o que é superior à participação dos brancos na população rural (36,3%). A área média dos estabelecimentos agropecuários dos negros é de 38,1 hectares, enquanto a área média dos estabelecimentos dos brancos é mais do que o dobro, 91,5 hectares.

Desse modo, em termos de tamanho da área, os negros são maioria apenas até o limite de 5 hectares, pois quanto maior a extensão de terras, menor a chance de o proprietário ser uma pessoa negra (IBGE, 2014). As áreas ocupadas pela população negra são caracterizadas como minifúndio, nas quais a reprodução do campesinato se torna dificultosa e insustentável para a sobrevivência digna das famílias agricultoras. Comparados aos brancos, os negros têm mais elementos que

O Norte é a região com a maior proporção de negros no campo (75,8%), com um total de 3.183.420 habitantes. No Centro-Oeste, a população rural negra é de 57,2% (900.659 hab.), e no Sudeste os negros são 50% da população rural (2.835.994 hab.). Por fim, a região Sul é aquela com menor população negra no campo, em termos absolutos (793.614 hab.) e relativos (19,2%).

⁸⁸ Censo Demográfico 2010 informam as seguintes participações na composição da população total em relação à cor da pele: branca 47,7%, preta 7,6%, parda 43,1%, amarela 1,1% e indígena 0,4%. Com isso, os negros (preta + parda) representam 50,7% da população brasileira e, somados os brancos e os negros, o recorte adotado abarca 98,5% da população total. Quando tomamos apenas a população rural, temos as seguintes participações: branca 36,3%, preta 7%, parda 54%, amarela 0,9% e indígena 1,7%. Somando a população de pele preta e parda rural, temos 61%; adicionada a população branca, o estudo contempla, portanto, 97,3% da população rural (IBGE, 2010).

impõem limites e dificuldades para produzir e permanecer no campo, o que refletirá na qualidade de vida da sua família e contribuirá para a manutenção de desvantagens sociais. A desvantagem da população negra “constitui mais um indicador da profunda discriminação sofrida pelos negros na apropriação das terras no Brasil.” (FONSECA, 2022, p. 87).

Sendo assim, as restrições racistas impostas à população negra em relação à apropriação da terra é um impedimento ao desenvolvimento das atividades agropecuárias (FONSECA, 2022). O autor ressalta que essa estrutura desigual se acentua mais quando são considerados os estabelecimentos agropecuários não familiares/capitalistas, assim a terra está concentrada tanto nas mãos de pessoas brancas, nos médios e grandes estabelecimentos, com área acima de 200 ha (71,2% da área). Enquanto na agricultura não familiar/capitalista, as pessoas negras são responsáveis por apenas 21,8% da área, nos estabelecimentos familiares eles detêm 50,1% da área e 54,4% dos estabelecimentos agropecuários familiares. Embora a proporção de terras dos negros na agricultura familiar seja maior, ainda assim não há coincidência com a proporção de negros na população rural (61%), estando localizados sobretudo nas regiões norte e nordeste brasileira.

Contudo, mesmo na agricultura familiar, a população negra também é discriminada no acesso à terra, embora a distância entre brancos e negros seja menor do que no caso da agricultura não familiar/ capitalista. Esta última constatação confirma a premissa de que não podemos reduzir o problema do negro ao problema do campesinato, já que, mesmo dentro deste, o negro destaca-se como o grupo que detém menores proporções de estabelecimentos agropecuários e de terras.

Quando considerados os aspectos de gênero e raça, os dados do IBGE de 2017 revelam que cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo, no Brasil. Em relação à cor e à raça dessas habitantes, mais de 56% delas se declararam como pardas; 35% como brancas; e 7% como pretas, sendo que as indígenas compõem 1,1% da “população rural feminina”. Quando somadas as categorias *pardas*, *pretas* e *indígenas*, o percentual de mulheres não brancas corresponde a 64,1% da população total abordada (IBGE, 2014).

Em relação ao acesso à terra, as mulheres negras continuam sendo as mais discriminadas e sofrendo privações. Uma vez que a proporção de homens brancos e negros que detêm os estabelecimentos é praticamente a mesma. Contudo, quando analisados os estabelecimentos sob responsabilidade das mulheres, as mulheres

negras são proporcionalmente mais numerosas do que as brancas. Contudo, os estabelecimentos agrícolas sob responsabilidade de mulheres negras não foram prioridades das políticas públicas no campo (FONSECA, 2022).

2.2.4 A questão racial no MST

Nos últimos anos, o MST introduziu o debate sobre a questão racial em sua agenda de luta, já que seu projeto político, além da questão agrária, também expressa uma agenda de luta por direitos iguais, justiça social e superação das discriminações. Essas questões, no entanto, vêm sendo timidamente incluídas nas análises do campo temático pesquisado e nas agendas de movimentos de composição multirraciais, como o MST. Para Fred I. S. Ferreira (2013) existe uma relação conflituosa entre as visões desse movimento que compõem as organizações de esquerda frente à questão racial.

A principal linha de pensamento dessa esquerda tradicional, em sua perspectiva de transformação social classista, é que a superação da sociedade capitalista, vai conseqüentemente pôr fim ao racismo, ou seja, entende que as discriminações raciais a que são submetidas à população negra no Brasil, tem como sustentáculo fundamental, a condição desigual material que vive boa parte dessa parcela da sociedade. (FERREIRA, 2013, p. 61).

Tal posicionamento implica divergências políticas no campo do pensamento marxista brasileiro, pois, enquanto, para alguns segmentos, a luta pelo fim das discriminações raciais é considerada central; em outras vertentes, as relações raciais são secundarizadas (FERREIRA, 2013).

Em 2002, o MST e Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA) realizaram uma pesquisa “DATA LUTA-MST” para investigar a participação da população negra em mais de 600 assentamentos espalhados em treze estados brasileiros. Essa pesquisa evidenciou que a população negra é majoritária em 55% dos assentamentos investigados. O estudo utilizou a metodologia da autoidentificação, o que segundo Magrini (2015) pode refletir um resultado subestimado dos dados de pertencimento étnico-racial. Na pesquisa, foram analisados 737 assentamentos em 15 estados do país. Nesse universo, 100 (13,6%) assentamentos, a metade da população era negra; em 378 (51,3%), mais da metade da população era negra; e a população branca era maioria em 259 (35,1%) deles (FERNANDES *et. al.*, 2007 *apud* MAGRINI, 2015). Essa

população estava mais concentrada no nordeste do país, sobretudo no estado da Bahia, tendo o Paraná apresentado a menor presença percentual de população negra nos assentamentos (MAGRINI, 2015, p. 143).

Apesar de identificar um certo distanciamento entre o MST e os Movimentos Negros, Magrini (2015) reconhece a existência da valorização de personagens e figuras negras em contextos de luta pela terra. Esse imaginário reflete uma identidade política que tem por base símbolos e referências dos movimentos negros, pois vários acampamentos e assentamentos coordenados pelo MST, sobretudo nordeste, possuem denominações com referência à resistência negra⁸⁹. Esse fator que também é um indicador da contribuição da população negra na luta pela terra (FERNANDES, *et al.*, 2007 *apud* MAGRINI, 2015).

Mas, a preocupação do MST com a questão étnico racial ainda não teve desdobramentos significativos. Segundo Magrini (2015) ao contrário da questão de gênero⁹⁰, a discussão sobre raça nesse movimento se resume ao apoio a algumas campanhas, como a Campanha pela demarcação das terras indígenas e quilombolas. Ademais, as aproximações com as lutas dos movimentos negros têm sido limitadas e de forma pontuais, a exemplo da participação de lideranças quilombolas em eventos do MST (MAGRINI, 2015).

Aganju (2020) destaca a valorização de personagens e símbolos da resistência negra por meio da nomeação de assentamentos, ocupações, brigadas e setores do MST, com nomes de heróis e heroínas negros e brasileiros. Para o antropólogo, o debate racial no MST ocorre principalmente por meio da produção cultural, seja em poemas, místicas ou músicas que abordam variadas questões sobre raça e racismo. Essa discussão é protagonizada por alguns militantes do MST, que constroem um acúmulo discursivo em relação à questão racial. De acordo com esse autor, apesar da valorização de aspectos simbólico-culturais da população negra, o MST protagoniza uma política ambígua em relação ao enfrentamento do racismo, já que esse debate político tem sido silenciado pelo conjunto dessa organização, “[...] tendo em vista que esta não possui uma instância organizacional específica para fomentar políticas coletivas de ação nos assentamentos e ocupações.” (AGANJU, 2020, p.

⁸⁹ A exemplo da nomeação de assentamentos como o Zumbi e o Dandara dos Palmares, na região Norte Fluminense.

⁹⁰ Essa uma pauta se desdobrou em uma agenda de lutas com a participação das acampadas e assentadas e outras datas convergentes como a Marcha das Mulheres ou no “8 de março” (MAGRINI, 2015).

132).

Através de análise de registros documentais, Magrini (2015) afirma que a incorporação da questão étnico-racial no MST é um fato recente. A partir desse material, esse movimento vem sistematizando sua visão sobre a “diversidade étnica”, além de denunciar a discriminação racial e a necessidade de políticas afirmativas colocadas como forma de garantir a inclusão dos grupos historicamente excluídos (MST, 2014 *apud* MAGRINI, 2015). Contudo, ao assumir a bandeira da diversidade étnica, o MST desconsidera o termo “raça”, o que demonstra, segundo Magrini, uma dificuldade dessa organização em assumir essa pauta de maneira direta, sobretudo no sentido de abordar a problemática do racismo (MAGRINI, 2015).

O estudo *Terra Preta: Raça, Racismo e Política Racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, realizado pelo antropólogo Fred Aganju (2020), constrói uma análise histórica, política e cultural do MST, na qual o autor ressalta que os limites da questão racial no MST refletem a ideologia do “eurocentrismo” e o “mito da democracia racial” (AGANJU, 2020). Isso ocorre devido à ideologia da democracia racial reproduzida no imaginário social, inclusive, pelos integrantes desse movimento, que naturaliza as desigualdades e os privilégios atribuídos a determinados grupos raciais (AGANJU, 2020).

Nessa perspectiva, a desconsideração da condição racial do campesinato resulta em leituras e práticas contraditórias e limitadas, pois, se, por um lado, esse Movimento reconhece a existência do racismo em nossa sociedade, de outro, possui uma visão conflituosa perante a questão racial, tendo dificuldades em abordá-la. Dessa forma, a ideologia da democracia racial reproduz um imaginário que naturaliza as desigualdades e os privilégios atribuídos a determinados grupos raciais.

Apesar de reconhecer a importância da luta do MST contra o latifúndio no país, em suas vertentes de classe e gênero Aganju (2020) sinaliza a existência de uma limitação desse Movimento em relação ao enfrentamento do racismo, uma vez que essa organização incorpora e reproduz a ideologia da democracia racial. Esse tipo de idealização forjou a forma como a sociedade brasileira se organizou, inclusive, no campo teórico eurocêntrico. Além disso, tal perspectiva se reflete nos espectros ideológicos, políticos e organizacionais desse Movimento (AGANJU, 2020).

Dentre as contribuições desse estudo, está a inauguração de um percurso investigativo que amplia o entendimento da questão racial no MST. Essa análise, no entanto, não incorpora o debate de gênero. Nesse sentido, acaba por invisibilizar a

forma como raça e classe incidem, de forma particular, sobre a vida das mulheres negras que vivem em assentamentos rurais. Nesta pesquisa de tese, interessa-nos também entender as formas como o racismo opera no campesinato, de modo particular, no contexto da luta pela terra.

Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, a variável cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu desequilíbrios relevantes ao longo dos anos. Positivos para a população branca e negativos para a população negra. Para Almeida *et al.* (2020), racismo e economia são temas intrinsecamente ligados. A economia é uma condicionante do racismo e o racismo, por sua vez, impacta na organização econômica. Ciente das origens da agricultura brasileira, este estudo pretende expor algumas estatísticas referentes à população negra que compõe o meio rural na Região Sul que serve de modelo para as políticas de desenvolvimento rural.

Neste estudo, o termo “raça” não é entendido no sentido biológico, mas sim, como defende o jurista Silvio Almeida (2017), dos seus aspectos políticos, já que historicamente tem sido utilizado para naturalizar desigualdades e justificar a segregação e o genocídio de grupos considerados minoritários (ALMEIDA, 2017). Em *Dialética das relações raciais*, Octavio Ianni (2004, p. 22) define os seguintes aspectos do termo raça:

A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas e culturais. [...]. A ‘raça’ não é uma condição biológica, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. Racializar uns e outros, pela classificação e hierarquização, revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder. Racializar ou estigmatizar o “outro” e os “outros” é também politizar as relações cotidianas, recorrentes em locais de trabalho, estudo e entretenimento, bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades.

Nilma Lino Gomes (2005) acrescenta que a ideia de raça nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país (GOMES, 2005, p. 45). A pesquisadora define racismo como “[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de

sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo” (GOMES, 2005, p. 52), entre outros; por outro lado, um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única verdade.

Almeida (2017, p. 7) explica que:

[...] o racismo se materializa como discriminação racial, caracteriza-se pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, desse modo, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que as condições de subalternidade de um grupo racial e, por outro lado, de privilégios de outro, encontram condições de reprodução nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.

Nesse sentido, o racismo desenvolve-se por meio das estruturas sociais para garantir oportunidades e privilégios para grupos com base em critérios étnico-raciais. Dessa forma, essa ideologia atua em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. Esclarece-se, ainda, que

O racismo é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso, requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. Por uma ampla e complexa atuação, o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve e através de estruturas políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência, atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional (GELEDÉS, 2015, s/p.).

No dizer de Almeida (2017, p. 5), o racismo alimenta e, simultaneamente, é alimentado pelas estruturas sociais. Sendo assim,

[...] a permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e recriação de um imaginário em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à “raça” e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo como que determinados grupos raciais detêm privilégios em detrimento de outros.

A filósofa Sueli Carneiro (2003) acrescenta que “variável” racial produz gêneros subalternizados, tanto identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras) quanto masculinidades subalternizadas, dos homens negros, com prestígio inferior ao dos gêneros do grupo racialmente dominante, formado por mulheres e homens

brancos. Dessa forma,

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A autora constata, ainda, “[...] que a exclusão da presença das mulheres negras [assim como das mulheres indígenas] dos relatos da história política brasileira e mundial deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de invisibilização e subordinação destes grupos” (CARNEIRO, 2003, p. 83). Desse modo, a superação dessas dificuldades envolve o combate ao patriarcado e ao racismo em todos os setores da sociedade brasileira. Nota-se também que as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, se constituem de formas heterogêneas a partir de “demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo de séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.” (WERNECK *et al.*, 2006, p. 76).

3 TECENDO REDES DE DIÁLOGOS: REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO ORGANIZATIVO DO COLETIVO REGINA PINHO

Neste capítulo, abordamos as formas de atuação das integrantes do Coletivo Regina Pinho em redes de solidariedade política dentro e fora do Zumbi. O formato organizativo das mulheres no Zumbi se configura por meio de redes familiares e de vizinhança, nas quais também figuram organizações diversas, e se elaboram estratégias visando garantir a permanência das famílias assentadas nesse território em condições de vida digna. Assim, partimos do pressuposto de que esse processo organizativo gera aprendizados que fundamentam o fazer político dessas mulheres. Contudo o caminho percorrido por esse grupo sofre constantes (re)fluxos, dada a lógica discriminatória que orienta a implementação das políticas agrárias e agrícolas dos projetos de desenvolvimento rural. Por fim, buscamos visibilizar as formas de intersecção e de exploração a que estão submetidas as mulheres camponesas, de modo a ressaltar as imbricações das opressões de classe, gênero e raça na trajetória de vida das participantes deste estudo.

3.1 Mulheres, campesinato e feminismos

Os estudos sobre gênero em contextos rurais abarcam aspectos culturais, estrutura familiar e questões relacionadas à divisão sexual do trabalho. Essa perspectiva proporciona novos olhares e formulações teóricas sobre o campesinato. Contudo permanece o desafio de compreender as formas pelas quais as imbricações entre classe, raça e gênero impactam nas condições de vida das mulheres camponesas, alimentando o ciclo da pobreza e de exclusão social (BATISTA; OLIVEIRA, 2021). Esse movimento epistêmico surge e se consolida a partir das tensões do que se convencionou chamar de “feminismo”, ou melhor grifando, “feminismos”. No capítulo anterior, abordamos a configuração desse campo teórico e suas principais vertentes, considerando a temática proposta nesta pesquisa. Aqui ressaltamos as principais influências e processo de incorporação desse debate no âmbito dos movimentos campesinos, especialmente no que diz respeito aos programas de ação do MST relacionados à agenda de “gênero”.

Na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, publicada em 1884, Friedrich Engels argumenta que o advento da propriedade privada é a principal fonte de opressão das mulheres. Partindo de premissas marxistas, esse

estudo aborda a questão do patriarcado como um dado histórico (ENGELS, 1986). Nesse sentido, a dominação masculina é entendida como um fenômeno construído socialmente, que surge e se consolida em período histórico singular. Essa obra é considerada uma das principais referências do feminismo socialista pelos movimentos progressistas e/ou à esquerda, tendo grande influência entre as organizações de trabalhadoras e trabalhadores do campo ligados à Via Campesina.

O movimento feminista possui muitas faces, dentre as quais está o feminismo socialista e/ou marxista⁹¹. Essa corrente política abarca uma diversidade de grupos de mulheres, tendo como enfoque central a questão do trabalho. O feminismo marxista surge com a preocupação de compreender a maneira pela qual as mulheres são oprimidas nas sociedades capitalistas. De acordo com essa vertente, as desigualdades entre homens e mulheres, a exploração e dominação sofridas por elas, têm relação direta com a economia capitalista, que cria estruturas sociais de dominação. Desse ponto de vista, as mulheres só alcançariam a igualdade e a liberdade através de uma ruptura com o sistema capitalista (PAULILO, 2022).

Dentre as principais contribuições dessa linha de pensamento, está a formulação da crítica elaborada sobre a falsa separação entre as esferas de produção e reprodução, que nega à mulher a condição de trabalhadora⁹². Com isso, as feministas marxistas demonstram que “[...] a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não capitalista.” (LUXEMBURGO, 1985, p. 245 *apud* PAULILO, 2022, p. 6). Sendo assim, a dependência econômica das mulheres seria reforçada não apenas pela divisão sexual do trabalho, como também pelo trabalho de manutenção e reprodução⁹³ da força de trabalho ativa e não ativa, quanto do trabalho de reprodução biológica, que são naturalizados e entendidos como única e exclusivamente responsabilidade das mulheres (PAULILO, 2022).

De acordo com Rhaysa Ruas (2021), as preocupações sobre a natureza do

⁹¹ Campo discursivo inaugurado por Alexandra Kollontai (1872-1952), considerada uma das principais lideranças femininas entre os socialistas russos, assim como Rosa Luxemburgo (1871-1919), teórica marxista de origem polonesa, naturalizada alemã.

⁹² As disputas teóricas entre marxismo e feminismo criaram hierarquizações entre as relações de classe e gênero, de exploração e de opressão. Esta ideia ora se manifesta entre aqueles que viam a classe acima de gênero, ora entre aquelas que viam gênero acima da classe ou ainda, o gênero como classe (AREZZE, 2019).

⁹³ Lese Vogel (2013) elenca três aspectos do trabalho reprodutivo realizado na esfera doméstica: a manutenção direta dos produtivos (trabalhador), a manutenção dos não-trabalhadores (crianças, idosos, doentes e outros membros não-trabalhadores na família) e a reposição geracional (biológica) da classe trabalhadora (VOGUEL, 2013).

trabalho doméstico passaram a se configurar por meio da teoria da reprodução social⁹⁴. Essa perspectiva teórica permitiu problematizar não apenas as condições de inserção das mulheres no mundo produtivo, como também questionar a natureza dos trabalhos envolvidos na manutenção e na reprodução da sociedade como um todo. Sendo assim, a perspectiva da reprodução social é fruto de um acúmulo histórico de debates pelas feministas-socialistas, sobretudo aquelas que têm formulado reflexões sobre o trabalho doméstico⁹⁵. Ainda que a origem do patriarcado e da supremacia branca remontem o período histórico anterior ao capitalismo, sua consolidação se sustenta e se beneficia dessas formas de hierarquizações, que se adaptam e são preservadas, adquirindo novos significados na ordem burguesa branca e heterocispatriarcal moderna (RUAS, 2021).

As responsabilidades atribuídas às mulheres pelo trabalho reprodutivo, que permitem a reprodução da força do trabalho, englobam uma série de tarefas sociais naturalizadas historicamente. De modo geral, esse trabalho é realizado de forma não remunerada, apesar de ser fundamental para o funcionamento da produção capitalista (VOGUEL, 2013). Com isso, a noção de proletariado exclui o trabalho doméstico realizado pelas mulheres ao restringir a noção de trabalho à esfera produtiva. O debate entre feminismo e marxismo expressa visões divergentes em relação à natureza do trabalho doméstico, já que há posições que consideram o trabalho doméstico como produtivo, uma vez que esse produziria a mercadoria força de trabalho, ou seja, mais-valia. Contudo existem explicações que defendem que o trabalho doméstico produz apenas valor de uso para o consumo imediato dos membros da família. Apesar disso, ambos ressaltam a contribuição do trabalho doméstico para a manutenção geral e renovação da força de trabalho (RUAS, 2021).

Sendo assim, a instituição das mulheres como sujeitos políticos, pelo movimento feminista, busca romper “[...] com a identidade imposta pela condição feminina ao abrir pressupostos [para que] a existência das mulheres seja dotada de autonomia e direitos.” (TEDESQUE, 2022, p. 9). Maria I. Paulilo argumenta que, ao longo do século XIX, os debates sobre direitos das mulheres foram alicerçados no paradigma liberal democrático. Sendo assim, os estudos feministas ocorrem sob

⁹⁴ Atualmente, as autoras da Teoria da Reprodução Social defendem um projeto de reorganização do movimento feminista marxista a nível global, a construção de um feminismo para os 99% (ARRUZA; BHTACHAYA; FRASER, 2019).

⁹⁵ Referente ao trabalho diário e não remunerado de execução das tarefas domésticas, como o cuidado relacionado a parto, amamentação, criação de crianças, cuidados com pessoas idosas e doentes no espaço privado.

diferentes óticas como o liberalismo, o marxismo, o existencialismo, a psicanálise, as teorias da linguagem. Mas a autora também ressalta que nem as teorias democráticas, nem o socialismo atenderam de imediato às reivindicações das mulheres (PAULILO, 2022). Situação que aponta para os entraves das estruturas de opressão social com enfoque de gênero.

Para Paulilo, o avanço tecnológico não liberou as mulheres dos afazeres domésticos, principalmente quanto ao cuidado com os filhos, idosos e doentes. Somado ao fato da implantação do Estado de Bem-Estar Social não ter se consolidado nos países de capitalismo periférico, devido ao crescimento das ideologias neoliberais, nas últimas décadas. Ademais, em países como o Brasil, os programas de crescimento econômico se dão em detrimento da destruição dos bens naturais. Em contextos rurais, o modelo de produção baseado na degradação ambiental e uso de insumos químicos, denominados de agrotóxicos, tem gerado o aparecimento de novas epidemias, que resultam num número cada vez mais exorbitante de adoecimentos e mortes (PAULILO, 2022), situação que afeta sobremaneira a vida das mulheres, que vivem e trabalham no meio rural. Não por acaso, a agenda política das diferentes faces do feminismo camponês tem como pauta principal demandas relacionadas à defesa de seus territórios⁹⁶, fundados na política do "Bem-Viver"⁹⁷. Assim, essa plataforma política não está descolada da luta de classe, pela reforma agrária, da defesa dos territórios de povos tradicionais (MST, 2022).

Mesmo reconhecendo a atuação dos movimentos feministas que operam dentro dos limites do capitalismo, Erica Tedesque (2022) considera que eles têm sido fundamentais para a formulação de concepções emancipatórias, a conquista da liberdade de grupos sociais e a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas.

Os feminismos representam movimentos fundamentais para a formulação de concepções emancipatórias, para a conquista da liberdade de grupos sociais das mais diversas faces opressoras e para a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas. No entanto, há uma multiplicidade de teorias feministas e nem todas elas representam do mesmo modo este interesse. Assim, ainda que os feminismos representem esforços para a expansão de direitos, em determinadas situações podem desenvolver-se em prol da manutenção da lógica neoliberal. Por se tratar de

⁹⁶Sobre o assunto ver: I Marcha das Mulheres Indígenas (2019). Disponível em: Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final: "lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida" | Cimi Acesso em: 1 jun. 2022.

⁹⁷ Carta de amor e luta das mulheres Sem Terra (2022). Disponível em: Carta aberta de amor e de luta das Mulheres Sem Terra - MST. Acesso em: 1 jun. 2022.

uma ferramenta política, as teorias feministas podem assumir interpretações, apropriações e usos imprevistos e contraditórios [...]. As experiências e construções do movimento feminista não são idênticos, e de suas particularidades surgem aspectos que determinam sua identificação ou estranhamento com outras questões políticas e ideológicas que podem limitar a sua atuação. Avanços, limites, desafios e contradições permeiam estes grupos, tendo destaque o modo como questionam determinantes que mantêm a estrutura de desigualdade social do capitalismo. (TEDESQUE, 2022, p. 10-11).

As feministas que criticam a ideologia neoliberal argumentam que essa doutrina reduz as questões estruturais à esfera individual. A apropriação do discurso feminista pelo neoliberalismo resultou na ideologização dos aparatos sociais feministas, o que influenciou suas pautas e reivindicações. Assim, a hegemonia do feminismo neoliberal decorre da sua compatibilidade com o regime capitalista (SEGAL, 2013 *apud* RUAS, 2021; REBELO, TELES, 2022).

[...] la clave central del feminismo neoliberal se encuentra en que no ofrece ninguna crítica al neoliberalismo, sino que construye una alianza con él. De este modo se encarga de edificar un nuevo tipo aquel que es consciente de la existencia de las desigualdades de género que perviven en nuestra sociedad, pero que acepta una responsabilidad individual total de su propio bienestar y cuidado, algo que está específicamente relacionado conseguir la felicidad y la satisfacción personal. (MEDINA-VICENT, 2020, p. 3 *apud* PAULILO, 2022, p. 2).

Ao analisar as origens e a expansão do feminismo liberal, a cientista política Françoise Vergès (2020) afirma que esse movimento busca universalizar uma concepção de mulher e de feminilidade que ignora as múltiplas vivências das mulheres racializadas ao redor do mundo. A estudiosa classifica esse movimento como “feminismo civilizatório” ou “branco-burguês”, segundo a autora, o feminismo civilizatório “[...] não é branco simplesmente porque as mulheres brancas o adotaram, mas porque ele reivindica seu pertencimento [...] à Europa, que foi construída com base na partilha racializada do mundo.” (VERGÈS, 2020, p. 45). Assim o feminismo branco atua de forma a ocultar a escravidão, o colonialismo e o imperialismo, contribuindo com a reprodução de sistemas de poder como o capitalismo e o racismo.

Vergès afirma que o feminismo civilizatório se difundiu globalmente como uma política de emancipação das mulheres, por meio de agências multilaterais, tais como Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a ONU⁹⁸. Ainda segundo

⁹⁸ Em 2012, o Banco Mundial publicou relatório sobre desenvolvimento com foco na igualdade de gênero como ferramenta de desenvolvimento com enfoque inclusivo na perspectiva da sustentabilidade (ONU MULHERES, 2012). Disponível em: www.unicef.org.br. Acesso em: 1 jun. 2023.

a autora, essas agências financiam programas desenvolvimentistas que visam incentivar a autonomia feminina, por meio da concessão de microcrédito, que estimulou a criação de ONGs como modelo associativo e a adoção de um linguajar pouco crítico com relação ao modelo neoliberal. As visões teóricas sobre a questão de gênero no desenvolvimento rural tendem a privilegiar questões sobre a inserção produtiva das mulheres no meio rural como estratégia das desigualdades de gênero. Retomaremos o debate sobre modelos de desenvolvimento com intuito de focar a configuração de políticas públicas no território fluminense, mais adiante.

Para Vergès (2020), o feminismo civilizatório impõe uma agenda às mulheres do Sul global através de um amplo aparato⁹⁹. Nesse processo, as vozes e demandas dessas mulheres são silenciadas e substituídas por novos vocabulários como *empowerment* (empoderamento), *capacity* (capacidade), *leadership* (liderança), *governance* (governança) (VERGES, 2020). Ao universalizar a condição da mulher branca, o feminismo branco, segundo Vergès, contribui para a manutenção do sistema de exploração racial, pois “[...] adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política de direitos das mulheres que serve aos seus interesses.” (VERGÈS, 2020, p. 17). Assim, o discurso de oportunidades iguais no mercado de trabalho, fomentado pelas políticas de microcrédito em uma perspectiva individualista, estão no cerne das propostas de “empoderamento” das agências multilaterais. Contudo, como veremos adiante, essas políticas não têm sido efetivas no enfrentamento às desigualdades sociais.

Outro aspecto ressaltado por Vergès se refere à institucionalização dos movimentos feministas, ocorrida com maior intensidade a partir da década de 1970, tanto na Europa quanto na América Latina. Para a autora, esse processo resultou no esvaziamento do alcance político desses movimentos¹⁰⁰ (VERGÈS, 2020). Entretanto não há consenso entre as feministas sobre a generalização do fenômeno da “onguização” do movimento feminista, pois também existem argumentos de que a institucionalização permitiu maior alcance político desse movimento, já que é nesse período que ocorrem a implementação de políticas públicas de combate à violência contra às mulheres, de garantia de direitos trabalhistas de incentivo a

⁹⁹ Como assembleias internacionais, mídias femininas, instituições governamentais e não governamentais, com o apoio de Estados nacionais (VERGÈS, 2020).

¹⁰⁰ Período marcado pela criação da “década da mulher” pela Organização das Nações Unidas (ONU).

participação política das mulheres, entre outros (ALVAREZ, 2014; BIROLI, 2018).

Nos países latinoamericanos, a institucionalização dos movimentos feministas ocorreu após a abertura democrática. No Brasil, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM¹⁰¹), em 1985, sinaliza para a institucionalização de demandas dos movimentos de mulheres e feministas. Contudo, são ainda incipientes análises teóricas em relação à orientação dessas políticas no âmbito governamental, bem como as implicações das mudanças legais e culturais orientadas à equidade de gênero e à garantia da cidadania das mulheres em sua diversidade.

A crítica central de Vergès ao feminismo civilizatório diz respeito ao encobrimento do caráter estrutural das opressões de gênero. Nesse escopo, o feminismo, além de ser reduzido à mudança de mentalidade, individualiza uma questão estrutural. Ademais, ocorre uma descontextualização das opressões que universaliza a situação singular das feministas civilizatórias (TELES, 2022), como explica as análises formuladas pelo feminismo negro e decolonial. Sendo assim, transfere-se a responsabilidade de alcançar níveis de cidadania considerados ideais para as mulheres localizadas em países de capitalismo periférico. Nesse caminho, emerge, o ideário desenvolvimentista que opõe padrões de “moderno” ao “tradicional”, no qual a figura da mulher rural representaria o atraso, portanto, deveria se adequar às exigências da modernidade (SCOTT, 2011 *apud* SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017).

Durante muito tempo, as autoras feministas (especialmente europeias e norte-americanas se referiam à “Mulher do Terceiro Mundo” como uma categoria única e homogênea, definida segundo padrões ocidentais. Para as autoras feministas pós-colonial, esta representação da mulher do “Terceiro Mundo” como uma categoria monolítica constitui uma colonização discursiva que vem sendo perpetrada na academia e que tem conduzido a um universalismo e a uma vitimização destas mulheres, além de não considerar outras categorias como classe, etnia, sexualidade ou outros aspectos. (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017, p. 689-690).

Ao considerar o debate do feminismo em contexto rurais, Paulilo (2002) pontua as muitas tentativas do marxismo em situar o campesinato dentro do referencial marxista, a exemplo do trabalho de Shanin (1980), que defende o campesinato como classe. Esse argumento considera a posição política ocupada

¹⁰¹ O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado por meio da Lei Federal n. 7.353/1985. Em 2003, o CNDM passou a integrar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

pelo campesinato e não seu lugar no sistema produtivo capitalista (SHANNI, 1980, *apud* PAULILO, 2002). Esse modelo explicativo informa a perspectiva do MMC sobre a atuação das mulheres (PAULILO, 2002).

Segundo Valdete Boni (2013), o significado do termo “camponês” ganha novo sentido nessa organização, quando as denominações de “agricultoras” e “trabalhadoras rurais” foram alteradas com base nas práticas e nas bandeiras assumidas por esse movimento. Assim, a identidade camponesa estaria relacionada a um determinado “[...] modo de viver [e] se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza [...]” (SILVA, 2011, p. 453 *apud* BONI, 2013, p. 70). O MMC considera que o termo “camponesa” englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, qual seja: as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou extrativistas, bem como a associação entre as atividades de subsistência e comercialização, que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e da produção de alimentos (BONI, 2013).

A categoria camponês compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar [...]. Nesse sentido, a mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. [...]. (MMC, 2009).

Esse processo de unificação¹⁰², como possibilidade de somatória de experiências, buscou abranger a diversidade de participantes, existentes e potenciais, nesse Movimento, todavia não há consenso entre os membros da Via Campesina sobre o conceito de campesinato¹⁰³. Os usos políticos do termo remetem às Ligas Camponesas e à luta pela terra (VIEIRA, 2009 *apud* BONI, 2013).

No MMC, o conceito de campesinato, baseado nos princípios do ecofeminismo, busca diferenciar as práticas da agricultura camponesa do agronegócio, colocando em pauta a necessidade de outro modelo de desenvolvimento: uma agricultura camponesa e feminista. Sendo assim, esse movimento conecta as questões de classe às de gênero, como proposta de

¹⁰² Concepção que extrapola o conceito acadêmico de campesinato. A definição clássica de camponês foi elaborada por Alexander Chayanov (1981).

¹⁰³ Isso porque, dentre as mulheres que se autodenominam camponesas, existem aquelas que estão fortemente inseridas no mercado capitalista, possuem integração com as agroindústrias, debate que envolve a questão sobre uma possível diferenciação entre a agricultura familiar “pequeno agronegócio” e a agricultura camponesa (BONI, 2013).

transformação social que visa enfrentar tanto as opressões de gênero quanto as de classe. Para Boni (2013), a postura ecofeminista do MMC reflete uma identidade camponesa feminista que mescla valores religiosos¹⁰⁴ e políticos.

O Movimento de Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade, a natureza. (MMC, 2008).

Dessa forma, as reivindicações das mulheres camponesas não estão dissociadas da luta de classes. Sendo assim, a incorporação dos ideais feministas na agenda das lutas camponesas se deu por meio de um processo de identificação e de reconhecimento das mulheres camponesas como sujeitos políticos, de tal modo que a ótica feminista e camponesa conferiu visibilidade a novas identidades, nas quais a afirmação da diferença é condição para a ação política (SAVARO; SOUZA; WOLF, 2013). A construção da luta feminista entre as mulheres camponesas forjou o denominado “feminismo camponês popular”. Interessa-nos saber quais são as ideias que balizam essa proposta.

3.2 Configurações do feminismo camponês popular

O protagonismo feminino na luta pela terra e na defesa dos territórios camponeses tem sido objeto de diversos estudos (PAULILO, 2002, BARDOLO, 2011), focados nas experiências de organização das mulheres camponesas em sua luta por direito e por um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. O feminismo entre as mulheres rurais guarda ressonância com o feminismo marxista, com forte influência da Teologia da Libertação. Paulilo chama atenção para a particularidade dessa proposta está no fato de trazer para o centro do debate questões como ecologia, a maneira de pensar o trabalho doméstico e as relações de cuidado. Portanto esse movimento prioriza reflexões que visam construir formas de enfrentamento às desigualdades sociais (PAULILO, 2002).

O feminismo camponês está fundado em saberes e práticas cotidianas que inspiram lutas políticas no sentido de construção de uma sociedade mais igualitária. Assim, esse movimento se apresenta como uma proposta política, organizativa e

¹⁰⁴ Evidenciada na relação desse movimento com as bases da Teologia da Libertação (BONI, 2013).

teórica, formulada e orientada pelas mulheres da Via Campesina em seus processos organizativos, a partir das vidas concretas das mulheres sem-terra, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, negras e da diversidade de suas histórias de lutas, da história do feminismo revolucionário e do marxismo (MST, 2017). Desse modo, ao reivindicar o feminismo como ferramenta política, as mulheres sem-terra buscam repensar seus processos de lutas contra as opressões sociais em contextos neoliberais.

Para Sônia Fátima Schwendler (2017), as mulheres sem-terra inseridas nos espaços de formação e de decisão do MST nem sempre se declararam ou se reconheciam como feministas. Esse posicionamento não invalida o fato de elas lutarem pela emancipação das mulheres. Além disso, é evidente a influência do movimento feminista no conjunto das organizações de mulheres rurais, especialmente no que se refere à incorporação de temas relacionados a pautas como direitos de igualdade de gênero, a invisibilização do trabalho feminino no campo e a denúncia em relação à forma de organização da sociedade, que subalterniza as mulheres (SCHWENDLER, 2017).

As tensões entre as mulheres camponesas e as feministas deve-se à influência da igreja católica no processo organizativo das mulheres rurais e à dificuldade do movimento feminista em acolher as demandas das mulheres camponesas. Isso porque, quando os movimentos de mulheres rurais foram fundados, na década de 1980, a pauta feminista caracterizava-se por um forte viés urbano, em que as questões étnico raciais, principalmente a forma de organização das camponesas quilombolas e indígenas ocupavam espaços marginais (PAULILO, 2016, LAZARETI, 2021).

Nesse sentido, o diálogo estabelecido entre mulheres progressistas da igreja católica com mulheres feministas alimentou as reflexões feitas das mulheres rurais sobre sua condição social (PAULILO, 2016), processo que envolve também questões como os limites da representação política, já que as mulheres camponesas não se sentem contempladas pelo feminismo hegemônico. Com isso, esse movimento passa a se dedicar à construção de uma outra perspectiva de feminismo (LAZARETTI, 2021).

Alessandra Nahra (2021) ressalta que há uma centralidade na pauta do feminismo e gênero na luta pela Reforma Agrária Popular construída por esse Movimento. A autora registra a falta de reconhecimento pela base social desse

movimento sobre o que é de fato o feminismo, chamando atenção para as posições divergentes em relação a algumas das pautas feministas, como questões referentes à sexualidade e ao aborto. Ainda assim, avalia que o feminismo está na base da formação política das mulheres sem-terra com iniciativas, principalmente nos processos de formação, que vão desde o aprofundamento teórico voltado para as mulheres em cursos de formação, a espaços constituídos na perspectiva de gênero (NAHRA, 2021).

Para as mulheres sem-terra, o feminismo camponês e popular é uma formulação política, organizativa e teórica das mulheres camponesas¹⁰⁵ em seus processos organizativos (MST, 2017). Essa concepção incorpora uma reflexão coletiva das mulheres do campo, que reflete um *ethos* identitário e político com a terra e o território. Por isso, o feminismo camponês popular refuta as correntes do feminismo liberal e aproxima-se das vertentes dos feminismos comprometidos com as transformações sociais mais amplas (BUTTO, 2017, BARBOSA, 2019 *apud* LAZARETTI, 2021).

A elaboração dessa proposta tem como centralidade o trabalho nas relações de produção no meio rural, o combate à violência contra as mulheres; a defesa da agroecologia e da soberania alimentar como base de um novo modelo de sociedade, entre outras. Nesse caminho, as mulheres sem-terra buscam construir sua autonomia política, econômica em defesa de uma sociedade justa e sem opressão social (LAZARETTI, 2021).

Assim, as mulheres sem-terra, em conjunto com os demais movimentos de mulheres camponesas, vêm atuando na construção do feminismo camponês e popular (SANTOS, 2019 *apud* LAZARETTI, 2021). Nesse processo formativo, elas ressignificam o feminismo de acordo com suas vivências e lutas cotidianas (LAZARETTI, 2021, p. 72), o que coloca o desafio de pensar uma práxis política de superação das opressões e das desigualdades de gênero, raça e classe (MST, 2017). O debate protagonizado pelas mulheres sem-terra implica a reafirmação de uma identidade de luta política, fundada em ideias que informam as concepções e as práticas políticas das mulheres sem-terra em seus territórios.

¹⁰⁵ Dentre elas, as mulheres sem-terra, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, negras e da sua diversidade, suas histórias de lutas, da história do feminismo revolucionário e do marxismo (MST, 2017).

3.2.1 A política de gênero das mulheres sem terra

A política de gênero visou fomentar a participação paritária de homens e mulheres nas instâncias organizativas desse movimento. A perspectiva de gênero adotada por esse Movimento contribui com reflexões internas dentro do MST e nos assentamentos e acampamentos rurais. Magrini ressalta que esse termo vem sendo utilizado como sinônimo de “mulher”, pois

[...] mesmo que admita no plano discursivo, a intersecção entre classe e gênero [suas] práticas não se fundamentam numa perspectiva interseccional, à medida que não estão sendo incorporadas outras categorias, como raça e sexualidade. (MAGRINI, 2015, p. 138).

De fato, muitos movimentos e organizações sociais, não apenas no âmbito rural, tem tido dificuldades para estabelecer diálogos que garantam a participação efetiva de ambos os sexos, quando a pauta envolve as questões de gênero, como também temas relacionados à diversidade, seja referente à sexualidade como também a aspectos de raça e etnia. Contudo o fato de a categoria “mulher” estar sendo privilegiada na agenda política dos movimentos camponeses, como o MST, não significa que o tema “gênero” não possa ser pensado em termos relacionais, pois uma das principais demandas nos espaços organizativos de mulheres negras sem-terra refletem a luta contra desigualdade de gênero, inclusive nos espaços de participação política.

Outra crítica de Magrini se refere à linguagem binária, que fundamenta o uso dos termos feminilidade e masculinidade pelo MST, pois essas concepções se baseiam num modelo heteronormativo que desconsidera a diversidade sexual da população rural. Em conformidade com o autor, consideramos que essas são limitações estruturais que pouco avançaram em termos de reflexões e prática política nesse movimento. Esse estudo também chama atenção para o fato de a representação do termo mulher no MST evidenciar uma concepção ecofeminista, na qual o feminino está diretamente associado à natureza havendo assim um olhar feminino sobre o mundo. Situação que segundo o autor demonstra “[...] que apesar do MST se apresentar como grupo homogêneo, organizado em nível nacional unido por objetivos comuns, há grande heterogeneidade e posições diversas e, às vezes, contraditórias discursivamente.” (MAGRINI, 2015, p. 140).

De certo, a corrente do essencialismo que integra o campo diverso do ecofeminismo recebeu inúmeras críticas por naturalizar a identidade feminina.

Contudo essa perspectiva se articula através de diversas correntes teóricas, como a social construtivismo, que recebeu influências do marxismo e do feminismo socialista, segundo Maria A. Ferreira (2016). Esse modelo explicativo coloca em evidência “[...] a posição das mulheres na sociedade, como vítimas de uma estrutura patriarcal de dominação, a mesma que serve de base para a degradação da natureza.” (FERREIRA, 2016, p. 18).

Desse ponto de vista, as mulheres camponesas teriam um papel singular na proposição de outro modelo de desenvolvimento no campo. Na América Latina, os debates promovidos pelos movimentos campesinos têm como base a ideia do “Bem Viver”. O termo refere-se a uma ética fundada nos modos de vida das comunidades indígenas. De acordo com essa visão de mundo, a economia deveria ser organizada a partir das necessidades da população e não com a finalidade acumular capitais. Desse modo, esse movimento teórico-político busca romper com as estruturas de opressões sociais e promover a democratização do acesso aos recursos gerados em nossa sociedade. Assim, a perspectiva do Bem Viver é um esforço teórico que busca superar o modelo de desenvolvimento baseado na lógica capitalista e coloca a modernização e a busca de crescimento econômico como principais pontos na agenda governamental (ACOSTA, 2012).

Consideramos que o reconhecimento das mulheres como sujeitas, em sua diversidade, implica a valorização da luta histórica das mulheres indígenas, da caminhada de resistência das mulheres quilombolas, do ativismo das mulheres camponesas contra o agronegócio/hidronegócio/mineração e suas diferentes formas de violência. São cosmopercepções insurgentes que subvertem as lógicas sexistas e racistas: “[...] o território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito”¹⁰⁶, das quais emergem experiências inovadoras que inspiram desejos por justiça social. Uma política do Bem-Viver para Todas/es/os porque aprendemos que “Agroecologia e Feminismo andam juntos”¹⁰⁷. Desse modo, a luta pela agroecologia não deveria estar descolada da luta feminista, pela reforma agrária, e da defesa dos territórios tradicionais.

¹⁰⁶ Documento da I Marcha das Mulheres Indígenas (2019). Disponível em: Marcha das Mulheres Indígenas divulga documento final: “lutar pelos nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida” | Cimi. Acesso em: 1 jun. 2022.

¹⁰⁷ Perspectiva adotada no documento denominado Carta de amor e luta das mulheres Sem Terra (2022). Disponível em: Carta aberta de amor e de luta das Mulheres Sem Terra - MST. Acesso em: 1 jun. de 2022.

Com o lema: “Sem Feminismo não há Agroecologia¹⁰⁸”, as mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) denunciaram as formas de violência a que as mulheres camponesas estão submetidas. A aliança das mulheres e/ou feministas com os movimentos camponeses também contribui com a construção de uma abordagem feminista popular e agroecológica (VILAS BOAS, 2017; MULLER et al., 2021).

Nas últimas décadas, o termo agroecologia se consolidou como campo de estudos acadêmicos (ALTIERI; NICHOLLS, 2000). Em termos políticos, o conceito vem sendo mobilizado como proposta para superação das desigualdades sociais e valorização de diferentes formas de produção do conhecimento. Em seu trabalho, Vivian Delfino Mota afirma que a agroecologia se aproxima timidamente do feminismo, ao elaborar um discurso antissistêmico e antimachista. Contudo esse, como projeto político, ainda é eurocêntrico (MOTA, 2021), pois omitem a história como a sociedade brasileira se estruturou.

A colonialidade gerou um padrão, perpetuado até o presente momento, em que a Europa como território das positivities e dos conhecimentos fundamentam a constituição do que se considera civilizado e moderno. Para o eurocentrismo se estabelecer é preciso um processo de deteriorização da estrutura da positividade do outro [...], o colonizado, [as Américas], como contraponto (o atrasado). Neste contexto, ocorre a estruturação da raça como categoria permanente de organização social (MOTTA, 2022, p. 244).

De tal modo, desconsiderar as estruturas que constituem raça, como forma de destituição do acesso ao poder, da naturalização da inferioridade e superioridade, e da dispersão do capitalismo como sistema global, afeta consideravelmente a possibilidade da construção da agroecologia como caminho para mudanças sociais, no sentido de superação das injustiças e desigualdades sociais.

Em seu último congresso nacional, a CPT reafirmou seu apoio “[...] à luta dos povos e comunidades tradicionais” e a defesa de uma “Terra sem males e do Bem Viver”, o que exige, na visão dessa entidade, a implementação de um “[...] projeto de reforma agrária justa e o respeito aos territórios tradicionais” (CPT, 2015). Durante a “Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a violência e pelo Bem Viver como Nova Utopia”, realizada em Brasília, em 2015, vários grupos e entidades marcharam pelo “[...] direito à vida, direito à humanidade, pelo direito de ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças”. Com isso, essas mulheres

¹⁰⁸ GT Mulheres da ANA. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf Acesso em: 18 jan. 2024.

chamaram a atenção para “[...] a sabedoria milenar herdada de nossos ancestrais traduzida na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza, política e da cultura”, assim como estabelece outros sentido e valores para a existência humana no mundo (GELEDÉS, 2015).

Já o feminismo comunitário, representado pelo trabalho de Julieta Paredes, artista feminista decolonial boliviana de origem aymara, uma das principais representantes dessa vertente teórica. O feminismo comunitário nasce da luta histórica contra as violações de direitos vivenciadas pelos diferentes povos indígenas e pelo direito da natureza e dos bens naturais, denunciando o patriarcado, assim como outras formas de dominação e hierarquias sociais que geram violências tanto para a mulher, quanto para a natureza, a terra e o território. Esse movimento defende uma inversão do termo ao propor a noção do “Viver Bem”. Nesse sentido, primeiro vem o “viver” e depois o “bem”. Nessa perspectiva, o viver envolveria o cuidar da vida: a água, o pão, a tapioca. E depois a construção do bem, e não apenas a humanidade, mas com todos os seres vivos. Assim, a noção de viver bem envolve, não o privilégio de uma pessoa ou um grupo, mas de toda a comunidade planetária (PAREDES, 2023).

Neste aspecto, o feminismo comunitário diverge tanto em relação a paradigmas hegemônicos sobre as propostas de mudança sociais do desenvolvimento sustentável, quanto das proposições defendidas pelos marxistas contra o capitalismo transnacional, pois parte do entendimento de que ambos os modelos tratam a natureza como recurso a ser explorado, ainda que de modos distintos. Portanto a perspectiva do viver bem propõe o entendimento da natureza não como um recurso se colocando numa posição antidesenvolvimentista (CASTRO, 2020). Para isso, esse movimento epistêmico propõe um encontro com a memória ancestral do viver bem como uma ferramenta política para recuperar as capacidades perdidas pelas mulheres, e de seus povos como um todo, no processo de colonização de seus territórios.

Katiúscia Ribeiro e Aza Njeri afirmam que, sob o ponto de vista do movimento mulherista africano, a ideia de feminilidade não se apresenta apartada da espiritualidade (RIBEIRO; NERI, 2019). Assim, esse paradigma questiona a ideia de “mulher” e/ou feminilidade imposta pela lógica patriarcal (OYEWÙMÍ, 2021). Uma mulher construída socialmente para atender à noção de pátrio poder. Para Ribeiro

(2023), o termo feminilidade refere-se a um poder organizativo de uma dada realidade. Essa força matrigestora pode ser reconhecida em diversas práticas e modos de organização comunitárias que gerem a vida de um povo, que não se reduz ao biológico, pois não é generificado. Essas reflexões nos provocam a pensar as formas de relações comunitárias, os modos organizativos e de fazer política de que rompam com as visões absolutas como proposta civilizatória (RIBEIRO, 2023).

3.2.2 Organização de mulheres negras sem-terra no território fluminense

A criação de experiências organizativas das mulheres sem-terra, na década de 1990, é fruto, em grande medida, do estímulo à ampliação da participação feminina nas instâncias de decisão desse Movimento. O MST possui uma estrutura com funções diretivas de âmbito nacional. Nos estados, as instâncias políticas são constituídas por representações regionais, conformando os denominados setores ou brigadas. Os setores ou brigadas ganham funcionalidade por meio de problemáticas identificadas como temas prioritários para o fortalecimento da luta pela terra, como questões referentes relacionadas à produção agrícola e a educação no/do campo. Apesar dessa estrutura hierárquica¹⁰⁹, o funcionamento das instâncias políticas desse Movimento se dá de forma fluída, pois refletem também as dinâmicas dos núcleos de base, dos quais participam membros das famílias acampadas e assentadas.

No Norte Fluminense, desde as primeiras mobilizações do MST, as mulheres ocupam espaço nas coordenações e setores desse movimento. Segundo informações coletadas com mulheres que participaram da direção do Movimento na região, Lucia Marina dos Santos, conhecida como Marina do MST, à época dirigente nacional, chegou à região, em 1997, com a tarefa de contribuir com a organização do MST na região. Contudo a consolidação desse processo organizativo, por meio dessas instâncias políticas, adquire maturidade, a partir de 2003, quando o Movimento ampliou o número de áreas conquistadas (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2022).

Nesse período, o número de mulheres dirigentes nas instâncias do Movimento começava a ser ampliado, ainda que de forma lenta. Dos setores criados na região, os dados analisados apontam que elas tiveram atuação mais expressiva nos de frente de massa, educação, saúde e produção, tendo maior destaque os de

¹⁰⁹ Sobre a evolução organizacional do MST, ver o trabalho de pesquisa realizado por Peschanski (2007).

saúde e educação, e menor expressão os setores de produção e frente de massa (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Nos acampamentos e assentamentos, a participação delas se dá por meio das cooperativas, das associações de produtores rurais, como também em coletivos sociais, como os grupos de saúde e cultura. Algumas delas também estão inseridas instâncias políticas fora do assentamento, a exemplo de conselhos de direitos, fóruns de políticas públicas no âmbito da educação, saúde, economia solidária, entre outros. Assim como em redes de movimentos, como o Coletivo Educampo NF, Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante, a Rede Fitovida (MARTINS, 2015).

Segundo uma agente da equipe da CPT, em Campos, que apoiou as ações do MST na região, as primeiras formulações das questões de gênero emergem como uma preocupação de uma acampada que atuou como educadora numa escola, à época dirigida pelo MST, durante a ocupação do Zumbi (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2022). Esse relato se insere no processo de construção que resultou na transformação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, em Setor do Gênero, criado com o objetivo de contribuir com a formação e a conscientização sobre a construção dos papéis de gênero e o fortalecimento das ferramentas organizativas das mulheres. Com isso, esse setor passa a desenvolver importante papel nas reflexões nos estados e regiões em que o MST está presente.

A agenda política das mulheres sem-terra ganhou corpo através de diversas atividades, a exemplo da realização de oficinas sobre saúde da mulher, campanhas de documentação, além de manifestações públicas para reivindicar direitos de cidadania (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, CPT, 2012). Essas ações adquirem maior amplitude durante as mobilizações do Dia Internacional da Mulher, quando mulheres ligadas a grupos feministas e de grupos de mulheres distintas passam a dialogar para construir pautas coletivas. De acordo com informações coletadas durante a pesquisa de campo, “[...] o ‘8 de Março’ [passou a ser] uma referência, fazíamos o evento, mas não dava continuidade para se pensar a condição das mulheres”. Para essa agente pastoral, o grande gargalo da ação política das mulheres sem-terra dá-se pela falta de “[...] construção de espaços de continuidade [incluindo a formação de novas lideranças]”, sendo as ações dessa época qualificadas como pontuais (ANOTAÇÕES CADERNO CAMPO, 2022).

Arquivos da CPT registram um encontro de mulheres camponesas, na Casa

da Tapera em Campos, em 2007, evento que contou com a participação de mais de 30 mulheres acampadas, assentadas e trabalhadoras rurais. A realização desse evento contou com apoio da CPT e teve assessoria da Organização Sempre Viva Feminista. Assim, tem sido a CPT ator de destaque na formação política das mulheres sem-terra na região.

Durante a pesquisa, também identificamos a origem territorial de mulheres que ocupavam algum cargo de liderança na região, seja nas instâncias do MST, ou em espaços de decisão nos acampamentos ou assentamentos, a partir do ano de 2003. Parte dos quadros das lideranças femininas do MST migraram para a região, sendo que uma delas foi dirigente nacional e contribui com a consolidação da estrutura organizativa do MST na região. As demais fazem parte de uma geração de lideranças formada a partir das bases desse Movimento. Destacamos que, além de atuarem na formação dos núcleos de base desse Movimento, elas ocuparam cargos em instâncias do MST, sendo que cinco foram dirigentes regionais, e quatro participaram de diferentes setores, como destaque para o de produção e saúde. Duas delas participaram do setor de Cultura, Frente de Massa e Gênero (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2022).

Ao assumirem cargos de liderança, seja nos núcleos de base ou nas instâncias políticas do MST, essas mulheres vivenciavam situações de humilhações e constrangimentos morais, por meio de piadas que tinham como intuito pôr em xeque a capacidade delas de ocupar tais funções, mas elas não se intimidaram e se mantiveram participativas tanto nas instâncias políticas do movimento, quanto fomentando espaços de formação política nos acampamentos e assentamentos do MST (MARTINS, 2015).

Em entrevista concedida a Elson dos Santos¹¹⁰, a agricultora assentada Regina dos Santos Pinho narrou aspectos da sua história de vida e sua trajetória no contexto da luta pela terra. Nascida em 1957, no Jardim Itamarati, em Itaboraí, no Rio de Janeiro, onde trabalhou em várias atividades: como diarista, em uma fábrica de sardinhas e também em uma clínica de geriatria, engajou-se na luta pela terra para realizar o sonho de *conquistar um pedaço de terra para plantar*.

No documentário denominado Zé Pureza, Regina aparece logo em um dos primeiros momentos, explica as condições vivenciadas pelas mulheres acampadas e

¹¹⁰Registrada em áudio, na época de sua graduação em Ciências Sociais na Uenf (2008-2012) para o trabalho de conclusão de curso intitulado: A importância das atividades culturais na promoção da identidade coletiva em assentamentos de reforma agrária.

suas estratégias de resistência.

Esses dias entrou um policial aqui como aquele que estava ontem aqui, eu nem vi se era a mesma pessoa. Aí tinha um grupo de pessoas lá pra cima e eles não pararam. Eu estava sozinha ali no portão ali. Ele foi e parou: E aí, tudo bom, senhora? Eu: Tudo bem. Tudo tranquilo? Eu: Tudo tranquilo. Aí ele virou pra mim e disse assim: Qual o seu nome? Aí eu: Pureza. Aí ele falou: Dona, se a senhora falasse Maria José, Josefina, agora Pureza, dona? Meu nome é Pureza. E ele não gostou muito, né? Aqui todo mundo é Zé Pureza, é Pureza? É esse o nosso nome. (REGINA PINHO - Transcrição de trecho do documentário Zé Pureza).

Regina conta que ficou sabendo das reuniões sobre o MST através de um vizinho. Explica o cotidiano que vivenciou nas ocupações das quais participou. Relembrando alguns desses momentos, Regina diz:

Está sendo importante pra mim, bom, nessa de conseguir terras, de eu ter uma terra pra mim criar, porque eu gosto de criar, lá embaixo eu tenho uma cabeça de cada, um cavalo, uma vaquinha, porco, aliás, uma leitoa que tava até agora pra dar cria, sabe? Mas só que eu não tenho condições e eu gosto de plantar essas coisas assim, tá entendendo? E onde eu moro não tem condições. Essa foi uma oportunidade que me apareceu. Foi um vizinho meu que me convidou pra comparecer nessas reuniões lá na casa do Seu Alvinho. Eu fui, achei interessante, tô aqui, gostei, entendeu? E mesmo eu conseguindo meu sítio eu acho que ainda continuo dando uma... quer dizer, não tanto quanto gostaria porque vou ter que tomar conta do que é meu, né. Mas vou estar sempre dando apoio a quem estiver precisando. Isso é muito importante, pra mim é. Vou realizar um sonho. Que eu gosto de lugar de roça assim, de criar, plantar. Eu, meus filhos também. (REGINA PINHO - Transcrição de trecho do documentário Zé Pureza).

Um assentado que participou da ocupação em Conceição de Macabu com a Regina, diz: *“Ela tinha um sonho de ter um sítio (...). A questão de Regina é a mesma que a minha: a terra. Segundo ele, mesmo diante da dureza vivenciada no cotidiano da barraca de lona no acampamento, ela estava sempre animada. Era ela que organizava as festas no acampamento.”* (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2019).

A produção audiovisual do acampamento Zé Pureza também documentou a participação das famílias acampadas, inclusive de Regina, em diversas manifestações públicas, no apoio à realização de tarefas coletivas diárias no acampamento, assim como marchas e ocupações de espaços públicos.

Regina relata os conflitos internos no acampamento, os despejos, as inseguranças e indefinições sobre o futuro. Suas falas expressam muitas das dificuldades que passou ao escolher seguir seu sonho; a saudade dos filhos aparece com frequência. Sobre isso, ela diz:

Só a menina e o garoto mais velho que não, que ainda não estiveram aqui. Mas disseram que qualquer hora dessas vão me fazer uma surpresa. Eu pensei que ia ser no Dia das Mães, né, passei triste aqui, ninguém apareceu. Mas tá bom, tem que aceitar, né? Pra gente obter as coisas tem que abrir mão de outras, né? Então, se é esse o preço que eu tenho que pagar pelas terras, eu pago. (REGINA PINHO - Transcrição de trecho do documentário Zé Pureza).

O pensamento de Regina evidencia a complexidade das experiências das mulheres na luta pela terra, em geral, invisibilizadas nos espaços acadêmicos e políticos. A luta pela terra envolve questões materiais e objetivas, como também afetos e desejos. A espera, as dificuldades e incertezas muitas vezes causavam desânimo, mas Regina buscava forças para continuar. Sobre essa questão, ela diz:

Alguns deles ficam desanimados por causa do tempo que está, entendeu? Eu não sei se... eles devem estar pensando que a gente ia entrar hoje e amanhã tá conseguindo, mas isso aí eu tinha consciência que não ia ser. Seria bom demais, né? A gente entrar, levaria um dia ou uma semana e aí já contar com as terras na mão. Entendeu? Eles são impacientes, sei lá. Não tem, não tem a ... Eu as vezes me bate um desânimo, mas aí eu olho pra isso tudo aí, ah, não. E lembro que quando eu fui na minha base em Itaboraí, eu, todo mundo: E aí sem-terra, te vi na televisão. Eu falei assim: Agora eu vou voltar de mão vazia? Não volto não. Além de eu ficar com vergonha, vou fazer meus filhos também... Depois de muita gente lá me chamar de guerreira, pô. Pra estar num lugar desse, tem que ser guerreira, tem que ser guerreira, eu vou voltar? Não, não volto não. Só volto quando, só vou lá pra dizer assim: consegui. (REGINA PINHO - Transcrição de trecho do documentário Zé Pureza).

Em 2001, o grupo de famílias oriundo de Itaboraí, do qual Regina fazia parte, deixou o acampamento Zé Pureza, em certa parte pelo desgaste emocional nas relações estabelecidas, assim como por divergências políticas¹¹¹. E se deslocaram para o acampamento Oziel Alves, na Fazenda Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes. Regina, em conjunto com outros integrantes do MST, ocuparam as terras da fazenda Santana do Betel e criaram o acampamento Dandara dos Palmares. E passam a contribuir com o trabalho de base que resultou na formação do acampamento São Roque, para reivindicar as terras da fazenda Santa Maria, em Bom Jesus de Itabapoana.

Sobre a ida para Campos, Regina diz:

Nós estamos de partida, né, para Campos. E, eu e minha companheirada, tá todo mundo satisfeito porque não dá pra ficar mais aqui não. Ah, essa

¹¹¹ Sobre o assunto ver Macedo (2009).

situação de beira de estrada aqui não dá, e depois que foi apresentada uma proposta aí pra gente aí, aliás, só pra gente não, foi para o acampamento Zé Pureza. Nosso grupo aqui, todos daqui do grupo, é, Itaboraí, aceitamos. Os companheiros que ficam lá pra baixo também de outro grupo aceitaram. Se nós não sairmos daqui, não vai ter condições não, a gente vai embora pra casa porque a situação vai se tornar muito, assim, insuportável. (REGINA PINHO – Transcrição de trecho do documentário Zé Pureza).

Em 2003, com a desapropriação da Fazenda Santana do Betel, 30 famílias foram beneficiadas com a entrega dos lotes da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Regina, “[...] e mais quatro famílias aceitam a proposta de ir pro Zumbi, para lotes recuperados pelo Incra, pois os mesmos estavam mais estruturados (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2019).

Após conquistar um lote de terra no Assentamento Zumbi dos Palmares, Regina continuou na luta por bens e serviços públicos, como transporte e educação de qualidade. Ao chegar no Zumbi, enfrenta, na condição de mulher negra, que vive sozinha, um contexto de dominação política e econômica marcada pela cultura do *plantation*¹¹², pois, como titular de um lote de Reforma Agrária, sua presença confronta ideologias sexistas fortemente naturalizadas.

Sua fala demonstra seu esforço em defender princípios dos quais ela partilhava e também o estranhamento provocado com a sua chegada:

Logo assim quando eu vim para aqui, em acampamento a gente já estava fazendo um grupo de afinidade, que era para um ajudar o outro no lote, no serviço. Mas aí chegando aqui, não aconteceu, isso não aconteceu, ficou é mesmo cada um por si e Deus por todos. Eu ainda andei indo no lote de Papai Noel¹¹³, né, andei ajudando a ele que, na época eu recente saída de acampamento, tinha muito o hábito de andar de bota e só andava de bota e calça comprida e facão pendurado na cintura. Aqui, teve gente no Zumbi, teve gente que perguntou, chegou pra uma certa pessoa e perguntou se eu era maluca, por andar assim daquele jeito. Mas já era o hábito da gente andar dentro do acampamento assim, porque a gente entrava em mata, entendeu? Tinha perigo de cobra. A gente nunca andava sozinho. O Gordinho dizia: “Caititu fora da manada é comida de onça. Vocês nunca andem sozinho pelas estradas ou entrem na mata sozinho, sempre em grupo, chama duas, três pessoas para estar indo em grupo” porque tinha os fazendeiros. Igual teve um companheiro nosso lá que o fazendeiro matou um animal dele e outro chegou dentro do acampamento ferido com bala, de bala, né, que vazou de um lado ao outro. O animal acabou vindo morrer também. Então ele sempre falou: “Caititu fora da manada é comida de onça”. (REGINA PINHO – entrevista concedida a Elson Gomes).

¹¹² Plantation, plantação em português, foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX, principalmente nas colônias europeias nas Américas, que consistia em quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravizado e exportação para a metrópole. Esse sistema criava ainda uma estrutura social de dominação centrada na figura do proprietário do latifúndio, o senhor, que controlava tudo e todas/os ao seu redor (KILOMBA, 2019, p. 29).

¹¹³ Apelido de um dos assentados.

No Zumbi, algumas famílias assentadas optaram por construir suas casas no formato de agrovila¹¹⁴, o que favorece uma maior sociabilidade entre elas. Regina, e outras famílias, construíram suas casas nos lotes, áreas em que a ausência e/ou precariedade de serviços de iluminação e transporte público tende a dificultar o deslocamento, de modo particular, das mulheres e jovens.

Não por acaso, Regina, busca romper com essa lógica, apoiando a realização de atividades culturais no Assentamento Zumbi dos Palmares, a exemplo da Festa Julina Camponesa, no decorrer de 2009. Ela também apoiou o desenvolvimento de programas e projetos voltados à elevação da escolaridade para jovens e adultos. Nesse período, ela inclusive matriculou-se no Projovem Campos Saberes da Terra¹¹⁵. No entanto não conseguiu frequentar as aulas, devido à não garantia pelo governo do Estado de transporte escolar, que a impediu, e a vários outros assentados, de participar desse Programa¹¹⁶.

Vivenciou a vida comunitária e apoiou ações coletivas, como as do Grupo Amor do Campo¹¹⁷, um grupo de mulheres que prestava serviços de saúde através da produção e distribuição de remédios artesanais à base de plantas medicinais para as famílias assentadas, espaço no qual foi apelidada de *Bruxinha das Ervas*, uma referência pelos saberes de cura no uso de plantas medicinais que detinha.

Posteriormente, desempenhou papel singular na construção de espaços de comercialização para o escoamento da produção agrícola das famílias assentadas, a exemplo da realização da Feira Agroecológica¹¹⁸, entre os anos de 2011 e 2012, no Instituto Federal Fluminense (IFF-Guarus). Essa articulação política adquire corpo quando Regina e outras agricultoras e artesãs passam a se reunir com representantes de instituições de ensino e pesquisa da região para discutir estratégias de geração de renda para as mulheres assentadas. Portanto, no fazer político, Regina deixou marcas

¹¹⁴ As famílias que residem na Agrovila, de modo geral, fazem o deslocamento para seus lotes de diferentes formas: a pé, de bicicleta, motocicleta, de carroça.

¹¹⁵ Programa Federal, executado em 2011 pelo governo do estado do Rio para qualificação profissional de jovens da agricultura familiar.

¹¹⁶ Nesse período, no Zumbi, era ofertado apenas o 1.º segmento do ensino fundamental em duas escolas com estruturas físicas insuficientes e profissionais pouco qualificados, em termos de uma Pedagogia que considere as especificidades e demandas dos Povos do Campo (COLETIVO EDUCAMPO NF, 2010).

¹¹⁷ Atualmente parte das integrantes desse grupo se associaram à Rede Fitovida, Movimento Popular de Saúde Alternativa do Rio de Janeiro (SILVA; RODRIGUES, 2019).

¹¹⁸ Como parte do projeto de extensão Agroecologia: Difundindo a Prática, (Re)Valorizando a Terra e Promovendo a Sustentabilidade ligado ao Instituto Federal Fluminense (OLIVEIRA, 2010).

não só nas vivências nos grupos de base do MST e nas instâncias políticas do Assentamento Zumbi dos Palmares, pois Regina cativou amizades, compartilhou afetos e ensinamentos valiosos que ultrapassam o espaço físico do Zumbi e seus espaços coletivos.

Em sua breve trajetória no Zumbi, Regina formulou ideias baseadas em valores, configurados em projetos coletivos, que expressam um olhar sobre o “campo” como *lugar de vida*! Na sua visão, os assentamentos rurais deveriam ser também *espaços de cultura*, no sentido de proporcionar *lazer para os trabalhadores rurais e seus filhos* (ARQUIVO CPT, 2012). Um projeto que confronta a violência no campo, que tem resultado na morte de inúmeras pessoas na região¹¹⁹.

Em fevereiro do ano de 2013, Regina foi encontrada morta por asfixia em sua casa. Apenas uma semana após o homicídio de outra liderança do MST, Cícero Guedes, que também residia no mesmo assentamento, o que gerou uma forte onda de medo e insegurança. Para os familiares e amigos, que acompanharam inconsolados e indignados seu sepultamento, Regina foi mais uma vítima de uma cultura de extermínio que se perpetua em nossa sociedade (CPT-RJ, 2013).

Segundo dados da CPT, a violência é um problema generalizado nos assentamentos de reforma agrária. Um problema complexo que atinge as famílias assentadas. No Zumbi, essa entidade também registrou conflitos na forma de intimidações e ameaças. Em 2011, lideranças do MST denunciaram um esquema criminoso de venda de lotes do qual participaram agentes ligados ao Incra. Devido à falta de investimentos nos assentamentos reforma agrária e os entraves para o acesso às políticas públicas de crédito e assistência técnica, às famílias sem-terra, em situação de maior vulnerabilidade, tendem a ser ainda mais fragilizadas com essas formas de violência (RELATÓRIO, CPT-RJ, 2013).

É nesse contexto que se conformou um grupo de mulheres no Zumbi, um espaço que colocou em contato pessoas com formações políticas distintas. Esse espaço reflete também a confluência de esforços das lideranças do MST para colocar em pauta questões relacionadas à problemática de gênero e geração, já que nesse momento, esse processo organizativo é assumido, em sua maioria, por mulheres jovens, filhas, netas e sobrinhas de assentados. Por meio desses espaços, elas afirmam trocar experiências, acessar informações que consideram valiosas, assim

¹¹⁹ Em 2011, foram três homens assassinados, sendo dois na ocupação da FETAG na usina Sapucaia, entre eles um jovem de 25 anos, e um, no Zumbi. Em 2014, mais dois assassinatos de mulheres, sendo uma criança de 10 anos.

como também estabelecem contatos e constroem agendas coletivas buscando encontrar saídas para os problemas cotidianos que vivenciam (SILVA, MARTINS, 2020).

Portanto, o argumento de que a participação política delas seja mais intensa durante as ocupações de terra está baseado na dinâmica de trabalho coletivo e divisão de tarefas, criada a partir da orientação político-organizativa proposta pelo MST nas ocupações de terra, o que tende a não permanecer com a divisão dos lotes e consolidação dos assentamentos (LEWIN, 2005). No nosso entendimento, essa análise desconsidera o engajamento em espaços outros criados por elas após a criação dos assentamentos, em diversas iniciativas locais dentro e fora de seus territórios. Assim, suas experiências organizativas acabam sendo desvalorizadas, com isso a agência política delas é negada.

Silva (2012) observa que a criação dos assentamentos gera uma nova dinâmica política, uma vez que diferentes atores e instituições governamentais e não governamentais passam a atuar nesses territórios, influenciando, de formas diversas, a gestão dos assentamentos rurais. Além disso, a autora também registrou que a cooptação de lideranças assentadas, pelo poder político local, contribuiu para fragilizar o engajamento das famílias assentadas em espaços de participação política no Zumbi, pois, nesse caso, as alianças construídas visam garantir interesses privados e não necessariamente o atendimento das demandas políticas do assentamento como um todo (SILVA, 2012).

Lewin (2005) ressalta que, no quadro de lideranças que ocupam cargos das instâncias políticas no Zumbi, há pessoas que se identificam com a orientação político-organizativa do MST, mas também existem aquelas que romperam com esse Movimento, ou não seguem as orientações políticas-organizativas dessa organização. Há ainda argumentos de que essa desmobilização teria ocorrido em razão do “afastamento do Movimento” desse assentamento (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2020).

Fato é que os mecanismos de participação no Zumbi, sejam eles orientados ou não pela lógica organizativa do MST, tendem a ser deslegitimados. Isso porque essas lideranças enfrentam dificuldades para garantir o atendimento das demandas

das famílias assentadas por parte do poder público. Além disso, esses espaços foram esvaziados com o tempo, já que sua função, na maioria das vezes, foi limitada ao recebimento de benefícios de programas governamentais. Ademais, com os retrocessos sofridos nas políticas de reforma agrária, muitos programas governamentais foram interrompidos, órgãos federais, como o Incra, responsáveis por operar essa política, foram sucateados, nos últimos anos, o que afetou a capacidade dessas instituições de responder às demandas das famílias assentadas, especialmente no que se refere aos programas de crédito e assistência técnica.

Entre as integrantes do Coletivo Regina, há divergências em relação às razões da baixa participação das mulheres nas instâncias políticas no Zumbi. Uma parte delas afirma haver “[...] falta de interesse” ou ainda que as mulheres “não querem!” participar. Outro argumento comumente utilizado é que as mulheres muitas vezes “não sabem [que podem participar]!” ou “têm vergonha” de participar (ANOTAÇÃO CADERNO DE CAMPO, 2020). Em comum, tais percepções tendem a individualizar e responsabilizar as próprias mulheres pela sua exclusão desses espaços. Com isso, elas são silenciadas, uma vez que não são pensados mecanismos que visem garantir a participação delas.

Mesmo quando criam iniciativas próprias, elas relatam que “começa com muito gás, mas depois desanima”. Nesse caso, muitas delas relataram ter dificuldades para assumir papéis de liderança, seja porque têm “medo”, pois não se sentem capazes e/ou não se identificam com esse papel. Associado a isso, muitas vezes elas sofrem interdição de familiares, geralmente pais e/ou maridos, que “não deixam!”. Outro entrave relacionado às dificuldades delas se inserem em espaços de participação política diz respeito ao acúmulo de tarefas domésticas e de cuidados, pelas quais elas são responsáveis, na condição de filhas ou de esposas, seja em suas casas, nos lotes produtivos ou fora do assentamento (ANOTAÇÃO CADERNO DE CAMPO, 2020).

Entre 2005 e 2010, as principais demandas das mulheres que participavam de alguma instância política no Zumbi se deram em torno das questões produtivas. Preocupações relacionadas ao uso intensivo de agrotóxicos e suas implicações para a saúde das famílias assentadas. Não por acaso, elas protagonizam experiências no campo da produção de alimentos saudáveis na região. O caderno

de agroecologia da AARJ mostra que elas são responsáveis pelo desenvolvimento de diversas ações visando à segurança alimentar e contribuem para a recuperação e/ou manutenção da biodiversidade, garantindo assim a melhoria das condições de vida de suas famílias e comunidades (CADERNO DE AGROECOLOGIA, AARJ, 2014).

Contudo diagnóstico realizado pela CPT revela que as mulheres no Zumbi têm mais dificuldades para escoar a produção e acessar políticas públicas (CPT, 2012). Diante disso, as mulheres sem-terra definiram uma agenda de mobilização política. Nesse caminho, elas criaram canais de diálogos junto ao poder público para reivindicar políticas públicas agrícolas e agrárias para os assentamentos rurais da região, ganhando corpo com a realização do I Seminário de Mulheres Assentadas (COLETIVO REGINA PINHO, 2014).

Nesse contexto, o debate sobre as questões de gênero começa a ser ampliado. Em parte, essas reflexões se deram devido aos esforços individuais de lideranças femininas que possuem maior nível de escolarização, que transitam entre os espaços acadêmicos e de ativismo sociais. A publicação de estudos acadêmicos sobre questões de gênero no Zumbi é um indicativo nesse sentido. Com destaque para o trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Educação do Campo, pela UFRRJ, de autoria da agrônoma e pesquisadora Rutineia da Silva Guedes, filha de uma família de assentados que migrou de Alagoas para a cidade de Campos na década de 1990, na condição de assalariados do corte da cana. Rutineia também atuou como uma das lideranças do MST, por meio dos setores de produção e de gênero.

Em sua pesquisa, intitulada “Identidade de Gênero no assentamento Zumbi dos Palmares”, ela investiga a questão da invisibilidade do trabalho feminino nesse assentamento. Um esforço intelectual que envolveu o pensar sua trajetória pessoal e familiar, assim como os desafios da sua atuação política. No dizer da autora, as mulheres nos acampamentos/assentamentos constantemente passam por uma travessia em suas vidas cotidianas que envolvem luta, múltiplas frustrações, perdas, conquistas e discriminações. O tempo todo são controladas, muitas vezes inclusive através do uso de violência física.” (GUEDES, 2013, p. 14). Sobre violência doméstica no Zumbi, o estudo empírico a partir de entrevistas com dez mulheres apontou que nove delas são ou já foram alvo de espancamentos ou humilhações (SILVA; DA SILVA, 2018). O enfrentamento à violência de gênero tem sido uma

preocupação das organizações de mulheres e/ou feministas. (MOÇÃO DE REPÚDIO, COLETIVO REGINA PINHO, 2015).

O enfrentamento à violência contra as mulheres nos assentamentos é uma das pautas assumidas por esse grupo. O ano de 2013, marcado pelo surgimento de campanhas pelo fim da violência contra as mulheres no campo pelo MMC¹²⁰. A grave situação de violência a que estão expostas as mulheres nos assentamentos foi denunciada numa carta de repúdio. No documento, elas reivindicam políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres mais eficazes, pois os equipamentos existentes estão centralizados nos centros urbanos e pelas dificuldades de transporte públicos nas áreas rurais.

Além disso, na visão do Coletivo Regina Pinho, os operadores das políticas (Deams, como também de outros equipamentos) muitas vezes não estão preparados para atender às especificidades das expressões desse tipo de violência nos territórios rurais¹²¹ (CARTA DE REPÚDIO COLETIVO REGINA PINHO, 2015). Esse debate reflete também uma maior influência das pautas feministas, inclusive com a inserção de mulheres camponesas no Conselho Municipal de Direitos da Mulher. Ainda assim, mesmo havendo uma abertura para a criação de mecanismo de diálogos com a gestão municipal, pouco se avançou no âmbito das políticas públicas nesse campo (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2019).

As possibilidades e desafios de uma práxis política fundada numa identidade coletiva, o “feminismo camponês” como forma do movimento de mulheres contemplar não apenas questões de gênero, como também um modelo de desenvolvimento para o campo que combine questões ecológicas com a luta feminista. Nesse caminho, as formas de participação feminina em coletivos criados, ela destaca o “[...] coletivo da horta, coletivo de alimentação e cozinha, o coletivo de disciplina e segurança, coletivo de educação, coletivo de saúde, coletivo de trabalho e mutirões.” (GUEDES, 2013, p. 38).

¹²⁰ Com o tema: Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher. Link de acesso ao documento: <https://mmcbrazil.org/campanha/>

¹²¹ Durante a pandemia de Covid-19, devido ao aumento da situação de violência contra as mulheres, esse grupo fomentou a discussão e o mapeamento da rede de serviços de proteção existentes na região. Além disso, estabeleceu diálogos com o grupo feminista Nós por Nós e o Condim.

A titulação conjunta é considerada uma forma de reconhecimento delas enquanto trabalhadoras nos lotes de reforma agrária. Contudo a participação delas nas tarefas no lote, o acesso ao crédito e à comercialização encontra-se marcada pela discriminação de gênero, sendo “[...] atribuído a elas os afazeres domésticos, os ditos ‘cuidados dos filhos’ e as ‘ajudas’¹²² com a lida da lavoura ou os cuidados com a criação de animais [...] de pequeno porte (tais como galinha, porcos, cabritos, patos e outros, enquanto os de grande porte cabem aos homens (esposos e filhos)”. Associado a isso, há também a invisibilidade do trabalho doméstico, que continua sob a responsabilidade exclusiva delas (GUEDES, 2013, p. 39).

Guedes observa uma naturalização das mulheres assentadas em relação aos papéis de gênero e considera que a religião tem um papel significativo na manutenção das hierarquias de gênero construídas socialmente. Sendo que entre elas, umas acreditam que “a mulher veio para servir ao homem”. Apesar de algumas delas acreditarem que não existem diferenças nos papéis de gênero; outras atribuem esse tipo de discriminação ao fato de as “[...] mulheres não [terem] credibilidade, [estarem] menos ativas” ou ainda que as “[...] mulheres trabalham mais do que os homens” quando considerado o trabalho doméstico (GUEDES, 2013, p. 40). Sendo assim, configura-se um sistema de hierarquização de gênero que reproduz uma lógica de reprodução dominante estruturada, em grande parte, com a exploração do trabalho feminino (MENDES *et al.*, 2017). Com isso, além de invisibilizar o trabalho das mulheres, esse sistema oculta a jornada de trabalho delas na produção agrícola, contribuindo com a desvalorização do trabalho feminino em contextos rurais. Os projetos e ações que visam criar ou gerar rendas para as mulheres tendem a desconsiderar essa problemática.

A pesquisa de Guedes ressalta que, para se manter no assentamento, as mulheres precisam enfrentar a sobrecarga do trabalho doméstico e as atividades na roça, que incluem também a venda de produtos em espaços de comercialização dentro e fora do assentamento. Ainda assim, elas muitas vezes são consideradas “incompetentes” e “fracas”. Há também relatos de que as mulheres trabalham igual ao homem, no que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos nos lotes. Mesmo assim, elas costumam não se eximir das tarefas domésticas e enfrentam

¹²² O trabalho executado na atividade rural pode ser descrito como “pesado” ou “leve”, não se trata necessariamente da força empregada para realizar uma dada tarefa, porquanto o trabalho leve ou pesado não se explica por suas próprias características, mas pela posição que as pessoas que a realizam ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987).

resistências quando tentam dividir essas responsabilidades igualmente com os homens da família, sejam maridos, filhos, entre outros (GUEDES, 2013, p. 40).

Outro aspecto analisado no trabalho de Guedes (2013) diz respeito à formação política na perspectiva de gênero promovida pelo MST. Segundo dados dessa pesquisa, esses cursos costumam ser destinados a representantes da coordenação dos núcleos de base. Desse modo, o acesso a essas agendas formativas tendem a privilegiar algumas lideranças, tendo, portanto, efeitos reduzidos para as famílias assentadas como um todo. Porém, quando consideradas as iniciativas gestadas por mulheres, desde a ocupação do Zumbi, verificamos que isso ocorre também em função de um processo de deslegitimação dessas experiências e apagamento da contribuição política dessas mulheres nesse território, pois a contribuição política de mulheres que participaram das instâncias do Movimento e nos espaços de decisão desse assentamento raramente é referenciada nos relatos sobre a luta pela terra na região. O processo organizativo das mulheres negras sem-terra no Zumbi se insere nesse debate político.

Martins (2015) retratou os desafios e as possibilidades para a organização de mulheres no Zumbi, destacando o surgimento e a consolidação do Coletivo Regina Pinho¹²³. Dentre as contribuições do referido estudo, consideramos a sistematização de uma experiência que surge num contexto singular, ainda pouco estudada em termos acadêmicos, especialmente no que se refere às implicações desse processo organizativo e suas implicações para a análise de políticas públicas no âmbito da reforma agrária. Sendo assim, esse trabalho é uma forma de aprofundar o estudo dessa temática.

Nesse aspecto, a pauta da organização produtiva nos assentamentos de reforma agrária envolve a construção de canais para o escoamento da produção agrícola e artesanal dos assentamentos. No Zumbi, a agricultora assentada Regina dos Santos Pinho, participou, com outras mulheres, ativamente dessa discussão, inclusive apoiando o trabalho organizativo de um grupo de mulheres assentadas. Como apresentado anteriormente, o assassinato dela acabou fragilizando, ao

¹²³ Esse projeto foi desenvolvido em diálogo com as técnicas extensionistas Valéria Barros Costa e Rubinéia da Silva Guedes, na época, ambas atuavam no setor de produção do MST, como técnicas agrícolas (MARTINS, 2015).

menos por um tempo, a consolidação dessa experiência. Meses depois, com a retomada desse processo organizativo, Regina passou a ser uma das principais referências desse grupo de mulheres. Após a sua morte, esse grupo passou a ser denominado Coletivo Regina Pinho, como forma de homenageá-la.

Quando analisados os projetos de ação das entidades de apoio à luta pela terra junto às famílias no Zumbi, observamos que, até os anos 2009, os projetos de apoio estavam relacionados a questões como o acesso a tecnologias de produção, saúde e educação. A pauta de gênero passa a ser referida de forma mais sistemática, nos projetos dessas entidades, a partir de 2010. Conforme documentos analisados, a CPT, em parceria com técnicas extensionistas ligadas ao Setor de Produção do MST, apoiou a realização de um programa de formação para as mulheres, em 2011, Zumbi. Registros produzidos por essa entidade indicam esforços no sentido de incluir a temática gênero como tema transversal nos programas de ação dessa entidade (CPT, 2012). No mesmo período, o Setor gênero do MST-RJ publica um informativo com proposições das mulheres sem-terra em defesa de um modelo de produção mais justo e sustentável para o campo, no qual elas se colocam como protagonistas (BOLETIM MST-RJ, 2011).

Não por acaso, há uma mudança de postura das organizações não-governamentais que prestam assistência técnica, em relação à oferta de serviços técnicos para essas mulheres, mas o impacto desses investimentos em formação desse corpo técnico, na oferta desse serviço, ocorreu de forma muito limitada. Uma vez que, nesse período, a pauta de gênero configurou-se como um problema dito como única e exclusivamente das técnicas e, em geral, lido como questões “sociais” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023). Por isso, as ações desenvolvidas se limitaram, em grande parte, a orientações em relação a acesso a programas de transferências de renda, e benefícios previdenciários. Porém, a demanda delas envolvem reivindicações tanto no âmbito da produção quanto da reprodução da vida (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2021).

Em âmbito regional, a organização Sempre Viva Feminista, em parceria com o MDA, realizou um evento que mobilizou mulheres¹²⁴ para um encontro na sede do STR-Campos. Um dos objetivos desse encontro se deu no sentido de avaliar os

¹²⁴ Nesse evento, elas identificaram-se como pescadoras, ribeirinhas, assentadas, quilombolas, assalariadas rurais, entre outras categorias (SILVA, 2012)

programas e ações governamentais voltadas para mulheres rurais na região. O encontro girou em torno das problemáticas que dificultam ou inviabilizam o acesso das mulheres a programas governamentais de fomento à organização produtiva no campo das políticas agrícolas e agrárias (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2019). As reivindicações dessas mulheres resultaram em iniciativas inovadoras no campo das políticas agrárias, com enfoque de gênero, mas o acesso a essas políticas permanece um desafio, especialmente quando interseccionado às questões raciais.

A experiência organizativa das mulheres que atuam em contextos rurais envolve dinâmicas fluidas e conflitivas, dado as concepções políticas distintas das organizações que atuam e colaboram juntas a essas mulheres. A abordagem das ideias que influenciam esse processo organizativo pode contribuir com o entendimento de ferramentas políticas que visam à emancipação política de mulheres que vivem em contextos rurais. Essa busca envolveu uma caminhada não apenas de reflexões, como também de afetações e ricos aprendizados.

3.3 Caminhos da pesquisa, como artesanania de afetos

Caminho é quando você escolhe uma estrada para chegar a um lugar (SILVA, 2006).

Ana Lucia Silva Souza (2011) apresenta a pesquisa como um movimento dialógico, *locus* de provocações, compartilhamentos de saberes e questionamentos múltiplos de sentidos que dão vida às diversas vozes sociais, sustentadas nas interações estabelecidas durante a pesquisa de campo, que compõem a escrita de um trabalho acadêmico. Assim, a pesquisa científica é construída nas interações entre pesquisadores e pesquisados. Esse processo não ocorre de forma espontânea, uma vez que, segundo a autora, envolve, muito esforço, criticidade e comprometimento. Por isso, a experiência vivida nesse processo investigativo deve se pautar em cuidados que visem ampliar a compreensão em relação aos caminhos metodológicos traçados (SOUZA, 2011).

Para evidenciar o caminho percorrido nesta pesquisa, compartilhamos os aspectos que nortearam os contatos estabelecidos com esse fim, bem como apresentamos os instrumentos de pesquisa, as situações de geração de dados e o perfil social das participantes da pesquisa. Neste tópico, compartilho a experiência da pesquisa na primeira pessoa. Acredito que a minha posição no “campo” influenciou diretamente os resultados aqui apresentados. O lugar de pesquisadora, não se deu a priori, foi sendo negociado um processo de construção, que envolveu movimentos de idas e vindas e criatividade para encontrar saídas nos momentos difíceis e conflituosos desse percurso.

Durante a apresentação¹²⁵ deste projeto de estudo, as integrantes do grupo pesquisado ouviram atentamente a proposta de tema, os objetivos, as justificativas, a forma como elas iriam participar da pesquisa. Em seguida, encarei um longo silêncio. Apresentei algumas indagações, na tentativa de quebrar o gelo: o que vocês acham dessa proposta? Lembro-me de ter ouvido um comentário tímido: “Achei bom!” de uma delas. Outras acenavam levemente a cabeça, um gesto que mais parecia expressar um dito código de “boas maneiras”. Em seguida, pude observar o balançar de pernas, movimentos repetitivos, demonstrando uma certa inquietação, por parte delas. Então, encerrei a tentativa de dar continuidade ao debate sobre o projeto de pesquisa. Tinha muito a dizer, desejava ouvi-las também, mas resolvi encerrar a apresentação, agradecendo a presença delas. Logo, elas passaram a interagir do jeito que mais gostam: “jogando conversa fora!”. O clima ficou muito mais leve (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2019).

Não desanimei. Pensei durante os primeiros registros em meu caderno de campo: talvez a forma de comunicar a proposta seria um problema de linguagem? Um novo contato para dar continuidade à pesquisa exigiu também se construir enquanto pesquisadora no campo. Assumir esse lugar envolveu negociações e preparação cuidadosa. Aprender a ouvir, respeitar o tempo delas, suas individualidades, inclusive seus questionamentos e recusas. Por isso, a (re)aproximação envolveu um certo sair da rotina, encontrá-las em espaços outros, interpretar as presenças silenciosas, as falas embargadas, as ausências. Essas são as inquietações que mais me marcaram nesse período. Considero que as trocas intelectuais, estabelecidas com as integrantes do Coletivo Regina Pinho,

¹²⁵ Realizada durante encontro de planejamento do Coletivo Regina Pinho, em maio de 2019, no assentamento Zumbi dos Palmares.

encorajaram-me nos momentos mais críticos da pesquisa.

Portanto, constituir-se como pesquisadora exige “[...] a construção de um lugar de escuta.” (SOUZA, 2011, p. 22). Um espaço de acolhimento e interpretação dos enunciados, fundado por uma postura ética e responsável diante das histórias que nos são confiadas. Ao mesmo tempo, Souza afirma que o pesquisar também se faz por exotopia e tensões por conta da diferença de lugares, de valores entre pesquisador/ pesquisadora e pesquisadas/pesquisados. Considerando que esses olhares sobre um objeto não são coincidentes, nossa tarefa é “[...] tentar captar algo do modo como ele [o grupo pesquisado] se vê, para depois assumir plenamente meu lugar exterior e dali configurar o que vejo do que ele vê.” (AMORIM, 2004, p. 14 *apud* SOUZA, 2011, p. 22).

Do lugar singular da pessoa que pesquisa, que vê e responde ao que vê, existe uma diferença de olhares e de valores. O compromisso de comunicar essas percepções é importante para que as pessoas pesquisadas conheçam as leituras realizadas sobre elas (SOUZA, 2011). Com isso, estabelece-se uma relação dialógica na produção de conhecimentos. Para a autora, essa postura crítica evita que “[...] a ocupação de lugares distintos implique em sujeições e hierarquizações, mas um lugar de trocas, de negociações e aprendizagens.” (SOUZA, 2011, p. 23). Tendo consciência do lugar diferenciado que ocupo, busquei, desde as primeiras conversas sobre a pesquisa, fornecer as informações necessárias para que as pessoas contactadas durante a pesquisa de campo pudessem ter condições para avaliar sua participação no estudo proposto.

Alicerçada no estudo da professora Terezinha Oliveira Santos (2007), considero que as motivações deste trabalho envolvem questões de natureza subjetiva e sócio-histórica (SANTOS, 2007). Em conformidade com a autora, afirmo o duplo lugar de enunciação do qual emergem minhas inquietações e reflexões acerca da práxis política e pedagógica que exerço junto às mulheres negras sem-terra. Portanto, as indagações formuladas neste trabalho são também direcionadas ao meu papel de educadora a partir de minha atuação nos movimentos populares, particularmente as organizações camponesas das quais também faço parte.

No dizer da autora, como sujeito/objeto da investigação, a pesquisadora estabelece interações e influências recíprocas junto ao grupo pesquisado, pois as identidades socioculturais da pesquisadora, de alguma forma, espelham às das pesquisadas, seja pelo pertencimento à mesma comunidade habitacional, pela

identidade de gênero e raça, faixa etária, como também pela afrodescendência, que tem, como marca, a exclusão sócio histórica a qual foi submetida grande parte da população negra nesse país (SANTOS, 2007).

Contudo a posição de proximidade não elimina os distanciamentos, uma vez que, como pesquisadoras negras, nosso trânsito, entre diferentes contextos sociais, permite-nos acessar um conjunto de bens culturais e simbólicos, como a universidade, a qual grande parte das mulheres negras não acessam (SANTOS, 2007). Ressalto ainda que o fato de estar engajada politicamente junto ao grupo pesquisado e ser parte integrante do território não tornou o acesso aos dados mais fácil. Portanto não existe uma fórmula mágica, as escolhas metodológicas são orientações tomadas a partir do tempo dedicado ao exercício de leitura, em vista da compreensão do objeto de estudo investigado num dado tempo e lugar específico.

No decorrer do curso, as disciplinas cursadas, a participação em eventos acadêmicos, os grupos de estudos, proporcionaram-me exercícios intensos, debates e reflexões, que geraram dúvidas em relação ao caminho a ser traçado. A insegurança e o medo de não dar conta fizeram-me pensar em desistir. Encontrei apoio nas trocas realizadas nos grupos de estudos, através dos quais recebi diversas dicas, uma delas muito valiosa: "Esquece a teoria, vai pro campo!". Mas como proceder quando se faz parte do campo? Saí da zona de conforto, para interagir com as sujeitas da pesquisa a partir de outros espaços, nas mais variadas situações cotidianas: trançando o cabelo, fazendo as unhas, participando de suas agendas familiares; pude integrar-me a uma rotina comunitária até então pouco conhecida. Nos ambientes, encontros casuais em suas casas e quintais, há uma dinâmica distinta dos espaços de ativismo, um "espírito de intimidade" no sentido proposto pela filósofa africana Sobonfu Somé (2007).

Nesse trabalho, a filósofa propõe uma compreensão da existência a partir da noção de espírito, o que envolve um se conectar consigo mesmo e com o outro. O relacionamento como partilha do espírito, na qual as pessoas estabeleçam laços de afetividade (SOMÉ, 2007). Para a estudiosa, essa travessia se faz em conjunto, num movimento que é também autoconhecimento, pois se trata não apenas de definir um ponto de chegada, mas também de avaliar o percurso a ser percorrido, situar-se nessa jornada do conhecimento.

Na vivência com as mulheres negras sem-terra, reencontro-me com a minha própria história. São memórias ancestrais nutridas em laços afetivos baseados em

redes de amizades e vizinhanças mantidas nesse território. Pude perceber o quanto, muitas vezes, as instituições acadêmicas e educacionais distanciam-nos dessas vivências comunitárias. Não se trata de negar a existência de conflitos, divergências nesse processo, mas de ressaltar uma forma de convivência que nos conecta com outras formas de pensar e viver os territórios. Como diz a escritora Cidinha da Silva (2022), são tecnologias ancestrais de produção de infinitos que nos trouxeram até aqui e que emergem frente ao racismo, ao sexismo, dentre outras formas de opressões sociais, que operam de modo a negar essas mulheres, inclusive o direito de existir.

O meu percurso acadêmico está fortemente atrelado à minha inserção no movimento popular de saúde. Desse duplo lugar, surge interesse de compreender a demanda de reconhecimento dos saberes e práticas no uso de plantas medicinais e na produção de remédios artesanais produzidos por agentes e grupos associados à Rede Fitovida, no curso de mestrado. Na época, havia uma expectativa coletiva de que esse registro enquanto patrimônio cultural brasileiro pudesse garantir a valorização desses conhecimentos e consequentemente daqueles e daquelas que os mantêm vivos (SILVA, 2012). Essa demanda segue como uma das pautas desse movimento, mas está longe de ser atendida pelo Estado. Ademais, o reconhecimento formal desse conhecimento não necessariamente se reflete em políticas públicas garantidoras de cidadania nos territórios onde esses grupos vivem e atuam, como demonstra a pesquisa realizada por Tarianne da Silva P. Bertoza (2019) sobre os saberes e fazeres na manutenção do jongo, de modo a analisar a política cultural voltada ao reconhecimento desse patrimônio cultural na região.

A experiência intelectual acumulada na atuação militante e em pesquisas colaborativas junto ao Coletivo Regina Pinho (MARTINS, 2015) permitiu o aprofundamento das leituras, novas provocações e descobertas teóricas, tendo acesso a estudos e pesquisas que também orientaram o caminho construído. Nesse trabalho, parto do argumento que essas mulheres criam tecnologias e espaços de permanência e sobrevivência em suas comunidades, em contextos de extrema violência racial, vigilância e controle de seus corpos-territórios, mas onde há mecanismos de controle e vigilância é também sinal de que existem movimentos de resistência, processos disruptivos emergindo.

Assim, analisar a trajetória de vida de mulheres negras inseridas em espaços coletivos num assentamento de reforma agrária é refletir sobre as formas como elas

experienciam as estruturas de classe, gênero e raça nesse território, como também analisar as resistências, os enfrentamentos, as possibilidades de projetos que visam romper com essas estruturas de opressão social. Desse lugar político e epistêmico, proponho a compreensão do fazer político das integrantes do Coletivo Regina Pinho como um “território de afetos”, no qual se gesta uma comunidade de aprendizados, pois são experiências criadas através da transmissão de saberes e práticas que portam embriões de uma organização comunitária (HOOKS, 2013).

Mariléa de Almeida propõe o conceito de “território” associado à noção de afeto para pensar as práticas políticas de mulheres quilombolas fluminenses. Para além da dimensão física e relacional, a autora ressalta os aspectos de porosidade, multiplicidade e deslocamentos que o território contém, como proposto por Sodré (1988 *apud* ALMEIDA, 2021). Em seguida, a historiadora dialoga com a noção elaborada por Espinosa (2013 *apud* ALMEIDA, 2021). Desse ponto de vista, o afeto é entendido como grau de potência “[...] que atravessam os nossos corpos e muitas vezes não conseguimos nomear, mas que mobilizam nossos gestos, ações e pensamentos.” (ALMEIDA, 2021, p. 298). Assim, a autora denomina de *território de afetos* como campo de ação política.

[...] que se exprime pela manutenção, criação ou redefinição de espaços potencializados para aqueles que vivem nos territórios quilombolas. Territórios de afetos não são definidos pela identidade jurídica quilombola, mas pela relação que se estabelece com o lugar e com aqueles que nele vivem. Trata-se de uma atitude política, que privilegia o uso de saberes como forma de ampliar espaços de subjetivação, constituídos por meio dos deslocamentos de sentidos que essas mulheres realizam em relação aos efeitos das exclusões de raça, de classe ou de gênero que afetam seus corpos e os territórios de suas comunidades. (ALMEIDA, 2021, p. 297-298).

Desse modo, a história e a oralidade são utilizadas como experiência que evoca territórios de afetos que ampliam espaços de subjetivação que geram deslocamentos nos sentidos impostos por dispositivos sexistas, racistas e classistas sobre seus corpos e territórios (ALMEIDA, 2021). Apesar de esse trabalho partir de uma experiência específica vivenciada por mulheres quilombolas, o conceito formulado pela historiadora evidencia a natureza das interações estabelecidas para a sistematização deste trabalho de pesquisa, especificamente no que se refere às concepções e práticas políticas do Coletivo Regina Pinho.

O conceito de escrevivência formulada pela escritora Conceição Evaristo (2018) também dialoga com o percurso trilhado para o desenvolvimento deste

trabalho, pois se fundamenta nas experiências de mulheres negras. Esse termo foi construído numa perspectiva interdisciplinar e, apesar de ter uma incidência maior na área da literatura, tem influenciado outros campos de conhecimento, como as ciências humanas, especialmente na área da educação. De acordo com Fernanda Felisberto (2020), o conceito vem ganhando múltiplos sentidos dentro da academia, colocando a autora em diálogo com diferentes intelectuais que têm a experiência do racismo como eixo central de suas produções, porquanto “[...] o conceito permite refletir a prática em torno da escrita de mulheres negras.” (FELISBERTO, 2020, p. 166).

Para Evaristo, a escrita é o movimento da própria vida, que se faz para vencer a morte. Uma escrita que é fecundada na experiência, na convivência e nos ensinamentos compartilhados. Nas palavras da autora, o seu ponto de vista não é fruto de uma geração espontânea. Ele tem autoria, um sujeito, homem ou mulher, que, com uma subjetividade própria, vai construindo a sua escrita, vai inventando, criando o ponto de vista do texto. Em síntese, a escrita para Evaristo não se desvencilha do “corpo-mulher-negra em vivência” é por ele e não por outro que experimentamos o que um corpo não negro jamais experimentará (EVARISTO, 2018). A produção de uma escrita fundada nas culturas americanas inspira o exercício de explorar narrativas que dizem respeito a uma experiência coletiva.

Nesse sentido, a ideia de escrevivência proposta por Evaristo considera os saberes ancestrais tecidos no cotidiano, no desejo de que sejam transmitidos às novas gerações na forma de vozes libertárias. Sendo assim, o conceito de escrevivência reflete uma experiência de narrar histórias, pois ele permite conectar as pessoas aos seus espaços de pertença e vivências (EVARISTO, 2018). A escrevivência significa, nesse sentido, contar uma história particular, mas que remete a outras experiências coletivizadas, uma vez que compreende um existir, um comum constituinte entre autora e protagonista, que seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, que seja pela experiência vivenciada ainda que de posições distintas (EVARISTO, 2023). Desse modo, o conceito de escrevivência dialoga com o feminismo negro, especialmente com a ideia de amefricanidade, proposta por Lélia Gonzalez, pois coloca em destaque perspectivas de mulheres negras com objetivo de romper com as estruturas de opressão, que nos infantilizam e desumanizam. Essa abordagem chama atenção para a necessidade de falarmos, de sermos sujeitas e sujeitos do conhecimento da nossa

história (GONZALEZ, 1984), o que nos ajuda a compreender a inseparabilidade entre teoria e prática na produção acadêmica, consequentemente na construção de epistemologias feministas negras.

3.3.1 *A geração de dados na pesquisa*

O desenvolvimento da pesquisa ganhou novos contornos ao longo do ano de 2020, dado a crise sanitária gerada pela pandemia de Covid 19 e a necessidade de isolamento social. Por isso, o acompanhamento do grupo pesquisado ocorreu pelas redes sociais. Nesse período, a agenda desse grupo girou em torno da realização de oficinas de escrita criativa para jovens camponeses¹²⁶. Posteriormente, foram realizados encontros virtuais para discutir sobre ferramentas de autocuidado e saúde mental¹²⁷. As reflexões geradas nesses espaços foram sistematizadas por meio de materiais pedagógicos com orientações sobre as formas de acesso aos equipamentos e serviços de proteção a violência contra as mulheres no município de Campos.

O ajuste da metodologia deu-se em função da utilização de ferramentas digitais, que me possibilitaram manter a interação com integrantes do grupo pesquisado, assim como contribuíram para a coleta de informações. Nesse período, as disciplinas cursadas, as orientações e os encontros dos grupos de estudos também se deram por meio de ferramentas digitais, situação que colocou novos desafios para estudantes e professores, dado as condições de desigualdades tanto no que diz respeito ao acesso a equipamentos e tecnologias digitais, quanto a precariedade na prestação dos serviços de redes internet na região.

Em consonância com a perspectiva feminista negra, optei por assumir o enfoque interseccional, considerando que as mulheres negras vivenciam de maneira diferente as condições de classes, geracionais, território e sexualidade. No dizer de Collins (2016), não existe uma cultura das mulheres negras que seja homogênea, mas sim construções sociais das culturas das mulheres negras.

[...] se, ao mesmo tempo, as mulheres negras usarem todos os recursos disponíveis - seus papéis como mães, sua participação nas igrejas, seu

¹²⁶ Participaram dessas oficinas 15 jovens, sendo a maioria deles de territórios rurais da região norte fluminense, além de duas jovens de comunidades tradicionais sul fluminense.

¹²⁷ Ação realizada em parceria com a CPT, com o financiamento do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), que apoia projetos voltados para a justiça de gênero e sustentabilidade ambiental.

apoio mútuo no seio de redes de mulheres negras, sua expressão criativa - para serem autodefinidas, autoavaliadas e para encorajar outras a rejeitar a objetificação, seu comportamento cotidiano será uma forma de ativismo. (COLLINS, 2016, p. 114).

Portanto o pensamento feminista negro propõe "[...] as experiências das mulheres negras como critério de credibilidade." (COLLINS, 2019, p. 411). Nesse caminho, a ideia de autodefinição reflete uma estratégia política e epistêmica de ruptura com as imagens de controle¹²⁸ (COLLINS, 2016), uma ferramenta fundada em princípios da coletividade ancestral africana, que nos ajuda a enxergar, analisar e enfrentar as opressões de raça, classe e gênero (COLLINS, 2019).

Nessa perspectiva metodológica, o entendimento se dá no ato de escrever. Sendo, portanto, também um ato de descolonização dos saberes, fundamentado em uma epistemologia feminista negra, ou seja, uma forma de produção de conhecimentos pautada nas vivências de mulheres negras. Por fim, a epistemologia feminista negra alinhada a essa produção de saberes, construídos nas trocas e vivências acumuladas, é chave para criar estratégias de enfrentamento às opressões interseccionais (COLLINS, 2019).

Quanto à análise, tendo consciência dos papéis e dos lugares sociais ocupados, dos valores e atitudes envolvidos nas situações forjadas na e pela pesquisa, utilizo uma abordagem analítica de base qualitativa no intuito de privilegiar um enfoque narrativo. Jaqueline Conceição da Silva define narrativas como experiências compartilhadas de vivências, histórias, lugares, memórias, afetos, entre outras (SILVA, 2020). Nesta pesquisa, abordo fragmentos da narrativa de vida das entrevistadas tendo por base a perspectiva interseccional, compreendida sob a ótica de uma epistemologia feminista negra. Considero que as narrativas das entrevistadas permitem desvelar as sutilezas complexas dos arranjos ainda pouco estudados pela literatura acadêmica sobre o campo feminista. Portanto optamos pela narrativa como estratégia de apresentação da história de vida de três mulheres que integram e/ou contribuíram com o processo organizativo do Coletivo Regina Pinho no Zumbi.

O processo de reconstrução da história dessas mulheres se fundamenta tanto em fontes primárias, como em documentos produzidos por diferentes atores

¹²⁸ Esse conceito refere-se às imagens interrelacionadas da feminilidade de mulheres negras: a *mammy*, a matriarca, a mãe do bem-estar social e a Jezebel. Essas representações sustentam relações hierárquicas de poder (COLLINS, 2019; BUENO, 2020).

desse território. Considero a análise do percurso formativo dessas mulheres uma estratégia metodológica relevante para a compreensão das concepções e das práticas políticas desse grupo, assim buscamos evidenciar os sentidos que as ações dessas mulheres adquirem nesse território. Para a análise das narrativas de mulheres negras que integram o Coletivo Regina Pinho, recorreremos também aos princípios da educação como prática de liberdade e autonomia, que emergem nos territórios. Assim, também estabeleço diálogos com os pressupostos metodológicos da educação popular por considerar a experiência de mulheres negras como possibilidade de construção de processos educativos embasados em ferramentas políticas com vistas à mudança social (HOOKS, 2013).

As escolhas metodológicas e analíticas justificam-se dado que as experiências individuais e coletivas das entrevistadas revelam como as opressões sociais submetem às mulheres negras a condições de vida que geram maiores dificuldades para que elas tenham acesso aos direitos fundamentais e a políticas afirmadoras de cidadania. Considero que esse enfoque atende ao objetivo principal deste trabalho, qual seja: compreender as concepções atribuídas às práticas organizativas de mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho, no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.

Os procedimentos metodológicos dialogam com a abordagem utilizada na pesquisa, pois auxiliaram na coleta dos dados selecionados e analisados neste trabalho. Para Santos (2007), o uso de instrumentos de coletas de dados requer habilidades como domínio do registro, além de capacidade de estabelecer e manter contatos com agentes diversos. Ao se referir à pesquisa como um “terreno movediço”, a autora ressalta a necessidade de não deixarmos nos levar pelos riscos do mosaico de temas que esse caminho nos oferece, ou seja, para não cair no encanto da sereia, é preciso segundo ela “[...] disciplinar os sentidos.” (SANTOS, 2007, p. 20)

Na geração de dados, utilizei os seguintes instrumentos de pesquisa: a participação observante, caderno de campo, formulário via Google Forms® e entrevistas de história de vida. O trabalho de campo foi iniciado no segundo semestre de 2019. Nesse período, foi possível acompanhar as integrantes do Coletivo Regina Pinho em diversas atividades, tais como a realização de oficinas de produção de remédios caseiros e mutirões de plantio de mudas e/ou manejo de hortas comunitárias. Nesses encontros, foram produzidos vários documentos, como

panfletos, registros fotográficos e audiovisuais. A elaboração desses materiais foi utilizada para a divulgação do trabalho delas por meio de mídias sociais, como o Instagram®.

O enfoque da pesquisa participante dialoga com os pressupostos do feminismo negro, dado que é um caminho que se faz percorrendo e não a priori. Entre o planejado e o realizado, ajustes foram necessários, considerando os objetivos propostos na pesquisa, dado que, em nossa análise, buscamos evidenciar as vivências de mulheres negras num território particular. A técnica da *participação observante* é um neologismo de “pesquisa participante”, utilizado como forma de distinguir a observação participante, pois trata-se de um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de participação da pesquisadora no grupo pesquisado. Assim, a pesquisadora, além de observar, está diretamente implicada com o grupo pesquisado, tendo direito a voz e assumindo papéis durante a pesquisa (KROLLING PERUZZI, 2017, p. 172).

O caderno de campo foi utilizado para registrar as ações do Coletivo Regina Pinho. O recorte temporal estabelecido para fins desse registro considerou o período de 2009 a 2019. Na perspectiva da participação observante, “[...] o diário de campo expressa uma forma de escrita engajada na vivência da pesquisadora durante o processo de pesquisa”. Sendo assim, não se trata de um registro perfeito de uma realidade, mas representações e sentidos da experiência de campo (PEZZATO; L’ABBATE, 2011).

A adequação dos procedimentos da pesquisa exigiu muitas leituras e reflexões, tendo em vista a impossibilidade de dar continuidade ao trabalho de campo de forma presencial. Com isso, as ferramentas virtuais criadas foram elaboradas por meio de trocas proporcionadas nas orientações individuais e coletivas¹²⁹, assim como em agendas de grupos de estudos¹³⁰ que passei a integrar. Essa experiência de troca de experiência, associada às leituras, permitiu o conhecimento sobre ferramentas digitais de coleta de dados, a exemplo do Google Forms®.

O Google Forms®¹³¹ é uma ferramenta gratuita de criação de formulário on-

¹²⁹ Coordenado pela professora Maria Clareth Reis Gonçalves Reis, também coorientadora deste trabalho. Um espaço de troca das produções discentes que muito contribuiu para o amadurecimento teórico da autora desta pesquisa.

¹³⁰ A exemplo do Neabi (UENF) e do Oju Obinrin Observatório de Mulheres Negras (UESB).

¹³¹ O Google Forms® é uma ferramenta gratuita de criação de formulário *online* disponível para qualquer usuário que possui uma conta Google® e ainda pode ser acessado em diversas plataformas,

line disponível para qualquer usuário que possui uma conta Google® e ainda pode ser acessado em diversas plataformas, inclusive, por meio do celular (MOTA, 2019). Esse formulário pode ser encaminhado na forma de link para o grupo pesquisado. Em novembro de 2021, mantive contato por telefone com as integrantes que atuaram no período de 2009 a 2019, no Coletivo Regina Pinho. O envio do *link* contendo o questionário online se deu pelo Whatsapp®. Essa ferramenta possibilita uma maior praticidade na coleta de dados. Porém, um dos limites encontrado foi o fato de que nem todas as integrantes do Coletivo Regina Pinho dominavam o uso de ferramentas digitais, especialmente as mulheres mais velhas e não escolarizadas. Apesar dessa limitação, a maioria delas respondeu ao questionário. Dentre as que receberam o questionário *online*, algumas responderam parcialmente.

Mesmo assim, houve uma produção significativa de dados. Essas informações foram importantes para a composição do perfil das mulheres desse Coletivo. Assim concentrei nossa análise nos dados do questionário e nas entrevistas individuais, pois eles me permitiram acessar as ideias que orientam o percurso organizativo do Coletivo Regina Pinho e suas implicações para a luta política das mulheres negras sem-terra na região.

A identificação do perfil socioeconômico deu-se com base nas análises dos dados do Google Forms®, das participantes da pesquisa. Os dados gerados por meio dessa ferramenta permitiram a produção de informações sobre as condições de vida e as práticas políticas em que elas estão envolvidas, bem como permitiram levantar questões sobre as ações desenvolvidas pelo Coletivo Regina Pinho, ao longo dos últimos anos. Sendo assim, a elaboração desse questionário *online* se orientou nas questões emergidas durante o trabalho de campo realizado ao longo do ano de 2019, incluindo a realização de uma entrevista exploratória¹³².

Tendo em vista o alcance dos objetivos deste trabalho, organizamos o formulário em três grupos temáticos. Um primeiro eixo formado por questões destinadas a identificar o perfil social delas, como idade, escolaridade, identidade de gênero e racial. O segundo bloco temático buscou levantar informações sobre a localidade onde elas vivem, especialmente em relação às suas redes familiares e

inclusive por meio do celular (MOTA, 2019).

¹³² Realizada para fins de elaboração do trabalho final da disciplina Metodologia de Pesquisa, no âmbito do PPPS, UENF.

vizinhança. Nesse aspecto, buscamos entender as formas de atuação desse grupo e suas implicações nesse território.

No último agrupamento temático, buscamos identificar a compreensão delas sobre as condições de vida no assentamento, os papéis que elas ocupam, suas formas de atuação e interação com outros grupos e organizações. Ao todo, foram 23 questões, sendo seis fechadas e 17 abertas. O link do questionário foi enviado para oito mulheres, seis delas responderam. O prazo estabelecido para resposta foi de trinta dias. Dentre as que não responderam, uma não soube utilizar a ferramenta, a integrante mais velha do grupo, e uma não justificou, sendo a mais jovem. Entre as que retornaram, uma parte não respondeu todas as questões.

Os dados obtidos por meio desse questionário suscitaram diferentes questões sobre a história familiar dessas mulheres, a forma como elas se definem, intervêm em seus territórios e interagem com outros grupos. A partir da análise desses dados, elaborei o roteiro de entrevista aplicado entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023. O critério para seleção das entrevistas considerou o retorno delas em relação ao questionário, o que em parte se deu pelo fato de elas dominarem essas ferramentas e terem acesso a tecnologias digitais.

Apesar de possuírem a mesma faixa etária, as entrevistadas inseriram-se em momentos distintos e contribuíram de forma distinta no processo organizativo do Coletivo. O convite para participar das entrevistas foi feito por comunicação via telefone. Anteriormente, a pesquisadora informou-lhes sobre os procedimentos formais, conforme declaração de livre consentimento. No agendamento da entrevista, a pesquisadora consultou-as sobre a possibilidade de o encontro ser realizado de forma presencial ou virtual, mas todas as três entrevistadas optaram por fazer a entrevista de forma online. O que aconteceu pela plataforma Meet®.

Aqui utilizamos a entrevista como uma técnica complementar de coleta de dados, orientada pela história de vida de três mulheres que contribuíram com o processo organizativo do Coletivo Regina Pinho. Nesse sentido, buscamos apreender significados que elas atribuem às suas trajetórias e como concebem as práticas organizativas desse grupo. A entrevista de história de vida permite a reconstrução de fatos da vida da pessoa que narra, constituindo-se num relato oral ou escrito. Nessa construção de sentidos, a vida passada é reinterpretada no ato de narrar, refletindo assim uma visão particular de sentimentos e acontecimentos históricos relatados por uma dada pessoa (FIORITI, s./d.).

Durante a entrevista de história de vida, as integrantes do Coletivo elaboraram uma narrativa na qual relatam etapas de suas vidas que consideravam significativas. Desse modo, a narrativa é construída por uma memória seletiva, ainda assim ela é expressão da trajetória pessoal, inserida em um contexto social específico. Essas narrativas, juntamente com os dados registrados no caderno de campo e do Google Forms®, constituem-se parte integrante da análise deste trabalho.

Neste estudo, partimos do entendimento de que a pessoa que narra coloca em ação sua memória, na qual ela evoca e seleciona acontecimentos vivenciados. No dizer de Santos, a narração é uma produção que abarca relatos distintos sob a “[...] a forma de uma enumeração de fatos, como uma cronologia, na qual se listam acontecimentos marcantes de um período de vida transcorrido, tais como a entrada na escola, no mundo do trabalho, entre outros momentos significativos.” (SANTOS, 2007, p. 86).

Ao trazer para seus relatos a interpretação de eventos significativos em suas vidas, a pessoa que narra torna visíveis os fios dos discursos com os quais tecem suas identidades, mesmo que de modo instável e episódico, e revelam as práticas sociais que realizaram em diversos momentos de suas vidas (SANTOS, 2007, p. 86-87). Portanto, ao elaborarem versões de suas histórias de vida, há uma seleção de acontecimentos que as entrevistadas consideram relevantes em suas trajetórias.

As três entrevistas realizadas para fins desta pesquisa foram gravadas, em áudio e transcritas por mim. Cada entrevista teve duração de mínimo de 1 hora e máximo 1 hora e 38 minutos. Para tanto, seguimos um roteiro-guia, tendo as entrevistas sido conduzidas a partir de três aspectos orientadores que consideramos relevantes para o conhecimento da trajetória das pessoas entrevistadas e para os objetivos da pesquisa, são eles:

- A trajetória de vida e a origem familiar das entrevistadas;
- As concepções que orientam as práticas do Coletivo e suas formas de atuação nas redes familiares e de vizinhança no Zumbi;
- As relações desse processo organizativo com os movimentos sociais e suas implicações para o debate das políticas públicas.

Como discutido anteriormente, a proximidade entre a pesquisadora e as pesquisadas não tornou o processo de interação mais fácil, especialmente no que diz respeito à aplicação das entrevistas de história de vida. De início, elas se

mostraram reticentes e apreensivas, seja verbalizando que não sabiam por onde começar, ou demonstrando insegurança em narrar suas histórias. Na tentativa de deixá-las mais confortáveis, sugeri que falassem o que lembrassem, o que viesse à cabeça, sobre suas trajetórias de vida. As três entrevistadas iniciaram suas narrativas compartilhando memórias de suas infâncias. Por vezes, suas narrativas foram entrecortadas por falas reticentes, respiração ofegante. Elas pareciam fazer um esforço para “lembrar”.

Respeitando o tempo e os limites de cada entrevistada, quando pertinente, aproveitei para retomar aspectos de suas falas anteriores, que deixaram dúvidas ou para aprofundá-las. Também fui interpelada com questionamentos, elas quiseram saber a minha opinião sobre questões como “O certo é preto ou negro?!” “Será que fui clara?” “Era isso que você queria saber?” O que possibilitou trocas e aprendizados mútuos. Falar de si não é exercício fácil, exige autoconhecimento. Portanto,

[...] não se tratava mais de reuniões para organizar algum tipo de atividade voltada para o movimento, mas sim de uma situação na qual essas experiências socioculturais seriam desveladas, por meio da linguagem descortinando trajetórias de sujeitos com histórias distintas. (SOUZA, 2011, p. 27).

No campo do feminismo negro, a autonegação é um elemento importante, por estar relacionada a escolhas políticas, especificamente identidade política assumida no âmbito da participação social, mas não utilizaremos os nomes pessoais das entrevistadas com o objetivo de resguardar suas identidades pessoais. Os nomes das sujeitas da pesquisa foram substituídos por codinomes. A escolha é simbólica e busca expressar a contribuição de mulheres camponesas, que são consideradas referências na luta pela terra e na defesa de seus territórios, no Norte Fluminense. Abaixo (Quadro 1) apresento o perfil das integrantes do Coletivo Regina Pinho, elaborado com base nos dados do questionário *online*.

Quadro 1 – Perfil social das integrantes do Coletivo, de 2009 a 2019

Nº	Codinome	Perfil social	Inserção no Coletivo
1	Claudinha	De família de trabalhadores rurais, assentada, parda, 65 anos de idade, ensino fundamental incompleto, casada, 4 filhos.	2010
2	Neinha	De família de trabalhadores rurais, neta de assentados, auxiliar administrativo, parda, 33 anos de idade, ensino médio completo, casada, 2 filhos.	2012

3	Dandara	De família de trabalhadores rurais, filha de assentados, técnica de enfermagem, 34 anos de idade, filha de assentada, preta, solteira, sem filhos.	2009-2012
4	Margarida	De famílias de pequenos agricultores, agricultora assentada, 47 anos de idade, branca, casada, 4 filhos.	2006 ¹³³ - 2015
5	Moreninha	De família de assalariados do corte da cana, filha de assentados, 27 anos de idade, parda, X, casada, 1 filha.	2014-
6	Marilza	De famílias de assalariados da corte da cana, filha de assentados, X, preta, X, casada, 2 filhos.	2015-

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O perfil social das integrantes do Coletivo é diverso, em termos ocupacionais. A maioria delas casadas e com filhos, que se autoidentificam como mulheres negras. O engajamento político delas ocorreu em momentos distintos do processo organizativo do Coletivo. Esses aspectos serão aprofundados, mais adiante, por meio da análise das narrativas extraídas da transcrição das entrevistas. A seleção das entrevistadas Neinha, Dandara e Moreninha baseou-se nos seguintes três critérios: a participação delas no grupo no período delimitado, o retorno em relação ao questionário aplicado e o papel ocupado por elas no Coletivo.

Dandara contribuiu para fomentar a discussão e apoiou as ações do primeiro grupo de mulheres no Zumbi. Em 2009, participou desse processo organizativo, até 2012, quando migrou para Macaé para trabalhar. Posteriormente retornou para o assentamento e passou a contribuir com a organização de um grupo de jovens em uma das igrejas evangélicas da localidade. Neinha é uma das integrantes de participação mais assídua no Coletivo, especialmente no período do trabalho de campo que resultou nesta pesquisa. Apesar de trabalhar fora do assentamento, permanece no grupo, mobilizando outras mulheres para participarem da agenda.

Moreninha inseriu-se mais recentemente, nesse processo organizativo, no momento de reconfiguração do processo organizativo Coletivo. No grupo, ela encontrou espaço para comercializar seus artesanatos, sua única fonte de renda.

¹³³ A referência temporal feita refere-se a um período anterior, quando as mulheres se articulavam por meio de outros coletivos sociais no Zumbi, como o grupo “Amor do Campo.” (SILVA, 2012, MARTINS; RODRIGUES, 2019).

As entrevistadas fazem parte de um mesmo grupo geracional, mas possuem trajetórias singulares e atuam nesse trabalho organizativo de formas distintas. A forma como elas se identificam ou são identificadas aponta para as tensões e ambiguidades do ideal identidade de luta construído pelo movimento feminista camponês.

3.3.2 Autodefinição, contradições e possibilidade política¹³⁴

O termo autodefinição é um conceito das feministas negras que retrata uma consciência autodefinida e coletiva das mulheres negras. Para Collins (2019), o lugar onde as mulheres constroem autodefinições refletem tensões entre opressões e o ativismo. Esse espaço permite às mulheres negras suportar e, em muitos casos, transcender o confinamento das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade que operam de modo interseccional. Desse modo, as ideias e ações das mulheres negras sugerem um ponto de vista autodefinido que foi essencial para a sobrevivência da população negra (COLLINS, 2019).

[...] autodefinição e autoavaliação das mulheres negras é o tema chave que permeia a história do pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico da autodefinição das mulheres negras, substituindo imagens exatamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras. (COLLINS, 2016, p. 102).

Segundo Collins (2001), a partir das suas experiências familiares e comunitárias, as mulheres negras formulam as próprias ideias sobre o significado da feminilidade negra. Essas autodefinições são projetadas para resistir às imagens negativas controladoras da feminilidade negra promovidas pela branquitude. Sendo assim, a autodefinição é uma forma de negar os estereótipos racistas e sexistas (COLLINS, 2019, p. 13). Para Winnie Bueno, apesar de esse conceito ter sido elaborado a partir da realidade de mulheres negras estadunidenses, é possível localizar contornos semelhantes dessa ideia por toda a experiência da diáspora africana (BUENO, 2019).

¹³⁴ Uma referência ao curso *Narrar a nós mesmas: construindo uma autodefinição*, de Abaomy Jamila, BRAVASP, em março de 2023. <https://www.bravasp.com.br/>

A artista não binária Jota Mombaça explica que a autodefinição como exercício crítico reflete um esforço ambivalente, pois tem uma certa dimensão de si, de reclamar uma certa autodefinição como estratégia de reação, e de não ser simplesmente incorporado pelas definições normativas de que o mundo dispõe. Sendo, portanto, uma forma de nos apropriarmos e também de nos marcar, para que não sejamos apagadas. Por outro lado, segundo a artista, há uma contradição: a nomeação é algo próprio da dimensão da colonização à qual nós fomos submetidas e submetidos (MOMBAÇA, 2017).

A intelectual estadunidense Glória E. Anzaldúa explica que dispositivos de nomeação, como nacionalidade, gênero, classe, servem para que sejamos nomeadas de maneira estereotipada. Apesar disso, podem ser utilizados como lugares para reivindicar direitos, políticas de existências. Para a autora, uma das contradições desses lugares sociais, é que eles não definem tudo o que somos. Nessa perspectiva, a autodefinição é uma forma de nomear, de tornar nossa existência conhecida. Um exercício de reunir muitas identidades em nós, que são aniquiladas, e começar a projetá-las na dimensão da existência para afirmar que elas estão vivas (ANZALDÚA, 2005).

Ao analisar as práticas de jovens inseridos em coletivos culturais do *hip hop*, Souza (2011) ressalta que o enfrentamento às adversidades e aos compromissos que se assumem em decorrência dos engajamentos políticos não são os únicos elementos importantes da vida desses sujeitos. Ainda, segundo a autora, as questões da coletividade estão sustentadas em formas de reexistir, que são construídas a partir de redes de significados que sustentam escolhas e demarcam “[...] identificações e diferenciações com determinados grupos, que constituem suas identidades sociais.” (SOUZA, 2011, p. 99). Nesse aspecto, trata-se de evidenciar a partir das narrativas das entrevistadas, o processo de constituição identitária das mulheres negras sem-terra. A compreensão das imagens que elas têm de si e das que se tem delas pode revelar as formas pelas quais as entrevistadas constroem suas identidades e as sustentam em diferentes contextos.

*Uma vez sem-terra,
sempre sem-terra!*
(DRICA DO MST,
março de 2023).

Pelo segundo ano consecutivo, as mulheres negras sem-terra realizaram

uma agenda de mobilização, em nível estadual, em vista do “8 de Março”, na capital do Rio de Janeiro¹³⁵, quando uma centena de mulheres de vários acampamentos e assentamentos de diferentes regiões do estado se reuniram na candelária, num acampamento pedagógico, com objetivo de analisar a conjuntura política em relação aos direitos das mulheres camponesas. O evento contou com a participação de Marina do MST, então eleita deputada estadual.

Esse evento realizou oficinas, visita ao gabinete da Marina na Alerj, sendo finalizado com um ato público na Candelária¹³⁶. Entre as delegadas, da região norte, estava Drica do MST, sobrinha de um assentado no Zumbi 4, oriunda de uma família de pequenos agricultores do município de São Francisco de Itabapoana, que atualmente reside em Casimiro de Abreu, região Serra Mar do Rio. Conheci-a, no ano anterior, em 2022, durante as mobilizações das mulheres sem-terra para a agenda do 8 de Março, no Rio. Em uma de nossas conversas, Drica relatou, com brilho nos olhos, a participação da sua família na luta pela terra na região. Sua avó e principal referência coordenou a cozinha comunitária durante a ocupação, espaço que lhe permitiu estabelecer uma rede de relações de amizades e vizinhança. No momento da divisão dos lotes, sua avó cedeu a outra mulher, pois considerava que mulheres com filhos pequenos deveriam ter prioridade na reforma agrária.

No acampamento pedagógico das mulheres negras sem-terra, reencontrei essa liderança, que estava acompanhada da sua filha e de sua neta. Logo iniciamos uma conversa. Em um dado momento, ela expressou insatisfação com o fato de a sua filha não gostar de roça. Em seguida, comentou: “[...] mas minha neta não vai negar o sangue”. No gabinete da Marina, o clima era de comemoração, devido ao fato histórico da primeira mulher sem-terra eleita para a Alerj. Várias mulheres partilharam suas trajetórias no Movimento. Em um dado momento, essa liderança relatou: “[...] muitas pessoas me dizem que nem pareço sem-terra! O povo acha que porque somos roceiros tem que andar de qualquer jeito [...]. Uma vez sem-terra, sempre sem-terra!” (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2023).

No Coletivo Regina Pinho, também identifiquei um forte componente geracional relacionado ao papel que as mulheres acampadas exerceram em suas

¹³⁵ Em março de 2022, as mulheres do MST realizaram a primeira agenda o “8 de Março” em âmbito estadual. Nas regiões, essa agenda é constituída de atividades que variam de ações de sensibilização social com denúncias e reivindicações, como manifestações públicas, assim como ações de caráter formativo, a exemplo de oficinas pedagógicas e culturais (MARTINS, 2015).

¹³⁶ Manifestação que reuniu diversos movimentos e organizações feministas, de filiações partidários diversas, alinhadas à esquerda progressista.

redes familiares e de vizinhança, após a divisão dos lotes de reforma agrária no Zumbi. Não por acaso, quando indagadas quem são, na visão delas, as referências femininas que atuaram nesse assentamento, uma delas cita que as “[...] pioneiras em vivências [são mulheres] que sempre militaram para melhorar algo para a próxima geração”. Tendo como principais referências mulheres com quem convivem ou já conviveram, como suas avós, sogras e amigas. Outras, porém, afirmam “[...] não conhecer” ou simplesmente não souberam/quiseram responder, possivelmente porque tendem a reduzir essa ideia a modelos de liderança que atuam nos movimentos sociais e/ou por não se autorreconhecerem nessas formas de representação política (QUESTIONÁRIO, 2021). Para Moreninha, suas avós fizeram parte do MST, mas, segundo ela, apenas a sua avó paterna seria uma referência na luta pela terra, pois “[...] ela ficava mais ali, trabalhando, fazia as coisas, chamando os filhos... ela conseguiu as terras.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Em conversas que mantivemos ao longo da pesquisa de campo, ela me havia relatado que sua avó materna veio para o assentamento na condição de esposa, pois o marido que teria participado da ocupação no Zumbi. Após a morte dele, sua avó assumiu a gestão do lote. Quando faleceu, o filho mais novo entrou no seu lugar. Recentemente, um de seus netos, que trabalha como diarista no cultivo do abacaxi, no assentamento, passou a reivindicar uma parte do lote, sem sucesso. Moreninha acredita que seu tio, apesar de não verbalizar, não cedeu um pedaço de terra para o sobrinho, pois ele se considera o único herdeiro legítimo, por ser o único filho do segundo casamento da sua avó (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2023).

A maior parte das integrantes do Coletivo não são titulares do lote e mantêm relações diversas de parentescos com eles: são filhas, sobrinhas, netas, noras e compõem uma segunda e até terceira geração das famílias assentadas no Zumbi (MARTINS, 2015). A Portaria n. 981, de 2003 (INCRA 2007) obriga a titulação conjunta de terras. Com isso, as mulheres passaram a ter maior abertura para questões sociais e econômicas que se inserem no meio rural. A representatividade da mulher no espaço rural, no que se refere à gestão de propriedade, foi analisada pelo censo agropecuário do IBGE (2017). Esse levantamento registrou uma mudança considerável da chefia feminina em relação ao censo agropecuário de 2006, conforme apresentado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Dados referentes ao número de estabelecimentos agropecuários

Ano	N. de estabelecimentos agropecuários	N. de estabelecimentos agropecuários Chefiados por homens	N. de estabelecimentos agropecuários Chefiados por mulheres	Percentual da chefia masculina (%)	Percentual da chefia feminina (%)
2006	5.175.489	4.519.261	656.228	87,3	12,6
2017	5.072.152	4.100.900	945.490	80,8	18,6

Fonte: Sidra – Censo Agropecuário/IBGE (2017).

Uma outra categoria que passou a ser considerada na análise dos dados do Censo Agropecuário, em 2017, é a cogestão. Essa perspectiva busca visibilizar a contribuição feminina na gestão da propriedade rural em termos econômicos e sociais, conforme é possível observar nos dados sistematizados a seguir (Tabela 3).

Tabela 3 – Números de estabelecimentos agropecuários dirigidos por casais

Ano	N. de estabelecimentos agropecuários chefiados por casais	N. de homens (cônjuge)	N. de mulheres (cônjuge)
2017	1.029.509	212.583	816.926

Fonte: Sidra – Censo Agropecuário/IBGE (2017).

Contudo estudos demonstram que a titulação conjunta não tem garantido às mulheres sua participação efetiva na gestão dos processos produtivos nos assentamentos de reforma agrária (DEERE, 2004; PAULILO, 2004). Tal distinção de gênero em relação à chefia da propriedade apresentam-se como barreiras significativas para as mulheres, que são sobrecarregadas pelas responsabilidades das tarefas domésticas e costumam não ter poder de decisão em relação aos seus estabelecimentos.

No Zumbi, dentre os lugares sociais ocupados por elas, a figura mais citada era a “dona de casa” e de “domésticas”. Apenas uma pequena parte delas se identificavam como “agricultoras” e/ou “trabalhadoras rurais”, ainda que participem de formas distintas dos processos produtivos no assentamento, como a produção para o autoconsumo, a organização de mutirões de plantio e colheita, entre outras tarefas (MARTINS, 2015). As diferentes formas ocupacionais no Zumbi envolvem a produção para subsistência e comercialização. O arrendamento costuma ser uma estratégia de sobrevivência e permanência de algumas famílias assentadas. Ademais, é possível observar a manutenção de formas de cooperação no

assentamento por meio da realização de mutirões como estratégia de diversificação da produção de vertente agroecológica (CASTILLERO, 2016).

Sobre as condições de trabalho das mulheres no assentamento, Moreninha afirma “[...] trabalha bastante, colher feijão, botar as crianças para debulhar junto. Sempre estavam mãe, pai, vó, todos trabalhando juntos”, mas “[...] hoje as mulheres trabalham fora, não querem saber de roça, mas de trabalho de carteira assinada, [...], faz faculdade”. Tendo como referência as mudanças na lide agrícola, Moreninha pontua o trânsito de boa parte das mulheres entre o meio rural e os centros urbanos, em busca de melhores condições de trabalho e de investimento em educação. Ainda segundo ela, isso ocorre porque “[...] hoje quase ninguém quer trabalhar na roça pegando sol quente pra ganhar quase nada.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

No entendimento dela, mulheres como a sua avó se engajaram na luta pela terra porque “[...] não tinha terra, não tinha casa, nada! A maioria veio nessa condição, nosso caso foi esse”. Segundo ela, as mulheres negras sem-terra vivenciam situações violência. “Não é tão bom devido à violência, quer ocupar a terra, mas não pode, [por causa] dos donos da terra”. Fazendo referência ao assassinato de Cícero Guedes, ela avalia que esse é um problema permanente, apesar de ganhar outros contornos, pois “[...] trabalhar para ganhar mixaria, quase ninguém tá querendo”. Mesmo assim, para ela, a possibilidade de plantar é o que faz a reforma agrária valer a pena (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Os argumentos da entrevistada remetem ao modelo de produção estabelecido no Zumbi, que envolve majoritariamente dois tipos de culturas: a cana-de-açúcar e o abacaxi. Essas lavouras envolvem ciclos sazonais que mobilizam um maior número de mão de obra durante o plantio e a colheita. No período da moagem da cana de açúcar, essa mão de obra é contratada por um período aproximado de seis meses, grande parte dela, é formada por jovens do sexo masculino. Após esse período, eles passam a trabalhar em ocupações esporádicas, como diaristas.

No plantio da cana, as famílias assentadas podem receber subsídios das Usinas, na forma de sementes, por vezes, inclui o frete e o corte da cana. Já na lavoura de abacaxi, a situação tende a ser mais variada, sendo o período de plantio e colheita controlados por técnicas de indução por meio do uso de hormônios, condição que envolve um volume maior de investimentos de capital financeiro nesse tipo de cultivo agrícola. Por isso, essa cultura é feita, de modo geral, por meio de

parceria ou arrendamento entre as famílias assentadas e produtores de abacaxi da região, sejam eles assentados ou não, que acumularam capital e detêm maior poder de investimento financeiro, sendo o plantio e colheita exercido exclusivamente por jovens do sexo do masculino, que preferem trabalhar nessa lavoura pois ganham mais. Isso ocorre também porque esse trabalho é muito mais extenuante.

A maioria trabalha passando veneno na roça. É um dos serviços principais daqui, ninguém usa proteção [...]. Paga 60 reais na enxada, 80 reais no embarque de muda de abacaxi [...]. Já com o veneno, cada tambor de 200 litros custa uns 50 reais, quanto mais conseguir botar agrotóxicos por dia, mais recebe. Tem gente que vai de madrugada até a noite para poder ganhar mais. O plantio da muda, a cada vez, fica uns 200 reais, assim, como a cana quando mais você corta mais ganha, é por produção (GFMS, IVI, P. 101) Quando não tem emprego na roça, vai pra construção civil. (TRECHO DA ENTREVISTA CONCEDIDA A CASTILLERO, 2016, p. 101).

Esse grupo possui baixa escolaridade. Quando não está ocupado com o plantio e a colheita de abacaxi, assume outros tipos de trabalho, geralmente informal, como serviço de capina, aplicação de agrotóxicos entre outros. Não por acaso, a maior parte das mulheres e jovens acabam buscando postos de trabalho fora do assentamento. As mulheres em geral, quando se ocupam fora do assentamento, trabalham como faxineiras e/ou mensalistas. Uma pequena parte delas trabalham em redes de supermercados, também em funções de limpeza, atendentes em lojas de shoppings da região. Já entre os homens, as ocupações variam entre setores da construção civil e motoristas de empresas de transporte público, inclusive escolar. Há também um grupo de pessoas que ofertam rede de serviços na localidade, como pedreiros, serralheiro, carpinteiro, borracheiro, manicures e trancistas, assim como uma pequena rede de comércios, como bares e lanchonetes.

As lavouras que exigem um número maior de força de trabalho e costumam envolver mais membros da família (mulheres e jovens), são culturas de tempo curto, como o milho, feijão, hortaliças entre outras, não são estimuladas na região, considerando os elementos climáticos limitadores, devido às longas estiagens e aos movimentos agroecológicos, que têm pautado o debate de políticas e programas de apoio a tecnologias produtivas que atendam as especificidades ambientais e sociais da agricultura familiar (RELATÓRIO DE ATIVIDADES CPT, 2010).

Narrativa 1

Moreninha veio para o assentamento, aos 3 anos de idade, com os pais. Na

época, eles trabalhavam no corte da cana e viviam no bairro de Canaã, distrito de Travessão. Segundo ela, foi sua avó paterna que convenceu os filhos a virem para a ocupação no Zumbi. Com isso, seu pai conquistou um lote de terra nesse assentamento. Durante a pesquisa de campo, sua avó paterna foi citada por diversas vezes como uma das principais lideranças locais, por ter exercido papel significativo na construção de redes de apoio às famílias assentadas, especialmente após a divisão dos lotes no núcleo 4.

A entrevistada compreende o termo *sem-terra* como uma categoria exclusiva daqueles que participam do Movimento, e não apenas como os que ocupam a terra, como podemos observar na seguinte afirmativa: “Minha avó era!”. Apesar de ter como referência a avó materna, com quem conviveu mais tempo e nutre muito afeto, ela explica que a avó paterna pertenceu ao Movimento, pois participou ativamente das ações durante a ocupação do Zumbi, não só acampou (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2022). Em seu argumento, ela define a identidade “sem-terra” como uma forma de pertencimento baseada em critérios associativos e de adesão política.

Moreninha chegou à ocupação do Zumbi ainda criança. Em meio às lembranças desse período, conta “[...] que era tudo cana, tinha algumas casas espalhadas, o grupo [escola desativada] e a igreja”. Nesse período, ela lembra que “[...] estudava, jogava bola, brincava de queimado, foi [uma fase] boa, aprendi a ler e escrever”. Na adolescência, não fez muitas amizades por causa da timidez, apenas estudava “[...] não saía para lugar nenhum” sozinha porque seus pais não deixavam (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023). Durante a pesquisa de campo, identifiquei que, na maioria das vezes, os espaços de participação das mulheres no assentamento se restringem às lavouras e à casa, não por acaso elas se definem muitas vezes a partir do trabalho.

Também registrei relatos de outras jovens que perderam oportunidades de trabalho e de estudo, por não poderem dormir fora de casa ou viajar sozinhas. Uma jovem que participou do curso ofertado pelo Coletivo chegou a receber uma bolsa para participar de um curso de formação do Movimento na capital do Rio, mas disse que não poderia ir e justificou: “[...] aqui é assim, nós fomos criadas assim!” Há também relatos de jovens que costumam desistir de fazer faculdade¹³⁷ porque seus

¹³⁷ Na primeira turma do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ (2008-2012), ingressaram quatro jovens do Zumbi, sendo duas do sexo masculino, e dois, do sexo feminino. Em 2012, a partir de um pré-vestibular comunitário, jovens participaram da seleção, sendo aprovados seis:

pais e/ou namorados não permitem que elas fiquem fora de casa (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2022).

O controle da sexualidade das mulheres é lido como um dos mecanismos de poder masculino (CISNE, 2012). Nas famílias negras, especialmente para os homens negros, esse controle pode ser entendido como uma forma de proteção, já que historicamente as mulheres negras são hiperssexualizadas. Casos de abuso sexual, inclusive de crianças e adolescente, são muitos comuns na área rural. Durante a pesquisa, dois casos de estupros foram citados. Em um deles, a família não denunciou por medo. O tema ainda é um tabu entre as participantes da pesquisa. Durante a pandemia, o Coletivo estabeleceu diálogo com o Conselho de Direitos da Mulher (Condim), em Campos, para apresentar demandas de políticas públicas de combate à violência de gênero no campo, no entanto pouco se avançou no atendimento a essas reivindicações (COLETIVO REGINA PINHO, 2021).

No Zumbi, os espaços de sociabilidade para as mulheres são restritos, como a participação em eventos familiares e comunitários, as atividades religiosas e culturais e as festas regionais. Nos finais de semana, a igreja costuma ser a única forma de interação para as jovens do Zumbi, enquanto os bares são considerados como sinônimo de masculinidade ou de mulheres "à toa". A pesca costuma ser citada por elas como um momento de lazer, contudo a demanda por equipamentos culturais nos assentamentos é uma pauta da juventude no campo ainda desconsiderada por parte do poder público. A ausência de transporte público nos finais de semana é outro limitador para o acesso das pessoas da área rural à cidade, onde ainda se concentram esses serviços (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2021).

Moreninha diz que parou de estudar quando engravidou e se casou, mas mantém o “[...] desejo de terminar os estudos para trabalhar, fazer faculdade se conseguir”. O projeto de terminar os estudos “[...] fica na minha cabeça, não vou conseguir serviço por isso”. Ela disse que nunca trabalhou e que, devido à baixa escolaridade, “[...] não posso escolher porque não tenho estudo”. No lote da família dela, “[...] não é costume as mulheres irem para a roça, mas tem mulheres que

quatro para Dandara dos Palmares, e dois, para o Josué de Castro. Apenas dois se matricularam, mas não conseguiram concluir o curso. A oferta desse curso no Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muijaert (ISEPAM-FAETEC), em Campos, possibilitou o maior acesso ao curso e passou a atender jovens de diferentes territórios rurais da região, entretanto o curso teve apenas duas turmas, sendo encerrado em 2017, pela instituição.

trabalham [no Zumbi]”. Sua primeira experiência na roça com o pai foi fazer uma capina com o irmão mais velho, “[...] como forma de castigo.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Seu lugar social na família é definido em função da maternagem, ela diz “[...] sou mãe, uma mãe!” Para ela, ser mãe “[...] é trabalho, bastante atenção, cuidar, dar carinho, ensinar o certo e o errado”. Ela diz que aprendeu ser mãe depois que teve sua filha. A identidade feminina costuma estar associada a seu papel de reprodutora. Essa imagem básica originária da mulher-família, dona de casa, faz parte do nosso imaginário social, uma vez que, desde criança, homens e mulheres, são socializados para performar papéis, baseados na naturalização do sexo biológico. Esse processo de mistificação se baseia em técnicas sociais de controle da consciência feminina (SAFFIOTI, 2013). Sob a perspectiva da interseccionalidade, a experiência das mulheres não é homogênea. Quando conectadas às dimensões de gênero, as formas de opressão, como o racismo, evidenciam-se no controle exercido sobre os corpos femininos, por meio da imposição de silêncio e da propagação de mitos como verdades universais sobre as mulheres. Em conjunto, esses mecanismos reduzem as mulheres a lugares construídos pelo patriarcado (PIMENTEL; WANDERLEY, 2020), mas esse modelo de identidade feminina tem sido posto em xeque quando observadas as contradições que envolvem classe, raça e gênero.

Assim, as formas de silenciamento e mistificação dos papéis sociais das mulheres são vivenciadas a partir da condição de classe e raça. Sobre a forma pela qual foi socializada, Moreninha comenta: “[...] ela não demonstrava com palavras, ela era tímida também... tinha vergonha de falar as coisas”. Ressalta que o principal aprendizado que obteve da seguinte forma: “Mãe falava pra gente pra não fazer coisa errada, não ir na cabeça dos outros.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023). Em dado momento da entrevista, Moreninha relatou que seu irmão mais velho está preso num presídio na capital do Rio e que mantém contato com a mãe através de cartas.

A mortalidade e o encarceramento da juventude negra é uma problemática pouco discutida na agenda dos movimentos sociais camponeses. O movimento “Mães de Maio” é um marco na história recente do Brasil, que surge em razão da maior série de chacinas praticadas pelo Estado brasileiro, desde a ditadura militar, conhecida como Crimes de Maio de 2006, em São Paulo. Mais do que

justiça para seus filhos, essas mulheres construíram um movimento social que se tornou referência para outras famílias impactadas pela violência racista em todo país¹³⁸. Do lugar da maternidade, elas enfrentam uma guerra em seus próprios territórios, a política genocida do Estado brasileiro.

As mulheres negras são referências de vários movimentos comunitários. Assim,

[...] mesmo que estejamos acostumados a ver mulheres ocupando as bases de apoio dos movimentos sociais, aquelas massas que participam nas assembleias gerais e nas manifestações de rua, existe uma tendência de não vê-las como referência de liderança. (CAMINHA, 2008, p. 135).

A formação do “lugar político” das mulheres faz-se na liderança da organização política no confronto com o Estado, contudo nesses espaços as mulheres negras são invisibilizadas e deslegitimadas, devido ao senso comum racista e sexista existente em nossa sociedade (SILVA, 2004 *apud* CAMINHA, 2008).

Narrativa 2

Neinha iniciou sua narrativa lembrando de sua infância no bairro Arraial, em Travessão, quando toda a família se reunia para confraternizar nos finais de semana. Nas palavras dela: “[...] a gente ficava lá, brincava, sempre aquela coisa de muita criança, muita gente junta!” Esse bairro é formado, em grande parte, por famílias de trabalhadores rurais expulsas do interior dos latifúndios, principalmente a partir da década de 1980.

A falência das usinas ampliou as desigualdades sociais na região, dadas as condições precárias de vida das famílias de trabalhadores rurais assalariados na cultura canavieira campista (VIANA, 1995). Em nossa pesquisa de campo, coletamos relatos que indicam o alto nível de pobreza que essas famílias viviam, seja no interior dos latifúndios, como moradores/trabalhadores ou fora deles, na condição de trabalhadoras e trabalhadores volantes, popularmente chamados de “boias-frias”, retratadas como “flageladas”, devido à situação de penúria em que a maioria vivia (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2019). As famílias de trabalhadores rurais mais abastadas economicamente detinham pequenas parcelas de terra, o que lhes permitia se inserir nessa cadeia produtiva, na condição de

¹³⁸ A exemplo da Chacina de Acari – 1990, Massacre do Carandiru – 1992, Chacina da Candelária – 1993, o Massacre de Eldorado dos Carajás – 1996 (MÃES DE MAIO, 2018 *apud* ALMEIDA, 2022).

fornecedores de matéria prima para a produção de álcool e açúcar nas usinas da região (NEVES, 1995).

Com a crise no setor canavieiro, a família Neinha realiza constantes deslocamentos em busca de trabalho. Ela contou que, quando sua mãe foi trabalhar em Cabo Frio, manteve as responsabilidades pelas despesas da casa, enquanto sua avó ficou responsável pelos cuidados dela e de seu irmão mais velho. Neinha não conheceu o pai, assassinado quando sua mãe estava grávida dela. Seu irmão mais novo foi morar com a avó paterna. Devido à situação de extrema pobreza em que viviam, o pai dele avaliou que sua avó não teria condições de cuidar de mais um. Nas palavras dela: “[...] aí levou meu irmão mais novo pra mãe dele criar, mas ele não registrou meu irmão. Os três filhos que minha mãe tem, ela que registrou, a gente só é registrada no nome dela.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Nesse relato, destacamos a configuração de arranjo familiar específico para colocar em questão a noção de família. A estrutura familiar patriarcal brasileira é fruto do processo de colonização portuguesa. Para Juliana M. Borges (2021), ainda hoje, as mulheres negras sofrem com o peso dessa herança colonial, porquanto a elas são impostas condições de pobreza, ausência de status social e total desamparo (NASCIMENTO, 2016 *apud* BORGES, 2021). A expressão “matriarcado da miséria”, cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, sintetiza o cenário social marcado pela exclusão, discriminação e rejeição social. As mulheres negras, que chefiam os milhares de lares brasileiros, encontram-se ocupadas em trabalhos precários, com baixo nível de escolaridade, chefiando a casa, providenciando o sustento de seus familiares. Assim, seu papel de resistência e liderança em suas comunidades se dá frente às condições de miserabilidade impostas por estruturas racistas e sexistas (GELEDÉS, 2020).

O maior número de famílias monoparentais¹³⁹ encontra-se nas regiões mais pobres do país (IBGE, 2017). Nesse formato familiar, o grupo mais vulnerável é composto por pessoas que vivem em domicílios formados por arranjos cuja responsável é uma mulher sem cônjuge, com filhos de até 14 anos de idade. No período desse levantamento, 56,9% dessas pessoas viviam em situação de pobreza. Neste tipo de domicílio, quando o responsável é mulher preta ou parda, a

¹³⁹ Esse tipo de arranjo familiar ocorre quando apenas uma pessoa assume a parentalidade, seja ela a mãe, o pai ou um outro membro da família.

incidência da pobreza aumenta, representava 64,4% do total de domicílios (GARCIA, 2019 *apud* BORGES, 2021).

O fato de Neinha não desenvolver a questão da paternidade é um dado significativo. Estudos sob a perspectiva decolonial têm contribuído para desconstruir o estereótipo de que os homens negros não são responsáveis, não são amáveis, companheiros e incapazes de cuidar. Esse movimento de ressignificar o sentido da paternidade é uma das formas de lutar contra o racismo, que se estrutura e organiza a vida social pela violência (PENINA, 2017). Especialista em masculinidades e paternidades pretas, Luciano Ramos defende que é preciso problematizar a noção de paternidade. Segundo o estudioso, os homens negros ocupam espaços das masculinidades subalternas, havendo por tanto um padrão paternidade branca que se tornou hegemônica. Contudo, uma não existe sem a outra, elas interagem mutuamente, mas de forma desigual. Assim, as desigualdades são construídas no interior das masculinidades. Ramos explica que a paternagem, como movimento singular, não existe e ressalta a necessidade de se considerar os aspectos de gênero, raça e classe para a compreensão dos distintos exercícios de paternagem (RAMOS, 2020).

A figura materna aparece de forma recorrente, na narrativa das entrevistadas. Tendo por base olhar feminista sobre a maternidade, Esther Vivas (2021) explica que a maternidade em si não é o problema, mas o sentido que lhe atribui o sistema patriarcal. Esse sistema reproduz o ideal de materno que oscila entre a mãe sacrificada, a serviço da família e das crianças e a supermulher capaz de conciliar trabalho e a criação das filhas e filhos. Nessa condição, as mulheres são expostas a diversas situações de opressão. Contudo, quando analisada a experiência das mulheres negras escravizadas, observamos que além do trabalho exaustivo, a estrutura de reprodução escravista lhes impunha também a função de gerar mais escravizados, alimentar seus corpos, de suas filhas e filhos e criar a prole de seus senhores. Nesse contexto, segundo Viviana Santiago, as mulheres negras pariam, mas não tinham o direito de maternar, uma vez que tinham seus filhos vendidos¹⁴⁰. (SANTIAGO, s/d), ademais, elas foram submetidas a um perverso pacto social que as construíram como objetos sexuais, como discutido anteriormente.

¹⁴⁰ Na Lei do Ventre Livre, de 1871, as mulheres escravizadas tiveram parte de seu corpo emancipado, seu ventre, seu útero, fora retirado do lugar da estrutura reprodutora. Essa lei ao libertar as filhas e filhos e não a mãe acaba por construir a ideia de que entre uma mulher negra e suas filhas e filhos inexiste amor (SANTIAGO, s/d).

No pós-abolição, as mães negras, trabalhadoras domésticas, continuam exercendo o cuidado dentro e fora de seus lares. Dada a falta de acesso a serviços educacionais públicos, como creches e escolas, arranjos familiares diversos, podem permitir que seus filhos tenham acesso a uma rede de proteção e cuidados. Muitas vezes, eles ficam expostos a distintas formas de violência como o trabalho infantil e a exploração sexual (SANTIAGO, s/d). As mulheres negras que não ocupam trabalhos precarizados também têm sua força de trabalho desvalorizada e a sua maternidade invisibilizada. Isso se dá em função das “[...] múltiplas formas de discriminação social, em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, os quais resultam uma espécie de asfixia social, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida.” (CARNEIRO, 2002, p. 220). A ausência de emprego e renda, somada à falta de políticas públicas educacionais e de cuidado, são os principais entraves para a universalização da oferta de creches¹⁴¹, fragilizam o exercício da maternidade negra, pois aprisionam muitas dessas mães no trabalho precário e/ou na completa dependência de programas assistenciais, pois muitas delas não têm com quem deixar suas crianças.

A gravidez na adolescência é outra dimensão do racismo estrutural, pois são as meninas negras têm sido, em termos proporcionais as maiores impactadas por esse tipo de violência¹⁴², pois prevalece entre meninas pobres, negras e indígenas com baixa escolaridade (SANTOS, 2017). Elas sofrem com estigmas, tendo sua condição de criança e adolescência invisibilizadas. Para Santiago, a hipersexualização dos corpos das meninas negras ocorre ao mesmo tempo em que lhes são negados o acesso à educação sexual, que lhes permitiria desejar seus corpos e reconhecer a violência que sofrem. Rompendo com o argumento “nem-nem¹⁴³”, Santiago afirma que elas são “sem-sem”: sem estudo por força de casamentos que lhes violentam, sem assistência de políticas integradoras que lhes

¹⁴¹ No Brasil, a cobertura de creches ainda é insuficiente. Entre as famílias mais pobres, por exemplo, apenas 24,4% das crianças de até três anos de idade frequentam creches no país, uma a cada quatro crianças. Sobre o assunto, ver Agência Brasil (2022). Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-03/criancas-que-mais-precisam-de-creches-ainda-tem-pouco-acesso. Acesso em: 1 mar. 2023.

¹⁴² Sobre dados, ver o Relatório Luz (GTSCA, 2019). Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/> Acesso em: 1 jun. 2023.

¹⁴³ Termo constantemente utilizado, em pesquisas e estudos sobre juventude, acesso ao mercado de trabalho e índices de frequência escolar. A ideia de geração “nem-nem” tem sido mobilizada para se referir a indivíduos de 15 a 29 anos que nem estudam, nem trabalham. Sobre o assunto, ver: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem> Acesso em: 1 ago. 2022.

ofereçam apoio no cuidado de suas filhas e filhos e sem trabalho em condições dignas. Frente a essa existência precarizada, elas são as mães que conseguem ser, pois muitas vezes nem sequer foram maternadas (SANTIAGO, s/d).

A necessidade de se pensar a maternidade negra e o impacto da violência racista, sexista e misógina tem sido uma das pautas do Movimento de Mulheres Negras no país. A valorização do trabalho das mulheres negras, a universalização do acesso a bens e serviços de educação, saúde e segurança pública como forma de garantir os direitos reprodutivos das mulheres negras colocam-se como desafio (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015).

A narrativa de Neinha explicita deslocamentos de seu grupo familiar envolvendo a ocupação de terras com base num projeto camponês, no qual casamento, trabalho familiar e redes de parentescos se combinam e refletem estratégias diante das transformações do ambiente rural na região, nas últimas décadas. Ela conta que, após o casamento da sua avó, eles mudaram-se para Fazenda Grande, na Usina Santa Cruz. “Não tinha luz, não tinha vizinho, não tinha nada. Era na beira do Rio Paraíba, um lugar assim, tão bom, mesmo sem ter nada”.

Ele plantava milho, e aí a noite eu lembro das fogueiras que ele fazia, porque não tinha luz, fazia fogueira, [e a gente] ficava até tarde conversando, a gente ajudava debulhar milho na mão [...]. Aí eu lembro que [ele] trazia banana, aipim, minha avó arrumava tudo certinho e vendia. A gente sai de manhã com ela pra vender, vendia banana, aipim, milho verde, as coisas que plantava lá, ela vendia com carrinho de mão. A gente batia de porta em porta para entregar para as clientes certas dela. No final do dia a gente se reunia para contar as moedas do dia. Aí esse dinheiro do dia, era o dinheiro que ela ia fazer as compras, e comprava por dia, trabalhava, [...] comprava o que precisava, daí ele veio pro assentamento, e o dinheiro da ilha era o dinheiro que sustentou ele no tempo do acampamento. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Sobre as lembranças das vivências que teve com as famílias acampadas na ocupação do Zumbi, ela relata o trajeto que percorria com sua avó, parte dele de transporte público. Depois caminhavam por uma longa estrada de chão. Segundo ela, era um alívio, quando avistavam as barracas de lona preta. Neinha recordou que as famílias acampadas pescavam numa das lagoas da localidade. Lugar de lazer para as crianças, que se divertiam nos momentos de banhos no rio.

Quando sua avó veio para o assentamento, ela havia ido morar com sua mãe em Cabo Frio. Passou por momentos conturbados.

Lá, foi totalmente diferente da realidade daqui, teve o divórcio da minha mãe, teve problemas né, dele não aceitar muito bem a separação, com isso, a gente não podia ficar muito tempo num lugar só, a gente mudava, aí com isso tive que parar de estudar, porque mamãe tinha medo dele achar a

escola e fazer alguma coisa comigo. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Apesar de Neinha não ter verbalizado diretamente as situações de violência doméstica que vivenciou, elas marcaram-na profundamente. No âmbito da saúde pública¹⁴⁴, existem um amplo material sobre metodologias e ferramentas de cuidado e acolhida para crianças que vivem em situação de violência, mas são incipientes estudos que abordem os traumas emocionais psíquicos causados em crianças e adolescentes que presenciam e/ou sofrem esse tipo de agressão.

A contragosto da mãe, Neinha decidiu voltar para Campos, pois estava com saudades da sua avó. No Zumbi, constituiu a própria família. Casou-se aos 16 anos e teve dois filhos. Nesse período, passou a se dedicar à venda de artesanatos e a prestar serviços de cabeleireira na localidade, principal estratégia de geração de renda, dividindo-se entre a responsabilidade com as tarefas domésticas em sua casa e os cuidados com a sua avó, que também mora no assentamento. Ela considera a entrada no mercado de trabalho formal um marco muito importante em sua trajetória profissional, por ter adquirido maior autonomia financeira. A saída delas do assentamento em busca de outras oportunidades no mercado de trabalho aponta para os gargalos da proposta de inclusão produtiva que orientaram o projeto de geração de renda para as mulheres que vivem em contextos rurais. Dados da pesquisa de campo exploratória, coletados por meio de questionários semiestruturados com mulheres de duas comunidades rurais, assentadas e pequenas agricultoras, no distrito de Travessão de Campos, evidenciam “[...] o baixo retorno obtido com as atividades agrícolas, as mulheres [...] buscam exercer atividades remuneradas nos serviços domésticos e no comércio tanto na sede do distrito de Travessão, como no distrito-sede de Campos dos Goytacazes.” (SILVA; SANTOS, 2018, s/p). Situação explicitada por Moreninha sobre as saídas encontradas por elas para complementar a renda familiar. Não se trata de trabalhar dentro e fora do assentamento, elas estão envolvidas na produção para o autoconsumo e para comercialização local, assim como em ocupações geralmente informais e em trabalhos específicos na roça, que podem ocorrer de forma simultânea e/ou em momentos distintos.

Para Neinha, o debate sobre autonomia financeira é indissociável de um

¹⁴⁴ Sobre o assunto ver:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologias_cuidado_crianca_situacao_violencia.pdf
Acesso em: 1 jun, 2023.

projeto político de qualificação profissional das mulheres negras, principalmente daquelas que vivem em territórios rurais. Nesse aspecto, o acesso e a permanência nas instituições escolares da população negra rural adquirem centralidade.

Minha família, assim, é muito grande, muita unida, mas não tinha noção da importância que é a educação. A gente só vivia, sobrevivia! Por conta da pobreza e tudo. Então, a preocupação era alimentar a gente, manter a gente vivo. [...] A gente só ia sobrevivendo, agora depois de velha tô tendo que correr atrás do prejuízo. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

No Brasil, as marcas do passado colonial escravista têm consequências diretas na história da educação das pessoas negras. O principal reflexo disso é a baixa participação da população negra no ambiente escolar, sobretudo quando se avaliam os indicadores de permanência, que demonstram como a população empobrecida é sistematicamente afastada do ambiente escolar. Santiago compara os dados e observa que, enquanto nas creches as vagas são ocupadas em sua maioria por crianças brancas, 56,4%, na EJA, esse perfil se inverte, pois mais de 80% dos estudantes nessa modalidade de ensino são pessoas negras. A luta dos povos camponeses resultou na criação de diferentes programas educacionais¹⁴⁵ nos últimos anos, com vistas a combater esse quadro de desigualdades, mas eles não têm sido capazes de reverter esse quadro de desigualdade social e educacional, que tem como marca principal o racismo institucional. Retomamos essa discussão mais adiante, para apresentar dados sobre a realidade educacional no meio rural, a partir da narrativa de Dandara, sobre sua experiência como educadora no Zumbi.

Para Neinha, lembrar de sua trajetória escolar foi um exercício doloroso. Ela conta que sempre gostou de estudar, mas sente-se lesada por ter tido que parar. Como está trabalhando, terminou o curso fundamental e está fazendo o ensino médio à distância, numa instituição de ensino privada, mas ela tem consciência de que a certificação não lhe garantirá uma boa vaga de emprego. “Eu estudei muito, passei, passei com nota boa, eu quero aprender, quero mais coisas, assim, online, porque para ir lá [...]”. Sua filha, que também está terminando o ensino médio, a chamou para fazer o Enem, mas segundo ela suas “[...] pretensões não são muito altas para poder fazer uma faculdade, não quero nada disso não, sabe! Eu ainda

¹⁴⁵ Nesse escopo, estão o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA, 1998); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM CAMPO - Saberes da Terra, 2005); e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC CAMPO, 2011).

não sei o que eu quero, talvez eu faça um curso técnico [...]” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Ela avalia que “[...] antes, não tinha essa preocupação, agora tô... quero fazer cursos, fiz uma lista de metas, metas comigo, pessoal, quero mais, agora eu tô me enxergando, antes não me enxergava...”. Um dos seus objetivos é a conquista de autonomia financeira. “Eu acho importante, porque fui criada por mulheres, mulheres que iam lá e trabalhavam, compravam, entendeu?! Faziam as coisas...” As mulheres estão “[...] fazendo uma coisa aqui, pensando no que vai fazer daqui a pouco. A gente não entrega pro outro, pega e faz!”. Neinha diz que tudo que conquistou na vida foi através da luta, por isso, ela se vê “[...] como uma mulher batalhadora.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

A figura da mulher batalhadora é uma constante na fala das participantes da pesquisa. A vida no dizer delas é uma “luta diária”. A ideia de luta é uma referência nos espaços de participação das mulheres tanto no Coletivo, como nas instâncias políticas do MST. Esse ideário reflete uma identidade feminista camponesa.

[...] Ser uma mulher Sem Terra é ser uma mulher liberta, emancipada, bonita, alegre. É ser uma mulher que chora, que sente dor própria e da outra e do outro, mulher com pertença, enaltecida, solidária. O MST me fez mulher, me fez um ser harmônico, que tem orgulho de viver. (CARTA DE MISSILANE AO I ENCONTRO DAS MULHERES SEM TERRA, 2021).

Esse trecho faz parte de uma série de entrevistas realizadas durante o primeiro Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, realizado em março de 2020, em Brasília. A partir de relatos como esses, Angelica Todes e Dalana Corazza (2021) buscam elucidar as confluências entre as concepções de fé¹⁴⁶ e luta, que conformam as experiências políticas das mulheres do MST. Nesse percurso, a “mística” serve como ferramenta de resgate das suas histórias e orienta as ações desse Movimento, que proporcionam aprendizados políticos para as mulheres sem-terra. Com isso, as mulheres do MST podem ressignificar suas trajetórias, reencontrar-se consigo mesmas, elas elaboram tramas e podem reorganizar suas vidas.

Considerando que as estruturas de raça, classe, geração refletem diversas formas de ser mulher sem-terra, Todes e Corazza (2021) afirma que as identidades se deslocam, misturam-se e criam possibilidades de ser no mundo. Esse processo

¹⁴⁶ Baseado no cristianismo popular, que tem, como referências, simbologias e práticas de origem cristã (TODES; CORAZZA, 2021).

de (des)construção não se dá sem tensões, pode gerar imagens ambíguas, Neinha diz:

Eu acho que a gente não cabe mais nessa parte de sem-terra, porque a gente tem terra pra viver e trabalhar. Eu acho que não dá para gente se inserir nessa condição não. Acho que sem-terra é quem está lutando para poder ter o seu pedaço, aqui não, onde a gente vive, com todas as dificuldades, mas a terra tem. Eu não me vejo como uma mulher sem-terra, como mulher assentada sim, assentada não, agregada [risos], porque assentada são meus sogros. Nós estamos agregados com eles, mas sem-terra não! (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Desse modo, não há consenso entre as participantes da pesquisa sobre o ser “sem-terra”, muitas vezes essa figura é construída por meio de fissuras. Ademais, devido à criminalização do MST na mídia hegemônica¹⁴⁷, uma pessoa assentada pode se identificar como sem-terra em dada ocasião, apenas para fins de recebimento de benefícios da reforma agrária. Além disso, a forte repressão contra esse movimento pode ter contribuído para que as pessoas assentadas se identifiquem como assim apenas em espaços que considerem seguros. Assim, muitas pessoas que vivem em assentamentos e acampamentos de reforma agrária podem negar ou omitir a identidade sem-terra por medo ou vergonha. Em evento sobre acesso a políticas sociais nos equipamentos de assistência social em Travessão, alguns profissionais relataram não saber da existência de assentamentos nesse território, ainda que a maior parte das famílias assentadas da região estivessem cadastradas no CadÚnico, nesse período (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2019).

Em pesquisa feita com base num levantamento da produção acadêmica sobre o MST, Magrini (2015) afirma que a nomenclatura sem-terra significa mais do que uma simples condição social, é uma referência política, social e cultural de um sujeito que possui terra, porém por fazer parte de um movimento organizado continua politicamente sendo Sem Terra, ao contrário do termo “sem-terra” que é uma condição social de alguém que vive do trabalho na terra, porém não a possui (BOGO, 2006 *apud* MAGRINI, 2015, p. 29). A percepção de Neinha sobre a categoria sem-terra reflete a noção de uma condição social, os “sem-terra”. Desse modo, toda pessoa assentada um dia já foi “sem-terra”. Contudo deixar de ser “sem-terra” significa deter a titulação jurídica da terra, situação que a maioria delas não possui, porquanto a concepção de “família” adotada pelo Incra não abrange a

¹⁴⁷ Produção discursiva que costuma retratar esse movimento como “baderneiro” e “invasor de terra” (MAGRINI, 2015).

diversidade de arranjos familiares existentes em seus territórios.

De forma distinta, Moreninha aciona a categoria “sem-terra” em termos políticos, uma forma de pertencimento construída a partir de uma vivência que é legitimada e reconhecida de forma coletiva, mas esse processo de identificação não é homogêneo, podendo apresentar diferentes facetas, já que, em suas trajetórias singulares, elas participam de espaços distintos, que lhes proporcionam ferramentas diversas para (re)avaliarem as representações e/ou autorrepresentação sobre si. Um padrão comum nesse processo histórico é a reprodução de práticas de apagamento das contribuições políticas das mulheres negras para consolidação e manutenção do movimento da luta pela terra no território fluminense. Nesse contexto, marcado pelo racismo, elas são lidas e percebidas apenas pela perspectiva da falta, porquanto encarceradas na zona do “não ser”, do “não dito” (PIRES, 2020). De modo a romper com leituras racistas e sexistas, propomos o entendimento do processo organizativo das integrantes do Coletivo Regina Pinho no Zumbi como uma ferramenta antirracista, num movimento político que visa transformar a relação do Estado com seus territórios (PERRY; CAMINHA, 2008).

As transformações sociais ocorridas no final do século XX mudaram nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 2005). Terezinha Oliveira Santos (2007) afirma que essas mudanças giram em torno das possibilidades de leituras e de interpretações das categorias de classe social, gênero, sexualidade, idade, raça, nacionalidade, entre outras.

Para Santos (2007), as formulações de Hall (2005) sobre as concepções de identidades modernas distinguem-se em três tipos de sujeitos, a saber:

- a) Sujeito do iluminismo: indivíduo autocentrado, dotado de capacidades da razão, consciência e ação. A identidade de uma pessoa era o centro essencial do eu.
- b) Sujeito sociológico: para G. H. Mead, C. H. Colley e os interacionistas simbólicos, este sujeito possui um “eu real” em seu núcleo interior, destituído de uma autonomia e uma autossuficiência, porque esse núcleo é formado e modificado na relação com outras pessoas significativas que lhes vão mediar os sujeitos culturais do mundo que ele habita. A identidade surge como uma sutura entre o “interior” e o “exterior” do sujeito, entre o mundo pessoal e o mundo público.
- c) Sujeito pós-moderno: composto de várias identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas. Uma identidade singular não pode estar em harmonia com todas as diferentes identidades da qual o sujeito é portador. Aquela sensação de identidade unificada não se perde, ela é mantida nas narrativas do self com as quais ressignificamos o conjunto de nossas experiências, buscando nelas, uma sensação confortável de coerência e continuidade. (HALL, 2005 *apud* SANTOS, 2007, p. 20).

Neste sentido, a identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais. Assim podemos assumir identidades diferentes em diferentes momentos. Em contextos de significação e representação cultural cada vez mais diversos, não há uma identidade plenamente identificada, completa, segura e coerente. Considerando essa mobilidade identitária, Santos (2007) argumenta que o fato de ser mulher não basta para que essa categoria se constitua, pois, para ela, numa coletividade, as identidades femininas são clivadas por diferentes elementos, tais como: etnia, sexualidade, classe social, credo, idade, entre outras.

Tendo por referência a trajetória do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo, no processo de redemocratização, Moreira (2007) discute a questão da “igualdade-diferença” de modo a problematizar o debate sobre identidade e representação política.

Segundo Moreira (2007, p. 76), a dicotomia igualdade-diferença presente nos discursos das mulheres negras acabou por criar uma identidade universal de “mulher negra”, o que acabou por obscurecer os inúmeros conflitos decorrentes das posições políticas distintas existentes entre o grupo social denominado “mulher negra”. Moreira ressalta que, apesar de as mulheres negras terem em comum a vivência do racismo, elementos como formação escolar e capital cultural possibilitam experiências singulares em contextos de opressão racista e sexista.

Para Moreira, o processo de encobrimento dessas tensões foi fundante para a criação da “[...] identidade representacional [das mulheres negras] no campo política feminista.” (MOREIRA, 2007, p. 73), pois, dada a rejeição do modelo universalista da identidade feminina, assiste-se, também, a um afloramento das abordagens teóricas que articulam identidade e diferença. Segundo Moreira (2007, p. 76 e 77):

Identidade e diferença é um binômio que se aglutina nessa luta de negociação para a representatividade política, pois estamos falando do campo político onde seus jogadores precisam articular os discursos na esfera pública. Para tanto, a representante da enunciação, aquela que é legítima para falar, exerce um papel relevante para aqueles que são representados. Nesse jogo, questões que demarcam as cisões no interior do campo são concernentes às próprias negociações que proporcionam construção e reconstrução de identidades. (MOREIRA, 2007, p. 76-77).

Nesse sentido, a diferença é utilizada para demarcar espaços de representação na arena política brasileira. Moreira (2007) afirma que o binômio

igualdade-diferença foi mobilizado pelos movimentos sociais, como os feministas, para requerer políticas públicas, com enfoque de gênero e raça. Ao situar a trajetória das políticas de identidades no feminismo, nas décadas de 1960 e 1970, a autora sinaliza que esse debate se pautou em atributos biológicos como referenciais para se afirmar ou não a igualdade e/ou a diferença. Apoiada no estudo de Hita (2002), Moreira explica, para essa vertente de pensamento:

[...] igualdade significa a substituição de relações de opressão por outras relações livres, entre seres livres e “iguais”, confundindo, de certa forma, Igualdade com Identidade. Ser iguais significa em certa medida ser “idênticos” - um pressuposto de humanidade universal que apagaria as diferenças. Ser diferentes significa ser desiguais para esta perspectiva. Para a tradição iluminista a igualdade pareceria estar passando pela identidade: não se pode ser Homem a não ser de uma única maneira. (HITA, 2002, p. 325- 326 *apud* MOREIRA, 2007, p. 81).

Ainda conforme Moreira, as feministas negras apoiaram-se nesse discurso para reivindicar sua especificidade como mulheres negras. Diferentemente daquele discurso que reivindica igualdade de direitos para mulheres em geral, esse se apoia na busca de direitos, baseado na diferença da cor/raça. Com isso, as feministas negras acabaram por essencializar a identidade feminina negra a partir dos atributos raciais.

Para essa corrente “diferença” não é necessariamente sinônimo de desigualdade e não é negado a que será possível avançar no problema da erradicação da opressão feminina; ao contrário, é necessária afirmá-la de modo que possam ser criados valores positivos em torno dela a partir de uma repolitização dos aspectos negados pela outra corrente. (HITA, 2002, p. 325-326 *apud* MOREIRA, 2007, p. 82).

Em diálogo com Scott (2005), Moreira explica que se, por um lado, a igualdade tem por base um princípio absoluto; de outro, a identidade de grupo renega a individualidade, assim a igualdade envolve aceitação e rejeição da identidade atribuída a um determinado grupo, de modo que os termos de exclusão, tanto nas demandas de inclusão, quanto nas demandas de igualdade, são os mesmos (SCOTT, 2005 *apud* MOREIRA, 2007).

Assim, Moreira demonstra como a política feminista negra privilegiou a identidade racial em detrimento da identidade de gênero, enquanto as demandas por igualdade das feministas hegemônicas corroboram a abstração da categoria “mulher” tomando uma experiência singular como universal (SCOTT, 2005).

Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais, sua singularidade

repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como categóricas. A identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas (de raça, gênero, de etnicidade, de religião, de sexualidade... a lista varia de acordo com o tempo e espaço e proliferou na atmosfera política da década de 1990. (SCOTT, 2005, p. 23 *apud* MOREIRA, 2007, p. 84).

As análises dicotômicas dos marcadores sociais contribuem para encobrir as raízes das desigualdades sociais no país. Por isso, Moreira (2007) sugere a intersecção dos marcadores de gênero, raça e classe na configuração das desigualdades sociais no país, que precisa ser analisada em seus devidos contextos, numa abordagem que considere as dimensões micro e macro das relações sociais. Assim, o estudo de Moreira (2007) contribui para o entendimento da política de identidades dos movimentos feministas no sentido de se pensar as possibilidades e os desafios para a junção do enfoque redistribuição-reconhecimento no âmbito das políticas públicas. A política redistributiva engloba dimensões da política e econômica, enquanto a política de reconhecimento se dá no âmbito discursivo-cultural (FRASER, 2002 *apud* MOREIRA, 2007). Consideramos que as experiências das mulheres camponesas e/ou trabalhadoras rurais são significativas no sentido de atualização desse debate.

Bordalo analisa os caminhos trilhados para a construção da representação política das mulheres camponesas, pontuando a relação tecida entre Estado e movimentos ao longo do processo de redemocratização, debate que nos auxilia a pensar as experiências de organização das mulheres rurais no Brasil e suas lutas por direitos e por outro modelo de desenvolvimento econômico e social.

Para a autora, há a necessidade de outro olhar para as resistências forjadas por mulheres, que muitas vezes estão distantes das esferas institucionais e das formas “clássicas” de organização como sindicatos e partidos, etc., sendo um esforço de revisão epistemológica acerca dos processos de mudança social (BORDALO, 2016).

Referenciada na perspectiva feminista negra decolonial, Bordalo (2016, p. 8) situa as lutas das mulheres de modo a se afastar de concepções generalistas, e muitas vezes essencialistas acerca de uma categoria supostamente universal: “mulher”, buscando caminhar para uma perspectiva capaz de conectar experiências locais com o movimento feminista mais amplo. Para tanto, critica a análise das ações coletivas e movimentos sociais de caráter normativo, pois essas estabelecem hierarquias seja por comparação ou mesmo na construção de categorias de análise.

Ao invés de buscar “encaixar” o movimento de mulheres camponesas em classificações prévias (tipologia dos movimentos sociais), aponta para a política como um fenômeno empírico e múltiplo por princípio.

Muitas vezes, a literatura sobre movimentos de mulheres, de forma geral, obscurece as relações, os conflitos e os projetos compartilhados no campo político onde estes se inserem. Os conflitos entre movimentos de mulheres e organizações mistas são trazidos somente para justificar a autonomia desses, e, em seguida, estabelece-se uma relação imediata com uma opressão e dominação masculina em termos históricos, porém genéricos.

Bordalo (2016) também critica a noção de especificidade utilizada para designar as pautas das mulheres rurais, recorrentes nos estudos sobre os movimentos de mulheres. Assim, segundo a autora, esse conceito tende a corroborar com a ideia de universalização da experiência subalternas das mulheres.

O desejo de universalização e da criação de afinidades entre condições tão diversas, encontra na noção de especificidade uma falsa solução, pois, ao contrário, tende a associá-la à maternidade ou funções familiares. Assim, se isola uma relação de dominação, que é incapaz de ser explicada deslocada de outras práticas, incorrendo em naturalizações, essencialismos ou num olhar trans-histórico. (BORDALO, 2016, p. 8).

Ao invés de buscar um denominador comum, Bordalo (2016) chama atenção para a multiplicidade de formas de organização, resistência e de concepção política dos movimentos de mulheres camponesas a fim de conectá-las a processos mais amplos, que se referem à luta por reconhecimento e por direitos sociais. Nesse sentido, as formas de resistências se expressam de múltiplas formas, no âmbito da disputa por representação, ou seja, da construção de porta-vozes legítimos ante o Estado e de pautas que se consolidam, como o feminismo.

No dizer da autora, a forma como essas mulheres percebem suas “questões específicas” não é homogênea, não é linear, não é a mesma em todas as regiões do país e não seguem etapas pré-estabelecidas de conscientização acerca de sua condição subordinada. Elas são extremamente diversificadas, complexas, envolvem múltiplas dimensões e não representam a tradução direta de sua condição social. O ponto crítico do processo de representação política das mulheres camponesas, segundo Bordalo, refere-se ao olhar segmentado tanto das pesquisas acadêmicas quanto por parte das organizações campesinas, incluindo as entidades feministas, que tendem a mascarar as relações de poder na dinâmica das estruturas sociais.

Ao questionar a leitura linear sobre o processo de articulação nacional das trabalhadoras rurais, que resultou na criação do MMC, Bordalo (2011) afirma que esse tipo de análise tende a encobrir as divergências entre mulheres do sul e as mulheres do nordeste, especialmente no que diz respeito às formas de encaminhar as suas demandas. Assim, ainda que esse processo de articulação se tenha constituído em torno de um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamentos das lutas, as avaliações dos movimentos presentes apontam dinâmicas organizativas distintas (BORDALO, 2011).

Nesse período, grande parte das mulheres da região Sul, mobilizadas em torno dessa pauta, alinhavam-se com outras entidades como o MST e a CUT. Bordalo (2011) explica que, apesar de suas visões distintas em termos das questões de gênero, ambos os movimentos eram próximos em relação às questões de classe. A criação de uma articulação nacional não representou a dissolução do movimento de mulheres na região Nordeste do país. Bordalo demonstra por meio de dados empíricos, que essa articulação representou muito mais a convergência dos movimentos da região Sul. Tendo os demais movimentos adotados naquele momento a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, tais como desenvolver ações para garantir os direitos conquistados: previdência, saúde, e a realização de ações como as do 8 de Março (BORDALO, 2011).

O MMC, de abrangência nacional, possui sua sede em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. A região sul é a “base do movimento”, sendo considerada mais “avançada” no sentido da luta do que as outras regiões”. Na perspectiva da universalidade, todos os movimentos de trabalhadoras rurais (lê-se MST e CUT) teriam virado MMC, considerados movimentos mais “avançados”; enquanto, na região Nordeste, mulheres seriam “atrasadas” no sentido organizativo, por serem “[...] viciadas em sindicato.” (BORDALO, 2016, p. 12).

Desse ponto de vista,

Há uma diferença profunda entre as mulheres ligadas ao MMC e as ligadas aos outros dois movimentos quanto à representação que fazem das categorias classe e gênero. Para as sindicalistas e as pertencentes ao MST, as questões de classe de alguma forma contém as de gênero, pois as mulheres são apenas um exemplo da classe trabalhadora como um todo. Para as militantes do MMC, as mulheres são uma exceção que deve ser vista em todas as suas especificidades. (PAULILO, 2004, p. 1).

Assim, o “maior” ou “menor” grau de autonomia dos movimentos representaria de fato uma mudança significativa nas relações de gênero, nesse

sentido, os outros são tomados, por oposição, como portadores de uma ação política equivocada porque dependente. Segundo Bordalo (2016), a luta por reconhecimento profissional como trabalhadora rural não foi uma pauta exclusiva dos movimentos de mulheres camponesas. Essa reivindicação surge como uma demanda não apenas pela penetração da discussão de gênero no meio rural, percepção da dominação masculina e dos seus mecanismos de exclusão, mas também pelas pressões que o avanço tecnológico e a mecanização realizavam sobre as formas tradicionais de reprodução social e que envolvem as relações de trabalho e das formas de uso da terra.

Bordalo explica que as pretensões de expressão nacional do MMC se apresentaram como força aglutinadora das diversas organizações e movimentos de mulheres rurais. Trata-se de uma articulação que se insere nas estreitas relações estabelecidas com o MST e com a Via Campesina, alinhando-se às propostas de política agrícola e de reforma agrária. Nesse caminho, as noções de classe e gênero do MMC teria alcançado uma análise sofisticada da sua realidade, equilibrando eficazmente sua dupla posição subordinada (PAULILO, 2004). Para Bordalo (2016), essa forma de explicação parte do pressuposto que os movimentos são espaços delimitados e de contornos nítidos. Com isso, essa análise:

[...] estabelece uma hierarquia valorativa entre os movimentos, onde o MMC desponta com um movimento capaz de gerar transformações mais significativas por ter uma visão mais aprofundada das questões de gênero enquanto outros o fariam de forma indireta e difusa. [Assim, como] desconsidera as experiências anteriores dessas mulheres (e muitas vezes concomitante) em outros espaços. Com isso torna o contexto histórico de surgimento dos movimentos como mera alegoria sem qualquer especificidade ou indicação de como esse contexto pode explicar as diferentes apropriações das noções de classe e gênero nos movimentos sociais. (BORDALO, 2016, p. 13).

Para Bordalo (2016), essa leitura, além de reduzir uma experiência histórica de organização, a dimensão da subordinação, invisibiliza as tensões inerentes ao processo de socialização política e de adesão a formas específicas de se inserir nas disputas pela representação política das trabalhadoras rurais e das mulheres camponesas. Conflitos que se refletem nas disputas pela representação política das trabalhadoras e trabalhadores rurais e em seu processo histórico de organização. Atenta ao itinerário político tecido nesse processo, Bordalo (2016) argumenta que a constituição de movimento autônomo não fez possível uma articulação nacional que abrangesse a complexidade dos movimentos de trabalhadoras rurais. Ademais, o

estudo também a criação de espaços específicos de mulheres rurais, não resulta necessariamente em uma articulação entre os diferentes movimentos. O debate sobre representação política e luta pelos direitos evidencia que ser trabalhadora rural ou ser camponesa, significa a mobilização de elementos estruturais e estruturantes da nossa sociedade. São categorias políticas e devem ser contextualizadas em processo de caráter micro e macrosocial.

[...] os estudos sobre as mulheres trabalhadoras rurais e camponesas no Brasil [ênfatizou o] “ser mulher” pressuposição compartilhada com os estudos que universalizaram a categoria “mulher” como cerne de sua construção teórica de forma extremamente abstrata e pouco atenta a outros marcadores sociais. O que remete no máximo à sua condição social como mulher subalternizada duplamente: por ser mulher e ser rural. Porém, [faz-se necessário estabelecer] os nexos entre as diversas formas de resistência do norte a sul do país e uma análise acurada dos tipos de conflitos dentro de uma estrutura social que permanece reproduzindo a expulsão do camponês ainda é uma lacuna. (BORDALO, 2016, p. 24).

Reduzir a análise das relações assimétricas de poder à dimensão do “ser mulher” impede o entendimento de como se dá a dinâmica mais ampla de luta por direito e por representação política. Sendo assim, a abordagem das experiências organizativas das trabalhadoras rurais na luta por direitos sociais deve considerar gênero de forma articulada com outros marcadores sociais como raça e classe. A práxis feminista que advém da reflexão das mulheres negras camponesas precisa ir além do reconhecimento da diferença.

Essas reflexões apresentadas acima são relevantes para a análise proposta nesta pesquisa, uma vez que revelam os aspectos de classe, raça e gênero nas narrativas das entrevistadas. No sentido explicitar questões referentes ao lugar ocupado por elas na gestão dos processos produtivos no Zumbi, como indicativo das formas que se configuram as relações de poder no cotidiano das mulheres no Zumbi.

Segundo relatos de Neinha, mesmo na condição de titulares do lote, muitas mulheres não têm voz ativa na gestão da produção.

[...] nas tomadas de decisão do lote¹⁴⁸, não vejo. As mulheres que eu conheço não tem voz ativa não, pelo contrário, os caras fazem o que quer. Cabe a mulher aceitar ou morrer de raiva, se comer de raiva, porque não

¹⁴⁸ O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instalado pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultores ou trabalhadores rurais sem condição de adquirir um imóvel rural. A quantidade parcela ou lotes no assentamento é definida a partir de um estudo de capacidade de geração de renda o imóvel (INCRA, 2020). Link de acesso: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>

tem não. Essa coisa de titulação conjunta, os caras nem lembram disso, é o 'meu lote', 'eu resolvo', 'eu faço', raridade você ver alguma mulher tomar a frente de decisão de plantação: o que vai fazer, o que vai deixar de fazer, exceto as que são solteiras, ou elas fazem ou ninguém faz, que são minorias, né? (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Conforme Martins (2015), a gestão das atividades produtivas não é uma tarefa fácil para as mulheres titulares de lotes. No caso de haver separação, a mulher tem direito de ficar no lote se ficar com a guarda dos filhos. No entanto, a garantia desse direito não é tão simples, devido à morosidade burocrática do Incra. Mesmo quando elas acionam medida protetiva, eles não aceitam sair da terra. Além de enfrentarem essa cultura machista, há relatos de tentativas de aliciamento para que elas tenham que arrendar ou vender seus lotes. As experiências de mulheres que optam por um modelo de produção fora dos padrões convencionais de monocultivo costumam ser desvalorizadas, como “perda de tempo” ou “não vai dar em nada.” (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2019).

A maior parte delas acaba cedendo às pressões para os arrendatários da região. Uma vez que elas enfrentam dificuldades de acesso a políticas de fomento que contribuam com a diversificação produtiva no assentamento. Dentre as mulheres que fazem a gestão de seus lotes no Zumbi, algumas reclamaram que, mesmo quando têm condições de pagar pelos serviços de maquinário ou contratar diaristas para seus lotes, tendem a ser preteridas. Somado a isso, também enfrentam a demora e a burocratização para acessar políticas de crédito e financiamento. Elas também tendem a terceirizar a gestão do lote em caso de doença, em geral, quando seus filhos não têm condições ou interesse de assumir a gestão do lote (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2019).

Na condição de assentadas da reforma agrária, seja vivendo e/ou trabalhando nos assentamentos, entre as integrantes do Coletivo Regina Pinho, há um certo consenso de que as condições de vida de suas famílias melhoraram muito com a conquista da terra, pois segundo elas, com a “[...] reforma agrária [...], muitas de nós, mulheres, conseguimos dar uma qualidade de vida para a família”. Uma vez que essa política lhes possibilitou “[...] o direito de ter um lugar para plantar e criar nossos filhos com tranquilidade... um pedaço de chão para chamar de seu”. Na avaliação delas, tanto o “acesso à terra” como a possibilidade de “trabalhar nela” são indicativos de mudanças em suas vidas (QUESTIONÁRIO, 2021). A reforma agrária é lida como direito a ter lugar para plantar e criar seus filhos com tranquilidade, que lhes garanta melhores condições de vida.

Quando indagadas sobre como é a vida das mulheres no Zumbi, elas definem-na como uma luta diária, pois a vida delas “não é fácil”, pois “[...] tudo é mais difícil” para elas. Trata-se de “[...] uma vida de muita luta, de limitações devido à falta de olhar para nós”. Além de trabalharem na terra com seus maridos, elas desenvolvem atividades artesanais e comunitárias. As que não trabalham dentro ou fora do assentamento ficam em casa, geralmente as mulheres mais jovens e idosas. Enfim, elas “[...] são trabalhadoras rurais, são mães, esposas que dia a dia lutam para dar qualidade de vida para suas famílias.” (QUESTIONÁRIO, 2021).

O debate sobre a condição dessas famílias precisa considerar também as mudanças no perfil social dos beneficiários da política de reforma agrária, a partir da década de 1990, quando grande parte dos demandantes desse programa, passa a ser constituída de trabalhadores urbanos e rurais, seja na condição de assalariados ou em ocupações precarizadas e/ou desempregados (ALENTEJANO, 2005). Não surpreende que a maioria das mulheres que aderiram à luta pela terra, nesse período, ocupavam postos de trabalho no setor de serviços domésticos. Ainda assim, conforme dados coletados na pesquisa de campo, os recursos oriundos das atividades exercidas por elas, seja durante o acampamento e depois da criação dos assentamentos, são fundamentais na manutenção das famílias. Isso porque há demora no acesso às políticas de infraestrutura, para a construção de moradias e a oferta de serviços como implantação de redes energia elétrica e transporte públicos. Além disso, as dificuldades de acesso às políticas de inclusão produtiva, como o Pronaf, entre outras políticas, configuram-se, como discutido anteriormente, a partir de lógicas excludentes, sobretudo quando considerados marcadores de gênero e raça (MAURIEL, 2013).

Por isso, Dandara resume a vida das mulheres negras no Zumbi a uma situação de tensão.

[...] é desafiador, é muito desafiador, hoje eu vou falar da minha própria realidade como ajudadora da minha mãe que trabalha [no lote], é desafiador porque a gente tem, se temos eu não conheço bem, eu acho que falta um pouco mais uniformizar, sistemática da coisa, talvez um incentivo, para nós darmos seguimento, ao nosso trabalho, da gente poder explorar melhor os recursos que a gente tem, de forma mais, como eu posso dizer, mais inteligente. [...] se tem eu não sei, não conheço de verdade, eu diria que é desafiador, porque há um desejo, quero dizer de nós mulheres, hoje, ainda mais porque as mulheres estão com a representatividade um pouco maior. Não tanto como gostaríamos, mas é inegável, [que] muita coisa mudou [...]. Então, acho que falta um pouco de incentivo, é desafiador por causa da falta de incentivo mesmo. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2022).

As propostas para a geração de renda para as mulheres no Zumbi se dão a partir de um conjunto variado de atividades econômicas, que podem ou não estar ligadas à agricultura, sendo executadas dentro ou fora do assentamento, sendo portanto, formas de diversificação da renda familiar. Assim, elas criam formas de organização da (re)produção, das relações mercantis e de trocas através de suas relações de parentesco, vizinhança e outras alianças locais (SCHNEIDER, 2003). Essas estratégias têm sido analisadas pela perspectiva da pluriatividade¹⁴⁹. Porém essa análise tende a desconsiderar as implicações da divisão racial e sexual do trabalho na vida das mulheres que vivem em contextos rurais, situação que produz e perpetua privilégios e desigualdades. Nesse contexto, as práticas políticas de mulheres negras que constituem processos de aprendizagem, que dão as bases para o desenvolvimento e para o fortalecimento de organizações coletivas, costumam ser deslegitimadas e invisibilizadas.

Esse argumento pode ser verificado no relato das participantes da pesquisa. Elas explicam que, muitas vezes, o engajamento político das mulheres negras no Zumbi é dificultado ou fragilizado, pois, em geral, essas mulheres não têm disponibilidade de tempo para participar desses espaços. Sendo assim, elas enfrentam o peso da sobrecarga com as tarefas domésticas, cuidados com os filhos e o trabalho fora de casa. A baixa adesão à política de diversificação produtiva proposta pelo Coletivo das mulheres assentadas é explicitada da seguinte forma: i) [...] temos muito a aprender a viver no coletivo; ii) [...] a renda é pouca, e as mulheres têm que sair para trabalhar fora. iii) Ainda não atende, estamos lutando para isso. iv) Fizemos diversas tentativas [...], mas há um descrédito pelas próprias mulheres e jovens (QUESTIONÁRIO, 2022).

Os entraves do processo organizativo das mulheres no Zumbi refletem razões de natureza econômica, política e cultural. Sua condição de classe as submete a situações socioeconômicas que impõem vários obstáculos ao exercício da cidadania política, o que fica ainda mais potencializado pela experiência do racismo e do sexismo em suas trajetórias de vida. Não por acaso, essas mulheres enfrentam várias barreiras para serem reconhecidas em termos políticos. Sobre esse esforço, Dandara diz:

¹⁴⁹ A pluriatividade é considerada uma estratégia familiar para assegurar a reprodução da família camponesa, portanto não significa abandono das atividades agrícolas, como defendem alguns pesquisadores que apontavam para a extinção do camponês devido à modernização (WANDERLEY, 2013).

[...] tentamos fazer isso com as mulheres, com os jovens e não foi fácil. Então, assim acho que falta o desejo de querer, dos próprios participantes, porque quem levanta o grupo são os próprios participantes. não adianta ter uma liderança nota dez se não quiserem cooperar, juntos. Só que as pessoas têm o costume de querer participar do que já deu certo, não de começar. Então eu acho que o Coletivo tem o potencial de influenciar pessoas positivamente, de mudar uma realidade, mas precisa de pessoas dispostas e disponíveis, com desejo de participar e fazer a diferença. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Desse modo, o trabalho de organização política das mulheres assentadas enfrenta vários entraves, inclusive na mobilização delas para a definição de agendas que atendam às suas demandas em outros espaços de decisão dentro e fora do assentamento. O fato de suas ações não serem reconhecidas acaba por desmotivar aquelas que se esforçam em manter esse trabalho organizativo a partir do Coletivo Regina Pinho. Por isso, são constantes os relatos em que elas se sentem abandonadas, dada a falta de apoio às suas experiências, sendo suas demandas desqualificadas, ainda que elas criem estratégias para garantir melhores condições de vida para suas comunidades. Enquanto formas alternativas aos mecanismos de opressão e exploração, a que estão submetidas enquanto grupo social, suas experiências são sistematicamente desacreditadas e desvalorizadas.

Narrativa 3

A trajetória de vida de Dandara porta algumas semelhanças com as histórias de Neinha e Moreninha. Nasceu em casa de parteira¹⁵⁰, numa fazenda, em São Francisco, onde o pai trabalhava. Sua mãe sempre trabalhou como empregada doméstica. Quando ela tinha dois anos, sua família migrou para o bairro de Travessão, para que ela e os irmãos tivessem condições de estudar. Nesse período, seu pai foi empreiteiro de uma turma de boias-frias, foi quando surgiu a possibilidade da reforma agrária, e sua família se associou ao MST. Sua narrativa fornece um campo semântico no qual emergem elementos centrais de sua construção identitária, como mulher negra, e de sua trajetória profissional.

Sua infância foi como das demais famílias do Zumbi, de muita necessidade, mas nunca chegaram a passar fome. Lembra que seus pais sempre trabalharam muito, instruindo os filhos a estudarem, pois eles valorizam o estudo. Enquanto seu

¹⁵⁰ Na região, as parteiras atuavam como integrantes de redes de solidariedade por meio de serviços de cuidados femininos, que incluíam partos e tratamentos de doenças que afetam mulheres e crianças com plantas medicinais, inclusive com orientações de práticas contraceptivas e/ou abortivas (BERTOZA, 2019).

pai ficava na ocupação, os demais membros da família iam nos finais de semana. Ela relatou que veio de vez para o assentamento aos 14 anos de idade. Logo após terminar o ensino médio, envolveu-se nas atividades do MST.

Através da inserção no Movimento, teve a oportunidade de viajar e conhecer outros estados. Trabalhou como educadora no projeto de alfabetização coordenado pelo Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova-Brasil), o que lhe proporcionou acesso a conhecimentos pedagógicos e o entendimento da estrutura educacional. Nesse período, ela fazia um curso técnico de enfermagem. Posteriormente, conseguiu um emprego em um hospital particular da região. Como desejava crescer profissionalmente, especializou-se em enfermagem do trabalho, o que lhe abriu novas oportunidades e melhores salários, numa empresa petrolífera em Macaé. Cursou engenharia de produção numa faculdade particular, na forma EAD, e hoje trabalha como técnica de segurança do trabalho, numa empresa *offshore*.

Nos últimos anos, houve um processo de interiorização do ensino superior no Brasil, advindo principalmente da política pública de reestruturação e expansão das instituições de ensino superior. Considerando a realidade do Zumbi, a trajetória escolar de Dandara é uma exceção, mas, para ela, o resultado que alcançou não se explica apenas pelo apoio familiar, apesar de reconhecer o fato de ter sido impulsionada por seus pais, que queriam que os filhos tivessem acesso à educação escolar, que seus pais não tiveram. Ela valoriza o desejo das pessoas. Segundo ela, Campos tem muito mais oportunidade, sendo um polo universitário rico para quem quer estudar, uma referência em instituições de ensino superior e cursos técnicos, privados e públicos, existentes na região. “Talvez não tanto na realidade agrícola, a escola agrícola é uma escola empobrecida, tendo tanta coisa pra fazer aqui, existem muitos cursos, mas há uma falta de estímulo, de desejo dos próprios jovens.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

No estudo intitulado Educação, mérito e raça, Arilda Arboleya (2017) expõe o ideário em que a educação figura como ferramenta de mobilidade social a partir do pensamento sobre desigualdades sociorraciais no Brasil. Nesse sentido, a educação foi acionada como a principal barreira social enfrentada pela população negra (GUIMARÃES, 2003 *apud* ARBOLEYA, 2017). Dentre os argumentos formulados, há:

[...] leituras conservadoras, como Azeredo (1953) que busca limite da ascensão do negro na suposta ausência de perspectiva progressista do grupo; leituras críticas, como Fernandes (1995) que indica a incompatibilidade das oportunidades com as necessidades reais; mas também a falta de escolarização como fator determinante, na medida em que faltava aos negros armas na competição pelos postos de trabalho; e leituras do próprio movimento negro, que, como demonstra Cardoso (1967, p. 262), num esforço de resignificação do preconceito na insígnia não da cor, mas da ignorância, intentava que “ascensão social e instrução seriam suficiente para provocar a revisão das representações do branco para com os negros. (ARBOLEYA, 2019, p. 97).

A educação como motor de mobilidade social aparece como um elemento nessas distintas análises, contudo as oportunidades (econômicas, educacionais e políticas) criadas, no processo de industrialização do país, foram frágeis para quebrar as estruturas de desigualdades. Porquanto, padrões discriminatórios normatizam “[...] o movimento de ascensão econômica e social [...]” (FERNANDES, 2010, p. 117 *apud* ARBOLEYA, 2019, p. 97). Nesse sentido, a mobilidade social não pode ser explicada apenas pelo esforço pessoal e pelo aproveitamento de oportunidades, pois elas ocultam assimetrias sociorraciais, sendo, portanto, uma crítica a falsa ideia de que “[...] uma vez bem formado se acessa ao sucesso e, uma vez investido de sucesso, suplanta-se todas as formas de discriminação.” (ARBOLEYA, 2019, p. 108). Dessa forma, os casos de sucesso (mobilidade social) são exceções que são utilizadas pela classe dominante para afirmar uma ausência de barreiras raciais à mobilidade ascendente, justificando a manutenção das estruturas sociais de privilégio e as desvantagens sociais.

Ainda que a educação alargue as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, ela não é condição suficiente para eliminar as desigualdades raciais, dado que, articulados ao racismo, o mito da democracia racial e da meritocracia ocultam a natureza assimétrica da competição. Para Arboleya (2019), mesmo em momentos de dinamismo econômico, a população negra continuou exposta a desvantagens sistemáticas em termos de oportunidades e mobilidade social. A disparidade entre escolaridade e o grau de inserção ocupacional e de renda entre pessoas brancas e negras são indicativos da prática excludente operada nas instituições escolares brasileiras.

Arboleya (2019) atualiza as leituras sobre educação e ascensão social, de modo a realçar que a universalização do acesso à educação não universaliza a qualidade de ensino, dada a estratificação entre escolas de periferia, para negros e pobres, e escolas de zonas privilegiadas, para brancos e ricos, porém a natureza

discriminatória da política educacional é ofuscada pela suposta igualdade de acesso. Ademais, segundo a autora, o caráter racista dos currículos escolares tende a produzir a internalização da inferioridade das pessoas negras, desde a infância, desestimulando sua permanência na escola (ARBOLEYA, 2017).

Durante entrevista Moreninha relatou que seu irmão mais novo parou de estudar muito cedo porque não aprendia nada. Quando lhe indaguei sobre as possíveis razões dessa dificuldade, ela respondeu: ele é “[...] cabeça dura, tem jeito para o estudo não!”. Geralmente, as crianças com dificuldades de aprendizado tendem a ser responsabilizadas, o que as acaba afastando do ambiente escolar. Ao invés de serem acolhidas, elas são penalizadas, sendo classificadas de forma muitas vezes pejorativa, pelo sistema educacional, que, em tese, deveria dar mais atenção ao processo de ensino-aprendizado e buscar soluções pedagógicas e coletivas para lidar com a neurodiversidade¹⁵¹, própria da natureza humana.

As ações de caráter cultural e educativo realizadas com jovens no Zumbi¹⁵² são inspiradoras nesse sentido. Em 2019, o Coletivo Regina Pinho, em parceria com educadores e educadoras ligadas a redes de ensino público na região, desenvolveu um preparatório para o ingresso a cursos de ensino técnico e superior para jovens no Zumbi, na qual ela participou ativamente, mobilizando os jovens no assentamento, mas esse projeto não durou muito, pois a maior parte dos jovens que se inscreveram desistiram do curso. Entre as razões da desistência, estavam a dificuldade deles em acompanhar essa agenda, bem como o fato de o curso ter sido ofertado à noite parecer ter sido um dos fatores limitantes, pois grande parte deles estudavam na parte da manhã e trabalhavam ou tinham outras agendas na parte da tarde, em suas casas e/ou nos lotes produtivos. Além disso, parte deles não se adaptaram à metodologia conteudista, característica desse tipo de curso. No ano seguinte, apesar de a equipe pedagógica ter reavaliado a metodologia, o projeto não foi mantido devido à pandemia da Covid-19 (ANOTAÇÕES DO CADERNO DE CAMPO, 2019).

O acesso à educação pública das pessoas que vivem em territórios rurais, no país, permanece um grande desafio. Para o setor de educação do MST, o Estado

¹⁵¹ O conceito aponta que a mente pode funcionar de diversas maneiras e que essas diferenças são apenas variações naturais do cérebro humano. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61854016>. Acesso em: 1 maio 2023.

¹⁵² Dentre as ações realizadas pelo Coletivo de Jovens no Zumbi, estão o projeto de Pré-vestibular Comunitário (2008), a organização da Festa Julina Camponesa e a apresentação de peças teatrais (2012-2016).

precisa garantir tanto o acesso ao ensino escolar, como também políticas de permanência. Nesse aspecto, uma das principais críticas refere-se ao modelo educação pautado em concepções pedagógicas urbanocêntricas, que historicamente não reconhecem os povos do campo como sujeitos de conhecimento (COLETIVO EDUCAMPO NF, 2010). Índices de avaliação da educação básica apontam que o direito à aprendizagem tem sido um dos principais entraves da política pública no campo da educação, situação que se materializa nos altos índices de evasão escolar e na taxa de analfabetismo em contextos rurais.

Nas últimas décadas, vários programas de governo buscam soluções para essa problemática. As primeiras iniciativas populares de enfrentamento a essa problemática surgiram na década de 1960, como o Movimento de Educação de Base (MEB, 1961-1964) e o Centro Popular de Cultura (CPC, 1961-1964). Essas experiências foram desarticuladas durante o regime civil-militar-empresarial. Nesse período, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL, 1967-1985) foi a principal oferta para esse público pelo Estado brasileiro. No processo de redemocratização, esse programa foi reformulado. Em 2003, o Governo Federal criou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA, 2003-). Dentre as principais críticas, a descontinuidade sofrida por essa política e o fato de ela não ser priorizada pelos sucessivos governos (BRASIL, s/d).

No Zumbi, segundo Dandara, o público dos projetos de alfabetização era composto majoritariamente por homens jovens¹⁵³.

Eles vinham da roça, queriam se alfabetizar. As mulheres chegavam desanimadas, às vezes até dormiam, sabe por quê? Elas estavam cansadas de trabalhar, andavam muito pra chegar ao trabalho [...]. Eu conheço ainda homens e mulheres analfabetos, funcionais sabe, só escreve o nome, no interior a gente vê mais isso, são pessoas que vem de uma realidade mais humilde, em alguns casos, onde é mais difícil o acesso à educação. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

A trajetória escolar dos sujeitos negros revela uma situação de desassistência configurada no acesso precário à educação que repercute em suas formas de inclusão no mercado de trabalho.

Pesquisas apontam que a taxa de analfabetismo teve uma queda significativa nos últimos anos. Fruto da consolidação de políticas e programas educacionais, mas esse problema está longe de ser equacionado. Em 2019, o quantitativo de

¹⁵³ Um perfil diferente da composição das turmas de alfabetização anteriores, formadas, em sua maioria, por pessoas adultas e idosas (CPT, 2012).

analfabetos era de 11 milhões. Um problema que atinge de forma distintas as pessoas, a depender da idade, da região e da raça. Em termos geracionais, as pessoas idosas são os principais afetados e, quando consideradas as regiões do país, o Nordeste é mais atingido, enquanto o Centro-Oeste contém os menores índices, ficando as regiões Sul e Sudeste numa posição intermediária. Em relação ao gênero, entre os homens, a taxa de analfabetismo ficou em 6,9%, enquanto, para as mulheres, a proporção ficou em 6,3%. Já entre as pessoas pardas e pretas, 8,9%, enquanto, entre as pessoas brancas, esse percentual é de 3,6%, no período avaliado. Na área rural, 23% da população era analfabeta, enquanto, na cidade, o índice era de 4,4%. Assim, apesar da taxa de analfabetismo no país ter caído sete pontos percentuais nos últimos quinze anos, ainda é preocupante, principalmente no campo, onde um quarto da população é de analfabetos (PNAD, 2019).

Quando considerado o quesito cor/raça, uma em cada cinco pessoas negras que vivem na zona rural era analfabeta, onde a taxa de analfabetismo de pessoas pretas e pardas era de 20,7%, contra 11% das pessoas brancas. Durante a pandemia de Covid-19, o déficit de alfabetização aumentou. Segundo a organização não-governamental “Todos pela Educação”, mais de 66% das crianças entre seis e sete anos de idade não aprenderam a ler e escrever na pandemia, entre os anos de 2019 e 2021 (DIEFENBACH, 2022). Essa entidade constata que as crianças negras e pobres foram as mais afetadas. A incidência do racismo institucional nas escolas brasileiras é inegável, sendo ele um fator estruturante das desigualdades educacionais no país (GOMES, 2005).

Programas no âmbito da educação pública voltados ao atendimento das demandas da população camponesa buscaram auxiliar na redução do grave problema que o analfabetismo ou a baixa escolaridade representam no contexto rural, a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), criado em 1998. De acordo com Paula *et al.* (2015), o Pronea sinalizou para a construção de uma política de Educação do Campo visando à valorização dos sujeitos da luta pela terra e pelo território (PAULA *et al.*, 2015).

Consideramos que essas reflexões nos possibilitaram situar as narrativas das participantes desta pesquisa, de modo a conectar suas trajetórias sociais às suas experiências formativas. Nesse percurso, desejo e habilidades são elementos importantes para a materialização de um projeto, mas ele depende também de condições objetivas (ARBOLEYA, 2019).

[...] se o sucesso provém de uma percepção social administrada pelo grupo familiar, do sujeito em si depende a acolhida, a internalização e a materialização do projeto, navegando entre as condições objetivas, o que campo estrutural lhe permite e as condições subjetivas que sua disposição cognitiva elabora para guiar-se pelo mundo social, gerando suas próprias práticas e esquemas de percepção. (ARBOLEYA, 2019, p. 110).

A compreensão das barreiras que mantêm padrões desiguais sociorraciais pode possibilitar a construção de agendas políticas reparatórias com intuito de equipar as oportunidades sociais nos diferentes setores e níveis sociais. Nesse caminho, a educação ocupa papel central para a confrontação do modelo societário excludente, na medida em que atua nas formas de pensar que informam realidade social (ARBOLEYA, 2019).

3.3.3 *Percepções de raça e racismo nas narrativas das entrevistadas*

“Nunca fui discriminada!”
(MORENINHA, 2023).

Em entrevista, Moreninha afirma que nunca sofreu ou presenciou algum tipo de discriminação seja racial ou de gênero, mas, quando indagada sobre o que ela entendia como racismo e machismo, respondeu: “Esse negócio de cor, não pode trabalhar porque é mulher!” Na mesma direção, Neinha diz “Não, nada que me tenha marcado” e justifica “Talvez por esse tom de pele mais claro, as pessoas acham que não sou preta.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Neste trabalho, entendemos racismo como um processo de constituição de vantagens e de desvantagens a grupos sociais, que ocorre não apenas através de atos isolados ou eventuais, mas também por meio de instituições e estruturas sociais, como a política e a economia (ALMEIDA, 2017), já que o racismo estrutura e é estruturante das relações sociais.

[...] a permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e recriação de um imaginário em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à “raça” e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo como que determinados grupos raciais detêm privilégios em detrimento de outros. (ALMEIDA, 2017, p. 5).

Essa forma sistemática de discriminação tem a “raça” como fundamento. A discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos

racialmente identificados. Esse tipo de discriminação tem, como requisito fundante, o poder, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2017).

Conforme Cida Bento (2022), esse mecanismo de poder gerar desigualdades raciais que assegurem às pessoas brancas a ocupação de posições privilegiadas na hierarquia social, sem que isso seja encarado como privilégio de raça, de tal modo que as pessoas brancas não apenas são favorecidas na estrutura racializada brasileira, mas também atuam como produtoras ativas de mecanismos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o ideal de embranquecimento. Para a psicóloga, essas ideologias permitem que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade (BENTO, 2022).

Assim, a situação de desvantagem da população negra, em termos socioeconômicos, é lida como decorrência do passado escravocrata, que posicionou os negros na camada social destituída de direitos, pois “[...] nosso imaginário é constituído de maneira a pensarmos raça em termos exclusivamente sociais.” (MORAES, 2013, p. 12). Esse discurso alimentado pelas elites brasileiras tende a relegar as discriminações ao plano do comportamento individual. Ademais, essa política nega o direito de pertencimento e determina condições de vulnerabilidade da população negra, assim como invisibiliza as necessidades reais dessa população nos programas e ações estatais (LOPES, 2004 *apud* MORAES, 2013).

O Movimento Negro brasileiro vem denunciando a conformação racista e sexista da sociedade brasileira. Um sistema de dominação que oprime as mulheres negras de forma específica, perpetrando contra elas diversas formas de violência, bem como estereótipos que lhes impõem inúmeras barreiras ao seu desenvolvimento intelectual e social.

“O certo é negra ou preta, como se fala?”
(NEINHA, 2022).

A classificação racial¹⁵⁴, como uma forma de definir a pertença dos indivíduos a grupos raciais, reflete uma determinada ideologia. Octávio Ianni (2004) explica que

¹⁵⁴ Essa forma de classificação ocorre de duas formas: a autoatribuição, a qual o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual se considera membro; e a heteroatribuição, a qual outra pessoa define o grupo do sujeito (OSÓRIO, 2003).

a questão racial se modifica de acordo com as formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais. No final do século XIX, os termos preto e negro eram usados de formas distintas. De acordo com Lília M. Schwarcz (1987), o termo “negro” era aplicado as pessoas consideradas insubmissas, como os capoeiras e quilombolas, entre outros que recusavam a dominação branca, enquanto a categoria “preto” geralmente era reservada aos escravizados e alforriados ditos como submissos por se conformar com a posição de subalternidade. Assim, havia uma preferência pelo uso do termo preto em vez do “negro”, esse último significado utilizado de forma negativa pela sociedade colonial (SCHWARCZ, 1987). Esse estudo analisou as relações raciais no Brasil, no contexto de derrocada do sistema escravocrata e de emergência do novo regime: a República, momento de efervescência das teorias raciais (SCHWARCZ, 1987, p. 39-40). Fatores como o grau de mestiçagem, classe e renda também influenciam a forma como os indivíduos se classificam racialmente.

O sistema de classificação racial, adotado atualmente pelo IBGE, passou por várias mudanças desde a sua adoção no final do século XIX¹⁵⁵. No processo de redemocratização do país, momento de fortalecimento da agenda antirracista do Movimento Negro, esse sistema passou a ser composto por cinco categorias, a saber: branco, preto, pardo, amarelo e indígena (OSÓRIO, 2003). Assim, não há consenso sobre as classificações intermediárias como pardo, mestiço, moreno, mulato, pois essas representam uma identidade mestiça fundada pela ideologia do branqueamento (BARACHO, s/d). Na década de 1990, o termo negro é instituído como conjunto da população de pretos e pardos (DAFLON, 2014).

O agrupamento dos termos pretos e pardos como negros se baseia não apenas em dados socioeconômicos, como também pelo fato de a população ser discriminada pelas suas características étnico-raciais de origem negra (OZORIO, 2003). De acordo com Kabengele Munanga (2019), a reivindicação de uma identidade coletiva negra é uma questão política. Para o autor, as dificuldades dos movimentos negros em mobilizar todos os negros e mestiços, visando a uma única identidade “negra”, revelam o grau e a dimensão do racismo e da segregação na sociedade brasileira, sendo a ideologia do branqueamento um traço ainda não superado, e impõem empecilhos para a formação das identidades negras e

¹⁵⁵ O primeiro censo demográfico brasileiro, de 1872, utilizou critério misto de fenótipo e descendência para a classificação racial. A classificação racial nos censos, de 1940 e 1960, foram utilizadas as categorias “branco”, “preto”, “pardo” e “amarelo” pelo IBGE. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2015/11/20/a-cor-e-a-raca-nos-censos-demograficos-nacionais-por-adriano-senkevics/>. Acesso em: 1 mar. 2023.

mestiças em bases positivas (MUNUANGA, 2019).

No meio rural, a raça tem sido entendida em termos da noção de etnia, perspectiva que limitou os estudos de raça às comunidades quilombolas (SEGATO, 2006 *apud* MAGRINI, 2015). No MST, se por um lado, houve a incorporação das questões de gênero; de outro, as relações raciais têm recebido pouca atenção. O fato de a população negra protagonizar esse movimento revela o apagamento das experiências negras (MAGRINI, 2015). Ademais, quando se trata de gênero interseccionado à raça, a invisibilidade é ainda maior. A pesquisa de campo realizada por Simone de Souza (2009) registrou situações cotidianas de racismo em assentamentos de reforma agrária. Baseada nas entrevistas que realizou com mulheres sem-terra, a autora afirma que, apesar de o MST reconhecer a necessidade da luta contra a discriminação racial, não há indicativos em seus programas políticas ferramentas e ações no sentido de combatê-la (SOUZA, 2009). A autora critica ainda o fato de o racismo ser tratado como algo pontual, com ações esporádicas, pois ele se manifesta no cotidiano de diversas formas “[...] nas conversas, nas brincadeiras, na negação, no silêncio, nos estereótipos, na linguagem, dentre outras formas.” (SOUZA, 2009, p. 73 *apud* MAGRINI, 2015, p. 260), mas a urgência do debate sobre a questão racial ainda não se tornou uma prioridade para os movimentos camponeses (MAGRINI, 2015).

“Eu não sou branca! Tem gente que diz que sou, eu logo falo: não sou não, sou preta. Eu sou parda, não tem esse negócio!” (NEINHA, 2022).

No argumento acima, Neinha expressa a complexidade das relações raciais nas suas redes familiares e de vizinhança. Lida por alguns como branca, ela se vê como parda e pertencente ao grupo étnico negro. Nas palavras dela:

É engraçado o jeito que as pessoas me olham [quando ela se identifica racialmente], porque acham que quem tem a pele mais clara não é preto. Eu acho que não, eu sou filha de pai e mãe preta, eu sou preta, minha família é preta, eu sou preta. Tem gente que não se enxerga, sabe, a questão da identidade, de se olhar e se enxergar. Eu nunca me enxerguei branca. Também fui criada (risos) numa família preta, que nunca deixou eu me achar, sabe (risos). Sempre deixaram bem claro e ainda falavam “é o resto”: “Deus fez a sarara! O que sobre misturou preto com branco, não deu certo, deu sarará.” (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

No primeiro da entrevista, Neinha colocou a indagação: “O certo é preto ou negro?!”. No trecho citado acima, ela utiliza a categoria preta como critério de

identidade coletiva e faz alusão à ideologia da mestiçagem. A conotação pejorativa em relação a pessoa “mestiça” emerge no final do século XIX e início do século XX, como construção do racismo científico. As teorias racistas consideravam a mestiçagem como um impasse civilizatório. Esse movimento estava baseado no pressuposto da superioridade branca. No Brasil, a ideologia do embranquecimento ganhou concretude com o incentivo a imigração europeia (SCHWARCZ, 1996).

A ideia de miscigenação, como fator negativo, passa a ser questionada pela ideologia da democracia racial. Na obra “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1930, Gilberto Freyre rejeita as teorias de hierarquia racial e aborda a contribuição das três raças para a formação do Brasil, contudo o autor romantizou a relação entre senhores de engenhos e escravizados. Desse modo, a relação entre dois pares antagônicos se daria no âmbito sexual, onde as diferenças seriam diluídas. Portanto o mestiço seria sinônimo de apaziguamento das tensões raciais (DAFLON, 2014).

O “mulato” brasileiro, fruto do cruzamento do preto com o branco, seria o representante do processo biológico e social da mestiçagem, entendido como o propiciador da harmonização de elementos opostos, dissolução de antagonismos e produção de uma síntese que suavizar os conflitos latentes na sociedade brasileira. (DAFLON, 2014, p. 27).

Assim, cria-se uma imagem positiva da nacionalidade mestiça no país. Esse pensamento influencia, ainda hoje, a academia, a política e a cultura brasileira. Gonzalez (2018) defende que a mestiçagem é resultado da violação e da manipulação sexual de mulheres escravizadas. Assim, a mestiçagem, como uma herança colonial, é fruto de violências diversas sobre os corpos das mulheres negras e indígenas. De modo algum, representava sinal de integração e de harmonia social, mas sim dupla opressão racial e sexual da mulher escravizada pelo senhor branco.

A psicóloga Eneida de A. dos Reis afirma que, embora nem toda mistura racial seja fruto de violência sexual, os efeitos da mestiçagem, em uma sociedade hierarquizada por raça, tendem a produzir danos para a consolidação de uma identidade negra. Desse ponto de vista, categorias como “mulata” e “morena” podem representar conotações “positivas” da negritude, pois referem-se a pessoas que têm a pele mais escura, todavia essa forma de classificação racial parte do pressuposto de que é desrespeitoso se dirigir a pessoas mestiças como negras ou pretas. Essa prática faz parte da etiqueta racial brasileira, em que perguntar a cor de alguém é também entendido como falta de educação (REIS, 2002, p. 27).

A ideologia da mestiçagem fundamentou as bases para a formulação mito da democracia racial em nossa sociedade, que opera de modo a encobrir a hierarquia social. Apesar do termo mestiçagem fazer alusão a ideia de que por aqui não haveria conflitos e discriminações de natureza racial, ele também configura um conflito identitário, pois a pessoa “mestiça” costuma ser considerada escura demais para ser branco e clara demais para ser negra, o que revela o dilema racial brasileiro (BARACHO, s/d).

Ao abordar a figura racial do mestiço como símbolo produtivo e unificador da brasilidade, Denise F. da Silva argumenta que esse dispositivo político e simbólico institui sujeitos sociais subalternos, ao mesmo tempo em que constrói fantasias que servem para dominação racista. Isso porque a eficiência da racialidade como estratégia política/simbólica moderna reside na construção de zonas morais.

[...] a narrativa do sujeito brasileiro, o retorno ao rejeitado/abjeto, a transgressão das regras - do intercuro sexual do consumo produtivo - do casamento - da humanidade, a articulação simultânea do racial e do sexual produzem tanto um sujeito nacional que é um sujeito histórico de *poiesis* quanto um sujeito de abjeção, isto é, aquele cuja única trajetória é o gasto, cujo destino é o apagamento. (FERREIRA DA SILVA, 2006, p. 73).

Segundo a filósofa, a racialidade opera como um arsenal ético em conjunto com mecanismos jurídicos e econômicos que constituem o Estado capitalista, que possibilitou a acumulação e a expropriação de valor dos indivíduos racializados e historicamente subjugados. Assim, esses mecanismos foram fundamentais para a produção de uma fórmula científica da diferença racial (FERREIRA DA SILVA, 2006). Os mecanismos de racialização refletem uma diversidade de formas de classificação racial, pois as designações de cor não se referem necessariamente à aparência da pele. Sendo assim, é preciso considerar quem classifica, quem é classificado e a situação da classificação racial.

Oracy Nogueira (2006) ilustra a intensidade das marcas raciais como fator principal na definição da percepção racial. O preconceito de marca tem, como referência, a aparência, traços físicos, fisionomia, gestos, modo de falar e que podia variar relacional e contextualmente. Ao analisar a percepção racial entre pretos e pardos na década de 1940, Virgínia Bicudo observa que a mobilidade social de pretos e mulatos não os imunizava de preconceitos ligados a marcadores raciais. Segundo dados analisados pela autora, a aceitação dos mulatos nas classes intermediárias tinha maior aceitabilidade mediante o “embranquecimento”

(BICUDO, 2010). Assim, a ascensão social dava-se pela manipulação da aparência, negação da origem negra e predileção pelo casamento com pessoas de pele mais clara (DAFLON, 2014, p. 37).

Em termos socioeconômicos, pretos e pardos compartilham condições de vida semelhantes, sobretudo no que diz respeito às desigualdades de acesso ao sistema educacional e ao mercado de trabalho. Dados da Pesquisa por Amostra de Domicílio realizada em 2009 apontam que pessoas pretas e pardas apresentaram índices idênticos de taxas de analfabetismo, bem como de anos médios de estudo. Esse levantamento também evidencia que os pardos sofrem uma ligeira vantagem sobre pretos no que diz respeito à frequência no ensino superior e na renda média de trabalho, mas encontram-se entre os pardos um percentual mais elevado de pessoas em condições de vulnerabilidade social, assim como maior taxa de mortalidade por homicídio, sendo a mortalidade infantil entre pessoas pretas mais elevadas que entre as pessoas pardas (PNAD, 2009).

Ainda assim, há uma baixa percepção da discriminação racial deste grupo quando comparado as pessoas pretas (DAFLON, 2014, p. 69). Neinha explicita essa percepção em sua narrativa "[...] racismo de cor de pele, eu não lembro de ter sofrido, talvez minha família, que ficava me chamando de sarara-batata, mas era carinhoso, não era, era (risos) nada não". Segundo Neinha,

A cor de batata é a cor da pele amarela, apelido atribuído por sua família como forma de diferenciar, não era racismo. Às vezes me chamavam só de batata, ou de sarará. Porque eu era a amarela da família, até hoje sou a amarela da família. Mas, gente amarela pelo amor de Deus, deixa eu ser parda. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Se, no ambiente comunitário e de trabalho, Neinha é identificada como branca, e aciona a identidade racial de seu grupo para afirmar a sua negritude. No contexto familiar, ela é a “sarara-batata”, que, no seu entendimento, significa pessoa da cor “amarela”, classificação que lhe provoca angústia, por vivenciar um limbo racial. Ainda assim, no imaginário social brasileiro, os pardos não são um grupo discriminado, tendo elas uma menor percepção em relação à discriminação racial que as pessoas que se autodeclaram pretas (DAFLON, 2014).

O aparente paradoxo que se coloca está no fato de que brancos impõe barreiras de classe rígidas à mobilidade de pretos e pardos, e para isso lançam mão de discriminação contra os não brancos no mercado de trabalho, na escola, nas escolhas matrimoniais. Mas este processo parece ser invisibilizado no que se refere aos pardos, tanto no ponto de vista deles próprios, como da sociedade brasileira em geral. (DAFLON, 2014, p. 77).

Pesquisa realizada por Martins (2015) registrou as categorias de pertencimento racial (Tabela 4) utilizadas pelas integrantes do Coletivo Regina Pinho.

Tabela 4 – percentual cor/raça⁵

Cor/Raça	Quantitativo	Total
Preta	03	50%
Parda /Morena	02	34%
Branca	01	16%
Total geral	06	100%

Fonte: Martins (2015).

Nesse período, dentre as seis integrantes, três se reconhecem como mulheres pretas, uma como parda, uma como morena¹⁵⁶ e uma como branca. Esses dados se aproximam das informações produzidas a partir dados do questionário *online* em que a maioria das integrantes do Coletivo também se identificam como mulheres negras (pretas e pardas).

Apesar disso, a questão racial e do racismo não se tornaram uma agenda do Coletivo. As participantes da pesquisa, em sua maioria, afirmam não ter sofrido discriminações de natureza racista e sexistas, apesar de reconhecerem a existência dessas formas de discriminação. Para o Movimento Negro, a fragmentação da identidade negra impede que essa se transforme em elemento aglutinador no campo político para reivindicações coletivas por equidade racial (ARMINDO, 2019). Esse sistema de dominação perpetua um tipo de violência alimentado por imagens de controle sustentadas por um imaginário social que desumaniza as pessoas negras.

“A cor da pele, o gênero faz com que as pessoas nos olhem com desdém!”
(DANDARA, 2023).

Dandara é uma das únicas participantes da pesquisa que reconhece a

¹⁵⁶ Expressões como “moreno-escuro”, “moreno-claro”, “moreno-jambo”, “marrom-bombom” e mulato são agregadas na categoria “pardo”, pelo IBGE.

existência do racismo, relatando como costuma ser racializada em seu cotidiano. Selecionamos uma situação que consideramos representativa das imbricações entre racismo e sexismo, vivenciada por ela em seu ambiente de trabalho. Em sua narrativa, Dandara chama atenção para a complexidade do racismo em nosso país.

É como se o povo pro povo preto tivesse que estar provando o tempo todo que merece estar ali. A impressão que tenho é que a gente não é aceito, a gente é tolerado, porque existem algumas leis que, de certa forma, protegem entre aspas, porque o tempo todo há um preconceito silencioso de todas formas possíveis. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Além de expressar suas percepções sobre o racismo, ela avalia que esse mecanismo de poder tem efeitos distintos quando considerado o gênero, pois, segundo Dandara: “A mulher preta é para o sexo!”.

Eu trabalho para gringos, eles ficam pedindo: “samba”. Nem sabem falar [nossa língua], mas eles adoram pedir para eu sambar. [Ela responde:] “não sei sambar, [mas eles insistem:] ‘samba!’”. Não vejo eles pedindo para as brancas sambarem, é o estereótipo da mulher preta. Mas, a gente não é só carnaval [...] a gente não é só isso [...]. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

Segundo a escritora Joice Berth, as representações sociais baseadas na articulação de raça e gênero no cotidiano das pessoas, especialmente de mulheres negras, colocam-nas “fora do mercado afetivo”, naturalizando o “mercado do sexo”, da erotização e do trabalho doméstico. Essa situação contrasta com a figura da mulher branca, que inversamente é representada como pertencente à cultura do afeto, do casamento e da união estável (BERTH, 2019, p. 146).

A hipersexualização, uma característica do racismo e do sexismo, faz-se presente nas representações sobre as mulheres negras. Esse imaginário racista e sexista determina lugares subalternizados – ora ocupam o da mulata fogosa, ora o da doméstica, sendo impostos a partir de mecanismos de controle que funcionam de modo a perpetuar uma dupla discriminação: a racial e a de gênero (EVARISTO, 2023). Patrícia H. Collins (2019) formula o conceito de imagens de controle¹⁵⁷ para explicar uma lógica de poder que nomeia, caracteriza e manipula significados sobre as vidas de mulheres negras. Por isso, essas imagens reproduzem padrões de violência e de dominação que contribuem para que grupos dominantes se

¹⁵⁷ Esse conceito se diferencia das noções de representação e estereótipos, pois elas são manipulações que estão relacionadas a sistemas de poder como raça, classe, gênero e sexualidade (BUENO, 2019).

mantenham em espaço de poder (BUENO, 2020).

As ideologias sexuais são responsáveis por definições opostas de feminilidade, que não são dependentes, mas articulam hierarquias entre mulheres. A ideia de uma verdadeira feminilidade, que é configurada a partir de princípios definidos pelas elites masculinas brancas, para controlar os comportamentos de mulheres independentemente de sua condição racial. A forma como esses controles irão operar e que estão articulados a partir da matriz de dominação, o que vai fazer que, por exemplo, a pureza sexual de mulheres brancas esteja diretamente relacionada com uma narrativa de lascividade das mulheres negras. (BUENO, 2019, p. 70).

As imagens de controle são interpretações da feminilidade negra que predominam socialmente a partir de sistemas de poder operados pela supremacia branca, portanto elas visam controlar o comportamento, a sexualidade e a fertilidade de mulheres negras. Não obstante, as imagens de controle funcionam como justificativas eficazes para a opressão racial, bem como para as políticas de subordinação de gênero e de exploração econômica nas sociedades capitalistas (BUENO, 2019, p. 70).

As construções de gênero e o impacto do gênero nas formas e nas experiências de racismo foram abordados pela escritora afro-portuguesa Grada Kilomba (2009), a partir de experiências cotidianas de racismo cotidiano vivenciadas por mulheres negras. Para Kilomba, as construções racistas baseiam-se em papéis de gênero, assim como o gênero tem um impacto inegável na construção da “raça” e na experiência do racismo. Tendo por referência a noção de “racismo genderizado¹⁵⁸”, o estudo contribui para a compreensão do impacto simultâneo da opressão “racial” e de gênero nas experiências das mulheres negras (KILOMBA, 2019, p. 99). A dupla opressão à qual são submetidas as mulheres negras as colocam em condições distintas tanto em relação às mulheres brancas quanto em relação aos homens negros.

Sueli Carneiro avança nessa análise ao propor que a correlação entre a variável raça e gênero produziu grupos subalternizados, pois:

[...] as imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enruidecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão produzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultura das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra `condição plena de mulher e tampouco a condição masculina se mostra suficiente para alçar os

¹⁵⁸ Conceito formulado por Philomena Essed (1991 *apud* KILOMBA, 2009).

homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica. (CARNEIRO, 2003, s/p).

A filósofa brasileira analisa a dimensão referente à intersecção de gênero e raça e suas implicações sobre a identidade negra feminina no contexto histórico brasileiro. Com isso, demonstra que as transformações políticas e econômicas ocorridas não se refletem nas relações sociais que mantêm pensamentos e práticas ideológicas baseados em um sistema de discriminação baseados em marcadores biológicos. Sendo assim, a subalternização de gênero implica a seguinte hierarquia racial, na qual o homem branco se situa no topo, sendo seguido da mulher branca, dos homens negros, e, na base dessa estrutura social, está a mulher negra.

O processo de socialização das mulheres negras é marcado pela experiência de violência, privação e aniquilamento (DAVIS, 2018). Por isso, a sobrevivência de mulheres neste mundo a todo momento lhes impõe violências que silenciam suas experiências. Ainda assim, elas buscam nomear suas vidas e constroem estratégias complexas de resistência que se modificam conforme a dinâmica da matriz de dominação (BUENO, 2019). Consideramos relevante, nesse sentido, o que elas enunciam sobre si mesmas.

Essa produção de saberes ocorre, conforme Nilma Lino Gomes (2019), na “[...]tensão regulação-emancipação sociorracial”¹⁵⁹, que se distingue e se afirma dentro e fora do lugar de exotização e de folclorização. Os saberes produzidos pelas comunidades negras “[...] é uma maneira de conhecer o mundo, a produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde a sua conformação social.” (GOMES, 2017, p. 67). No dizer da pedagoga, esses saberes são passados de geração como herança cultural e resistência, configurados em práticas sociopolíticas e culturais, que carregam consigo uma carga de regulação, pois são construídos em uma sociedade regulada não só pelo capitalismo, mas também pelo racismo e pelo machismo.

Jaqueline Conceição Silva (2021) convida-nos a subverter a inserção da mulher negra apenas em lugares de subalternidade, no qual as mulheres negras foram aprisionadas no eterno lugar de sofrimento e vazio existencial. A travessia desse lugar, marcado pelo vazio, proporciona captar os sentidos da experiência de mulheres negras como lugar repleto de narrativas sobre suas formas de agir e

¹⁵⁹ Na qual o conhecimento regulação está ligado à ciência moderna, como o conhecimento emancipação é o ato de conhecer que está relacionado ao saber da experiência, que foi marginalizado. Por isso, essas formas de conhecimento se encontram em tensão (GOMES, 2017).

pensar o mundo (SILVA, 2021, p. 4). Silva argumenta que, em suas construções cotidianas, as mulheres negras desenvolvem um “[...] fazer político no enfrentamento ao racismo e ao sexismo a partir do compartilhamento de experiências nos mais diversos espaços”, como a música, o partido político, os terreiros de candomblé, as igrejas evangélicas, os grupos de mulheres, dentre outros (SILVA, 2021, p. 8).

3.3.4 *O Coletivo como percursos de aprendizagens*

O Coletivo Regina Pinho foi definido pelas participantes da pesquisa como um espaço para “reunir a mulherada”. Uma vivência coletiva que permite “sair da rotina” e “se descontraírem”. Uma ferramenta de “aprendizagem” que envolve o “saber falar/ouvir” de memórias dolorosas e de suas vivências cotidianas, o que se dá por meio da partilha de saberes e afetos. Nesse ambiente de cumplicidade, elas defendem uma política do “bem viver” no sentido de estabelecer “[...] redes de proteção e autocuidado coletivo baseados em saberes ancestrais de cura”. Assim, essas mulheres promovem iniciativas buscando fortalecer seus territórios (SILVA, MARTINS, 2020).

Segundo Bianca M. Santa de Brito (2020), essas articulações comunitárias conformam redes de solidariedade e proteção que estão presentes nas narrativas de inúmeros inscritos de mulheres negras. Grande parte dessas experiências configuram organizações e sujeitos coletivos, como os grupos comunitários de saúde popular articulados à Rede Fitovida (SILVA, 2012), que desenvolvem ações no âmbito da segurança alimentar e de cuidados baseados em redes familiares e de vizinhança. Para tanto, elas mobilizam memórias ancestrais “[...] frente ao desafio de se manter viva, e manter viva a própria comunidade.” (BRITO, 2020, p. 151).

Uma das referências culturais no uso de ervas e confecção de remédios artesanais da Rede Fitovida, na região, dona Elze Wigand, em entrevista, à época com 64 anos, explica:

[...] minha mãe curava a gente assim com chás, ela era uma pessoa que conhecia muito as ervas. Muito do que sei hoje aprendi ao ajudá-la a coletar plantas. Se pegasse algum mato errado ela me ensinava o que era e o que não era remédio, assim fui aprendendo. (REDE FITOVIDA, 2013, p. 96).

Atualmente, ela e seu marido são responsáveis pela gestão de uma farmácia comunitária na localidade onde moram. No dizer dela: “Nossa farmacinha é para trocar, a gente cuida da saúde das crianças da comunidade com pomada para coceira, xampu para piolho e xarope. Eu faço e distribuo para os meus vizinhos, na igreja, para quem precise...” (REDE FITOVIDA, 2013, p. 196). Em âmbito regional, esse movimento constitui uma rede de trocas de saberes e práticas de cura, na qual as participantes da pesquisa também estão envolvidas. Trata-se de construção de possibilidades que não se limitam à satisfação de necessidades materiais, pois abrangem também a criação e a manutenção de relações de cuidado e afeto, constituídas cotidianamente por essas mulheres (BRITO, 2020).

Brito (2022) explica que, nas comunidades negras, especialmente aquelas que estão submetidas a situações de pobreza, são abundantes os relatos de partilha de recursos materiais e a construção de redes de solidariedade, baseadas em relações de amizade e compadrio. Essa rede de ajuda mútua se materializa na oferta e na troca de cuidados e outros serviços. Assim, elas conseguem mobilizar recursos diversos, inclusive financeiro, para ajudar mulheres que se encontram em situação de desemprego ou por estarem vivenciando algum tipo de violência. São ferramentas que lhes podem permitir acessar redes de proteção locais. Por meio dessas redes de apoio mútuo, elas mobilizam recursos, assim como proporcionam circuitos entre mulheres de origens e experiências políticas diversas. Com isso, elas fortalecem redes de amizade e empoderamento mútuo, porém essas redes possuem limites, pois muitas vezes a violência está presente no ambiente familiar, como nos casos de feminicídio ocorridos no Zumbi.

Ainda assim, a produção de conhecimentos a partir de perspectiva própria, já que, ao serem reconhecidas como produtoras de conhecimentos, elas podem experienciar práticas de liberdade. A autora ressalta ainda que o sentido coletivo dado a essas práticas constituem uma estética da existência que ganha vida na ação por emancipação coletiva da racialidade sujeitada. Sendo assim, essas mulheres constroem existências coletivas abundantes e criativas apesar do racismo, sexismo, entre outras formas de opressão (BRITO, 2020).

Nesse sentido, destacamos o aspecto educativo das ações do Coletivo presente nas narrativas das entrevistadas. Durante a pesquisa de campo, elas definiram-se como um grupo de “[...] pessoas que se unem para aprender umas com as outras”. Enquanto algumas delas ressaltaram que o intuito desse grupo é o “[...]”

incentivo e enriquecimento mútuo", outras expressaram a necessidade de "[...] partilhar saberes para requerer direitos". Neste sentido, o Coletivo apresenta-se como uma ferramenta política que visa "[...] fortalecer um grupo que não tem tanta notoriedade ainda hoje". Esse processo organizativo visa "instruir as mulheres", desenvolver a "autoestima delas" e "empoderar as mulheres" através da criação de mecanismos de "geração de renda" (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023). Desse modo, elas constroem caminhos para romper com as estruturas sociais opressoras, como o sexismo e o racismo.

A educação, como projeto político, pode tanto manter quanto transformar as relações sociais, em sociedades estruturadas de forma hierárquica. Considerando a perspectiva feminista negra, Carolina Pinho e Tayná V. L. Mesquita (2020) propõem uma perspectiva de educação, em seu sentido mais amplo, como instrumento de luta pela emancipação humana. Essa proposição tem, como desafio, a sistematização de saberes emergidos na práxis e no pensamento de mulheres negras e os tipos de saberes que elas formulam. Para as referidas autoras, tais saberes constituem uma teoria educacional crítica, da prática da liberdade e da transformação da realidade, que as autoras denominam "Pedagogia Feminista Negra." (PINHO; MESQUITA, 2020, p. 10).

As bases e os fundamentos da Pedagogia Feminista Negra têm, como princípio, os valores da coletividade e da dialogicidade, conforme propõe bell hooks (HOOKS, 2020 *apud* PINHO; MESQUITA, 2020) no sentido de "[...] reconexão com tradições intelectuais subjugadas", assim como valorização da experiência vivida, a "[...] assunção explícita de um projeto político de sociedade que assuma a luta antirracista" e o "[...] compromisso com a justiça social." (CHAGAS, 2020, p. 232). São saberes produzidos na experiência colocam o desafio da aprendizagem, qual seja, construir um discurso potente que não apenas rompa com o silêncio, mas também transforma os nossos saberes, como comunidades negras, em linguagem e a linguagem em ação¹⁶⁰ como proposto por Audre Lorde (GELEDÉS, 2015).

Sendo assim, compreendemos o Coletivo Regina Pinho como uma ferramenta educativa na qual se articulam imaginários, possibilidades políticas e epistêmicas que nos educa para a (re)elaboração subjetiva e objetiva de si: tornar-se negra, tornar-se sujeito político (MESQUITA, 2020). Desse modo, a autodefinição

¹⁶⁰ Comunicação de Audre Lorde no painel "Lésbicas e literatura" da Associação de Línguas Modernas em 1977. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso: 1 mar. 2022.

proporciona experiências educacionais em que as pessoas assumam o lugar de sujeitos em seus espaços de atuação. Para Collins (2019), o exercício da autodefinição é uma ferramenta de promoção da auto-organização, fundamental em um projeto educacional emancipatório.

Pinho explica que, para comunidades que foram subjugadas e precisaram sobreviver dentro de um sistema de opressões interseccionais, a experiência vivida é valorizada. Sendo assim, consideramos o processo organizativo do Coletivo Regina Pinho como “[...] um esforço coletivo de mulheres negras que tem como referência a luta contra as opressões interseccionais e a favor da emancipação da classe trabalhadora.” (PINHO, 2020, p. 22). Esses conflitos podem ser expressos nas diversas formas de violência a que estão expostas as mulheres e seus territórios, como também nas formas como elas se organizam para resistir e (re)criar projetos frente aos sistemas de opressão e exploração social.

Considerando que a ideia de gênero não é o único determinante da identidade feminina, Hooks (2013) afirma que a experiência das mulheres negras não é monolítica nem homogênea. A autora destaca que nomear a própria identidade é parte da luta contra a dominação, um gesto ativo de resistência política (HOOKS, 2013). Essa estratégia pedagógica “[...] se baseia em saberes de experiências [...] que podem melhorar nossa experiência de aprendizado.” (HOOKS, 2013, p. 113). Do nosso entendimento, as concepções e práticas políticas do Coletivo fomentam processos de aprendizado que buscam desconstruir visões essencialistas e posições que desconsideram suas experiências individuais e coletivas, pois a partilha de experiências e trocas de saberes contribuiu com a consolidação do processo organizativo deste grupo.

Tal argumento se fundamenta nas formulações que as participantes da pesquisa elaboram em relação às possibilidades do Coletivo, enquanto espaço de aprendizagens. A ajuda mútua entre elas se dá no sentido do "empoderamento", no qual elas nutrem o desejo como potência de mudar as suas realidades. Nesse caminho, "um mundo novo" abre-se para elas, dado que elas passam a se reconhecer e a reconhecer suas potencialidades enquanto sujeitas. Esse processo de autoidentificação coletiva é construído em suas redes familiares e de vizinhança que colocam em circulação saberes e práticas de cuidado que são coletivizados no âmbito comunitário¹⁶¹. Consideramos que tais conhecimentos podem ser lidos como

¹⁶¹ O estudo elaborado por Silva (2012), aborda a configuração dessa rede de saberes e práticas de

saberes emancipatórios¹⁶², como define a pedagoga Gomes (2013), especificamente os “saberes estético-corpóreos” que estão ligados às questões da corporeidade e da estética negras, “[...] no qual o corpo negro vive um momento de superação da visão exótica e erótica [...] há uma politização da estética negra [...] os saberes estético-corpóreos fazem parte de uma série de lutas e ensinamentos das mulheres negras [...]” (GOMES, 2013, p. 86). No Movimento de Mulheres Negras, esses saberes têm sido discutidos pelo paradigma do “Bem Viver”, formulação que também tem inspirado a ação política das mulheres camponesas.

Dentre os saberes e práticas compartilhados pelas integrantes do Coletivo, destaca-se a confecção de produtos artesanais e de produtos agrícolas processados. Esses conhecimentos são transmitidos e mantidos por redes familiares e de vizinhanças nesse território. O estudo de Valéria B. Costa (2015) define duas linhas de ações desse grupo, uma voltada para a “formação política” e outra para a “produção agroecológica”. Segundo a autora, esse trabalho tem, por objetivo, “[...] fortalecer as experiências produtivas das assentadas e viabilizar o trabalho feminino no assentamento”. Através das ações desse grupo, “[...] as mulheres incrementam a produção agroecológica possibilitando a inserção [delas] em espaços de comercialização”. Com isso, elas contribuem para recuperar e preservar a biodiversidade e a segurança alimentar num contexto ambiental marcado pela monocultura agrícola (BARROS, 2015, p. 38).

Ainda segundo a autora, as práticas partilhadas no Coletivo são baseadas em saberes populares de cuidado sobre o uso de plantas medicinais e produção de remédios artesanais. Como apresentamos anteriormente, a produção desses conhecimentos no Zumbi está para além e é anterior aos espaços desse grupo, pois envolve um circuito de saberes e práticas de cura transmitidos, de forma oral, em sua maioria por mulheres. Devido aos processos de modernização e consequente hegemonia da medicina oficial, essa forma de produção de conhecimento tem sido criminalizada e desvalorizada. Em muitas comunidades, especialmente nas áreas rurais, a manutenção desses saberes se dá por negociações e conflitos que resultaram em processos de folclorização, apagamentos e/ou (re)construções diversas (SILVA, 2012).

cura no Zumbi e em outros territórios da região.

¹⁶² Segundo Gomes (2013), há três tipos de saberes emancipatórios: os identitários, os políticos e os saberes estético-corpóreos.

A demanda de reconhecimento dos saberes e práticas sobre os usos das plantas medicinais e confecção de remédios artesanais enquanto patrimônio cultural brasileiro pela Rede Fitovida explicita essa tensão. Os agentes ligados a essa rede reivindicam o direito de exercerem seus conhecimentos sem serem criminalizados. No Brasil, a Rede Pacari, na qual participam curandeiras, erveiros, rezadeiras, mateiros entre outros agentes de cura do bioma cerrado, também criou ferramentas políticas de valorização dos saberes da dita medicina popular (SILVA, 2012). Contudo, devido aos impasses jurídicos e aos preconceitos contra essa forma de produção de conhecimento, pouco se avançou em termos de atendimento às demandas desses movimentos no âmbito das políticas públicas, para esses territórios.

No Zumbi, a tradição de base cultural de uso de ervas medicinais e produção de remédios ganhou nova dimensão com a criação do “Grupo Amor do Campo”, que surgiu como uma estratégia de manter um serviço comunitário de saúde voltado para a produção e distribuição de plantas medicinais e remédios artesanais confeccionados de forma coletiva, a partir dos conhecimentos trocados com referências locais. Uma delas, responsável pela produção dos remédios artesanais no Coletivo, relata que aprendeu esses conhecimentos com a mãe, que era rezadeira na localidade (ANOTAÇÕES CADERNO DE CAMPO, 2019). Assim, o Coletivo também tem contribuído para a manutenção desses saberes, que, entre as mulheres mais novas, ganha outras formas. Dos chás, emplastros, garrafadas para os sabonetes medicinais, shampoos, cremes hidratantes, óleo de massagem, todos produzidos com base em saberes ancestrais que circulam nesses territórios. O “Kit Saúde e Agroecologia¹⁶³”, criado no contexto da pandemia da Covid-19, reflete um processo ressignificação dessas práticas.

O Kit Saúde e Agroecologia é uma estratégia de comercialização e divulgação da produção agroecológica, que surgiu a partir do diálogo de integrantes do Coletivo Regina Pinho com o Coletivo Harmonia da Terra do Dandara dos Palmares e [de mulheres do assentamento Che Guevara], referências no uso popular de ervas medicinais e na produção de remédios artesanais. (COLETIVO REGINA PINHO, 2021).

A produção desses kits beneficiou várias famílias em situação de vulnerabilidade social, de bairros periféricos da região. Uma rede de solidariedade

¹⁶³ Esses kits são compostos de sabão reciclado, sabonetes, xampus, óleo e gel medicinais, ervas secas. Também foram disponibilizados produtos alimentícios como geleias, biscoitos e bolos, assim como máscaras confeccionadas de forma artesanal.

entre grupos e organizações sociais diversas que atuam nesse território. Para o Coletivo, essas práticas fomentam “[...] redes de cuidado e autocuidado que contribui para fortalecer vínculos e afetos nutridos entre as mulheres e compartilhamento de saberes a partir de valores como confiança e partilha” (COLETIVO REGINA PINHO, 2021), dado que a produção desses saberes e a criação de ferramentas políticas são configuradas com base em suas experiências cotidianas.

Assim, elas também mobilizam seus conhecimentos ancestrais de uso das ervas e outros elementos da natureza para a manutenção da saúde e tratamento de doenças, através de cuidados físicos, emocionais e espirituais (BRITO, 2020, p. 159). Apesar do crescimento de religiões neopentecostais, a benzedura é uma prática muito comum na região. Segundos Brito (2020), o uso de ervas medicinais no Brasil tem um forte componente da cultura africana e indígena, configurando-se em remédios preparados por meio de infusão, chás, maceração, que resultam em garrafadas, tinturas, xaropes, óleos entre outros produtos, podendo ser utilizados em banhos, na forma de amuletos, defumações e benzedura. Claudinha afirma que nenhum dos seus irmãos mantiveram a tradição da benzedura, ofício de sua mãe, que também foi parteira, muito conhecida na localidade, mas que mantém o desejo de partilhar os conhecimentos que aprendeu com ela.

Esses conhecimentos são transmitidos, em grande parte, de forma oral, sendo atualizados de geração em geração, na “memória-hábito” de repetição e ajustes nos modos de fazer. Os conhecimentos sobre as ervas compõem uma memória coletiva, inscrita no corpo individual e no corpus coletivo de pessoas negras constantemente atualizado. Nessa memória de cura, figuram as benzedadeiras e parteiras, nas narrativas das entrevistas. São pessoas conhecidas das famílias da comunidade, donas de casa, mães, avós, vizinhas, que, para retribuir o dom recebido por Deus, rezam e curam. Na prática, desenvolvem o bem que receberam às pessoas que precisam. Herdaram e agora compartilham a herança cultural (BRITO, 2020). Considerando a dimensão educativa dessas práticas, a pedagoga Carolina A. Gonçalves (2020) destaca que essas formas de conhecimento e processos de aprendizagem, elaborados e produzidos pela ancestralidade negra, fundamentam, auxiliam e complementam as práticas de mulheres negras e de suas comunidades.

[Assim,] engendram-se contextos de aprendizagem e práticas educativas que orientam e contribuem para processos formativos de sujeitos políticos, ou seja, para o empoderamento de pessoas negras no sentido de coletar e compor instrumentos responsáveis por nos conduzir e impulsionar nossas práticas a fim de compreender o mundo para poder transformá-lo.

(GONÇALVES, 2020, p. 215).

As entrevistadas afirmam que a participação no coletivo foi fundamental para a construção de um saber de resistência, pois esse espaço promove uma reflexão sobre uma prática na qual elas aprendem umas com as outras estratégias de enfrentamento às dificuldades que encaram em seus territórios. Nesse processo, elas criam ferramentas educativas visando criar espaços para que as experiências das mulheres desse assentamento sejam fortalecidas. No dizer de bell hooks, a construção de uma comunidade de aprendizagem se funda no diálogo, a fim de que as diferenças sejam confrontadas, e a solidariedade possa, enfim, emergir. Consideramos que as ações empreendidas pelas integrantes do Coletivo Regina Pinho se configuram em uma “[...] irmandade feminina baseada na solidariedade política.” (HOOKS, 2013, p. 148). Um trabalho político que envolve a construção de afetos e compromissos políticos que fazem parte de um amplo movimento de mulheres e/ou feminista¹⁶⁴.

3.3.5 Derrubando muros, construindo pontes: o Coletivo em movimento

O processo organizativo do Coletivo Regina Pinho precisa ser apreendido também a partir das relações que as mulheres engajadas nesse grupo estabelecem com outros atores sociais. Nesse sentido, essas mulheres mobilizam uma rede de relações que lhes possibilitam desenvolver um conjunto de ações e projetos colaborativos que amplificam suas vozes no cenário político regional. Desde a ocupação do Zumbi, houve um incentivo por parte do MST para que as mulheres ocupassem cargos de liderança seja no assentamento ou nas instâncias de decisão desse Movimento. As ações desenvolvidas por elas resultaram na realização de projetos culturais e educativos nesses territórios, áreas que, em geral, não recebem a devida atenção do poder público (SILVA, 2012).

No MST, a configuração de uma agenda voltada especificamente para as questões das mulheres se deu a partir das mobilizações do “8 de Março”. Dessa agenda, participam agentes mediadores que já apoiavam projetos coletivos no Zumbi, como a CPT, assim como organizações não governamentais feministas. Inicialmente, essas atividades tiveram um caráter mais informativo em relação a

¹⁶⁴ O debate de gênero não necessariamente está vinculado com o pensamento feminista. Portanto, nem todos os movimentos de mulheres são expressão de uma consciência feminista (HOOKS, 2013).

temas como saúde da mulher, direitos trabalhistas, entre outros. Logo depois, essas ações ganharam expressão por meio de manifestações políticas, com a ocupação de órgãos públicos e a realização de marchas visando chamar atenção da sociedade local para as demandas de mulheres acampadas e assentadas (CPT, 2012).

No Zumbi, as reflexões em torno de uma pauta específica das mulheres sem-terra ganham força e se consolidam em um processo formativo fluido e conflituoso. Em 2009, Dandara, em diálogo com diferentes atores, passou a discutir estratégias visando a geração de renda para as mulheres nesse assentamento. Essa iniciativa não teve continuidade devido a conflitos internos entre as participantes, especialmente em razão da pouca adesão delas às atividades propostas, por meio de cursos de artesanatos com instituições públicas¹⁶⁵. Além disso, havia outras demandas relacionadas a temas como o processamento de alimentos e a produção de confecção de costura, que não foram atendidas (MARTINS, 2015).

Posteriormente, técnicas do setor de produção do MST passaram a se reunir com mulheres para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica e extensão rural, no Zumbi. Esse encontro permitiu a sistematização das principais demandas delas no que diz respeito às questões produtivas e à criação de mercados para escoação de seus produtos agrícolas e artesanais. Dentre as atividades desenvolvidas, nesse período, constam a realização de oficinas de multiplicação no âmbito de tecnologias agroecológicas. Um dos principais desdobramentos dessas ações foi a criação da Feira Agroecológica no IFF-Guarus, em 2011, contudo as ações desse projeto foram encerradas, devido ao assassinato da agricultora Regina dos Santos Pinho (MARTINS, 2015).

Posteriormente, a retomada desse processo organizativo contou com a participação de mulheres ligadas ao setor de produção e educação do MST, assim como o apoio de instituições de ensino e pesquisa, a exemplo da UFRRJ. Essa parceria resultou na elaboração e no desenvolvimento de projetos de pesquisa¹⁶⁶ nos quais foram sistematizados os entraves e os desafios para o fortalecimento das ações das mulheres assentadas, no que diz respeito à organização da produção e à criação de canais de comercialização. Consideramos a realização do I Seminário

¹⁶⁵ Nesse período, artesãs ligadas ao projeto de extensão “Caminhos do Barro”, da UENF, apoiaram, por meio de assessoria técnica, essa iniciativa (MARTINS, 2015).

¹⁶⁶ Realizado no âmbito do curso de especialização em Agroecologia e Desenvolvimento de Assentamentos na UFRRJ, pelo Pronera.

das Mulheres Assentadas do Norte Fluminense, em 2015, como um marco significativo da consolidação deste processo organizativo. No encontro realizado no ano seguinte, elas expressaram essa discussão nos seguintes termos.

As mulheres rurais têm protagonizado formas coletivas e inovadoras de organização com vistas à construção de um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade socioambiental e na igualdade de gênero. Porém, devido ao menor acesso delas a recursos, como a terra, assim como a outros bens e serviços públicos; a desvalorização do seu trabalho, a sua exclusão e/ou inserção precária em espaços de produção/comercialização, as submetem a diversas formas de violência, seja física ou institucional, e as mantém em uma situação de desigualdade sócio, econômica e política. (CARTA DE REIVINDICAÇÃO DO COLETIVO REGINA PINHO, 2017).

Nesse documento, elas reivindicam a construção e a articulação de políticas públicas voltadas para as mulheres rurais¹⁶⁷, no município de Campos dos Goytacazes, com objetivo de contribuir para a autonomia política e econômica dessas mulheres. Essas demandas foram apresentadas para representantes de órgãos da prefeitura de Campos e estava constituída por três eixos temáticos, conforme trecho desse documento citado abaixo.

No âmbito do acesso aos recursos hídricos e energéticos pelas mulheres assentadas: Instalação de rede de distribuição de água potável nos assentamentos de reforma agrária; Estabelecer parceria com instituições de pesquisa para elaborar diagnósticos e estudos sobre tecnologias para melhorar a qualidade da água nos assentamentos, pois em grande parte dos assentamentos a água é salitrada ou de má qualidade o que inviabiliza o consumo humano e/ou na produção agrícola; Acionar o Comitê de Bacias para criar um plano de gestão participativo de manutenção das comportas e canais que alimentam as Lagoas no município; Implantar nos assentamentos tecnologias de geração de energia alternativas (solar, eólica, biodigestor, cisternas para captação de água da chuva) com apoio técnico de instituições de pesquisa públicas, como a UENF e IFF. Em termos de fomento à inserção produtiva e escoamento da produção agrícola dos assentamentos: Criar linha de crédito e fomento agroecológico (considerando critérios de gênero e geração e raça); Estabelecer parceria com a UFF, UENF, IFF, e Emater para o desenvolvimento de projetos de extensão e assistência técnica visando o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, em especial as experiências das mulheres e dos jovens, em termos ambiental, social e econômico; Ampliar a compra da Merenda Escolar pelos agricultores familiares de Campos, prioritariamente de produtos agroecológicos; Manutenção das estradas vicinais nos assentamentos; Melhorar o atendimento do transporte público (regularidade dos horários e abertura de linha nos assentamentos não atendidos). No que se refere a Promoção Social das mulheres assentadas: Implantar a Política de Saúde dos Povos do Campo nos assentamentos de Reforma Agrária, com vistas a fortalecer as estratégias do PSF, e reduzir os danos causados pelo uso de agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente fortalecendo assim a segurança e soberania alimentar; Fortalecer a Política de Educação do Campo no município, ampliando a oferta do 2º

¹⁶⁷ O termo “mulher rural” é uma categoria jurídica utilizada nos documentos de programas de governo. O uso dessa categoria revela uma tentativa de abarcar outras identidades políticas, como as pescadoras e quilombolas, que fazem parte das redes de relações estabelecidas pelas integrantes do Coletivo na região.

segmento nas escolas rurais; Criar programas de qualificação profissional para o trabalho e geração de renda das mulheres rurais a partir da implantação de Bancos de Sementes Crioulas Tradicionais, agroindústrias de processamento de alimentos, etc. (CARTA DE REIVINDICAÇÃO DO COLETIVO REGINA PINHO, 2017).

Sendo assim, essas reivindicações se configuram em torno de questões estruturais para o desenvolvimento de seus territórios, o que exige a ação qualificada e intersetorial da gestão pública municipal, que continua seguindo sem atender tais demandas, deparando-se sempre com novos desafios. As ações políticas do Coletivo Regina Pinho dialogam com outras dinâmicas organizativas que estavam ocorrendo em âmbito regional, para a discussão de políticas públicas, como o Fórum de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Direitos da Mulher¹⁶⁸ (Comdim). Nesse período, o principal espaço de articulação regional das mulheres camponesas ocorreu a partir do Colegiado do Território da Cidadania, órgão responsável pela gestão de programas e ações federais para o desenvolvimento de territórios rurais.

Entre o período de 2017 a 2019, as ações desse grupo se deram em torno de intercâmbios com jovens do Dandara dos Palmares, com o objetivo de fomentar as experiências de gestão produtiva conduzidas por mulheres. Elas também organizaram oficinas de agroecologia no Zumbi, em parceria com a CPT, e realizaram um encontro de mulheres assentadas em parceria com o coletivo feminista Nós por Nós para discutir a criação de uma rede de enfrentamento à violência doméstica (ANOTAÇÕES CADERNO DO CAMPO, 2020).

A maior parte das participantes da pesquisa considera seu processo organizativo como parte do movimento de mulheres, contudo outras afirmaram que esse processo organizativo faz parte de um movimento de mulheres sem-terra, enquanto uma pequena parte delas defende que o mesmo é parte do movimento mulheres e/ou feminista. Em nosso entendimento, o movimento de mulheres camponesas e/ou trabalhadoras rurais possui muitas faces, que conformam dinâmicas singulares a depender dos atores envolvidos e contextos. No âmbito do Coletivo Regina Pino, a divergência quanto à identificação política "mulheres ", "mulheres sem-terra " e "feministas", não necessariamente se traduz em posicionamento contrário a essas organizações, já que, para elas, é por meio da relação com esses movimentos, que suas ações são potencializadas, pois eles,

¹⁶⁸ Momento em que as mulheres camponesas reivindicam assento nesse órgão (COMDIM, 2016).

além de “agregarem”, permitem a “[...] articulação com outras experiências [que] fortalecem o nosso trabalho”. Neinha explica o sentido que o Coletivo adquire como parte de um movimento de mulheres camponesas e/ou trabalhadoras rurais na região.

Eu acredito que o diálogo tem que existir sempre, [...] o Coletivo sozinho, se não tiver esse diálogo com outros grupos de mulheres ele acaba, ele não anda. Desde o começo a ideia é o Coletivo! O nome já diz tudo, o coletivo você tem que agregar, se não fosse para dialogar com as outras seria um grupo o Grupo Regina Pinho, mas não é um coletivo, quanto mais gente tiver pra contribuir, pra conversar, para trocar experiência, eu acredito que seja muito bom. Eu não acho que tenha que separar o Coletivo dos outros grupos. O Coletivo foi uma coisa tão boa, tem que ser seguido pelo MST, para levar pra outros assentamentos que não tenham, sabe! Porque a gente não pode ir, mas o nome vai, a história vai, então é importante, acho muito importante. (ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, 2023).

O trecho citado permite-nos evidenciar que, apesar de distintas as concepções organizativas, o Coletivo e os demais grupos e organizações de mulheres na região não são excludentes. Em comum entre esses movimentos está o entendimento do potencial transformador que a educação pode adquirir em seus territórios, portanto a produção e o compartilhamento desses conhecimentos servem a propósitos do empoderamento feminino. No Brasil, o termo empoderamento tem, como marco teórico, o pensamento de Paulo Freire (1987). Para o autor, a consciência crítica permite que as pessoas adquiram uma compreensão das estruturas sociais que incidem e moldam as vidas de grupos que foram subjugados, que passam a se mobilizar para alterar essas formas de opressão. O feminismo negro resgatou esse conceito para considerar as experiências históricas de mulheres negras que historicamente se articulam para manter suas comunidades unidas, reduzir os efeitos psicológicos produzidos por diferentes formas de opressões e para fortalecer em termos econômicos seus territórios (DAVIS, 2016).

No trabalho intitulado “Empoderamento”¹⁶⁹, Joice Berth (2019) critica a ideia de empoderamento como liberdades individuais. No entendimento da autora, essa é uma visão de cunho reducionista atrelada à perspectiva individualista e meritocrática, que não questiona as estruturas de poder. Assim, há distorções do significado real e emancipatório do termo, que alavancam falsas ações de

¹⁶⁹ Empoderamento é um neologismo que parte do termo poder. Essa palavra é importada do inglês *empowerment* (BERTH, 2019).

fortalecimento e valorização individualista, que, entre outras coisas, mantêm a exclusão de outras existências. Para a escritora, a ascensão social pode permitir que se desfrute de uma melhor condição financeira em relação a seu grupo social, contudo essa mobilidade não elimina outros tipos de mecanismos discriminatórios que definem outras formas de relações sociais. Assim, o empoderamento de uma mulher pobre, pertencente a um grupo minoritário étnico-racial subjugado, expressa-se em seu entendimento e consciência da dinâmica de sua condição de oprimida, e não em termos de seus sucessos individuais em alcançar a autoaceitação estética ou ocupar um cargo de “poder” de decisão numa dada empresa (BERTH, 2019).

Berth (2019) explica que o processo de empoderamento tem por base quatro pilares interligados e indissociáveis: a cognitiva, a psicológica, a política e a econômica. Nesse processo, ocorre o desenvolvimento da visão crítica da realidade; do sentimento de autoestima. Com isso, são criadas condições para que as pessoas possam problematizar as desigualdades de poder, aprendam a se organizar e se mobilizar para garantir justiça social e econômica, contudo os sistemas de opressão agem de forma a contribuir para que os grupos minorizados tenham perdas nessas dimensões da vida. Isso os enfraquece como pessoas e gera condições de vulnerabilidade para determinados grupos sociais, marcados pelas desigualdades sociais. Por isso, as feministas negras consideram o processo de empoderamento como base de toda a aprendizagem humana (BERTH, 2019).

No cerne dessa reflexão está a discussão sobre poder e suas configurações. Com base no conceito de poder elaborado por Foucault (1979), Brito (2022) afirma que todo poder gera resistência, que se materializa em estratégias de confrontação dos modos de sujeição impostos por diferentes mecanismos de opressão. Assim, ela ocorre “[...] pelas fissuras, nos momentos disruptivos [em] estado de suspensão, de uma liberdade que se cumpre no exercício da criatividade, da sensibilidade, da beleza, nas artes da existência, no cuidado de si.” (BRITO, 2020, p. 147).

Berth, referenciada em Hannah Arendt, ressalta a necessidade de reafirmar que “[...] o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto” (ARENDT, 2001 *apud* BERTH, 2019, p. 19), porquanto ele deve se dar através da coletividade. Sendo assim, o poder só existe de forma justa se for no coletivo. Com isso, a autora coloca a necessidade de pensarmos como ressignificar o poder para que ele seja de fato coletivo e horizontal. Desse ponto de

vista, uma pessoa se empodera e ampara outras pessoas no processo de empoderamento, que é coletivo. Isso forma uma coletividade empoderada que tem poder social suficiente para decidir, para definir e interferir nos rumos das políticas públicas, nas questões primordiais da sociedade. À medida que nos empoderarmos, como grupo minoritário, influenciaremos outras mulheres a seguir esses caminhos, ou criar outros que vão resultar no fortalecimento coletivo (BERTH, 2019).

Esse caminho implica fortalecer a subjetividade de pessoas negras e desconstruir imagens estereotipadas de pessoas negras como violentas e incapazes, porque essas imagens de controle enfraquecem “[...] sistematicamente suas possibilidades de desenvolver amor por si mesmas e o reconhecimento de seus pontos positivos e até de sua humanidade.” (BERTH, 2019, p. 143). Em síntese, o empoderamento é um trabalho político que envolve a coletividade. Empoderamento como prática que serve como instrumento de luta social de conscientização que visa à emancipação de grupos minoritários, como os de mulheres, negritude, indígenas, LGBTQA+, classes populares, pessoas que não possuem poder social e acesso a direitos básicos já conquistados em lei (BERTH, 2019).

Portanto, para a autora, o potencial emancipatório da noção de empoderamento não se reduz à conscientização, pois deve perpassar outras áreas que estruturam a vida individual e coletiva de grupos sociais subjugados. Trata-se de uma perspectiva de empoderamento ampla, com vista à descolonização política, na qual os sujeitos não estão alinhados com pressupostos liberais do individualismo, egocentrado, patriarcal e meritocrático. Berth (2019) defende a ideia de “empoderamento” como instrumento de emancipação e erradicação das estruturas sociais que oprimem grupos minorizados. Logo, o empoderamento materializa-se como condição articulada de indivíduos e grupos marcados por gênero, sexualidade e outras categorias que resultam na subalternização de sujeitos e fragilizam a autoafirmação desses em termos econômicos, estéticos ou afetivos (BERTH, 2019).

3.4 Políticas sociais para as mulheres rurais

Segundo Potyara Pereira (2008), as políticas sociais são constituídas por um marco de orientações, no sentido de concretizar direitos sociais, por meio de projetos, programas e serviços, visando à satisfação das necessidades sociais. Trata-se,

conforme a autora, de uma estratégia de ação guiada por uma racionalidade coletiva, na qual tanto o Estado quanto a sociedade participam ativamente. No entanto, as políticas públicas podem significar tanto ação quanto não-ação, de modo que ambas geram impactos sociais e, “[...] longe de serem receitas governamentais resultam das relações entre Estado e sociedade [...]” (PEREIRA, 2008, p. 98).

Nas últimas décadas, o perfil das políticas sociais tem sido orientado por agências multilaterais, como o Banco Mundial, que reproduzem lógicas neoliberais que funcionam como um mecanismo estratégico para a consolidação dos mercados nos países de capitalismo periférico. Diante disso, surge a necessidade de recuperar a dimensão estrutural da análise das políticas sociais (MAURIEL, 2013), sendo assim a compreensão dessas políticas exige o entendimento da forma interconectada como operam as opressões sociais.

Os estudos sobre gênero e raça contribuíram para redimensionar o debate sobre as políticas sociais. A incorporação das categorias de gênero e raça na política de reforma agrária vem ganhando atenção, nas últimas décadas, em termos acadêmicos, especialmente no que diz respeito aos contornos e implicações dessas políticas para a garantia de direitos de cidadania (MAURIEL, 2013; FURTADO, 2022). A incorporação das dimensões de gênero e raça em indicadores dos sistemas de informação ¹⁷⁰sobre a população brasileira é fruto das pressões dos movimentos e das organizações sociais feministas e negras. Para essas organizações, a criação dessa base de dados sobre essas populações é fundamental para a formulação de políticas públicas (SANTOS, 2014 *apud* FURTADO *et al.*, 2022).

Em contextos rurais, documentos governamentais como o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), lançado em 2003, e o Programa Brasil sem Miséria, instituído em 2011, ampliaram os benefícios sociais para o público da reforma agrária, mediante políticas de inclusão produtiva, passando a reconhecer a demanda da promoção da igualdade de gênero. Em relação à questão racial, o Censo Agropecuário passou a incorporar a categoria cor/raça nos formulários de identificação das unidades agropecuárias do país, apenas em 2017. Nesse sentido, trata-se de identificar as implicações desse debate para o campo da política de reforma agrária, considerando que o objetivo principal da política pública é a

¹⁷⁰ O Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), introduziu a variável *sexo do(a) produtor(a)* no quadro de identificação, no ano de 2006. Já a categoria *cor/raça* passou a ser considerada apenas em 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

concretização de direitos de cidadania.

O II PNRA expressa o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais como sujeitos políticos e econômicos do mundo rural. O documento reconhece que cabe ao Estado a implantação de políticas dirigidas à superação das desigualdades sociais. Esse Plano sinaliza para o elevado número de mulheres entre os mais pobres do campo. Nos estudos sobre reforma agrária, a pobreza rural tem sido abordada com frequência (GUEDES *et al.*, 2015). De acordo com o estudo realizado por Castro *et al.* (2010) sobre o perfil das famílias no Cadastro Único (CadÚnico), cerca de 72 milhões de pessoas se encontravam em condição de vulnerabilidade, entre 2001 e 2007, sendo consideradas público em potencial dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Ainda de acordo com Castro *et al.* (2010), as pessoas economicamente ativas desse grupo correspondiam, à época, a 40% do total dos membros das famílias do CadÚnico, aproximadamente 29 milhões de jovens e adultos – população considerada trabalhadores em potencial, ocupados ou não, e, portanto, público prioritário das políticas de promoção social mediante a inclusão produtiva (CASTRO *et al.*, 2010). Nesse período, a agricultura familiar compunha 22% do público beneficiário do CadÚnico, grupo composto por 6,4 milhões de pessoas que se denominavam como empregadores, trabalhadores por conta própria ou não remunerados em atividades agrícolas, sendo um quarto deles jovens, grupo que, em tese, poderia acessar um leque considerável de programas governamentais. Esse estudo aponta para o desafio de melhorar a inclusão produtiva dessas famílias de baixa renda e sugere a articulação de um conjunto amplo de políticas públicas, a exemplo dos programas de crédito, e não apenas as entendidas como *sociais*, os denominados programas de transferência de renda (CASTRO *et al.*, 2010).

A proposta de ampliação de benefícios sociais, sob a égide do combate à pobreza, ganha centralidade no âmbito da reforma agrária, durante o primeiro governo da então presidenta Dilma Rousseff, momento em que se consolidou o discurso de investimento nos assentamentos existentes como estratégia para garantir as condições de reprodução dessas áreas. Para tanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passaria a se concentrar na assistência técnica aos assentamentos. Nota-se, contudo, que:

Grande parte dos investimentos desse governo foram direcionados para a erradicação da pobreza. Para isso, os assentados são inscritos no Cadastro

Único de Programas Sociais, o qual possibilita às famílias assentadas serem atendidas pelo programa Bolsa Família. Segundo dados do Incra, em 2015, havia 665,6 mil famílias assentadas inseridas no Cadastro Único¹⁷¹, dentre essas 414,6 famílias [...] eram beneficiárias do programa Bolsa Família. (DAL MORO, 2020, p. 179).

Considerando o público beneficiário dos programas de transferência de renda, Maria Wanderley (2015) ressalta que, à época, embora não corresponda ao maior número do país, a manifestação da pobreza¹⁷², nas áreas rurais, é bastante expressiva, visto que atinge quase metade da população do campo. De acordo com Costa (2017), entre os titulares da política de assistência, considerando homens e mulheres, 73,88% eram pessoas negras. Desse total de beneficiários, 93% são mulheres, e 68% dessas eram negras. Sendo assim, nesse segmento, as mulheres negras são maioria do público atendido pelas políticas de transferência de renda (COSTA, 2017).

No assentamento Zumbi dos Palmares, especificamente no núcleo IV, onde se concentram as ações do Coletivo Regina Pinho, 24,2% das famílias afirmaram receber benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e 16,5% eram beneficiárias de programas sociais que complementam a renda familiar, como o Bolsa Família. O documento também registra que algumas possuem outras fontes de renda, como prestação de serviços e trabalhos com artesanato (ESTRUTURAR, 2006). Nos programas de transferência de renda, segundo Costa (2017), as “mulheres-mães” são responsabilizadas por sua condição e vistas como incapazes. Tal perspectiva naturaliza um modelo de feminilidade, no qual elas devem adequar suas famílias a um padrão de “normalidade” (COSTA, 2017, p. 32).

Ana Paula O. Mauriel (2013) acrescenta que essa política mascara os efeitos das desigualdades sociais, já que atrela a pobreza às características individuais das pessoas, com intuito de “[...] garantir a manutenção da força de trabalho sob condições cada vez mais precarizadas e vulneráveis.” (MAURIEL, 2013, p. 110). Esse formato fragiliza a garantia das condições de efetivação dos direitos sociais, já que, como afirma Boschetti (2008), trata-se de “[...] limitar o aumento das despesas públicas pela

¹⁷¹ O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Ele é utilizado na seleção de beneficiários para programas sociais do Governo Federal voltados para o público com renda familiar mensal de até três salários-mínimos ou meio salário-mínimo *per capita*, conforme estabelecem os Artigos 2.º e 4.º do Decreto n. 6.134/2007. O CadÚnico considera, em seu cadastro, as pessoas com renda familiar *per capita* inferior a meio salário-mínimo (CASTRO *et al.*, 2010).

¹⁷² A autora utiliza como referência o critério da linha de pobreza, definida pelo Banco Mundial (WANDERLEY, 2015).

via da restrição/redução dos direitos, estimular a oferta mercantil de serviços e assegurar a subsunção do trabalho [...].” (BOSCHETTI, 2008, p. 132). Além dos efeitos das políticas de transferência de renda sobre a redução das desigualdades estruturais serem limitados, os investimentos destinados aos programas e ações de combate à pobreza não alcançaram os objetivos propostos, pois:

Seus valores são reduzidos, em geral bem abaixo do valor do salário-mínimo, de modo que não asseguram a satisfação das necessidades básicas e obrigam os trabalhadores a oferecer sua força de trabalho, não importando que tipo de atividade ou condição. Assim a política de assistência social “assume a função de reabilitar a atividade econômica, de tornar os “pobres” mais produtivos” com isso se reproduz “a velha dicotomia entre capazes e incapazes ao trabalho” assim como se oculta “importantes contradições da tensão entre trabalho e assistência que reforçam a primazia do trabalho a qualquer custo”. (BOSCHETTI, 2008, p. 167).

Segundo Ana E. Mota (2018), para minimizar os efeitos perversos desse processo de expropriação e precarização social em contextos de crise na periferia capitalista, o Estado aciona políticas focalizadas por meio dos denominados programas de transferência de renda das iniciativas da sociedade civil, de caráter voluntário e associativista (MOTA, 2018). Nesse caminho a proposta de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais tenha buscado o

[...] reforço de alternativas econômicas e da criação de oportunidades específicas, com o intuito de ampliar e fortalecer a participação das mulheres nas atividades produtivas gerais do assentamento, assim como apoio a projetos específicos, por meio de iniciativas de agregação de valor e geração de renda [e] do resgate das propostas de práticas da medicina tradicional, de artesanato, da valorização de formas tradicionais de poder e projetos de capacitação no campo. (II PNRA, 2003, p. 26).

Para tanto, o II PNRA previu o aperfeiçoamento do sistema de crédito, via ampliação do acesso das mulheres ao Pronaf, bem como o incentivo ao financiamento da produção de grupos de mulheres e o fomento à assistência técnica, sendo essa considerada como condição para o sucesso das atividades produtivas. Desse modo, esse Plano reconhece as relações de gênero como um dos aspectos estruturais das relações sociais no meio rural, ao tratar as mulheres não só como beneficiárias no interior dos núcleos familiares agrícolas, mas também como agentes políticos na construção da Reforma Agrária e na consolidação da agricultura familiar (PNRA, 2003).

Essa política resultou em uma série de iniciativas que passaram a ser

executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA¹⁷³). Dentre as políticas públicas com enfoque de gênero no meio rural, destacamos o Pronaf/Mulher, o Crédito Apoio Mulher, o ATER/Mulher, a Titulação Conjunta, o Programa de Documentação da Mulher Rural e o Programa de Organização Produtiva. Pesquisa elaborada sobre a parceria de organizações feministas com o MDA avalia que, mesmo que tímidas, na visão dos agentes públicos, essas ações contribuem com a inserção das mulheres em embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural (BRUGNHARA *et al.*, 2011). Diante disso, essas políticas buscaram considerar a diversidade de situação que caracteriza a agricultura familiar. A ideia de inclusão produtiva fundamenta-se, portanto, na articulação das esferas de acesso a mercado de bens e serviços e de inclusão social via políticas públicas; e seriam voltadas a processos de construção de novas formas de organização produtiva (MATTEI, 2015).

Esse debate político se orienta pela ideia de “empoderamento” como ferramenta de inserção das mulheres em atividades diversificadas de geração de renda, a auto-organização das mulheres, o fomento a estratégias e iniciativas delas em espaços deliberativos de poder, assim como a promoção de debates visando à consolidação de modelos alternativos ao agronegócio. Trata-se de processos que têm contribuído para ressignificar as experiências das mulheres na agricultura familiar (BRUGNHARA *et al.*, 2011), contudo, como afirma Mauriel (2013, p.107), a noção de empoderamento adotada pelas políticas sociais opera no sentido de:

[...] promover condições para que os mais pobres possam adquirir habilidades que lhes permitam ampliar liberdades pessoais e gerar mais condições para criar soluções para suas demandas econômicas e políticas. [Isso] reforça a manutenção e ampliação das políticas compensatórias e de alívio da pobreza que acometem grupos sociais vulnerabilizados, como mulheres, negros e pobres. (MAURIEL, 2013, p. 107).

Berth (2019) complementa que a abordagem do empoderamento pela perspectiva econômica, como prática de fortalecimento de comunidades, passou a ser utilizado no campo das políticas públicas e por organizações não-governamentais, orientado pelas agências multilaterais, como o Banco Mundial, no sentido de supostamente criar estratégias de desenvolvimento para a superação da pobreza. Com isso, esse conceito foi despolitizado, servindo como um instrumento de manutenção de práticas assistencialistas e de controle social sobre grupos oprimidos, pois não incentiva a transformação social (BERTH, 2019). Nesta pesquisa, apoiamo-

¹⁷³ Via Promoção Pró Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, também conhecido como Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre).

nos na perspectiva de “empoderamento” formulada por Berth (2019), pois, ao nosso ver, ela dialoga com as concepções e práticas do Coletivo, assim como os pressupostos teóricos metodológicos adotados neste trabalho. No tópico a seguir, problematizamos as configurações das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Norte Fluminense.

3.4.1 Inclusão produtiva e desenvolvimento territorial rural

O debate sobre inclusão produtiva tomou corpo por meio de uma agenda de âmbito internacional que envolve diversas instituições com ações governamentais e de fundações filantrópicas de países de capitalismo periférico. No Brasil, o tema da inclusão produtiva é um dos eixos principais do Programa Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, que inclui iniciativas como a educação formal e profissional, políticas de capacitação e emprego, além de programas de apoio à agricultura familiar (CASTRO *et al.*, 2010). O fomento às atividades produtivas rurais buscou criar estratégia de ampliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural; o estímulo a programas de comercialização, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae¹⁷⁴); assim como a incorporação da sustentabilidade ambiental na reforma agrária.

A pesquisa de Brugnara *et al.* (2011) analisou as condições de vida das mulheres assentadas nos territórios da cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista, entre 2009 e 2011. Esse estudo aborda a desigualdade de gênero no meio rural, chamando atenção para a falta e/ou as dificuldades de acesso delas às políticas, não somente às políticas com enfoque de gênero (BRUGNHARA *et al.* 2011), contudo pouco se sabe sobre a dinâmica de acesso a essas políticas e a forma como elas são avaliadas pelos diferentes grupos que compõem a agricultura familiar. Consideramos, portanto, necessário entender o contexto de territorialização dessas políticas.

O Programa Território da Cidadania¹⁷⁵ foi criado, em 2008, como estratégia de desenvolvimento regional sustentável. A gestão desse Programa era exercida por

¹⁷⁴ A Lei dispõe sobre a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar.

¹⁷⁵ Informações sobre a normativa desse Programa estão disponíveis no site da presidência da república. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 6 jan. 2023.

agentes públicos das três esferas governamentais e representantes da sociedade civil, que compunham os Colegiados Territoriais. Essa instância tinha a função de identificar as demandas locais, promover a integração entre gestores públicos e conselhos setoriais, assim como fiscalizar as ações desenvolvidas, entre outras atribuições.

No Norte Fluminense (NF¹⁷⁶), esse órgão era composto por instituições do terceiro setor, como cooperativas e associações; organismos do setor público, a exemplo do Incra e das Secretarias Municipais de Agricultura, além de representantes de entidades e organizações rurais: pescadoras e pescadores, agricultores e agricultoras familiares, assentadas e assentados da reforma agrária e lideranças quilombolas. Em 2011, esse Programa sofreu um processo de reestruturação, dado que universidades e institutos federais passaram a ter um papel significativo na orientação de estratégias de desenvolvimento territorial (BULKOOOL, 2022).

Segundo o estudo elaborado por Michelle P. Bulkool (2022), o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) foi criado com o objetivo de fortalecer as ações do Colegiado Territorial NF. Segundo o Nedet, esse Colegiado estava esvaziado. Dentre os desafios apontados por membros desse fórum, a autora cita a ausência de assessoria, a falta de interesse dos entes públicos e a carência de melhora de vida nos territórios. Por isso, entre os principais objetivos definidos por esse Núcleo, estava o estímulo ao protagonismo social e a inclusão produtiva das famílias agricultoras (BULKOOOL, 2022).

O Nedet atuou de 2014 a 2016. Entre as ações realizadas por esse núcleo, Bulkool (2022) destaca a realização da I Feira Territorial NF, ocorrida em 2016, última ação desse Colegiado, dado que o Programa foi encerrado com a extinção do MDA, em decorrência do golpe parlamentar-midiático de 2016, que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Atualmente, a feira é mantida por lideranças de movimentos sociais e conta com o apoio de governos locais¹⁷⁷. O conjunto da população dessa região corresponde a 849.302 habitantes, com aproximadamente 15% residentes em área rural. Nesse território, havia 13.667 agricultores familiares, 2.225 famílias assentadas e seis comunidades quilombolas,

¹⁷⁶ É uma das mesorregiões do estado do Rio de Janeiro, composta por nove municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

¹⁷⁷ Sobre o assunto, ver página da prefeitura de Campos dos Goytacazes. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=77450. Acesso em: 12 dez. 2022.

sendo 23 assentamentos distribuídos pelos municípios de Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, Carapebus e Conceição de Macabu (BULKOOOL, 2022).

Bulkool (2022) também sinaliza para as redes de agentes e grupos governamentais e não-governamentais, que atuam em prol da elaboração e da implementação de políticas de desenvolvimento territorial rural. Essa demanda foi contemplada nos planos de governos municipais, como a do governo Rafael Diniz, em Campos dos Goytacazes, que prometeu investir em infraestrutura para o fortalecimento do setor agropecuário, assim como fomentar a agricultura familiar por meio do estímulo à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Verifica-se, no entanto, que essa gestão, apesar de uma tentativa inicial de diálogo com as organizações de famílias agricultoras, não implementou as propostas governamentais na área.

A falta de investimento público em um projeto de desenvolvimento que atenda às necessidades dos territórios campesinos se reflete na forma como está organizada a administração pública. Órgãos como as Secretarias de Agricultura e Meio do Ambiente não realizam concursos públicos para a formação de quadros técnicos na área agrária, apesar de a região possuir instituições de ensino e pesquisa que oferecem diversos cursos, formando profissionais de excelência. Ademais, as forças desses órgãos são capturadas pelos interesses de grupos hegemônicos que ditam as ações governamentais municipais. Nesse sentido, impera uma cultura coronelista na administração pública da região, que tende a fragilizar os mecanismos de monitoramento da gestão das políticas públicas. Assim, a produção de conhecimento acadêmico sobre essa temática pouco tem contribuído com as organizações e os movimentos sociais alinhados com projetos políticos de enfrentamento das desigualdades sociais. A renda do petróleo tem proporcionado aos municípios da região, como a cidade de Campos dos Goytacazes, uma situação favorável, em termos de investimento. As receitas dos *royalties*¹⁷⁸, entretanto, não têm resultado na superação das desigualdades estruturais, pois a aplicação desses recursos não se reflete em retornos sociais para o conjunto da população (SILVA, 2020).

Como dito anteriormente, a região Norte Fluminense possui índices alarmantes de desigualdades sociais, que impõem sérias restrições às condições de vida das populações empobrecidas, especialmente nas áreas rurais (CRUZ, 2005; ALMEIDA,

¹⁷⁸ Em 1997, a receita dos *royalties*, em nível nacional, era de R\$ 81 milhões, enquanto, em 2000, já atingia a cifra de R\$ 6,4 bilhões (SILVA, 2020).

2000), situação que afeta sobremaneira a vida das mulheres, conforme relatos das participantes da pesquisa e dados oficiais apresentados anteriormente. Em seu estudo, Martins (2015) sinaliza para os entraves em relação à garantia dos direitos de cidadania para as mulheres no assentamento Zumbi dos Palmares. Com base em pesquisa de campo, a autora registra a percepção de lideranças de movimentos e organizações de mulheres camponesas sobre as políticas de reforma agrária, incluindo as políticas específicas para as mulheres rurais. Entre as dificuldades levantadas, estão a falta de conhecimento delas sobre essas políticas, como o Pronaf/Mulher e a inadimplência¹⁷⁹ dos maridos, que impossibilitam o acesso dos demais membros da família, mulheres e jovens a essas políticas, especialmente as de crédito.

No I Seminário de Mulheres Assentadas do Norte Fluminense, realizado em 2014, evidenciou-se que a falta de recursos, inclusive financeiros, foi uma das principais razões da participação delas em grupos que fomentam a organização da produção agrícola e artesanal de mulheres e jovens sem-terra. Com isso, elas estão envolvidas em diferentes ações para mobilizar recursos. Esse esforço foi pontuado por Dandara, que fomentou o debate sobre projetos de geração de renda para as mulheres no Zumbi. Segundo ela, a luta política das mulheres sem-terra é um grande desafio, especialmente no que diz respeito ao acesso a direitos de cidadania via políticas públicas (CADERNO DE CAMPO, 2019).

As experiências organizativas delas não recebem apoio por parte das agências estatais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Incra. Segundo as integrantes do Coletivo Regina Pinho, as ações e os programas existentes tendem a ser pontuais, fragmentados e burocratizados. Outro problema evidenciado por elas se refere ao processo organizativo: seria a falta “legitimidade do grupo” dentro do assentamento, assim como a dependência financeira em relação a projetos gestados por outras organizações, como a CPT e ONGs que atuam prestando assistência técnica em seus territórios (MARTINS, 2015). A inclusão social pela via do empreendedorismo individual ou coletivo não atende às suas demandas concretas de autonomia econômica e política.

¹⁷⁹ Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), cerca de 40% de famílias agricultoras (1 milhão de famílias beneficiadas) não conseguiram acessar o Pronaf em 2014, porque esbarraram na burocracia dos agentes financeiros. Sobre o assunto, ver página da Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda. (Cotriel). Disponível em: <https://www.cotriel.com.br/Noticia/endividamento-impede-40-dos-agricultores-familiares-de-acessarem-o-pronaf>. Acesso em: 6 jan. 2022.

A falta de informação delas em relação às políticas agrárias é um indicativo do caráter excludente desses programas, pois elas, em sua grande maioria, são desconsideradas. Ademais, essas políticas, na avaliação das participantes da pesquisa, não têm garantido que as mulheres exerçam, de forma efetiva, a gestão produtiva e econômica nos lotes familiares ou interfiram na elaboração e na implementação do projeto de assentamento (MARTINS, 2015). As políticas públicas, especialmente as que visaram a inclusão produtiva, vão na contramão desse processo organizativo, mantendo um padrão celetista com base em critérios discriminatórios como apontam pesquisas recentes.

O estudo realizado por Raphael F. Diniz e Evandro C. Clemente (2021) chama atenção para as mudanças ocorridas nos índices de acesso ao atendimento técnico pelos estabelecimentos agropecuários no país, entre 2006 e 2017, com enfoque de classe, sexo e raça. Os autores argumentam que o acesso a esse serviço é marcado por uma natureza classista, sexista e racista. Para eles, o caráter classista do acesso a esses serviços se explica pois “[...] dentre os tipos de estabelecimentos agropecuários presentes no campo brasileiro, os pertencentes à agricultura familiar foram os que tiveram maior variação negativa nos índices de acesso à orientação técnica”. Sendo que, entre 2006 e 2017, houve uma redução de -11% no número de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil. Os autores evidenciam que a redução significativa do número de estabelecimentos ocorreu entre os estabelecimentos de pequeno e médio porte que receberam -14% desse serviço, enquanto os estabelecimentos maiores tiveram uma queda de -4%. (DINIZ; CLEMENTE, 2021, p. 120).

No que se refere ao acesso a serviço de orientação técnica por sexo da pessoa que dirige o estabelecimento, constata-se que, entre 2006 e 2017, houve queda de cerca de -16% no número de homens assistidos, o que corresponde a 22% dos estabelecimentos dirigidos pelo sexo masculino, ao passo que, entre as mulheres, observa-se um aumento de 40%, passando a 12% dos estabelecimentos dirigidos por agricultoras do sexo feminino.

Contudo, quando avaliada o número de mulheres não atendidas o montante equivale a 88% dos estabelecimentos por pessoas do sexo feminino, enquanto entre os homens esse índice diminui em -7%, o que equivale a 78% dos estabelecimentos dirigidos por produtores do sexo masculino. Com efeito, em 2017, as mulheres representavam apenas 11% do total de dirigentes dos estabelecimentos agropecuários que foram assistidos pelo serviço de orientação técnica no país, em relação aos 7%, em 2006, sendo que o número daquelas que não receberam esse serviço era cerca de 7 vezes

maior do que as que receberam, enquanto entre os homens essa proporção era de 4 para 1. (DINIZ; CLEMENTE, 2021, p. 127).

Os autores explicam que esse quadro de assimetria e subalternidade posicional das mulheres rurais se dá em função do fato de seu trabalho não ser concebido como ligado à esfera produtiva. Uma cultura institucional sexista normatiza práticas extensionistas discriminatórias para homens e mulheres, contribuindo para a manutenção da divisão sexual do trabalho que negligencia o papel produtivo das mulheres (FIUZA *et al.*, 2009, MONTEIRO, 2008, SILIPRANDI, 2002 *apud* DINIZ; CLEMENTE, 2021).

Em relação ao acesso a serviço de orientação técnica por cor ou raça dos produtores, o levantamento considerou apenas o Censo Agropecuário de 2017. Por meio da análise desses dados, os autores constataram que a maior parte dos produtores que receberam orientação técnica se autodeclararam brancos (70,5%); os de cor negra (pretos e pardos) compunham 28% desse universo, seguidos pelos de cor amarela (1%) e indígenas (0,5%). Já entre os produtores não atendidos, a maioria é composta por pessoas negras (59%), seguidos pelos brancos (39%), amarelos (1%) e indígenas (1%).

Quando considerados os produtores de uma mesma cor/raça que não receberam orientação técnica, em relação ao total de produtores que se autodeclaravam com a mesma cor/raça, os autores demonstram que o quadro de desigualdades é ainda mais acentuado entre brancos e os demais: os produtores brancos não assistidos representavam 69% do universo, ao passo que os amarelos somavam 72%, os negros 89% e os indígenas 92%. (DINIZ; CLEMENTE, 2021, p. 129).

A natureza racista do acesso a serviço de orientação técnica é caracterizada pelo predomínio de produtores que se autodeclararam brancos entre aqueles que receberam orientação técnica, uma vez que há uma menor representatividade de pessoas negras e indígenas entre grupos de agricultores historicamente não assistidos, dado que ainda se conserva inalterado, o viés racista de acesso ao conhecimento, a inovação científico-tecnológica e as políticas de desenvolvimento rural (DINIZ; CLEMENTE, 2021, p. 129).

Assim, esse estudo demonstra a natureza classista, sexista e racista dos serviços públicos de assistência técnica, pois homens brancos de classe social alta e média possuem maiores oportunidades e recursos para adquirirem novos conhecimentos e inovação científico-tecnológico, do que homens negros, sobretudo, as mulheres negras e de classes historicamente subalternizadas, portanto essas políticas concorrem para perpetuar o quadro de desigualdade social, racial e de

gênero no campo brasileiro (DINIZ; CLEMENTE, 2021, p. 129).

O caráter excludente dessas políticas contribui para precarizar e vulnerabilizar ainda mais esses grupos, pois amplia o risco de essas famílias serem pressionadas a sair de seus territórios para disponibilizar seus lotes ao mercado de terras. Além disso, para as integrantes do Coletivo Regina Pinho, a lógica administrativa dos assentamentos, orientada pelo Incra e dos serviços de Ater, impõe às famílias assentadas um modelo agrícola baseado no monocultivo e no uso intensivo de agroquímicos. O fato de a maior parte delas não receberem apoio técnico acaba por dificultar ainda mais o acesso a outras políticas agrícolas.

Em 2017, dados do Censo Agropecuário revelaram que cerca de 15 milhões de mulheres viviam em áreas rurais. Esse quantitativo representa 47,5% da população residente no campo. Em relação à cor e à raça dessas habitantes, mais de 56% delas se declararam como pardas; 35%, como brancas; e 7%, como pretas, sendo que as indígenas compõem 1,1% da população rural feminina. Quando somadas às categorias *pardas*, *pretas* e *indígenas*, o percentual de mulheres não brancas corresponde a 64,1% da população total abordada (IBGE, 2017). Como demonstrado, esse grupo social tem sido o menos beneficiado pelas políticas públicas de crédito agrícola e dos serviços de orientação técnica. Somado a isso, as mulheres negras ocupam as ocupações mais precarizadas, compondo, de forma majoritária, a força de trabalho flutuante e marginal. Ademais, elas estão sobrerrepresentadas nas taxas de feminicídio,¹⁸⁰ violência obstétrica e mortalidade materna, sendo as mais atingidas por morbidades crônicas, como hipertensão e diabetes, sendo impactadas pelo genocídio e encarceramento de seus filhos e companheiros (MORAES, 2013).

Os dados e as referências apresentados revelam que as desigualdades sociais, de natureza estrutural e interseccional, submetem as mulheres negras que vivem em contextos rurais a condições profundamente desvantajosas, em diferentes dimensões da vida, aspecto que se torna evidente nas análises sobre o acesso a bens e serviços públicos. Nesse contexto, são fragilizados os principais mecanismos para garantia dos direitos de cidadania das populações do campo, com o esvaziamento de ações e programas governamentais de fortalecimento da reforma agrária no país.

Nesse escopo, as políticas de combate à pobreza, sob o ideário da inclusão produtiva, alicerçadas em pressupostos neoliberais, são conduzidas por lógicas capacitistas e produtivistas, que contribuem para reforçar hierarquias e desigualdades

¹⁸⁰ Sobre isso, ver Ipea (2019).

sociais. Verifica-se, assim, que as políticas de inclusão produtiva na reforma agrária mantiveram um viés sexista, racista e classista, uma vez que as mulheres negras são as que menos acessam esses recursos. Ademais, o aprofundamento das desigualdades fundiárias e a expropriação dos mecanismos de proteção social no mundo do trabalho e de mercantilização de serviços públicos indicam que novas dinâmicas de financeirização da vida, da economia e da política promovem a expansão de setores do agronegócio e da mineração (LEITE *et al.*, 2021; FURTADO, *et al.*, 2022).

Não se trata de desconsiderar as políticas de inclusão social e produtiva implementadas, mas, sim, de se atentar para os aspectos estruturais omitidos no debate sobre o tema. Além disso, a democratização do acesso à terra deve ser considerada como forma de garantir a segurança, a soberania alimentar e, conseqüentemente, a criação de mecanismos sustentáveis de acesso aos mercados e de melhorias da qualidade de vida das populações camponesas, pois o acesso à terra condiciona a possibilidade de se beneficiar de políticas públicas como crédito e orientação técnica, entre outras. Edson Cardoso (2023), uma sociedade preocupada com o desenvolvimento do país, uma sociedade de maioria negra, não criaria mecanismos para impedi-la de acessar bens e recursos públicos. Para o autor, combater o racismo é estratégico na construção de uma sociedade democrática e não hierarquizada. Entendemos que o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, entre outras formas de opressão, é fundamental para qualquer projeto de emancipação. Sendo assim, a defesa das políticas sociais como direitos de cidadania exige o compromisso analítico e político da dimensão estrutural, em seus aspectos multidimensionais, dos fenômenos sociais.

ENFIM, UM RECOMEÇO

A política de gênero adotada pelo MST contribui para fomentar a participação das mulheres sem-terra em instâncias políticas dentro e fora dos assentamentos rurais. No Zumbi, o engajamento de mulheres em instâncias de participação política reflete um processo organizativo fluido, cheio de altos e baixos, que passou por constantes redefinições, dadas as dificuldades enfrentadas por elas para assumirem e se manterem em cargos de liderança. Nesse contexto, o Coletivo Regina Pinho emerge como espaço de valorização das experiências de mulheres negras, que buscam construir mecanismos para a melhoria das condições de vida delas e de suas famílias.

O mapeamento das ações desse Coletivo, no período de 2009 a 2019, indica que esse grupo atua por meio de redes de cuidados, de modo a manter vínculos de confiança e afetividade, nos quais são desenvolvidas ações educativas e serviços socioambientais e de saúde. Para tanto, elas mobilizam diversos recursos visando diversificar a produção e criar mecanismos alternativos de comercialização dos produtos agrícolas e artesanais nesse território. As ações desse grupo refletem concepções distintas sobre os projetos de desenvolvimento em curso nos assentamentos rurais, capturados pela lógica de produção capitalista, que produz formas de opressão e exploração diversas, que impactam sobremaneira a vida das mulheres.

Nesse percurso, elas estabelecem canais de diálogos com outros grupos e organizações sociais, assim como reivindicam junto a órgãos governamentais bens e serviços públicos para suas comunidades. Assim, os constantes (re)fluxos desse processo organizativo refletem conflitos que evidenciam a manutenção de estruturas de poder hierárquicas que geram vulnerabilidades sociais. As trajetórias de vida das participantes da pesquisa expressam experiências de privação, violência, aniquilação que lhes impõe condições de vida que tendem a cercear o exercício da cidadania política. Em razão disso, as ações delas tendem a ser desconsideradas, suas demandas são invisibilizadas e seus saberes desvalorizados, o que as situam em lugares de subalternidade.

O reconhecimento da agência política de mulheres negras sem-terra que atuam por meio de coletivos sociais no Zumbi, a exemplo do Coletivo Regina Pinho, fundamenta-se na contribuição delas na manutenção de redes de saberes e

solidariedade que fomentam projetos coletivos, visando à autonomia política e econômica de seus territórios. O Coletivo Regina Pinho, como espaço de aprendizagem, possibilitou o fortalecimento de uma identidade política, por meio da qual várias mulheres se mobilizaram em torno de uma agenda política comum. Ressaltamos que esse processo organizativo se constitui de forma fluída: são mães, trabalhadoras, esposas que participam, ora mais, ora menos, da construção da identidade política “mulheres sem-terra”, debate que, ao privilegiar aspectos de gênero e classe, acaba por ofuscar o fator racial.

Destacamos ainda que as concepções divergentes sobre os caminhos políticos a serem seguidos por esse grupo não impossibilitou a solidariedade política entre elas e delas com outros grupos e organizações sociais na região. Ademais, essa rede de movimentos tende a se retrair ou se expandir, conforme a configuração das forças presentes no campo de disputas e de representação política. Demonstramos que as tensões entre os movimentos de mulheres camponesas com e as correntes feministas distintas apontam para a necessidade de reconhecimento da diversidade da experiência da identidade feminina. A construção de uma perspectiva feminista camponesa e popular não elimina a multiplicidade de perspectivas organizativas adotadas por elas, já que suas agendas políticas incluem pautas e temas diversos, inclusive divergentes. Consideramos, contudo, a necessidade de uma leitura antirracista desse movimento, dado que o referencial teórico-metodológico mobilizado nesse debate não tem enfrentado questões como o racismo, sobretudo no que se refere à experiência política das mulheres sem-terra.

O contexto de transformações políticas e econômicas ocorridas no mundo rural com o processo de modernização agrícola se orienta por uma lógica de generificação e racialização do trabalho produtivo, com a consequente desvalorização do trabalho feminino. Assim, evidenciamos que as intersecções entre gênero e raça situam as mulheres negras nas ocupações mais subalternizadas, pois elas estão submetidas a hierarquias que reproduzem as estruturas de dominação social e política, que atuam de modo a desvalorizar suas atividades, garantindo o não reconhecimento delas, como trabalhadoras, o que as submetem a condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas da vida social, contudo consideramos que as estratégias políticas fomentadas pelas mulheres negras sem-terra para superar tal situação apontam caminhos diversos

para a construção de diálogos no sentido de fortalecer a cidadania política das mulheres camponesas.

Um dos limites deste estudo se refere às questões metodológicas, já que a perspectiva integrada e transdisciplinar envolve leituras e aprofundamento teórico complexos. A pandemia da Covid-19 impossibilitou a continuidade da pesquisa de campo, o que só foi possível retomar no final do curso. Com isso, o tempo necessário para análise dos dados acabou sendo prejudicado. Mesmo assim, o estudo permitiu refletir sobre o fato de que a construção de ferramentas políticas que dão visibilidade às formas de reprodução de hierarquias sociais foi historicamente naturalizadas em nossa sociedade. Portanto o enfoque da trajetória organizativa de mulheres mobilizadas em torno de projetos coletivo, referenciada na perspectiva feminista negra e interseccional, contribui para o estudo de experiência de mulheres negras sem-terra, visibilizando suas contribuições políticas na luta pela terra, no território fluminense.

A perspectiva feminista negra de enfoque interseccional possibilitou identificar padrões de reprodução de mecanismos de poder asseguram a subalternidade desse grupo social, de modo a lhes impor condições precarizadas e a garantir privilégios sociais. Assim as hierarquias de gênero, classe e raça sustentam modelos de exploração e opressão que moldam as relações sociais. Do nosso entendimento, a experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho é uma ferramenta política e epistêmica potente contra as formas de discriminações diversas, tais como o sexismo e o racismo. Expressão das múltiplas experiências dos territórios negros, que têm garantido a reexistência amefricana. Nesse caminho, como afirma Lélia Gonzalez, é necessário assumir nossa amefricanidade para romper com mistificação racial que nos foi imposta.

No âmbito das políticas públicas, destacamos que o perfil das políticas de inclusão social e produtiva voltadas para os territórios rurais se caracterizam por uma lógica setorial e produtivista que reforçou um modelo de desenvolvimento fundado em hierarquias e desigualdades sociais, especialmente quando observados marcadores como o gênero, a raça e a classe. Assim, as políticas de inclusão produtiva baseadas na igualdade de gênero não rompem com o padrão histórico de subalternização das mulheres camponesas. Porquanto, essas políticas se limitam a minimizar os efeitos do processo de expropriação e precarização social, configurando-se em um padrão sexista, racista e elitista, que impõe várias barreiras

para a garantias da cidadania política das mulheres negras, em especial no âmbito rural. Enfim, demonstramos que as desigualdades sociais de natureza estrutural e multidimensionais submetem as mulheres negras que vivem em contextos rurais a condições profundamente desvantajosas, de modo especial, no que diz respeito ao acesso a bens e serviços públicos, o que aponta para a necessidade de mecanismos de discriminação positiva em favor da população negra rural, pois há um processo histórico de negligenciamento do Estado brasileiro em relação às demandas desse grupo social por acesso a bens e serviços públicos, especialmente quando se consideram as intersecções entre território, gênero e raça, como é o caso das mulheres negras sem-terra.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Quito: Elefante, 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec; Anpocs; Editora da Unicamp, 1992.

AGANJU, Fred. **Terra Preta**: raça, racismo e política racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 1. ed. Diáspora Africana: Filhos da África, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia**, ano 7, n. 13, p. 49-70, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/al4qxqa33vbx5az5hznd7s52zi/access/wayback/http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13501/870>. Acesso em: 9 out. 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, jan./dez. 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/362/344>. Acesso em: 9 out. 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Campos dos Goytacazes, 2003.

ALMEIDA, Erica T. Vieira de. O protagonismo do MST em Campos – Uma Alternativa à reprodução social dos Assalariados da Cana. **Vértices**, [s. l.], ano 3, n. 1, p. 27-32, mar. 2000.

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilombola**: antirracismo, afeto e políticas nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo, SP: Elefante, 2022. 384 p.

ALMEIDA, Mariléa de. Território de afetos: práticas femininas antirracista nos quilombos contemporâneos do RJ. **História Oral**, [s. l.], v. 24, p. 293-309, jul./dez. 2021.

ALMEIDA, Matheus de Araújo. Maternidade contra o genocídio: o Movimento Mães de Maio frente à democracia das Chacinas. **Revista Contemporânea de Antropologia**, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 415-437, out. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado racista e crise do capitalismo. **Outras Mídias**, [s. l.], 26 jun. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvio-almeida-estado-racista-e-crise-do-capitalismo/>. Acesso em: 9 out. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo**. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito. São Paulo: PUC, 2017.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología**: Teoria y práctica para uma agroecologia sustentable. Montevideo: Norddan-Comunidad, 2000.

ALVES, Juliana; CORRÁ, Daniel. Número de crianças brasileira que não sabem ler e escrever cresce 66% na pandemia. **CNN-Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-de-criancas-brasileiras-que-nao-sabem-ler-e-escrever-cresce-66-na-pandemia>. Acesso em: 1 maio 2023.

ALVES, Sandra M. Aparecida. **Geografia e gênero**: a ação das mulheres na luta pela moradia camponesa na região da estrada de ferro em Goiás. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufcat.edu.br/tede/handle/tede/7029>. Acesso em: 9 out. 2022.

ANZALDÚA, Gloria E. La consciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciencia. **Revista estudos feministas**, [s. l.], v. 13, p. 704-719, jan./dez. 2005.

ANZALDÚA, Gloria E.; NASCIMENTO, Tatiana. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Traduzido por Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro, RJ: A Bolha, 2021.

ARAUJO, Barbara. **Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro**. **Jacobin Brasil**, [s. l.], 2020.

ARBOLEYA, A. Educação, mérito e raça: Trajetórias de docentes negros no ensino superior brasileiro. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da UNIFESP, v. 7, n. 1, p. 95-113, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/olhares.2019.v7.854>. Acesso em: 4 ago. 2023.

ARMINDO, Iasmim Lobão. Resenha do Livro Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. **Revista Ciências & Ideias**, [s. l.], v. 10, n. 2, maio/ago. 2019.

ARRUZA, Cinzia, *et al.* **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 132-151, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/8293>. Acesso em: 9 out. 2022.

BARBOSA, Maria Luiza Duarte. **O Gênero da Posse da Terra**: um estudo sobre o poder de negociação das mulheres titulares de lotes no assentamento Santa Rosa/Córrego das Posses, em Minas Gerais. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1279920. Acesso em: 9 out. 2022.

BARBOSA, Yamira R. de Souza. **Mulheres camponesas do oeste catarinense**: organização, trabalho e cuidado. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3232277. Acesso em: 9 out. 2022.

BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. **Cult**, [s. l.], 3 jul. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/elia-gonzalez-perfil/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BASTES, R. O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflito no campo e as sementes que anunciam suas resistências. *In*: CPT/Cedoc (org.). **Caderno de Conflitos no Campo**. [s. l.]: CPT/Cedoc, 2018, 2019. (p. 81-89).

BATISTA, Maria Aline da S.; OLIVEIRA, Alexandra M. de. Desigualdade de gênero, campesinato e questão agrária no Brasil. *In*: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021, [s. l.]. **Anais [...]**. [s. l.]: Anpege, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BECHER, Caroline. **O desabrochar das flores**: o protagonismo das agricultoras de Jesuíno Marcondes, Predentópolis-PR. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47622963-O-desabrochar-das-flores-o-protagonismo-das-agricultoras-de-jesuino-marcondes-prudentopolis-pr.html>. Acesso em: 9 out. 2022.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo, SP: Polém Livros, 2019. (p. 184).

BERTOZA, Tarianne da Silva Pinto. **“Viveres-Noinha**: saberes e fazeres na manutenção do jongo em campos dos Goytacazes – RJ”. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

BICUDO, Virginia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Cad. Pagu*, [s. l.], v. 36, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/kQWN9JyJ86gsGmrXFcRrQH/>. Acesso em: 4 ago.

2023.

BILGE, Sirma. Théorisaantions féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, [s. l.], v. 1, n. 225, p. 70-88, jan./dez. 2009. Disponível em: https://www.cairn.info/load_pdf.php?download=1&ID_ARTICLE=DIO_225_0070. Acesso em: 9 out. 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. Feminismos, padrões de atuação e disputas políticas no Brasil Contemporâneo. In: VEIGA, Ana Maria *et al.* (org.). **Mundos de Mulheres no Brasil**. Curitiba> CRV, 2019. (p. 109-118).

BOCCHINI, Ana Gouvêa. **Mulheres de Santa Luzia da ilha do Baixo**: modo de vida na várzea do Baixo Solimões. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4240/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ana%20Gouv%C3%AAa%20Bocchini.pdf>. Acesso em: 9 out. 2022.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: Um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, [s. l.], n. 34/35, p. 67-68, jan./dez. 2013.

BORDALO, Caroline Araujo. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.disserta%C3%A7%C3%A3o.Caroline_Ara%C3%BAjo_Bordalo.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

BORDALO, Caroline Araujo. Desenvolvimento, Campesinato e Feminismo na América Latina: uma análise das formas de representação política no campo brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2016.

BORDALO, Caroline; PENA, Mariela. Feminismos periféricos e campesinato: resistências ao neoliberalismo. **Diplomatique**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/feminismos-perifericos-e-campesinato-resistencias-ao-neoliberalismo/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BORGES, Jéssica. Soares *et al.* A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do judiciário fluminense. **Dossiê Expressões Contemporâneas da questão agrária**, Revista Praia Vermelha, v. 31, n. 1, p. 109-133, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/40255/23563>. Acesso em: 9 out. 2022.

BORGES, Juliana Moreira. Interseccionalidade: pilar do racismo sob a perspectiva de famílias monoparentais negras. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA, 31., 2021, [s. l.]. RJ, 2021. **Anais [...]**. [s. l.]: ANPUH-Brasil, 2021.

BORGES, Rosane. O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil. Entrevista cedida a Mariana Correa Ferrari. **Ponte Jornalismo**, [s. l.], 27 set. 2019. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/09/27/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-seguranca-publica-brasil/>. Acesso em: 9 out. 2022.

BRANDÃO, Sylvana. **Ventre livre, Mãe Escrava**: a reforma social de 1871 em Pernambuco. 3. ed. Rev. Recife: Editora da UFPE, 2011.

BRAGA, Claudia Oliveira da Silva B. Resenha. **Revista Gestão Pública**: Práticas e Desafios, Recife, v. iii, n. 6, p. 315-319, dez. 2021.

BRASIL, Cristiane Costa. **História da alfabetização de adultos**: de 1960 até os dias de hoje. [s. l.]: UCB, 2023.
<https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/bitstream/10869/1548/1/Cristiane%20Costa%20Brasil.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégias nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 203-230, jan./dez. 2006. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_estategia_nacional_e_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

BRITO, Bianca Maria S. de. **A escrita de si de mulheres negras**: memórias e resistência ao racismo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2020.

BRITO, Clovis Carvalho. Mulheres negras em movimento: rizomas da negritude e do feminismo? **Cadernos Pagu**, [s. l.], v. 38, p. 433-440, jan./dez. 2012

MOREIRA, Núbia Regina. Resenha da obra “A organização das feministas negras no Brasil”. **SciELO**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/8yvcRx6d7SHFGhtDy8sFztz/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília, DF: MDA, 2008. (p. 217-240).

BRUGNHARA, Ariane Cristina *et al.* Assentadas Rurais nos Territórios da Cidadania: Capacitação e perspectivas para o empoderamento? **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, jan./dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/vivia/Downloads/80-Texto%20do%20Artigo-290-1-10-20151011.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRUNO, Regina *et al.* Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.) **Autonomia e Cidadania**: política de organização produtiva para as mulheres no meio rural. 1. ed. Brasília, DF: MDA, 2011. p. 55–86.

BRUNO, Regina *et al.* Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. *In*: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 217-2360).

BUARQUE, Cristina M. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. *In*: Miranda, C; COSTA, C. (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. Brasília, DF: IICA, 2005. (p. 71-87).

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020. 176 p.

BULKOOOL, Michelle Plubins. **Feira Territorial do Norte Fluminense e seu capital social**: instrumentos de autonomia da agricultura familiar. Tese (Doutorado) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CAMAHO, Rodrigo S. Discutindo o paradigma da questão agrária: o movimento desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, v. 2, n. 3, p. 17-34, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/719>. Acesso em: 9 out. 2022.

CAPPELIN, Paola. **Silenciosas e Combativas**: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986. João Pessoa: Fundação Carlos Chagas, 1987.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

CARDOSO, Edson. Sobre a entrevista de Marieta Severo. *In*: CASA SUELI CARNEIRO (org.). **Curso como ler o Brasil**. São Paulo, SP: Casa Sueli Carneiro, 2023. Disponível em: <https://casasuelicarneiro.org.br/curso/ler-o-brasil/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CARNEIRO, Sueli. A força das mães negras. **Portal Geledés**, São Paulo, 4 mai. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-forca-das-maes-negras/>. Acesso em: 2 abr. 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro, RJ: Takano, 2003.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], ano 10, p. 10, set. 2002.

CASTRO, Jorge Abrão de *et al.* **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis**: uma análise exploratória. Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2212/1/td_1486.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

CHAGAS, Urânia Santos das. Pedagogia feminista negra e ensino de química: Alfabetização científica para quem? *In*: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). **Pedagogia Feminista Negra**: primeiras aproximações. São Paulo, SP: Veneta, 2022. 288 p.

CHALHOUB, Sidney. Meritocracia é discurso para manter desigualdade social e racial. **Carta Campinas**, Campinas, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/meritocracia-e-discurso-para-manter-desigualdade-social-e-racial-diz-historiador-sidney-chalhoub/>. Acesso em: 1 maio 2022.

CHAYNOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: Silva, José Graziano da *et al.* **A questão agrária**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

CASTILLERO, Ivi Tavares A. **Análise da situação de saúde no assentamento Zumbi dos Palmares, RJ**: os desafios ao modelo de atenção à saúde no campo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Ensp-Fiocruz, 2016.

CINELLI, Catiane. **A experiência das e vivida pelas mulheres camponesas**: resistência e enfrentamento na luta diária pela libertação. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

CLÍMACO, Thompson. **Classe trabalhadora negra entre o rural e o urbano (1920-1930)**. São Paulo, SP: Geledés, 2021.

COIMBRA, Claudia Conceição. **Territórios em trânsito**: estratégias de sobrevivência das mulheres do acampamento Arraial da Vitória, Ariquemes – Rondônia e a instituição de seus territórios. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015. Disponível em: https://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1064/1/Claudia%20C.%20Coimbra_Territ%c3%b3rios%20em%20Tr%c3%a2nsito.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Traduzido por Raine Souza, 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, [s. l.], v. 51, p. 1-23, jan./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

CONTE, Isaura Isabel. **O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres**: via camponesa no Brasil, UNORCA/UNMI e CONAMI no México. 196 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102257/000933016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 out. 2022.

CORAZZA, Delana; TOSTES, Angelica. Quando a fé encontra a luta: as vozes das mulheres evangélicas do MST. **Tricontinental**, [s. l.], 2021. Disponível em: thetricontinental.org/pt-pt/brasil/quando-a-fe-encontra-a-luta-as-vozes-das-mulheres-evangelicas-do-mst-parte-3/. Acesso em: 10 maio 2022.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **Revista O Social em Questão**, ano XX, n. 38, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086/0>. Acesso em: 19 ago. 2022.

COSTA, Ívina. Empresarial-militar, civil-militar ou somente militar? Três conceitos para definir o mesmo golpe. **Núcleo Piratininga de Comunicação**, [s. l.], nov. 2014. Disponível em: <https://nucleopiratininga.org.br/empresarial-militar-civil-militar-ou-somente-militar-tres-conceitos-para-definir-o-mesmo-golpe/>. Acesso em: 12 out. 2022.

COSTA, Maria da Graça C. Agroecologia, ecofeminismos e bem-viver: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. *In*: HOLANDA, Heloisa B. *et al.* (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

COSTA, Valéria B. Plantas Medicinais e Promoção da Saúde: uma estratégia de fortalecimento do Coletivo de Mulheres Regina Pinho no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. (Trabalho de Conclusão de Curso) – UFRRJ/MST, Seropédica, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**: feminism in the law: theory, practice and criticism, Chicago, v. 1989, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, [s. l.], v. 10, p. 171-188, jan./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lidia Scheneider. **Histórias de Gênero**. São Paulo, SP: Verona, 2017.

CRUZ, Fabiane Medina da. **Política para as mulheres ou feminismo de estado? A conferência da mulher no mato grosso do sul**. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1535/1/FabianeMedinadaCruz.pdf>. Acesso em: 9 out. 2022.

CRUZ, José Luis V. Notas sobre o processo de mudanças nas reivindicações dos trabalhadores Rurais de Campos e nas Formas de Luta do Movimento Sindical nas

décadas de 70 e 80. **Falas**: Revista do Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 1, jan./dez. 1995.

CRUZ, José Luis Viana; TERRA, Denise. C. Tavares. **Estudos das tendências de desenvolvimento regional**. Campos dos Goytacazes: Cepecam; Mimeog, 1997.
CURIEL, Ochy. **Las Claves de Ochy Curiel. Femminismo Decolonial**. [s. l.: s. n.], 19 jan. 2017. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal CICODE UGR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7ZSHqvKLANQ>. Acesso em: 8 out. 2021.

DAL MORO, Maristela. A consolidação do agronegócio e a contrarreforma agrária. *In*: MONTAÑO, Carlos; LEITE, Janete Luzia; GUERRA, Yolanda (org.). **Expressões da Ofensiva Ultraconservadora na Conjuntura Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ 2020. (p. 149-185).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Traduzido por Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzyg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

DELBONI, Claudia. **História de Mulheres dos Assentamentos Ernesto Che Guevara e João Batista na Luta pela Terra em Sidrolândia**: vivências, consentimentos, rupturas e continuidades. 445 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/grafica-final.pdf>. Acesso em: 9 out. 2022.

DELFIM NETTO, A. Problemas econômicos da agricultura brasileira. *In*: FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (org.). **Boletim n. 46**, São Paulo, SP: Editora da USP, 2023. (Cadeira XXV, 298 p.).

DELGADO, Guilherme. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 15, n. 43, p. 157-172, jan./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WkvT5yVVdhZGprdCGmQfHqk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2022.

DIAS, Cristiane Francilena; MARTINI, Vanderlei. "Questão Social", Questão Agrária e Dependência em debate. *In*: **Dossiê Expressões Contemporâneas da questão agrária**, Revista Praia Vermelha, [s. l.], v. 31, n. 1 p. 39-64, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/40097/23560>. Acesso em: 9 out. 2022.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista, uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, [s. l.], n. 2, v. 94, p. 373–382, jan./dez. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219/14766>. Acesso em: 9 out. 2022.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. **Quotidiano e poder em Saulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DINIZ, R. F.; CLEMENTE, E. C. A natureza classista, sexista, racista e regionalista do acesso ao serviço de orientação técnica no Brasil: uma análise espaço-temporal dos dados dos censos agropecuários 2006 e 2017. **Revista Terceira Margem Amazônia**, [s. l.], v. 7, n. 17, p. 111-138, jan./dez. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/W10/Downloads/421-Texto%20do%20Artigo-1192-1-10-20211104.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Global, 1986.

ESMERALDO, Gema G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 237–256).

EVARISTO, Conceição. “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. **Itaú Social**, [s. l.], nov. 2022. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 1 jan. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência**: A literatura a partir do pensamento negro. (Aula 4, O pertencimento como autoria de mulheres negras). São Paulo, SP: Casa Sueli Carneiro, 2023. Disponível em: <https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/?login=failed>. Acesso em: 1 mar. 2023.

FELISBERTO, Fernanda. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **ME**, [s. l.], 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/564/1/Quest%c3%a3o%20agr%c3%a1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

FERRANTE, Vera Lucia S. B. *et al.* Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.).

Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 195-216).

FERREIRA DA SILVA, Denise. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 61-83, jan./abr, 2006.

FERREIRA, Fred Igor Santiago. A questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios. *In:* V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013, Londrina, Paraná. **Anais [...]**. Paraná: GEPAL, 2013. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v5_fred_GI.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

FERREIRA, Maria. Augusta. S. O. A campanha da fraternidade ecumênica de 2016 na perspectiva do ecumenismo e da justiça social. *In:* CISNE, L. F. R. *et al.* (org.). Vulnerabilidade e Justiça Socioambiental. Recife: Instituto Humanitas, 2017. (p. 13 a 23).

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 1-24, jan./dez.2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JmRGJdv7d678THNVjbL7hvj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-24, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>. Acesso em: 10 out. 2022.

FIORATI, Regina C. Entrevista de história de vida. Aula apresentada no curso Instrumentos de avaliação no campo social. 2023. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4472429/mod_resource/content/1/Entrevista%20de%20hist%C3%B3ria%20de%20vida.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023.

FONSECA, Dagoberto J. Os legados escravistas e racistas no mundo agrário e agrícola brasileiro. *In:* GIRARDI, Eduardo Paulon. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil:** análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

FREITAS, Filipe. Genocídio e Encarceramento. Aula proferida durante o XIV Curso Criola, 2020.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo, SP: Humanitas; I. O. E., 2002.

FUNARI, Juliana Nascimento. **Um sertão de águas:** mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24799/1/DISSERTA%c3%87%c3%8>

30%20Juliana%20Nascimento%20Funari.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. *In*: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 257-282).

FURTADO, Fabrina *et al.* **Raça, gênero e classe**: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heirich Booll, 2022.

GHELLER, Elza Maria. **Josefa, a resistência de uma camponesa brasileira**. São Paulo, SP: Paulinas, 1996.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIOVANNI, Levi. Sobre a micro-histórica. *In*: BURKER, P. (org.). **A escrita de histórias**: novas perspectivas. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1999.

GÓIS, João Bôsco H. Quando a raça conta: um estudo de diferença entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 743-768, jan./dez. 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005. (p. 39-62).

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Carolina Aparecida. Reconhecer-se negra: a construção de uma subjetividade em luta. *In*: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). **Pedagogia Feminista Negra**: primeiras aproximações. São Paulo, SP: Veneta, 2022. 288 p.

GONÇALVES, Rayanne de Medeiros; CRUZ, Rodrigo Pennut da. Ação sindical e o regime militar: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes entre as décadas de 1960 e 1980. *In*: MEDEIROS, Leonildes Servolo de (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2018. (p. 525-556).

GONÇALVES, Renata. **Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento**. Novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. 330 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/357945>. Acesso em: 10 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, RJ, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./dez. 1988. Disponível em:

<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira (uma abordagem político-econômica). 1982. *In*: RIOS, Flávia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020. (p. 49-64).

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 8, 1979, [s. l.]. **Anais** [...]. [s. l.]: Lasa, 1979. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmVjZmVtaW5pc21vfGd4OjY2NTIhYmVjNDE5MmJmNzA>. Acesso em: 10 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista de Ciências Sociais Hoje**, [s. l.], Anpocs, p. 223–244, jan./dez. 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP) (org.). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1996. (p. 1-40).

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUEDES, Mário Guedes de *et al.* Brasil Sem Miséria na Reforma Agrária: Avanços na Inclusão Social e Produtiva. *In*: MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **A inclusão produtiva Rural no Brasil Sem Miséria**: o desafio da superação da pobreza no campo. Brasília, DF: MDS, 2015. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em debate. n. 23, p. 70–86. Disponível em: https://amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1703455_Caderno_23__FINAL_910.pdf#page=70. Acesso em: 27 dez. 2022.

GUEDES, Rutinéia da Silva. **Identidade de gênero no assentamento Zumbi dos Palmares**. 62 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Licenciatura em Educação no Campos, UFRRJ, Seropédica, 2013.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escala. **Campos: Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 9-29, jan./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562/18785>. Acesso em: 10 out. 2022.

GUIMARÃES, Carlos A. *et al.* A questão racial e os limites do desenvolvimento econômico social brasileiro: uma perspectiva crítica. **América Latina em Hist. Econômica**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 1-33, jan./dez. 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação de Apoio da Universidade de São Paulo, 1995.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo, 1995.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento**: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132975/333241.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. **Revista Trabalho Necessário**, [s. l.], ano 16, n. 29, p. 9-29, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em: 10 out. 2022.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher**. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, [s. l.], ano 3, n. 2, p. 464–478, jan./dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em: 10 out. 2022.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Traduzido por Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; COSTA, Ana Maria Almeida. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985). In: MEDEIROS, Leonildes Servolo de (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2018. p. 557-602.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 18, n. 50, p. 464-478, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/78rQndTBbYLBzHMdc3ygj4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

IRACI, Nilza. Mulheres negras: nossos passos vêm de longe e irão muito mais além. **Geledés**, [s. l.], 20 nov. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nossos-passos-vem-de-longe-e-irao-muito-mais-alem/>. Acesso em: 10 out. 2022.

IYUSUKA, Sheyla Saori. **Mulheres na Agroecologia**: um estudo bibliométrico. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7895/DissSSI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Sojourner Truth: “verdade é poderosa e ela prevalece”! *In*: SILVA, Joselina da (org.). **O pensamento de/por mulheres negras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p. 49-63.

KAMIMURA, Ana L. Martins. **O protagonismo das Mulheres dos Projetos de Assentamentos Localizados na Mesorregião do Triângulo Mineiro: luta por efetivação de direitos?** 2014. 265 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138387/000865366.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

KEISHA-KHAN, Y. Perry; CAMINHA, Ana Cristina da S. “Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira”: poder e política das mulheres negras da Gamboa de Baixo, Salvador. **Niterói**, v. 9, n. 1, p. 127-153, set. 2008.

KEMPF, Renata B.; WEDIG, Josiane C. Processos de resistência de mulheres camponesas. Olhares pela perspectiva decolonial. **Mundo Agrário: Revista de Estudios Rurales**, [s. l.], v. 20, n. 43, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/845/84557997004/84557997004.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNNxSrszcVLQGfHFsF85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019.

KROHLING PERUZZO, Cecília M. Pressupostos epistemológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudos sobre las Culturas Contemporâneas**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 161-186, jan./dez. 2017.

KUNH, Elisa. de Oliveira. Mulheres na luta pela terra: um estudo a partir de gênero e trabalho. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 16., 2001, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, SP: Anpuh, 2001. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855455_7e82cb08f4b6d242bf8e6734b2c87345.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 1-12, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

LAZZARETTI, Vanesa. **Ressignificar para reconhecer**: o feminismo camponês e popular no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre-RS, 2021.

LEITE, Matheus de Mendonça Gonçalves *et al.* Raça e exclusão do acesso à terra: a luta do movimento quilombola para a regularização fundiária dos territórios quilombolas. **Insurgência Revista de direitos e movimentos sociais**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 224-260, jan./dez. (Dossiê raça, gênero e sexualidade: direitos e lutas sociais).

LEWIN, Helena *et al.* **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil**: o caso do MST em Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2005.

LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na Reforma Agrária. Uma experiência recente no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2008.

LOYOLA, M. A. **Médicos e curandeiros**: conflito social e saúde. São Paulo, SP: Difel, 1984.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tabula rasa**, [s. l.], n. 9, p. 73-102, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznzb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

MACEDO. Marcelo Hernandez. MST, Políticos Locais e Sindicatos: uma etnografia da representação dos trabalhadores rurais no RJ. **RURIS**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 13-40, jan./dez, 2009. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/682/549>. Acesso em: 10 out. 2022.

MACEDO, Marcelo Hernandez. **Zé Pureza**. Documentário (97 minutos). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Núcleo de Antropologia e Imagem. Margarida Filmes, 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EH4Uf9dSLTw>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MACHADO, Debora; COSTA, Maria Luisa Walter; DUTRA, Delia. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 229-248, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20997/19336>. Acesso em: 10 out. 2022.

MAGRINI, Pedro Rosas. **Produção acadêmica sobre o MST**: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades. 377 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina,

Florianópolis, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134927/334175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

MANHÃES, Manuela C.; PEDLOWSKI, Marco Antônio. Gênero e produção agrícola: um estudo sobre a participação feminina no processo de reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes – RJ. *In*: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural - Alasur. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS 2002. p. 561–566.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>. Acesso em: 10 out. 2022.

MARTINI, Vanderlei. **Formação Contemporânea do Brasil**: desenvolvimentismo, lulismo e bloco político-social. 2018. 222 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31690/1/2017_VanderleiMartini.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, Viviane. Ramiro. da S. **A experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, RJ**. 2015. Monografia (Especialização em Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento de Assentamentos) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, Viviane Ramiro da S.; RODRIGUES, Mariana L. Coletivo de Mulheres Regina Pinho e Grupo Amor do Campo: experiências de organização coletiva no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos, RJ. *Agenda Social (UENF)*, v. 12, p. 45-65, 2019

MATTEI, Lauro. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 35–52, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VRB6btLcQc49JHGW5sFKFFh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

MATTOS, Marcelo Badaro. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n – 1 edições, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; PAULILO, Maria Ignes. Apresentação. *In*: MEDEIROS, L. S.; NEVES, D. P. (org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 187–194.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Movimentos Sociais No Campo, Lutas Por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. *In*: CARTER, M. (org.).

Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2010. p. 113–136.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Sindicalismo no campo. **Cadernos do cedi**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 5-10, jan. 1990.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná de. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O Caso do Pontal de Paranapanema. *In*: LOPES, A. L.; ARZAR, A. B. (org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil.** Brasília, DF: MDA, 2008. (p. 81-152).

MENDES, Isabella *et al.* Campesinato e Protagonismo Feminismo nas lutas anticapitalistas. UFMG, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Comunicacoes/138.pdf> Acesso em: 1 set. 2022.

MESQUITA, N. L. **Geografia, gênero e contra-espço:** mulheres no assentamento Serra Dourado Goiás, GO, Brasil. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6694/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Natalia%20Lucas%20Mesquita%20-%202016.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

MESQUITA, Tayná Victória de Lima. Descolonizando o Eu: Reflexões a partir de um ponto de vida negro. *In*: PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). **Pedagogia Feminista Negra:** primeiras aproximações. São Paulo, SP: Veneta, 2022. (p. 75-92).

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

MONTEIRO, Alef. O pensamento negro e suas relações com outras perspectivas descoloniais. *In*: ALVES, Miriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (org.). **Redes Intelectuais:** epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021. p. 23–42.

MORAES, Rosane, F.; MATOS, Mayalu S. SOUZA, Marques. **No país do racismo institucional:** dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MORAES, Camila Barros. O desenvolvimento e o lugar do negro na cidade. *In*: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO., 2., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: Cressrj, 2016. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/113.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNICAMP, Campinas, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. *In*: BOSCHETTI, I. (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo, SP: Cortez, 2018. (p. 167-186).

MOTA, Jannine da S. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 12, p. 371-373, ago. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1106> Acesso em: 1 dez. 2022.

MOTTA, Vivian Delfino. Para quem é esse lugar? Problematização sobre a presença nos espaços de visibilidade da Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 17. N. 3. 2022. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/23557/14411> Acesso em: 17 jan. 2024.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus Identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2000.

NAHRA, Alessandra. Mulheres e MST: as múltiplas facetas do feminismo no campo. Terra com t minúsculo, [s. l.], out. 2021. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/movimento-sem-terra-feminismo/>. Acesso em: 1 dez. 2022.

NATÁLIA, Livia. Intelectuais Negras e Racismo Institucional: Um corpo fora de lugar. **Revista da ABNP**, [s. l.], v. 10, p. 748–764, jan. 2018.

NEVES, Delma Pessanha. **Engenho e Arte**: Estudo do processo de subordinação da agricultura à indústria na Região Açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. Mundo rural e relações de gênero. *In*: MEDEIROS, L. S.; NEVES, D. P. (org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. (p. 393-402).

NEVES, Delma Pessanha. Posseiros e Comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos. *In*: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Consequências, 2018. (p. 287–326).

NEVES, Gabriela; HERKERT, Ana L. Coelho. Escrivivência: uma ferramenta de análise. **Mnenonsne**, UFES, Vitória, v. 17, n. 1, p. 139-162, jan./dez. 2021.

NOBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; THERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, [s. l.], v. 15, n. 30, p. 5-16, jan./dez. 2004. Disponível em:

<https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148/2105>. Acesso em: 10 out. 2022.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca e preconceito racial de origem. Sugestões de um quadro de referência para a interpretação sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 19, n. 1, jan./dez. 2006.

NOVAES, Regina Cellia R. Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e Reforma Agrária no Brasil. In: CHEVITARESE, A. L. (org.). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. (p. 215–232).

NUNES, Larissa Soares *et al.* A análise da narrativa como instrumento para pesquisa qualitativa. **Revista de Ciências Exatas**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 9-17, jan./dez. 2017. Disponível

em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/exatas/article/view/2547>. Acesso em: 1 maio 2022.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília, DF: Ipea, 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, [s. l.], v. 1, p. 1-8, jan./dez. 2004. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579436/mod_resource/content/1/10.c%20Conceitualizando%20el%20g%C3%A9nero.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2021.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 949-964, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VqyFt8ZPb5vLyGzfD7YFDXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

PAREDES, Julieta. Feminismo Comunitário de Abya Yala. **Cepia**, [s. l.], 2018. Disponível em: http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Julieta-Paredes-_Feminismo-Comunitario-de-Abya-Yala-La-Esperanza-es-novia-de-la-Libertad-y-amante-de-la-Utop%C3%ADa.pdf. Acesso em: 1 jun. 2023. (p. 1-3).

PASSOS, Rachel Gouveia. “O lixo vai falar, e numa boa!”. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 301-309, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VqyFt8ZPb5vLyGzfD7YFDXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116-129, jan./dez. 2020. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47219/31983>. Acesso em: 10 out. 2022.

PAULA, Fernanda Folster. Gênero e modernização da agricultura: conexões a partir das narrativas de mulheres camponesas no oeste catarinense. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 40, n. 2, p. 390-408, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/677/615>. Acesso em: 10 out. 2022.

PAULILO, Maria I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-72, jan./dez. 1987.

PAULILO, Maria Ignez S. **Classe e gênero no Movimento de Mulheres Camponesas**. Seminário Internacional. Florianópolis: UFSC, 2021.

PAULILO, Maria Ignez S.; BONI, Valdete. "Movimento de mulheres agricultoras e agroecologia. In: PAULILO, Maria I. (org.). **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. (p. 344-383).

PAULILO, Maria Ignez S. O conceito de classe social no feminismo camponês e popular. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-10, jan./dez. 2022.

PEDLOWSKI, Marco Antonio; OLIVEIRA, Julio Cesar P.; KURY, Karla. A. **Desconstruindo o Latifúndio**: a saga da reforma agrária no norte fluminense. Rio de Janeiro, RJ: Apicuri, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na perspectiva histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

PENINA, Mayara. Paternidade negra: ser pai negro significa ter cuidado redobrado. **Catraca Livre**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/paternidade-negra-ser-pai-negro-significa-ter-cuidado-redobrado/> Acesso em: 1 jun. 2023.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 432-445, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4VJyvRtjQg9Bq5TQvqdwV9P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

PEREIRA, Flávia S. M.; BERSANI, H. Crítica à interseccionalidade como método de desobediência epistêmica no Direito do Trabalho brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2743-2772, jan./dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662020000402743&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2022.

PEREIRA, Lucélia Luiz. Pandemia tem cor, renda e gênero. **GT Racismo/Abrasco**, UNFPA, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/11/20/pandemia-tem-cor-renda-e-genero/>. Acesso em: 10 out. 2022.

PEREIRA, Maria Rosineide. As mulheres negras camponesas entre o vermelho e o lilás. *In*: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais [...]**. Curitiba: SINGA, 2017.

PEREIRA, Maria Rosineide. **Patriarcado e raça na formação do campesinato nordestino**. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181948/pereira_mr_me_ippri_int.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 10 out. 2022.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI *et al.* (org.) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. (p. 87-108).

PESCHANSKI, João Alexandre. **A evolução organizacional do MST**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12022008-114924/publico/DISSERTACAO_JOAO_ALEXANDRE_PESCHANSKI.pdf. Acesso em: 1 maio 2022.

PIMENTEL, Elaine; WANDERLEY, Nathália. Silêncios e mitos numa perspectiva interseccional: do controle informal de corpos ao controle penal de mulheres negras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 247-294, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6857>. Acesso em: 1 jan. 2023.

PINHO, Carolina; MESQUITA, Tayná Victória de Lima (org.). **Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações**. São Paulo, SP: Veneta, 2022. (288 p).

PINHO, Osmundo de Araújo. A vida em que vivemos: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. **Revistas Estudos Feministas**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 169-198, jan./dez. 2006

PIRES, Thulla. Direitos humanos e Améfrica Ladina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. **Lasa Forum**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 69-74, jan./dez. 2019. Disponível em: https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/DH-e-Amefrica-Ladina_ThulaPires.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

PIRES, Thulla. Ochy Curiel: feminismo decolonial e práticas políticas musicalmente imbricadas. *In*: SILVA, Joselina da (org.). **O pensamento de/por mulheres negras**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. (p. 175-188).

PIRES, Thulla. **Racismo x Antinegitude**. Aula proferida durante o XIV Curso CRIOLA, 2020.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. **Boletim econômico de América Latina**, Santiago do Chile, v. 7, n. 1, p. 71-136, jan./dez.1962. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1611/003.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 out. 2022.

PULGA, Vanderléia Laodete. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida**. 197 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115967/000965143.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

PY, F. M.; PEDLOWSKI, M. A. Atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais no Brasil 1975-1985. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 233–252, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZrdBkj6JMJNSHbKWRZLgwK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Bem Viver: entre o “Desenvolvimento” e a “Des/colonialidade” do Poder. **Revista Fac. Dir. UFG**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 46–57, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/31763/16956>. Acesso em: 11 out. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (p. 117-142).

RAMOS, Flavia Soares. **Entre a teoria e a prática: onde e como estão as mulheres rurais? Um estudo na região da grande Florianópolis, SC**. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/168135/340738.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 out. 2022.

RAMOS, Luciano. Paternidades pretas em pauta. Desafios e perspectivas. **Promundo**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://promundo.org.br/paternidades-pretas-em-pauta-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. Coleção Retratos do Brasil Negro. São Paulo, SP: Selo Negro, 2014.

REBELO, F.; TELES, B. C. Desmontando as armadilhas do feminismo civilizatório. **Cadernos Pagu**, [s. l.], v. 64, e. 226425, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8670428>. Acesso em: 1 maio 2023.

REFATI, Daiana Caroline. **O trabalho das mulheres e a agroecologia nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares, em São Miguel de Iguaçu e Ander Rodolfo Henriques em Diamante do Oeste Paraná**. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável,

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.
Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1508/1/Daiana_Refati_2015.
Acesso em: 11 out. 2022.

REIS, Eneida de A. dos. *Mulato: negro-não-negro e/ou brando-não-branco*. São Paulo, SP: Altana, 2002.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Mulheres, negras e professoras**: suas histórias de vida. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.

REIS, Vilma. **Formas Coletivas Intergeracionais Negras de Resistência**. Aula proferida durante o XIV Curso CRIOLA, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, K.; NJERI, Aza. *Mulherismo Africana*. **Programa Ciência & Letras**, [s. l.], 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wFKi_GrZXak. Acesso em: 1 jan. 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997. (Tomo III).

RIOS, Flávio; SOTERO, Edilza. Gênero em perspectiva interseccional. **Plural**, USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770075001/649770075001.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

ROCHA, Aline Matos. Oyèrónkẹ Oyěwùmí: tessiduras filosóficas comprometidas com a decolonialidade. **Le monde diplomatique Brasil**, [s. l.], 2 dez. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/oyeronke-oyewumi-tecituras-filosoficas-comprometidas-com-a-decolonialidade/>. Acesso em: 11 out. 2022.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, p. 1-3, jan./dez. 1993. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1993/SUP6-0193.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

ROSSO, Kelem. Ghellerem. Trabalho feminino no campo e na cidade: as contribuições de Heleieth Saffioti. **Revista Mosaico Social**, ano 3, n. 3, p. 125-135, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-83.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: oportunidades para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 379-415, jan./mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Iara. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013.

SALVARO, Giovana Ilka J.; LAGO, Mara Coelho de S.; WOLFF, Cristina S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79-89, jan./dez. 2013.

SAMPAIO JR, Plínio Soares de A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPER-ERICE, Adriana; CHARÃO-MARQUES, Flávia. “Mulheres Camponesas, Discursos e Práticas Para Outro Desenvolvimento.” **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 683-705, jan./dez. 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/90007982>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SANTANA, Lindalva Santos. **Resistências no campo agrário**: mulheres do assentamento Pequeno Willian e mulheres do núcleo feminino do agronegócio. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22954/1/2016_LindalvaSantosSantana.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

SANTIGO, Vivian. **Maternidade negra**: o exercício de ser mulher negra e mãe no Brasil. Primeiro Relatório sobre Paternidades Negras no Brasil. [s. l.]: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2023. Disponível em: <https://issuu.com/fmcsv/docs/primeiro-relatorio-sobre-as-paternidades-negras-no/s/16567504>. Acesso em: 1 maio 2023.

SANTOS, Benedito R. *et al.* **Gravidez na Adolescência no Brasil**: vozes de meninas e de especialistas. Brasília, DF: Indica, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo, SP: Cortez, 2010. (p. 31-83).

SANTOS, Gleys lally Ramos dos. **Mulheres em movimento**: os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins. 230 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3414/5/Tese%20-%20Gleys%20lally%20Ramos%20dos%20Santos%20-%202013.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

SANTOS, Gersiney *et al.* Linguagem, corpo e espírito da natureza: uma proposta de (re)conexão a partir do aquilombamento crítico. **Caderno de Linguagem e Sociedade**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 61-71, 2021.

SANTOS, Lainy R. Souza. **O território camponês sob o enfoque de gênero**: a divisão sexual do trabalho e a agroecologia. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5515/1/LAIANY_ROSE_%20SOUZA_SANTOS.pdf.

Acesso em: 11 out. 2022.

SANTOS, Terezinha Oliveira. **Configurações identitárias numa turma de EJA: uma leitura para além das margens**. 78 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Theotonio dos. Dependencia y Cambio Social. *In*: LOWY, Michel. (org.). **Marxismo na América Latina**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 394-398.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHUMAHER, Schuma. **Gogó de Emas: a participação das mulheres na história do estado do Alagoas**. Rio de Janeiro, RJ: REDEH, 2004.

SCHWARTCZ, Lilia K. M. **Retrato em Branco e Preto: Jornais, escravos e cidadania em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1987.

SCHWARTCZ, Lilia K. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901>. Acesso em: 1 maio 2023.

SCHWARTCZ, Lilia K. M. **Nem preto bem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**, 2012.

SCHWENDLER, Sonia. F. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. *In*: TAMANINI, M.; BOSCHILI, R.; SCHWENDLER, S. F. (org.). **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. Curitiba: UFPR, 2017. (p. 143-174).

SILVA, Ana Paula Procópio da. O pensamento social de Clóvis Moura: relações raciais, classes sociais e a dialética do Brasil negro. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2017.

Silva, Carolina. Braz de Castilho. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul** **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Cíntia Cristina L. da; SANTOS, Erika Vanessa M. Gênero e geografia. Um caso de estudo sobre as mulheres rurais do distrito de Travessão, Campos dos Goytacazes, RJ. *In*: CONGRESSO FLUMINENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO, 10., 2018, Campos dos Goytacazes. **Anais [...]**. Campos dos Goytacazes: IFF, UFF, UENF, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/vivia/Downloads/pcbranco,+G%C3%AAnero+e+Geografia.pdf>. Acesso em: 1 março de 2022.

SILVA, Flavia R. Fernandes. **Gênero e Agroecologia**: estudo de caso de uma organização produtiva de mulheres camponesas em Laranjeiras do Sul do Paraná. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Laranjeiras do Sul, 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/607/1/SILVA.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Ivanilson Batista da. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8751/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Jaqueline Conceição da. Feminismo negro: corpo escrita, experiência e performance. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, [s. l.], v. 6, p. 1-13, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/1729/714>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Juliana Franchi da. **A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil**. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em História do Brasil, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/343/Silva_Juliana_Franchi_da.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Lúcia. Etnia e Território: como pensar as cidades brasileiras sob o ângulo racial. **R. Mestr. História Vassouras**, [s. l.], v. 8, p. 27-50, jan./dez. 2006.

SILVA, Maria Aparecida. Da tecnologia do quiabo ao exuzilhar. **Itaú Cultura**, [s. l.], 2020. (17 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KOjMY24ZkzE>. Acesso em: 2 mar. 2022.

SILVA, Maria L. Vicente da. **Gritos silêncios e sementes**: As repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o meio ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na chapada do Apodi/CE. 2014. 364 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16855/1/2014_dis_mlvsilva.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, [s. l.], v. 30, n. 63, p. 489–506, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84806306.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

SILVA, Marinete dos Santos; SILVA, Alessandra Maria da. A divisão sexual do trabalho no assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes (RJ). **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 101-121, jan. 2018.

SILVA, Tarianne B.; MARTINS, Viviane Ramiro da S. Organização de mulheres e luta pela terra no território fluminense. **Jornal Pastoral da Terra**, Goiânia, p. 16, 2020. p. 16.

SILVA, Viviane R. da S. **Da medicalização à patrimonialização**: as ações de reconhecimento da medicina popular engendrada por agentes associados à Rede Fitovida. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/TESE-VERS%C3%83O-FINAL-CORRIGIDA.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Viviane R. da S. Entrevista. In: PEDLOWISKI, Marcos A.; PY, Fabio (org.). **Campos dos Goytacazes**: entre becos e saídas. São Paulo, SP: Recriar, 2020. (205 p.).

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XX**. Salvador: Eduneb, 2006.

SOJOUNER, Truth. E não sou uma mulher? Tradução de Osmundo Pinho. Portal **Geledés**, [s. l.], 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade**: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamento. Traduzido por Deborah Weinherg. 2. ed. São Paulo, SP: Odysseus Editora, 2007.

SOUZA, Ana Lucia Silva. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança: Hip Hop. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2011. (170 p).

SOUZA, Eleuza Spagnuolo. **As vozes das mulheres trabalhadoras rurais do assentamento Herbert de Souza município de Paracatu/MG**: aprendendo com as mulheres do campo. 174 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia, UnB, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18241/1/2015_EleusaSpagnuoloSouza.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, Maria E. Santana de. **Formas de Militância Feministas em cenário de auto-organização e ciberativismo no Brasil contemporâneo**: tendências atuais do caso de Aracaju/SE. 244 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/7234>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, Paulo Marcelo de *et al.* Tecnologia na agricultura brasileira: uma análise das desigualdades regionais para os segmentos familiar e não familiar. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 147-169, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/812/731>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, Paulo Marcelo *et al.* Análise regional da produção agropecuária do Rio de

Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não-familiar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 645-670, jan./dez. 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-3_09_analise_regional/697. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, Raomi. Terra, Raça e Classe: a classe trabalhadora é negra. **Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 27 nov. 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>. Acesso em: 11 out. 2022.

TÁBOAS, Isis D. M. Zornoff. **Viver sem violência doméstica e familiar: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas**. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, UnB, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18219/1/2014_IsisDantasMenezesZornoffTaboas.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

TEDESQUE, Érica. **Feminismo liberal e epistemologias feministas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, Brasília, DF, 2022. (90 p.).

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas-MS, ano 2, v. 2, n. 2, p. 21–42, 2005. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18219/1/2014_IsisDantasMenezesZornoffTaboas.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. São Paulo, SP: Jandaíra, 2021.

TELÓ, Fabrício; BRITO, Ricardo Braga. **Sob o signo do despejo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro (BRASIL) a partir da trajetória de Roseli Borges**. Desarrollo Rural Exploraciones: IPDRS, 2019. Disponível em: <https://mail.ipdrs.org/images/exploraciones/archivos/Exploracion-45.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

UEMA, Liza. **Memórias de trabalhadores em luta: da cidade de Iona ao assentamento São Domingos, Rio de Janeiro**. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss166.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

VIEIRA JR, Daniel. **A luta pela terra na baixada fluminense: uma análise sobre as contribuições da CPT nesse processo**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, Jadson Pereira. **Engenho de memórias: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984)**. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFP, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8551/2/arquivo%20total.pdf>. Acesso

em: 11 out. 2022.

VILAS BOAS, Douglas Antonio. **A luta feminista no campo agroecológico**: uma análise a partir da perspectiva decolonial. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/28280>. Acesso em 18 mar de 2021.

VILLOTA, Ivonne M. Carceres. **Gênero, autonomia e resistência na construção das mulheres como atores sociais**: o caso das experiências coletivas dos grupos de mulheres camponesas “Suenos de Muher” e “Aromas del Campo” Tuluá – Colômbia. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-17042015-150843/publico/2014_IvonneMaritzaCaceresVillota_VCorr.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

VIVAS, Esther. Por uma maternidade feminista. **Brasil de Fato**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/09/15/por-uma-maternidade-feminista-e-insubordinada>. Acesso em: 1 jun. 2023.

VOGUEL, Lise. **Marxism and the oppression of women**: toward a unitary theory. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].

VOSCERAU, Dilmere S. Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424009.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel M. World-systems analysis: An introduction. **Duke University Press**, [s. l.], p. 23-24, jan./dez. 2004.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala 1, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, p. S025–S044, jan./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2022.

WERNECK, Jurema *et al.* **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, Criola, 2006.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. [s. l.]: Open Edition Books, 2016.

WINNIE, Bueno. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro**: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. Dissertação (Mestrado) – Programa de

Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2019.

WINNIE, Bueno. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020. (176 p).

WOORTMANN, Ellen F. Prefácio. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulher, 2010. p. 9-14. Disponível em:

https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 2 abr. 2022.

XAVIER, Giovana. Grupo Intelectuais Negras UFRJ: a invenção de uma comunidade científica e seus desafios. **Revista Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 19, n. 38, p. 224–239, jan./dez. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/43121/28414>. Acesso em: 2 abr. 2022.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua própria história**. Rio de Janeiro, RJ: Malê, 2019.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

BOLETIM NEED. **Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense**. CEFET. Campos dos Goytacazes: CEFET, 2001-2006.

BOLETIM MST. Setor de Gênero do MST. **Boletim MST**, Rio de Janeiro, n. 28, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. [s. l.]:

Jusbrasil, [1988]. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10656942/artigo-186-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL DE FATO. Especial “Feridas Abertas: 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás”. **Brasil de Fato**, Pará, 2016.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1964].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assentamentos. **Incra**, [s. l.], 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 12 out. 2022.

CARTA MULHERES NEGRAS. Marcha das mulheres negras 2015: contra o racismo, e violência e pelo bem viver. **Carta Mulheres Negras**, Brasília, DF, 2015.

COLETIVO EDUCAMPO (NF). Educação do Campo em Perspectivas. **Folder Coletivo Educampo NF**, [s. l.], 2010.

COLETIVO REGINA PINHO. Ata da Reunião. **Coletivo Regina Pinho**, Campos dos Goytacazes, 2014.

COLETIVO REGINA PINHO. Moção de Repúdio. **Coletivo Regina Pinho**, Campos dos Goytacazes, 2015.

COLETIVO REGINA PINHO. Relatório do II Seminário de Mulheres Assentadas do Norte Fluminense. **Coletivo Regina Pinho**, Campos dos Goytacazes, 2016.

COLETIVO REGINA PINHO. Carta de Reivindicações. **Coletivo Regina Pinho**, Campos dos Goytacazes, 2017.

COLETIVO REGINA PINHO. Carta Política. **Coletivo Regina Pinho**, Campos dos Goytacazes, 2018.

COLETIVO REGINA PINHO. Kit Saúde e Agroecologia. **Coletivo Regina Pinho**, Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *In*: CONGRESSO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 15., 2015, Rondônia. **Anais [...]**. Rondônia: CPT, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Integrante do MST é encontrada morta por asfixia em Campos. **CPT**, Rio de Janeiro, 7 fev. 2013. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/1459-integrante-do-mst-e-encontrada-morta-por-asfixia-em-campos>. Acesso em: 11 out. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Mulheres e Agroecologia: Fortalecimento das experiências produtivas no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes – NF. **Comissão Pastoral da Terra**, Rio de Janeiro, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Multiplicando Papéis no Assentamento: mulheres e agroecologia. **Comissão Pastoral da Terra**, Rio de Janeiro, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório de atividades. **Comissão Pastoral da Terra**, Campos dos Goytacazes, 2012.

Entrevista concedida à autora. **Caderno de Campo**, Campos dos Goytacazes, 2020.

ESTRUTURAR. **Plano de Recuperação de Assentamento (PRA)**. Campos dos Goytacazes: Estruturar, 2006.

GELEDÉS. Carta das Mulheres Negras 2015. **Portal Geledés**, [s. l.], 18 nov. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GELEDÉS. Racismo institucional uma abordagem conceitual. **Instituto da Mulher Negra**, [s. l.], 2013.

GELEDÉS; CRIOLA. **Dossiê**: a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: Violência e violação. Rio de Janeiro, RJ: Geledés; Criola, 2016. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022.

GOLLO, Alexandre *et al.* (org.). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro**: caderno de experiências agroecológicas. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. Disponível em: <https://aarj.files.wordpress.com/2014/03/caminhos-agroecolc3b3gicos-do-rio-de-janeiro-caderno-de-experic3aancias-agroecolc3b3gicas.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país. **IBGE**, [s. l.], 30 out. 2014. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/14691-asi-estatisticas-de-genero-mostram-como-as-mulheres-vem-ganhando-espaco-narealidadesocioeconomica-do-pais.html>. Acesso em: 11 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Trabalho Doméstico**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). [s. l.]: Pnad, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) *et al.* **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, DF: Ipea, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (org.). **Dossiê mulheres negras**: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

MARINS, Elizabeth Cruz *et al.* (org.). **Resgate da vida através de nossas raízes**. Rio de Janeiro, RJ: Rede Fitovida, 2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL (MMC BRASIL). Cartilha: Mulheres camponesas em defesa da vida. **MMC Brasil**, [s. l.], 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL (MMC BRASIL). Mulheres Camponesas: caminhando rumo à superação da violência. Cartilha. **MMC Brasil**, [s. l.], 2009.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL (MMC BRASIL). Organização. **MMC Brasil**, [s. l.], 2013. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/46>. Acesso em: 1 abril 2019.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL (MMC BRASIL). Sementes da vida nas mãos das mulheres camponesas. Campanha pela produção de alimentos saudáveis. **MMC Brasil**, [s. l.], 2021. Disponível em: www.mmcbrazil.org.br. Acesso em: 1 maio 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Boletim MST. **MST**, Rio de Janeiro, n. 28, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Feminismo Camponês e Popular**: processos históricos, fundamentos e metodologias para compreender a diversidade e as lutas das mulheres camponesas no Brasil. [s. l.]: MST, 2019.

MULLER, Adriana; SOUTO, Cíntia; VAROLI, Débora; PINTO, Denilva; CASSEMIRO, Edleuza; REDONDO, Esti; VARGAS, Flávia; SOUZA, Gilvanir de; RAMALHO, Isabel; LAÍS, Jeieli; TAVARES, Jozelita; SANTANA, Leila; SANTOS, Marinei; SOUZA, Roseli; COSTA, Sônia; MOURA, Thais; CHIARELLO, Viviane (Elab.). **Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo**. Coletivo Nacional de Gênero do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), cartilha 1, 2021. 24 p.

NOGUEIRA, Suzana; SILVA, Viviane Ramiro da. CORRÊA, Rômulo (org.). **Sementes**: agentes do conhecimento tradicional da Rede Fitovida. Rio de Janeiro, RJ: Publit, 2013. (200 p.).

OLIVEIRA, Claudia. **Agroecologia**: Redefinindo a prática, (Re)valorizando a Terra e Promovendo a Sustentabilidade. Projeto de Extensão. Campos dos Goytacazes: IFFluminense, 2010.

ONU MULHERES. **Relatório sobre desenvolvimento mundial 2021**: “Igualdade de gênero e desenvolvimento”. [s. l.]: ONU Mulheres, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/vivia/Downloads/relatorio-sobre-desenvolvimento-mundial-2012.2013.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2023.

PENSAR AFRICANAMENTE. **A saúde das mulheres negras no cenário da covid-19**. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (129 min). Publicado pelo canal Pensar Africanamente. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=didluoWMX4M&feature=emb_logo. Acesso em: 2 abr. 2022.

PINHEIRO, Luana *et al.* (org.). **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad. Brasília, DF: Ipea, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A — Quadro com as principais ações do Coletivo Regina Pinho de 2009 a 2020

Ações do Coletivo Regina Pinho - Campos RJ

2009

OFICINA DE GÊNERO com apoio da CPT e CESE, com sistematização de 05 experiências produtivas de mulheres do assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes - RJ.



2010

FEIRA AGROECOLÓGICA com apoio da CPT, IFF e MST com a criação de 02 espaços de comercialização.

I REUNIÃO DE MULHERES DO ZUMBI IV, oficina de artesanato com apoio da Incubadora UENF.



2011

II REUNIÃO DE MULHERES DO ZUMBI IV, com apoio da CPT e MST para Formação de 01 grupo produtivo de mulheres.



2012

ASSASSINATO DE REGINA DOS SANTOS PINHO
O grupo se desarticula.



2013

REARTICULAÇÃO DO GRUPO DE MULHERES, com apoio da CPT, MST e UFRRJ. O grupo passa a se autodenominar Coletivo Regina Pinho.

INTERCÂMBIO DE MULHERES ASSENTADAS, com o apoio da CEDRO, COOPERAR e FETAG. Troca de experiências sobre gestão política e econômicas nos grupos produtivos.



2014

I SEMINÁRIO DE MULHERES ASSENTADAS com apoio da CPT, MPA e MST. Objetivo de avaliar a trajetória do Coletivo Regina Pinho.

COLETIVO BÁRBARAS DA UFF, construção da moção de repúdio sobre a situação de violência vivenciada pelas mulheres rurais na região norte fluminense.



2015

II SEMINÁRIO DE MULHERES ASSENTADAS, com apoio da CPT e MST para a construção de uma Carta Política.

PARTICIPAÇÃO NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, colegiado do Território da Cidadania, articulação com outros grupos de mulheres do norte fluminense.



2016

PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, apoio da Incubadora Tecnológica da UENF, participação com outros espaços de comercialização.



2017

REUNIÃO COM REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS, com MST e Sec. Municipal de Desenvolvimento Humano. Reivindicações apresentadas não atendidas.

BAZAR DO COLETIVO REGINA PINHO, com apoio da CPT e Cooperativa do Zumbo com o intuito de arrecadação para a construção da sede do coletivo.



2018

INTERCÂMBIO DE MULHERES DO ZUMBI IV, com o Coletivo Jovem do Zumbi, Coletivo de Saúde do Dandara para mapear experiências de gestão produtiva administrada por mulheres.



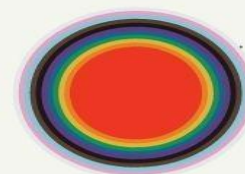
2019

PARTICIPAÇÃO EM ENCONTRO DE AGROECOLOGIA, com CPT e MPA. Reconfiguração do grupo.



2020

ENCONTRO DE MULHERES ASSENTADAS, envolvendo Coletivo Nós por Nós, CPT e Setor de Saúde do MST. Criação de rede de enfrentamento à violência doméstica no campo.



APÊNDICE B – Registros atividades do Coletivo Regina Pinho

Feira Municipal, Campos dos Goytacazes, RJ (2018)
Arquivo Coletivo Regina Pinho

Kit de Saúde

Agroecologia e Solidariedade



Este kit surge de uma proposta inspirada nas reflexões sobre Mulheres, Agroecologia e Autocuidado. Busca reforçar a solidariedade entre mulheres e jovens do campo e da cidade, ressaltando saberes populares.

Conheçam os grupos que tornaram esse projeto possível!



COLETIVO REGINA PINHO

O coletivo de mulheres do Assentamento Zumbi dos Palmares, de Campos dos Goytacazes/RJ, tem protagonizado formas de organização na qual fortalecem como modelo produtivo a agroecologia, a igualdade de gênero e de geração, buscando através da produção de fitoterápicos, a autonomia financeira.





CATARINA DAS CHAGAS

Formada em Educação do Campo e assentada da reforma agrária no assentamento Che Guevara, em Campos dos Goytacazes/RJ, Catarina é detentora de saberes tradicionais e referência comunitária em agroecologia e saúde na região. Também participa dos espaços coletivos da Rede Fitovida e da AARJ.



COLETIVO DE SAÚDE HARMONIA DA TERRA

O Coletivo de Saúde Harmonia da Terra, do assentamento Dandara dos Palmares em São Francisco do Itabapoana/RJ, também atua na produção de fitoterápicos.





Assentamento Zumbi dos Palmares
(Campos dos Goytacazes, RJ)

KIT SAÚDE

O KIT SAÚDE E AGROECOLOGIA

é fruto do encontro e solidariedade das mulheres Sem Terra com as demais trabalhadoras e trabalhadores impactadas sobremaneira pela crise política e econômica resultado do desgoverno da extrema direita facista, agravada pela pandemia de covid na região norte fluminense.

Com esse gesto singelo, nós mulheres negras Sem Terra também reafirmamos nosso compromisso de luta com a reforma agrária e um modelo de desenvolvimento para o Campo livre do racismo, do sexismo e das demais formas de violência e discriminação que afetam nossos territórios.

Além de gerar renda para as mulheres camponesas, o kit por elas produzido também beneficia artesãs de diferentes territórios periféricos da região, como: Assentamento Zumbi dos Palmares, Dandara dos palmares, Che Guevara, Cafuringa, Acampamento Cícero Guedes.

Entre 2020 a 2021, mais de 400 famílias foram beneficiadas com o Kit Saúde e Agroecologia nas comunidades de Periquito, Travessão, Ocupação Novo Horizonte, Acampamento Cícero Guedes e no bairro de Sapucaia.






Panfleto elaborado para compor o Kit Saúde distribuído para famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais pelo Coletivo Regina Pinho em 2020



Material de Divulgação Campanha de Enfrentamento a violência Doméstica
Coletivo Regina Pinho, 2022.

APÊNDICE C – Carta de aceite e termo de consentimento livre e esclarecido (Tecle)



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
**POLÍTICAS
SOCIAIS**

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

Caso aceite participar, sua participação consistirá em responder 01 questionário e 01 roteiro de entrevista pré-elaborado com o intuito de coletar dados suficiente para alcançar o objetivo desta pesquisa. Garantimos à Sr.^a a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados pessoais durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins acadêmicos e científicos podendo ser publicados posteriormente.

Este documento (TCLE), elaborado em 02 VIAS, será rubricado em todas as suas páginas, exceto a com assinaturas, e assinadas ao seu término pela Sr.^a, ou por seu representante legal, e pela pesquisadora responsável, ficando 01 via com cada uma.

Declaro que entendi o objetivo do trabalho e o benefício de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

CARTA DE ACEITE



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A Sr.^a está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado **Organização de Mulheres Negras no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes (RJ)**, cuja pesquisadora responsável é **Viviane Ramiro da Silva Martins**, inscrita no CPF n.º. **032826457-16**, aluna de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, matrícula **201914220005**.

O objetivo do trabalho é analisar a trajetória organizativa das mulheres que integram o Coletivo Regina Pinho. Neste sentido o estudo busca compreender a natureza das ações realizadas pelas mulheres assentadas no território fluminense. A Sr.^a está sendo convidado porque poderá colaborar para o enriquecimento desta pesquisa, possibilitando o alcance do objetivo proposto.

A importância deste estudo consiste na possibilita de refletir sobre questões relacionadas a (in)visibilização das ações mulheres, especialmente no que diz respeito as suas implicações na conformação de uma cultura política com vistas a garantia de direitos a grupos historicamente discriminados. O estudo também visa qualificar o debate em torno das políticas voltadas para os territórios rurais.

A Sr.^a. poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer tempo para esclarecimentos e/ou informações adicionais pelo endereço de e-mail **vivianeramiro@gmail.com** ou pelo número de telefone: (22) 9.9942-8141.

A Sr.^a não terá nenhuma despesa ao participar desta pesquisa e tem plena liberdade de se recusar ou retirar seu consentimento a qualquer momento.

TCLE

APÊNDICE D — Tabelas e gráficos gerados a partir do formulário encaminhado as integrantes do Coletivo (novembro de 2021)

28/07/2023, 12:41

Organização de mulheres no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos (RJ)

Organização de mulheres no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos (RJ)

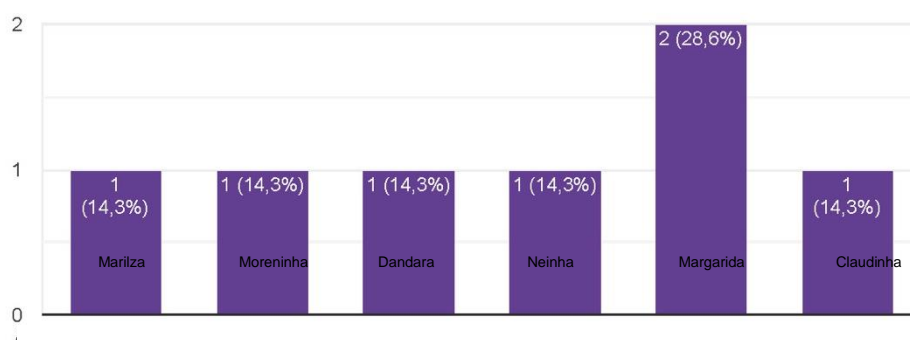
7 respostas

[Publicar análise](#)

1. Nome

 Copiar

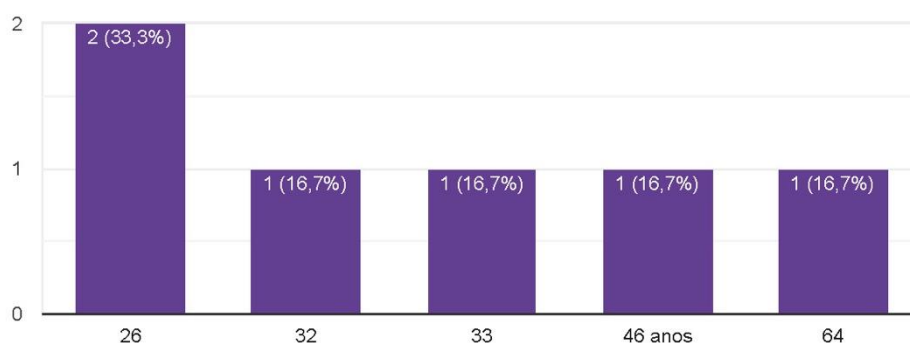
7 respostas



2. Idade

 Copiar

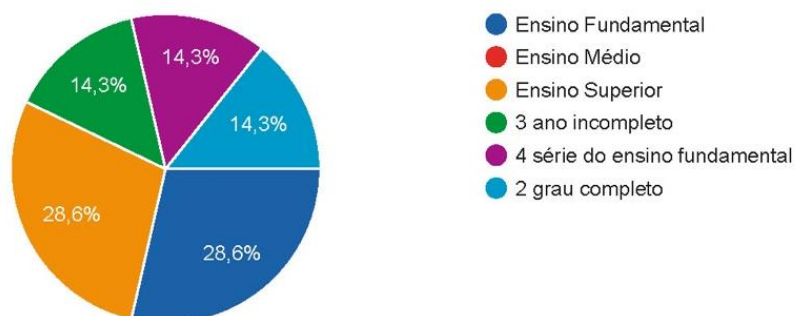
6 respostas



3. Escolaridade

 Copiar

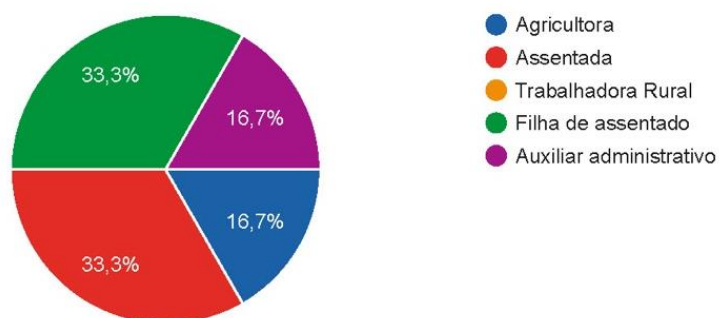
7 respostas



4. Ocupação

 Copiar

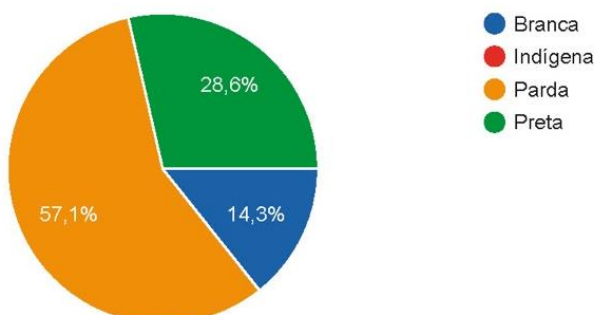
6 respostas



6. Cor/raça

 Copiar

7 respostas



22. Na sua opinião o Coletivo faz parte

 Copiar

5 respostas

